

Instituto Sedes Sapientiae

Conselho de Direção do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae – gestão 2024/2025

Ana Carolina Vasarhelyi de Paula Santos (Eventos), Cristina Ribeiro Barczinski (Formação Contínua), Daniela Danesi Magalhães (Cursos), Daniela de Andrade Athuil Galvão de Sousa (Publicações e Comunicação), Evelyn Stefoni de Freitas Clausse (Transmissão, Pesquisa e Intervenções Externas), Pedro Henrique D'Avilla Mascarenhas (Clínica e Instituições), Roberto da Costa Moraes Villaboim (Administração e Finanças), Sílvia Inglese Ribes (Relações Externas), Vilma Florêncio da Silva (Comissão de Admissão)

Percurso

REVISTA DE PSICANÁLISE: ANO XXXVII: DEZEMBRO DE 2024

Conselho Editorial

Carolina Kimie Moriyama, Cláudia Monti Schoberger, Cleusa Pavan, Eugenio Canesin Dal Molin, Marcia R. Bozon de Campos, Maria Aparecida Kfoury Aïdar, Maria de Lourdes Caleiro Costa, Maria do Carmo Vidigal M. Dittmar (Lila), Marina Bialer.

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Tatiana Inglez-Mazzarella.

Grupo de Debates

Bruno Esposito, Camila Junqueira, Gisela Haddad, Ivy Semiguem, Lucas Sessa e Thiago Majolo.

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Teixeira Mendes Corôa, Paula Peron e Sérgio Telles (coordenador).

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves, Elisabeth Antonelli, Janaina Namba (coordenadora), Lia Novaes Serra, Sérgio Telles e Susan Markuszwover.

Tesouraria

Elcio Gonçalves de Oliveira Filho

Conselho Científico, Consultores *ad hoc*

Abrão Slavutzky (Porto Alegre), Ana Cecília Carvalho (Universidade Federal de Minas Gerais), Ana Helena de Staal (Paris), Arthur Nestrovsky (São Paulo), Benny Lafer (Universidade de São Paulo), Daniel Orlievsky (Universidade de Buenos Aires), David Levisky (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Dominique Fingermann (Escola de Psicanálise dos Fóruns do Campo Lacaniano), Elias M. da Rocha Barros (Sociedade de Psicanálise de São Paulo), Gilda Sobral Pinto (Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro), Heitor O'Dwyer de Macedo (Quatrième Groupe), Inês Marques (Société Psychanalytique de Paris), João A. Frayze-Pereira (Universidade de São Paulo), Joel Birman (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), Luís Celes (Universidade de Brasília), Luis Cláudio Figueiredo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Luiz Eduardo Prado de Oliveira (Quatrième Groupe), Marcelo Marques (Association Psychanalytique de France), Marcia Neder (Universidade Federal do Mato Grosso do Sul), Maria Helena Fernandes (Instituto Sedes Sapientiae), Maria Rita Kehl (Associação Psicanalítica de Porto Alegre), Marlise Bassani (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Néelson Coelho Jr. (Universidade de São Paulo), Purificación Barcia Ganes (Instituto Sedes Sapientiae), Rosine Perelberg (British Psychoanalytic Society), Urania Tourinho Peres (Colégio de Psicanálise da Bahia).

Linha editorial

Percurso é publicada pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. É uma revista científica dedicada ao avanço dos conhecimentos psicanalíticos em suas vertentes clínica, teórica, metodológica e epistemológica. Visando a estimular o debate entre as várias correntes da Psicanálise, aceitamos trabalhos de todas as orientações, tanto de membros do Departamento quanto de colegas de outras instituições brasileiras e estrangeiras. Pautamo-nos por um ideal exigente de qualidade científica, literária e estética, pela abertura às inovações consistentes, pelo respeito à complexidade da vida psíquica e dos fenômenos socioculturais, pela recusa do dogmatismo, da intolerância e dos reducionismos, pelo diálogo com as áreas conexas. Acreditamos que o pensamento crítico contribui para libertar o espírito das amarras que o prendem à ignorância e ao sofrimento. Como disse Freud, “a voz da razão é suave, mas termina por se fazer ouvir”.

Revisão

Simone Zaccarias (11) 998.971.362 • simonezac@yahoo.com.br

Projeto e produção gráfica

Sergio Kon • A Máquina de Ideias • Tel.: (11) 3062-6086 • amaquina@aclnet.com.br

Assinaturas

Angela Maria Vitorio • Tel./Fax: (11) 3081-4851 • percurso@uol.com.br

Capa

Angela Maino. Sem título. Acrílico sobre tela, 150 x 130 cm, 2019.

Coordenação editorial

Renato Mezan • Rua Amália de Noronha, 198 • 05410-010

São Paulo • Tel.: (11) 3081-4851-

Recepção de originais para publicação

Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae (Claudia Dametta) • <deptodepsicanalise@sedes.com.br>

Grafia atualizada segundo o Novo Acordo Ortográfico.

Site na Internet: <http://percurso.openjournalsolutions.com.br/index/php/ojs> • e-mail: percurso@uol.com.br

Percurso é indexada na Biblioteca Virtual de Psicologia (BiViPsi) e nível B2 no Qualis da CAPES.

DOI da publicação: 10.70048/percurso.73



Instituto Sedes Sapientiae

R. Ministro de Godoy, 1484

05015-900 São Paulo SP

Tel.: (11) 3866-2730

Secretária do Departamento:

Claudia Dametta

deptodepsicanalise@sedes.org.br

Traumatismos,
clínica e política

Percursos 73

REVISTA DE PSICANÁLISE : ANO XXXVII : DEZEMBRO DE 2024

Sumário

Table of contents

DOI da edição: 10.70048/percurso.73

3 Sumário
Table of contents

7 Editorial
Letter from the editors

TEXTOS PAPERS

9 A dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da brancura
The symbolic dimension of the black body and the imaginary ideal of whiteness
Isildinha Nogueira Baptista

21 Racismo: um trauma coletivo não considerado
Racism: an unconsidered collective trauma
Marisa Corrêa da Silva

35 Com Ferenczi, por uma psicanálise decolonial
With Ferenczi, towards a decolonial psychoanalysis
Jô Gondar

45 Comoção, repercussão e criação
Shock, repercussion, and creation
Eugênio Canesin Dal Molin

- 55 Em busca da autenticidade: Sándor Ferenczi entre o *enfant terrible* e a “criança obediente” da psicanálise
In search of authenticity: Sándor Ferenczi between the enfant terrible and the “obedient child” of psychoanalysis
Gustavo Dean-Gomes + Daniel Kupermann
- 65 A construção do sujeito psíquico
The construction of the psychic subject
José Jiménez Avello
- 73 A influência hipnótica do líder e a criação da realidade alternativa
The hypnotic influence of the leader and the creation of the alternative reality
Endre Koritar
- 85 A potência do encontro interracial no espaço da formação psicanalítica: transgredindo os pactos de silenciamento
The power of the interracial encounter in the space of psychoanalytic training: transgressing the pacts of silencing
Marleide Soares Pereira + Pedro Robles (Peu)
- 91 Habitar fronteiras
Inhabiting borders
Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva
- 99 O mundo-abuso de Jorge – e algumas reflexões sobre a flexibilização do enquadre
Jorge’s world of abuse – and some reflections on the flexibility of the framework
Marcus Góes
- 109 Gracias a la vida
Gracias a la vida
Ana Maria Sigal

DEBATE

DEBATE

131

Que autista, afinal?

Which autistic person, after all?

Ana Elizabeth Cavalcanti + Luciana Pires + Maria Cristina Kupfer + Ricardo Lugon Arantes

DEBATE CLÍNICO

CLINICAL DEBATE

145

Os destinos da raiva: o caso Stephanie

The destinations of anger: The Stephanie Case

Nelson Ernesto Coelho Jr. + Mauro Pergaminik Meiches + Celso Gutfreind

LEITURAS

BOOK REVIEWS

157

Dolto em debate [Françoise Dolto: cultura, psicossomática e clínica]

Dolto in debate

João Rodrigo Oliveira e Silva

163

A delicada trama entre a subjetividade e a cultura [Ensaio psicanalítico]

The delicate web between subjectivity and culture

Paula Regina Peron

166

Máscaras da alteridade [A morte nos olhos: a figura do Outro na Grécia Antiga]

The masks of alterity

Maria Aguilera Franklin de Matos

170

Por uma psicanálise menos falocêntrica: as ideias de Karen Horney [A recusa da vagina: Karen Horney, o feminismo e a feminilidade na psicanálise]

Towards a less phallogocentric psychoanalysis: the ideas of Karen Horney

Maria Claudia de Oliveira Lordello

175

Milagre e magia no mundo das impressões e expressões [Corpo, sonho, palavra. Ensaio psicanalítico II]

Miracle and magic in the world of impressions and expressions

Maria Elisa Pessoa Labaki

- 178 Uma psicanalista pioneira [Ruth Mack Brunswick escritos reunidos]
A pioneer of Psychoanalysis
Susan Markuszower
- 182 Colaboradores deste número
Contributors to this issue
- 184 Equipe da revista
Team of this journal
- 186 Normas para envio de artigos e resenhas
Rules for contributors
- 191 Para assinar *Percurso*
How to subscribe to Percurso

Editorial

DOI: 10.70048/percurso.73.7-

Traumatismos, clínica e política

7

Uma revista costuma refletir o momento histórico em que é publicada, com a *Percurso* não é diferente.

Em tempos de corpos afetados pela ação da pulsão de morte – há muito não mais tão silenciosa quanto formulava Freud nos anos 20 do século xx –, tempos de diluição de distinções estabelecidas entre realidade e ficção, realidade e fantasia, humano e máquina, animal e humano, quando o paradigma da necropolítica e da guerra impera, é oportuno encontrar os textos reunidos neste número. As noções de “trauma”, do “traumático” e do “choque” se encontram presentes nesta edição não enquanto categorias de exceção, mas como as moedas correntes do cotidiano psíquico. No Brasil, em especial, a violência do racismo, do sexismo, do feminicídio, da transfobia, da dizimação dos povos originários, tem alçado essas categorias para um lugar antes menos ocupado em nossa atividade clínica. Nessa direção, alguns artigos trabalham a especificidade e impasses da subjetivação da pessoa negra em uma cultura marcadamente racista. Também as ideias de Sándor Ferenczi tornam-se valiosas em tempos assim.

O húngaro, que foi o mais próximo interlocutor de Freud, dedicou-se a pensar as interações entre a criança e seu meio como potencialmente traumáticas, e foi capaz de descrever o encontro clínico e a repetição considerando o que ambos traziam de potencialmente curativo. Era preciso, argumentava, repetir durante a análise, mas de forma a que a vivência atual contrastasse com o passado perturbador. Favorecer esse movimento só era possível, em sua opinião, se o

analista mantivesse uma atitude sensível e sincera, e se estivesse profundamente atento a seu próprio psiquismo. Mas mesmo as ideias interessantes precisam de um ambiente capaz de fazê-las repercutir.

No primeiro semestre de 2024, aconteceu em São Paulo a 14^a Conferência Internacional Sándor Ferenczi, que agitou o interesse pelo autor entre nós. Seis dos textos que o leitor encontrará neste número, demarcados com uma faixa

cinza em nossas páginas, foram originariamente trabalhos apresentados nesse evento.

Essa qualidade de agitar as coisas também está presente na bela entrevista com Ana Sigal, colega importante na história do Departamento e no Movimento Articulação, e na seção Debate, que promove uma discussão sobre o autismo. Contamos ainda com as indicações da seção Leituras e o sempre instigante Debate Clínico.

Boa Leitura!

A dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da brancura

Isildinha Nogueira Baptista

Texto apresentado no 1º Encontro Internacional da Seção de Psicanálise em Psiquiatria da World Psychiatry Association em Campinas, Brasil, fev. 2024.

Isildinha Nogueira Baptista é mestre em Psicologia Social pela PUC-SP. Doutora em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Formação em psicanálise nos Ateliers de Psychanalyse, em Paris, com Radmila Zygoris, uma das fundadoras da instituição. Professora do Instituto Sedes Sapientiae. Indicada ao Prêmio Jabuti de literatura, categoria ciência, pelo livro: *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. Psicanalista e pesquisadora.

Resumo Usando o referencial psicanalítico e tendo como ponto de partida o contexto histórico social e econômico, busca-se entender os efeitos e as configurações psíquicas particulares que o racismo produz para os negros. Ganha destaque como as significações que o racismo inscreve produzem a dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da brancura.

Palavras-chave racismo; dimensão simbólica do negro; ideal de brancura.

Publicar na Percurso o texto de Isildinha Nogueira, expressão de sua investigação sobre a especificidade da subjetividade da pessoa negra, tem para nós um sentido especial.

Em grande parte baseado em sua tese de doutorado realizada em 1998 e publicada no livro A cor do inconsciente: significações do corpo negro, a inserção desse artigo na revista – uma vez que não publicamos textos que não sejam inéditos – é uma exceção, e também uma necessidade. Sustentada consistentemente em termos metapsicológicos, éticos e políticos, expressa a radical crueldade do racismo na constituição mesma da pessoa negra. Sua leitura ganha contornos de uma experiência diante da qual não se sai impune, abrindo-se para a reflexão, discussão, possibilidade de diálogos transdisciplinares e transmutações.

Um convite para seguirmos nesse caminho de investigação, com a convicção de que as pesquisas e debates nessa área, e em um momento de almejadas mudanças, serão instigados pelas posições da autora.

Conselho Editorial

DOI: 10.70048/percurso.73.9-20

Pensar a dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da brancura demanda antes entendermos a dimensão psíquica do racismo. Minha hipótese é de que essa realidade histórico-social e econômica determina, para os negros, configurações psíquicas peculiares.

Partindo do referencial da teoria psicanalítica, busco entender as significações que o racismo envolve, como elas se inscrevem



nem a consciência da condição de negro nem o engajamento em relação às lutas políticas contra a discriminação racial são suficientes para modificar a condição do negro, na medida em que os sentidos do racismo inscritos na psique permaneçam não elaborados

psiquicamente para o negro e, também, o modo pelo qual vão produzir a dimensão simbólica do corpo negro e o ideal imaginário da branquura.

Tais inscrições psíquicas não são simplesmente resultado da introjeção das experiências de discriminação efetivamente vivenciadas, mas se constituem na infância, envolvendo momentos iniciais da constituição subjetiva, afetando os negros independentemente de sua posição econômico-social. Abordo a condição de negro como produto da interação dialética entre, de um lado, as representações sociais ideologicamente estruturadas e as estruturas socioeconômicas que as produziram e as reproduzem e, de outro, as configurações que formam o universo psíquico; é fato que nem a consciência da condição de negro nem o engajamento em relação às lutas políticas contra a discriminação racial são suficientes para modificar a condição do negro, na medida em que os sentidos do racismo inscritos na psique permaneçam não elaborados.

A “inumanização” do negro

A vivência da escravidão fez do corpo do negro uma mercadoria, tirou-lhe o sentimento de pertença a uma cultura, a uma nação; esse processo o aliena de seu próprio corpo e alma; o cativo brutalizou, comprometendo sua honra, e desconstruiu sua raça.

Sua língua não o insere nesse mundo desconhecido, mas o coloca na categoria de semi-humano; o negro escravizado é representação da denegação física e moral, se torna um ser abjeto e, portanto, naturalmente depositário de uma assim justificada violência na fantasia de superioridade da raça branca.

Esse passado sócio-histórico o deprecia racialmente, deprecia sua cultura e seu saber, o desclassifica, o exclui da categoria de humano, e o aprisiona num eterno devir escravo.

Seu corpo negro é excluído de um lugar, numa cultura que o coloca como servil e depositário de todas as mazelas que justificam sua exclusão.

A abolição não lhe garante a cidadania; na realidade não o libertou, não lhe garantiu as condições necessárias mínimas para o exercício da cidadania; apenas o liberta do cativo das correntes físicas, mas o mantém por tempo indeterminado no cativo psíquico; de uma imagem que, com o crivo da ciência, justificaria a *inumanização* do negro.

Foram muitas as pesquisas que, tendo estudado a conformação do cérebro africano, pretendiam provar a incapacidade mental do negro.

A liberdade do negro, como nos diz Mbembe¹, não nos permite compartilhar direitos, prazeres, trabalhos, dores e muito menos a morte; podemos ser assassinados aos olhos da lei, sem que seja considerado de fato um crime, o qual permanecerá sem reparação possível, num acordo cordial perverso: *a morte dos negros não importa*.

Consciente desse passado socioeconômico histórico, me proponho, a partir da psicanálise, pensar esse corpo negro como categoria imaginária e simbólica, afinal é enquanto corpo imaginário e corpo simbólico que o corpo vai se inscrever na dimensão psíquica, questões que desenvolvi no meu trabalho de tese *A cor do inconsciente, significações do corpo negro*².

Significações do corpo negro

Para a psicanálise, na perspectiva de Dolto, o corpo, enquanto tal, é irrepresentável, impossível

de ser capturado numa representação; o real do corpo permanece, fantasmaticamente ligado às experiências arcaicas de despedaçamento, anteriores à fase do espelho.

O corpo imaginário corresponde à imagem totalizadora conquistada na fase do espelho, que advém pelo reconhecimento do outro: é nessa experiência fundadora que se produzem as estruturas de identificação. Se o corpo imaginário constitui um todo, uma imagem, um contínuo de ligações, o corpo simbólico corresponde à forma significante, isto é, a algo que, como parte, representa, numa relação simbólica, aquilo que, enquanto tal, escapa à representação. Na dimensão simbólica será, portanto, um pedaço, um aspecto do corpo, devidamente simbolizado, isto é, investido de significação, que emerge como marca de uma totalização impossível.

Em minha tese, explorei as dimensões imaginárias e simbólicas do corpo negro que, do meu ponto de vista, produzem vivências psíquicas singulares e acarretam, para o negro, uma condição subjetiva particular.

A complexidade da vivência do processo do espelho, para o negro, produz justamente aquilo que na imagem especular lhe escapa: a identificação com a “brancura”.

Considere a *pele negra*, do ponto de vista do corpo simbólico, como significante, como aquilo que representa a condição de negro para negros e não negros; explorei os sentidos que se associam a tal significante nas redes simbólicas da formação social.

Explorei as dimensões imaginária e simbólica que a experiência de portar um corpo negro produz, as vivências psíquicas que experimentam os negros.

»»

a imagem do corpo não se define a partir do inexorável pertencimento genérico à espécie humana; ela é única a cada um, singular, está ligada ao sujeito, à sua história; é inconsciente e sustentada no narcisismo.

A imagem do corpo e esquema corporal

Françoise Dolto, em seu livro *A imagem inconsciente do corpo*, estabelece uma distinção entre os conceitos de imagem do corpo e de esquema corporal, cujos sentidos são confundidos.

O esquema corporal indica a condição de representante da espécie do indivíduo, sendo em geral o mesmo para todos, o de pertencimento à raça humana; a imagem do corpo não se define a partir desse inexorável pertencimento genérico à espécie humana; ela é única a cada um, singular, está ligada ao sujeito, à sua história; é inconsciente e sustentada no narcisismo.

A imagem do corpo é uma construção imaginária determinada pelo fato de que o aparelho psíquico se estrutura nas instâncias psíquicas do id, do ego, do superego, tal como propôs Freud. Para Dolto, o mediador das instâncias psíquicas (id, ego, superego), nas representações metafóricas expressas por um sujeito, é a imagem do corpo. Nesse sentido, a imagem do corpo estará envolvida em todas as formações do aparelho psíquico.

Quanto ao esquema corporal, diz Dolto, é uma realidade de fato, sendo de certa forma nosso viver carnal no contato com o mundo físico.

Sendo assim, as experiências que vivenciamos serão determinadas pelas condições físicas do organismo, conforme este se apresenta em um estado de integridade ou de lesões, estados

1 A. Mbembe, *Crítica da razão negra*, p. 153.

2 I.B. Nogueira, *Significações do corpo negro*. Tese de doutorado, defendida em 1998, no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Livro publicado em 2021: *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*.



*até que ponto, na medida
em que o negro é atravessado
pelas representações depreciativas
em relação ao corpo negro,
é possível, para ele, a construção
de uma imagem de corpo,
em que a condição genérica
esteja preservada?*

passageiros ou permanentes, de caráter neurológico, muscular ou ósseo, ou sensações fisiológicas dolorosas, viscerais ou circulatórias.

A simbolização de uma imagem de corpo não enfermo depende da aceitação, pelos pais, do problema da criança para que, apesar do problema, esta possa ser reforçada positivamente em suas possibilidades, garantindo assim a humanização da criança.

Problemas orgânicos precoces, mesmo que circunstanciais, resultam em perturbações do esquema corporal, mas, por falta ou interrupção das relações do que Dolto denominou “imagem falante do corpo”, podem resultar em modificações passageiras ou permanentes da imagem do corpo. Não é incomum a coexistência de um esquema corporal enfermo e uma imagem sã do corpo ou um corpo saudável com uma imagem doente.

Quando a mãe é incapaz de falar para a criança de sua diferença, e a criança, no decorrer de seu desenvolvimento, vai se dando conta das diferenças reais entre seu corpo e o das outras crianças, haverá dificuldade para ela passar pelas várias etapas do desenvolvimento.

As mães negras se calam acerca do corpo negro, resultado de uma sociedade que se cala sobre o racismo. Isso produz, para o negro, um processo de negação da sua diferença fenotípica em relação ao branco, negação como forma de evitar a dor

da exclusão e do apagamento que acontece justamente pela cor que porta o seu corpo: a cor negra.

“A imagem do corpo é, a cada instante, para o ser humano, a representação imanente inconsciente em que se origina seu desejo”³.

A partir de Freud, Dolto pensa que as pulsões que visam à realização de desejo são de vida e de morte. As pulsões de vida estão invariavelmente ligadas a uma representação, ao contrário das pulsões de morte, que escapam à representação. A pulsão de morte não representa o desejo de morrer, mas se caracteriza pelo desinvestimento erótico nas relações com o outro, tal como é possível perceber em estados de repouso, de sono profundo, de ausências e de coma.

Sendo assim, a relação da criança com seus progenitores é de grande importância para que a pulsão de vida se sobreponha à pulsão de morte, isto é, para que seu investimento erótico e autoerótico possa acontecer nas relações com o outro, ao invés de um desinvestimento e, consequentemente, uma cisão consigo mesma que não permitiria à criança a elaboração de sua imagem do corpo que se constrói na história do sujeito.

Até que ponto, na medida em que o negro é atravessado pelas representações depreciativas em relação ao corpo negro, é possível, para ele, a construção de uma imagem de corpo, em que a condição genérica esteja preservada?

Penso que até mesmo o que por herança nos daria um sentimento de humanidade e pertencimento fica abalado, quando muitos negros rejeitam sua conformação física e se tornam desejan-tes de características físicas que os aproximem “do branco”, que os “humanizem”.

Não é incomum os negros que lançam mão de cirurgias plásticas numa tentativa de, via flagelo corporal, modificar suas características físicas. Não raro as mães negras, através de métodos deploráveis, tentam modificar as características físicas de seus bebês, para que não cresçam com seus narizes chatos ou nádegas volumosas.

Que sujeito desejan- te é o negro, que vê no seu equipamento para a satisfação do desejo, o corpo, desde já um entrave – sua cor? Um corpo que é a

negação daquilo que deseja, pois seu ideal de sujeito, sua identificação, é o inatingível, o corpo branco.

Há uma dissonância, aí, entre esquema corporal e imagem de corpo, que se expressa quando o negro idealiza para si uma imagem de corpo que não corresponde a seu esquema corporal – quando é este que, teoricamente, daria ao negro o sentimento de universalidade, de pertencer à espécie humana.

Para os brancos o sentimento de universalidade está posto porque se reconhecem em um nós. Para o negro não há esse sentimento, porque o negro não é semelhante nessa visão que humaniza e universaliza o branco e segrega o negro.

Seu esquema corporal é retaliado pela cor da pele, pelos tipos de cabelo etc., e essa diferença não é aplacada pelos pais, mesmo quando trabalham uma imagem de corpo mais saudável, porque seus corpos também estão atravessados pelo mesmo estigma.

A imagem do corpo como rosto

Enquanto Françoise Dolto trabalha a imagem inconsciente do corpo, diferenciando imagem do corpo e esquema corporal, Sami-Ali trabalha a questão do corpo a partir da dialética entre o real e o imaginário, psique/soma, para entender a unidade psicossomática constitutiva do homem a partir do referencial psicanalítico.

Para Sami-Ali, na constituição da imagem do corpo, o rosto e o sexo se destacam como pontos relevantes. O rosto é “o lugar onde se afirma a dupla identidade sexual e simbólica do sujeito”⁴.

Mas o rosto só pode ser percebido no plano da visão por um outro, ou pelo próprio sujeito através do espelho; para o sujeito, só é possível ter acesso direto ao rosto pelo tato, e não pelo olhar: o rosto é o invisível onde se revela o visível para o outro.

É fato que o sujeito tem, para si, um rosto que transcende a série de manifestações que possa ele

»»

*há uma dissonância entre
esquema corporal e imagem de corpo,
que se expressa quando o negro idealiza
para si uma imagem de corpo que não
corresponde a seu esquema corporal –
quando é este que, teoricamente,
daria ao negro o sentimento
de universalidade, de pertencer
à espécie humana.*

exibir, mas não se trata da simples possibilidade de um ser que supera o parecer; trata-se, antes, de uma “ambiguidade radical”, que é se apropriar de um rosto que esboça e passa a ter existência a partir do “ponto de vista dos outros”.

Sami-Ali recorre ao mito de Narciso para explicar essa “ambiguidade radical”. No mito de Narciso, “o conhecimento de si é sinônimo de morte”⁵, o que, segundo o autor, mostra a ambiguidade desse conhecimento.

O mito se dá, diz Sami-Ali, em torno do rosto que representa o corpo em sua totalidade. Quando Narciso vê o reflexo de seu rosto na água, na medida em que a imagem que ele reconhece é a de um outro, Narciso, “sem se dar conta, deseja a si mesmo... O que ele vê? Ele não sabe, mas o que vê o consome; o mesmo erro que engana seus olhos excita-o”⁶.

A exatidão do reflexo da imagem de Narciso fascina-o, impedindo-lhe um distanciamento; mantém a ilusão, destruindo-a ao mesmo tempo: quanto mais ele tenta se aproximar, mais se afasta do objeto.

Narciso não se engana por muito tempo: “mas essa criança sou eu!”⁷. Narciso se reconhece como um outro que é ele mesmo, e essa alteridade, pela qual se mede o fato de que ele é estranho a si mesmo, em vez de libertá-lo do fascínio do objeto, vai ligá-lo a ele até a morte.

Narciso morre diante de sua imagem, a qual, aliás, não cessará de contemplar durante sua

3 F. Dolto, *A imagem inconsciente do corpo*, p. 24.

4 M. Sami-Ali, *Corpo real. Corpo imaginário*, p. 108.

5 M. Sami-Ali, *op. cit.*

6 M. Sami-Ali, *op. cit.*

7 M. Sami-Ali, *op. cit.*



é nesse processo que o sujeito se descobre como duplo, pois a imagem de si, garantida num primeiro momento pela identificação com o rosto da mãe, se vê afetada pela dimensão de alteridade, que produz para o sujeito uma perda de si mesmo no estranho.

permanência no inferno, nas águas do Estige, deixando um corpo que se transforma em “uma flor cor de açafrao cujo centro está rodeado de brancas pétalas”⁸.

Sami-Ali aponta que, se atentarmos ao mito de Narciso tal como se expressa no poema de Ovídio, pode-se reconhecer, além do “narcisismo formal” que coloca “o sujeito em confronto com sua imagem”, um “narcisismo material” que funda a identidade do sujeito e do objeto. Narciso e a fonte que o separa si mesmo e sua imagem fazem parte do engano das origens: “O espelho é um rosto e o rosto é um espelho”⁹.

O rosto, no início, é um dado constitutivo do mundo externo, uma forma significativa, “mas surpreende por um vazio ao nível da imagem do corpo”. Sem que haja uma perda da identidade pessoal, nesse vazio da não constituição “o sujeito é aquele que não tem rosto”. Isso significa o reconhecimento do estrangeiro em si mesmo: “ser sem rosto e possuir um rosto, que se perde em seguida, são duas maneiras de expressar uma intuição fundamental do ser”¹⁰.

A construção da imagem do rosto próprio pelo olhar do Outro

A partir dos três meses, quando se instala a visão binocular, a criança passa a ter a visão do

rosto da mãe, sendo a mãe objeto de identificação primária.

O rosto da mãe coincide com o “campo visual imediato”¹¹, dificultando o discernimento entre a experiência de ver e a de ser visto, entre visão e órgão da visão. Trata-se de um processo inicialmente caótico, onde não há diferenciação entre sujeito e objeto.

Inicialmente a criança percebe o rosto do outro – o da mãe – como sendo seu próprio rosto, o que corrobora as observações que atribuem à criança o rosto visível a partir do olhar do outro. “No primeiro tempo do processo de reconhecimento do sujeito ele não tem um rosto; no segundo ele tem o rosto do outro; no terceiro, ele percebe o rosto como sendo outro”¹².

Nesse terceiro momento não se trata, para a criança, de uma percepção do outro em si, ou do outro em relação a ela mesma, mas do outro que se diferencia em relação a outros: assim a mãe e o pai, da perspectiva da criança, são percebidos como estranhos entre si. Essa percepção da criança de que existem outros rostos diferentes do da sua mãe significa, para ela, pressentir a possibilidade de ela mesma ser um rosto diferente do da mãe.

A angústia do oitavo mês se dá no momento em que a identificação do rosto dá lugar a uma projeção; e, nesse momento, se estabelece simultaneamente a diferença e a distância em relação a um outro self: “daí decorre a profunda identidade entre o familiar e o estranho revelada por um sentimento de inquietude sempre que se opera a objetivação incerta do rosto do outro que foi, de início, o rosto do sujeito”¹³.

É nesse processo que o sujeito se descobre como duplo, pois a imagem de si, garantida num primeiro momento pela identificação com o rosto da mãe, se vê afetada pela dimensão de alteridade, que produz para o sujeito uma perda de si mesmo no estranho. É esse processo que Sami-Ali chama de angústia de despersonalização.

A partir desse processo a criança passa a reconhecer no rosto da mãe um outro com o qual ela, anteriormente, se identificou, o que produz

um sentimento estranho e inquietante em que a criança percebe a distância entre si mesma e o outro (mãe): “sou e não sou o rosto do outro”¹⁴. Estranho que é o outro em relação ao outro, isto é, o próprio sujeito. Ao projetar seus impulsos, a criança disporá das noções de estranho e ruim, de familiar e bom. Aqui bom e ruim se relacionam à elaboração da criança em relação à presença e à ausência da figura materna, representando uma clivagem do sujeito e do objeto.

Para Sami-Ali é sob esse fundo que se dá para a criança a experiência do espelho: se, de um lado, ela dá acesso, para o sujeito, à identidade enquanto rosto, essa, uma vez atravessada pela dimensão da alteridade, produz uma vivência ambivalente, o sentimento de possuir um rosto (enquanto um dentro) e, ao mesmo tempo, não possuí-lo (enquanto um fora).

A experiência do espelho, segundo Sami-Ali, coloca desde o início o sujeito em contraposição com o outro, um outro que ainda não é o próprio sujeito.

Essa experiência, portanto, se caracteriza por um processo de desidentificação do rosto da mãe, para um processo de identificação com o rosto do próprio sujeito.

Sami-Ali lança mão de um conceito de Lacan, a assunção jubilatória, para explicar que a criança da fase do espelho, dependente da mãe para se alimentar, em processo de desenvolvimento de suas funções motoras, está longe de colocar em ação todo o processo dialético da identificação com o outro. No entanto, dá-se aí o deslanchar de um longo processo de projeção que tem como objetivo formar em sua diferença o rosto do outro com o qual a criança se identifica de início: “A assunção jubilatória adquire então uma tríplice significação: é a culminância da separação

8 M. Sami-Ali, *op. cit.*

9 M. Sami-Ali, *op. cit.*, p. 109.

10 M. Sami-Ali, *op. cit.*

11 M. Sami-Ali, *op. cit.*

12 M. Sami-Ali, *op. cit.*, p. 120.

13 M. Sami-Ali, *op. cit.*, p. 121.

14 M. Sami-Ali, *op. cit.*, p. 124.

15 M. Sami-Ali, *op. cit.*, p. 131-132.

16 J.F. Costa, *Violência e psicanálise*.

»
*o modo como o negro
é pensado pode ser
exemplificado pelo comentário
de Jurandir Freire Costa, quando
afirma que: “ser negro é ser
violentado de forma constante
e contínua e cruel,
sem pausa ou repouso*

primordial entre o dentro e o fora; é a separação do estranho inquietante primitivamente ligado à percepção do duplo; e é a confirmação do primado absoluto dessa mesma percepção”¹⁵.

Por ser a experiência do espelho derivada do duplo e não ao contrário, por mais eventual que ela possa ser, não deixa de ser uma experiência onde a criança vivencia a perda da sua subjetividade enquanto rosto, isto é, a perda do rosto que ela imaginara ter.

A construção da imagem do corpo negro

As proposições teóricas de Sami-Ali me permitem perceber uma nova luz nas discussões em torno da condição subjetiva do negro.

O modo como o negro é pensado pode ser exemplificado pelo comentário de Jurandir Freire Costa, quando afirma que: “ser negro é ser violentado de forma constante e contínua e cruel, sem pausa ou repouso, por uma dupla injunção: a de encarnar o corpo e os ideais de Ego do sujeito branco e a de recusar, negar e anular a presença do corpo negro”¹⁶.

Para Jurandir Freire é a violência racista que, como um peso insuportável, se impõe ao negro através de uma *norma psico-sócio-somática*, criada e imposta por uma classe dominante branca.



*resta ao negro, para além
de seus fantasmas, inerentes
ao ser humano, o desejo de recusar
esse significante que representa
o significado que ele tenta negar,
negando-se, dessa forma,
a si mesmo, pela negação
do próprio corpo*

A violência racista se baseia na destruição da identidade do negro.

À medida que o negro depara com o esfacelamento de sua identidade negra, ele se vê obrigado a internalizar um ideal de ego branco.

A identidade do sujeito depende em grande parte do corpo ou imagem corporal eroticamente investida, isto é, a identidade depende da relação que o sujeito cria com o próprio corpo. Jurandir conclui que “a partir do momento em que o negro toma consciência do racismo, seu psiquismo é marcado com o selo da perseguição pelo corpo-próprio”¹⁷.

É em função dessa consciência, que o sujeito passa a controlar, observar e vigiar o corpo que “se opõe à construção da identidade branca”¹⁸ que foi obrigado a desejar. É aí que o sofrimento pela consciência da diferença do seu corpo em relação ao corpo branco faz emergir a negação e o ódio a seu próprio corpo: corpo negro.

Eu, no entanto, penso que essa condição é mais que uma injunção como afirma Freire. A meu ver trata-se de algo que ultrapassa os limites do imposto e proponho chamar de sobreposto.

Negar e anular o próprio corpo não torna o sujeito *outro*, visto que só existimos como sujeito em relação ao outro, à alteridade; portanto, ser sujeito é ser outro, e ser o outro é não ser o próprio sujeito.

O que somos nós, os negros?

O ser *negro* corresponde a uma categoria incluída num código social, que se expressa dentro de um campo etno-semântico onde o significante *cor negra* encerra vários significados. O signo *negro* remete não só à posição inferior, mas também a características biológicas supostamente aquém do valor das propriedades biológicas atribuídas aos brancos. Não se trata, está claro, de significados explicitamente assumidos, mas de sentidos presentes, restos de um processo histórico-ideológico que persistem numa zona de associações possíveis e que podem, a qualquer momento, emergir de forma explícita.

Se o que constitui o sujeito é o olhar do outro, como fica o negro que se confronta com o olhar do outro que mostra reconhecer nele o significado que a pele negra traz enquanto significante?

Resta ao negro, para além de seus fantasmas, inerentes ao ser humano, o desejo de recusar esse significante que representa o significado que ele tenta negar, negando-se, dessa forma, a si mesmo, pela negação do próprio corpo.

Todo esse processo pelo qual vive o negro corresponde antes a uma sobreposição, pois o encontro com o racismo enquanto experiência consciente vem se sobrepor a um real de recusa do corpo negro que corresponde a uma lembrança arcaica.

Ao contrário do que afirma Freire, não há, para o negro, um momento mítico, original, anterior ao encontro com a dimensão social mais ampla na qual o racismo se manifesta: para o sujeito negro esse encontro se sobrepõe à lembrança arcaica de um encontro anterior, a partir do qual suas estruturas narcísicas imaginárias se determinam.

Como afirma Jerusalinsky: “A criança existe psiquicamente na mãe muito antes de nascer, e ainda mais, muito antes de ser gerada”¹⁹.

O bebê negro, está claro, não é menos desejado que o bebê branco, para sua mãe que, inconscientemente, deseja o filho. Mas a criança do projeto e do desejo da mãe certamente não está representada no pequeno corpo negro, que o olhar materno, inconscientemente, tende a negar. A mãe negra deseja o bebê branco, como deseja, para si, a brancura.

A “brancura”, para o negro e para o branco, é a excelência artística, nobreza estética, majestade moral, sabedoria científica; o branco é encarnação de todas as virtudes, da razão do espírito e das ideias: eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a humanidade.

Isso se explica porque o eixo central do processo que constitui o sujeito não está na satisfação nem na frustração das suas necessidades; para o sujeito humano, não há nenhum mecanismo genético que possa garantir esse processo. A operação que o define se situa, ao contrário, em outro nível – o do significante.

As falas fundadoras, que envolvem o sujeito, são tudo aquilo que o constitui, seus pais, seus vizinhos, toda a estrutura da comunidade, que o constituiu não somente como símbolo, mas no seu ser. São leis de nomenclatura as que determinam, ao menos até um certo ponto, e canalizam as alianças a partir das quais os seres humanos copulam entre si e acabam por criar, não só outros símbolos, mas também seres reais que, ao chegarem ao mundo, logo possuem essa pequena etiqueta que é seu nome, símbolo essencial do que lhe está reservado.²⁰

Isso significa que todo ato da mãe para com a criança é parte de um discurso, que se expressa em todos os movimentos e atitudes do outro com quem a criança se identifica, e no qual se manifesta o desejo materno: “Sendo que esse desejo se articula no que falta à mãe: o falo, esse fica sendo o orientador dessas identificações que utilizam o imaginário como significante”²¹.

Partindo das proposições lacanianas, entendendo *falo* como o que representa o poder (a plenitude, a felicidade), ao transpor essas proposições para a situação da mãe negra cuja *falta* se expressa enquanto desejo de ser *branca*, portanto, desejo desse poder que ela não detém, que lhe falta, vemos que a criança negra sofreria na relação original sua *primeira avaria*, pois o que a constitui

»
assim, não dispondo
de qualquer possibilidade
de disfarce da diferença que
o constitui, o negro passa por
um processo identificatório forjado
no desejo do que seria ser branco;
projeta, portanto, o branco
que nunca será por
condição biológica

como sujeito nesse momento original – o desejo da mãe – já estaria impregnado de um significado que é negado no discurso da própria mãe.

Assim, não dispondo de qualquer possibilidade de disfarce da diferença que o constitui, o negro passa por um processo identificatório forjado no desejo do que seria ser *branco*; projeta, portanto, o branco que nunca será por condição biológica.

O negro sofre do medo permanente da perda da sua imagem, tal qual ele a mantém em sua representação imaginária: a de branco, mantida por um ideal de brancura.

Entre o que o olhar do outro reflete para o sujeito negro e a imagem que o negro tem de seu próprio corpo negro, há, na verdade, uma coincidência. O que o olhar do outro lhe mostra, desse modo, é o que, no seu desejo, o sujeito negro recusa: o fato de que ele é a encarnação do significado *negro*, na medida em que ele traz no corpo o significante *negro*.

A criança negra e o espelho

A experiência do espelho, para a criança negra, se dará de modo muito singular.

Como para qualquer criança, é na experiência que Lacan denominou o *estádio do espelho* que se produz o domínio do corpo como uma

17 J.F. Costa, *op. cit.*

18 J.F. Costa, *op. cit.*

19 A. Jerusalinsky, *Psicanálise do autismo*, p. 40.

20 J. Lacan, *O seminário*, v. 2, p. 31.

21 J. Lacan, *op. cit.*, apud A. Jerusalinsky, *Psicanálise e autismo*, p. 10.



nesse movimento, produz-se um mecanismo complexo de identificação/não identificação que reproduz para a criança negra as experiências do adulto negro: o fato de sua identificação imaginária ser atravessada pelo ideal da brancura

totalidade, em substituição àquilo que anteriormente era vivenciado em pedaços.

Porém, a particularidade que a experiência do espelho, na criança negra, envolve diz respeito ao fato de que o fascínio que essa experiência produz é acompanhado, simultaneamente, por uma repulsa à imagem que o espelho virtualmente oferece. Nesse movimento, a assunção jubilatória de que falava Lacan é necessariamente acompanhada de um processo suplementar que envolve a negação imaginária do semblante que a imagem especular oferece, pois a criança negra reluta em aderir a essa imagem de si que não corresponde à imagem do desejo da mãe.

Ao tomar-se pela imagem, que *aquela imagem é ela*, mas, não reconhecendo ali a imagem do desejo da mãe, a criança se vê, desde então, inconscientemente mobilizada a procurar, nessa imagem, o que a reconciliaria com o desejo materno.

Nesse movimento, produz-se um mecanismo complexo de identificação/não identificação que reproduz para a criança negra as experiências do adulto negro: o fato de sua identificação imaginária ser atravessada pelo ideal da *brancura*. Para reconciliar-se com a imagem do desejo materno, a brancura, a criança negra precisa negar alguma coisa de si mesmo.

O que Lacan chamou de identificação primordial com uma imagem ideal de si mesmo ocorre de forma conturbada na experiência da

criança negra, porque a imagem que o espelho lhe dá exige, para ser introjetada, uma operação suplementar de idealização: é preciso projetar nessa imagem um ideal de *brancura* para afastar dela o componente rejeição que a pele negra envolve no desejo materno.

A criança negra desenvolve uma relação persecutória com o corpo negro. Para Sami-Aïi, no processo de despersonalização o sujeito vivencia uma alternância entre perder e recuperar a sensação de ter um corpo, o que acarreta uma angústia que se refere ao medo de perder a forma humana, na possibilidade de uma possessão que o faria se transformar em um animal ou algo inominável. Daí resulta um imenso pavor da loucura, estado permanente de angústia de despersonalização: desencadeia-se então, para o sujeito, uma ânsia desesperada por estar em relações transferencialmente positivas. É o caso de se perguntar se tal processo de despersonalização não é algo que o negro, guardadas as devidas proporções, vivencia de uma forma crônica, e que, estranhamente, não o leva a suas últimas consequências, ou seja, à loucura.

Lembremos que é num processo inconsciente que essa gênese se dará, como resultante de um duplo processo, identificatório e projetivo: “ser o sujeito, sendo concomitante a outro, e ser o outro, não sendo o próprio sujeito”²².

Evidentemente, no confuso processo por que passam os negros, ser sujeito no outro significa não ser o real do seu próprio corpo, que deve ser negado para que se possa ser o outro. Mas esta imagem de si forjada na relação com o outro – e no ideal de brancura – não só não guarda nenhuma semelhança com o real de seu corpo próprio, mas é, por este, negada, estabelecendo-se aí uma confusão entre o real e o imaginário.

O sujeito, assim fragilizado, se vê exposto a uma situação em que nada separa o real do imaginário, as fantasias estão concomitantemente dentro e fora.

Na despersonalização, por conseguinte, o sujeito trata suas fantasias como objetos reais e trata os objetos reais como fantasias, duas particularidades que remetem, por

ocasião da formação da imagem do corpo, aos inícios imprecisos da separação mediatizada por uma projeção primordial – do dentro e do fora. O sujeito vive o mundo no corpo e o corpo no mundo; despersonalização e estranho inquietante são as duas faces de um mesmo e único processo desrealizante.²³

Estranho inquietante: inquietante porque é, ao mesmo tempo, simultaneamente estranho e familiar; esse é o conceito freudiano de *das Unheimlich*, um jogo dialético complexo, onde o familiar e o inquietante se localizam num mesmo e único objeto. O estranho inquietante se dá ao nível do espaço sensorial, espaço esse organizado pela visão e que, dependendo das modificações que esse espaço possa vir a sofrer, pode tornar o objeto familiar estranhamente inquietante.

O sentimento de estranho inquietante é um confuso retorno a uma organização espacial “onde tudo se reduz ao dentro e ao fora e onde o dentro é também o fora”²⁴.

Penso que esse movimento do estranho inquietante pode bem caracterizar o tipo de experiência que marca a relação do negro com o dia a dia no meio social. É impossível para o negro não se perturbar com as ameaças aterradoras que lhe chegam via racismo. Dentro desse universo de terror, mesmo que o negro acredite conscientemente que tais ameaças racistas não se cumprirão, o pavor não desaparece, porque ele traz no corpo o significado que incita e justifica, para o outro, a violência racista.

É justamente porque o racismo não se formula explicitamente, mas antes sobrevive num devir interminável enquanto uma possibilidade virtual, que o terror de possíveis ataques (de qualquer natureza, desde física à psíquica) por parte dos brancos cria para o negro uma angústia que se fixa na realidade exterior e se impõe inexoravelmente.

historicamente, os manicômios,
antigos hospitais psiquiátricos,
tinham em sua maioria
pacientes negros. Penso que
isso é decorrente desse processo
sócio-histórico e econômico,
aliado a uma fragilidade psíquica

Quando o processo de despersonalização de que nos fala Sami-Ali é levado às últimas consequências, o indivíduo sofre a perda da condição de sujeito, e correlativamente uma quebra no processo de simbolização: ocorre, então, a perda do simbólico, que implica a impossibilidade de elaboração de qualquer situação do seu cotidiano.

Tal forma extrema a que pode levar o processo de despersonalização depende, está claro, da constituição psíquica estrutural do sujeito, que o torna mais ou menos vulnerável à possibilidade de uma cisão psíquica.

Historicamente, os manicômios, antigos hospitais psiquiátricos, tinham em sua maioria pacientes negros. Penso que isso é decorrente desse processo sócio-histórico e econômico, aliado a uma fragilidade psíquica. Durante anos esses pacientes foram vistos como psicóticos, confinados e medicados, sem uma escuta possível, que lhes permitisse uma simbolização possível desse lugar imposto por uma sociedade estruturalmente racista que os condenou ao apagamento de si mesmo e os excluiu da sua condição de sujeito.

22 M. Sami-Ali, *op. cit.*, p. 13.

23 M. Sami, *op. cit.*, p. 28-29.

24 M. Sami-Ali, *op. cit.*, p. 34.



Referências bibliográficas

- Costa J.F. (1984). *Violência e psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Dolto F. (1984/1992). *A imagem inconsciente do corpo*. São Paulo: Perspectiva.
- Jerusalinsky A. (1989). *Psicanálise do autismo*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Lacan J. (1978/1985). *O eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise*. O Seminário, Livro II. Rio de Janeiro: Zahar.
- Mbembe A. (2014/2018). *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona.
- Nogueira I.B. (2021). *A cor do inconsciente: significações do corpo negro*. São Paulo: Perspectiva.
- Sami-Ali M. (1977/1993). *Corpo real. Corpo imaginário: para uma epistemologia psicanalítica*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Tocqueville A. (1998). *A democracia na América: leis e costumes de certas leis e certos costumes políticos que foram naturalmente sugeridos aos americanos por seu estado social democrático*. São Paulo: Martins Fontes.
- Zygouris R. (1995). A vergonha de si. In *Ab! As belas lições!* São Paulo: Escuta.

The symbolic dimension of the black body and the imaginary ideal of whiteness

Abstract Using the psychoanalytic framework and taking as a starting point the socio-historical and economic context, the aim is to understand the effects and the particular psychic configurations that racism produces for Black individuals. It highlights how the meanings inscribed by racism shape the symbolic dimension of the Black body and the imaginary ideal of whiteness.

Keywords racism; symbolic dimension of the Black body; ideal of whiteness.

Texto recebido: 08/2024

Aprovado: 09/2024

Racismo: um trauma coletivo não considerado

Marisa Corrêa da Silva

Marisa Corrêa da Silva é médica psiquiatra e psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e articuladora do Grupo de Trabalho, Estudo e Pesquisa “A Cor do Mal Estar: da Invisibilidade do Trauma ao Letramento” no mesmo Departamento; Formação psicanalítica: título e membro pelo Instituto Psicanalítico Berlin (PaIB).

Resumo Focando especificamente o racismo em relação à população negra, este texto visa principalmente caracterizar o racismo estrutural e institucional como um fator traumático coletivo. Processos de introjeção, projeção e identificação facilitam o entendimento psicodinâmico desse trauma que não alcança representação e nem integração no aparelho psíquico. A confrontação do(a) analista com o seu próprio racismo internalizado é imprescindível para propiciar a simbolização desse traumático através do processo transferencial e contratransferencial.

Palavras-chave racismo; trauma; introjeção.

DOI: 10.70048/percurso.73.21-34

Estamos diante da tarefa de obter uma compreensão tão abrangente quanto possível da destruição e das consequências da violência e do trauma [...] A concretude de toda experiência humana não pode ser entendida sem a participação da construção social, nem pode ser inteiramente definida social e inter-subjetivamente [...] O trauma rompe o manto protetor que forma a estrutura psicológica do significado. É inscrito no corpo e tem um efeito direto no substrato orgânico do funcionamento mental. As especificidades do trauma, que devem ser apropriadamente descritas psicologicamente, situam-se na estrutura dos processos perceptivos, afetivos e os vivenciados, de tal modo que o espaço psíquico é rompido, e a simbolização, destruída. A experiência se apresenta avassaladora para o núcleo psíquico do sujeito.¹

[W. Bohleber]

As relações interpessoais, em particular as étnico-raciais, no Brasil, são caracterizadas por um racismo que, apesar de existir de modo institucional e estrutural², não é identificado como um fator nocivo às possibilidades e perspectivas de vida social, política, econômica e profissional dos sujeitos. O racismo determina uma imensa desigualdade de oportunidades, alimentando um círculo vicioso de relações permeadas por dominação e subserviência. Igualmente, não é considerado um fator que interfere no desenvolvimento psicossocial do sujeito, gerando efeitos traumáticos graves, individuais e coletivos. Essa desconsideração do racismo como agente responsável por graves comprometimentos psíquicos e somáticos é definitivamente uma lacuna que precisa ser entendida, elaborada e sanada. -

Este artigo pretende abordar a importância de identificarmos a relação entre vivência e prática do racismo com determinados

¹ W. Bohleber, “Die Entwicklung der Traumatheorie in der Psychoanalyse”, *Psyche*, 54.

² S.L. Almeida, *Racismo estrutural*; G. Kilomba, *Plantation memories: episodes of everyday racism*.



*torna-se essencial
elucidar que a interrelação
entre racismo e saúde mental
existe, e os efeitos
do racismo não são
de responsabilidade da
população negra, mas
de toda a sociedade*

comportamentos, traços de personalidade, sofrimentos, inibições. Enfim, com determinados comprometimentos das funções egoicas dos sujeitos na nossa sociedade, sejam eles os que sofrem diretamente ou os que não sofrem diretamente o racismo. Nesse contexto, torna-se essencial elucidar que a interrelação entre racismo e saúde mental existe, e os efeitos do racismo não são de responsabilidade da população negra, mas de toda a sociedade. A população branca racializou a população negra, mas, com isso, não se isentou de vivenciar também os malefícios do racismo.

A complexidade e abrangência dessa abordagem é muito maior do que muitas vezes somos capazes de acessar. Em um país estrutural e institucionalmente racista, não podemos falar de uma situação de trauma enquanto um episódio isolado e pontual, mas sim de um processo traumático secular cumulativo que acomete toda a população de um modo complexo e com frequência inaccessível. Um processo que adoce o sujeito sem que ele consiga alcançar uma representação psíquica para o que é vivido. Identificar comprometimentos da saúde mental e da saúde geral, que possam estar relacionados com esse processo, propicia a simbolização, a elaboração e o consequente cuidado destes focos traumáticos.

Por ser uma situação já naturalizada e cronicada em nossa sociedade, na maioria das vezes sequer se consegue identificar que esteja havendo

a existência de um sofrimento ou um comprometimento. Não se consegue simbolizar esse sofrimento. Como em todo traumatismo grave, a maneira como cada sujeito lida com o mesmo também vai depender das características e dos recursos individuais inerentes a ele e/ou dos recursos recebidos na sua relação de sujeito com o meio.

Outro aspecto a ressaltar é o entendimento dos processos de internalização e projeção do racismo, tanto por quem o sofre, como por quem com ele convive e/ou compactua: o quanto, muitas vezes, em proporções variadas, a própria vítima, no caso o sujeito negro, é culpabilizado, culpabiliza-se e entra em conformidade com a prática e a postura racista; e, vice-versa, o sujeito não negro se vitimiza e preconiza a punição violenta da vítima, por ele transformada em algoz, mantendo o exercício de poder e os privilégios.

A transmissão transgeracional do traumático representa um aspecto reconhecido e identificado através de pesquisas atuais³, que também precisa ser considerado e incluído no entendimento da dinâmica psíquica do traumático do racismo.

Enfatizo a importância de o(a) analista igualmente fazer um trabalho de confrontação e elaboração do racismo nele(a) internalizado, para que ocorra a necessária consideração dos aspectos acima elencados, tanto na escuta analítica como no processo transferencial e contratransferencial, e dessa forma facilitar a construção da representação do que não pode sequer ser simbolizado dada a gravidade do trauma.

Considerações históricas e sociais

O resgate do fato histórico da libertação dos escravizados, agregado à intencional recusa e usurpação das oportunidades de trabalho aos ex-escravizados, é importante para aprofundarmos o entendimento da relação do racismo e da escravidão com o traumático individual e coletivo em nossa sociedade. A chamada lei Áurea já impõe, pelo nome – lei de ouro –, uma associação simbólica com algo de grande valor. Penso que a

intenção, na época, era colocar um brilho especial para chamar atenção: o Brasil estaria dando um grande passo na direção de eliminar um processo desumano como a escravidão. A lei, no entanto, foi um engodo, uma tentativa de dourar a pílula amarga do criminoso regime escravagista existente. Tanto que não propiciou a emancipação da população negra e muito menos a reparação pelos anos de tanta violência. Pelo contrário, lançou à própria sorte a população que restava escravizada, o mesmo que já acontecia com os alforriados, em maioria na época. Esse foi um segundo engodo, pois, quando a lei foi assinada, cerca de 90% dos escravizados já estavam alforriados.

A promulgação oficial da abolição não garantiu o reconhecimento, pelo Estado, da prática de crime hediondo e da autorização da violência continuada. Esse crime foi camuflado, omitido, negado.

Quando a escravidão e o racismo são negados enquanto práticas violentas que não são criminalizadas, marcas traumáticas são reinscritas, transcendendo as violências cometidas. A negação do ato traumático funciona como uma segunda fase do trauma.

Ferenczi “supõe que duas fases são necessárias para que o trauma se torne patogênico; por si só, não necessariamente é patógeno. Ele pode se tornar patogênico se as pessoas de quem a criança depende, principalmente a mãe, negarem o que aconteceu após o trauma. Em primeiro lugar, é o efeito surpresa, bem como a repetição do trauma, e depois a hipocrisia, o desmentido, o despertar de sentimentos de culpa, a rejeição, a mentira, que o tornam patogênico”⁴.

No caso da escravidão e do racismo, houve ainda o agravante de terem sido justificados pela afirmação de que um sujeito negro não é necessariamente um sujeito, é praticamente uma coisa, um objeto de troca. Com isso, o dominador

»
*o dominador, que nega o seu
papal de algoz, nega também a
correlação entre o comprometimento
da saúde mental com a violência
executada e sofrida, distorce
os fatos e responsabiliza o sujeito
violentado, de modo absoluto,
pelas ações auto
e heterodestrutivas*

pretende se abster da responsabilidade pela execução da violência, ficar com a consciência tranquila, garantir seus privilégios e a dominação.

O comprometimento óbvio da saúde mental do sujeito abusado pode se traduzir em transtornos de comportamentos, que resultam em ações danosas para si e para outros.

O dominador, que nega o seu papel de algoz, nega também a correlação entre o comprometimento da saúde mental com a violência executada e sofrida, distorce os fatos e responsabiliza o sujeito violentado, de modo absoluto, pelas ações auto e heterodestrutivas. Dessa forma, inscreve nesse sujeito o estigma de um ser pernicioso para a sociedade. Com isso, fecha-se o ciclo ao se eximir da responsabilidade e culpabilizar, de forma projetiva, o sujeito abusado, produzindo-o como algoz de si mesmo.

Essa é outra falácia traduzida nos dias de hoje pelas hediondas afirmações: “não melhora de vida porque não se esforça”, “não ocupa lugares porque não tem mérito”, ou ainda, “bandido bom é bandido morto”. Os que hoje apoiam esse paradigma não refletem sobre as origens desse descabro sociopolítico, que incrimina os que por longos séculos sofreram abusos arbitrários, sem trégua e sem o direito sequer de ter essa arbitrariedade reconhecida como crime.

Portanto, negação, projeção, distorção da realidade e isenção de responsabilidade

3 K. Gapp et al., “Alterations in sperm long RNA contribute to the epigenetic inheritance of the effects of postnatal trauma”, *Molecular Psychiatry*, v. 25, p. 2162-2174.

4 J. Dupont, “Der Traumbegriff nach Ferenczi und sein Einfluß auf die spätere psychoanalytische Forschung”, *Psyche*, 53, p. 419-431.



*escutamos com frequência
pessoas dizendo: “meu bisavô
tinha escravos, mas os tratava bem”.
Ou seja, tanto no imaginário
do ex-escravizado, como
no do descendente do escravagista,
escravizar ou subempregar
não são considerados
tratar mal*

retraumatizam, potencializando o trauma já instituído pela violência. Esse é o segundo momento do trauma, onde quem o sofre vê-se em total desamparo, tomado pelo pavor e pela impotência, com consequente prejuízo à capacidade de reagir adequadamente a seu favor.

Até hoje presenciamos trabalhadores domésticos sub-remunerados, explorados, com demanda excessiva de trabalho, mas que se conformam com a situação, como se entendessem que aquilo é o que lhes cabe.

Da mesma forma, escutamos com frequência pessoas dizendo: “meu bisavô tinha escravos, mas os tratava bem”. Ou seja, tanto no imaginário do ex-escravizado, como no do descendente do escravagista, escravizar ou subempregar não são considerados tratar mal. Em ambos os comportamentos pode-se identificar mecanismos inconscientes ou subconscientes de defesa como: clivagem, negação, recusa. Mecanismos que serão aprofundados mais adiante.

Uma outra vertente da expressão acima citada, “os escravos do meu avô preferiram continuar trabalhando na fazenda mesmo depois da abolição”, permite identificar outra falácia, que é a de ignorar o fato de os escravizados não terem outra saída se não permanecer. Onde quer que fossem sofreriam alijamento, exploração, humilhação.

Podemos entender, nesse contexto, que as relações étnico-raciais no Brasil são caracterizadas

por um racismo inscrito de modo institucional e estrutural, não identificado como um fator nocivo para as possibilidades e perspectivas de vida minimamente saudáveis do ponto de vista social, político, econômico e profissional para quem sofre tais abusos.

A consequente desigualdade de oportunidades e os modos de vida daí gerados alimentam um círculo vicioso de relações permeadas por dominação e subserviência, o que, consequentemente, influencia o desenvolvimento psicossocial do sujeito, pela produção de graves efeitos traumáticos, individuais e coletivos.

Vivemos, portanto, numa sociedade marcada por uma enorme discrepância social, econômica e cultural, com a qual nos confrontamos diariamente. Podemos falar de, no mínimo, duas realidades distintas, diversas em seus hábitos, suas experiências de vida, seus parâmetros e referenciais. O país em que vivemos abriga, no mesmo contexto político-social, mundos que não conversam entre si. Em um deles, vivem as pessoas que mandam porque podem e, no outro, as que obedecem porque têm juízo. Esse dito popular denuncia o apartheid estabelecido em nossa sociedade.

Enquanto analistas, terapeutas e cidadãos, não podemos desconsiderar em nossas práticas psicanalíticas e terapêuticas as realidades raciais, sociais, culturais, políticas que nos constituem. Na prática, em relação ao racismo, há mais do que uma desconsideração, há uma verdadeira recusa em incluí-lo, tanto na abordagem psicanalítica, como na maioria das abordagens clínicas, sejam elas preventivas, curativas ou de reabilitação.

A desconsideração da violência do racismo como um fator causador de comprometimentos psíquicos e somáticos é definitivamente uma lacuna que precisa ser entendida, elaborada e sanada.

Entendo que o racismo tem uma dimensão traumática para toda a sociedade, qualquer que seja a etnia dos cidadãos dessa sociedade, já que ele está integrado na dinâmica social do país há séculos, a partir de uma mentalidade escravocrata ainda atual.

Introjeção da experiência traumática e seus efeitos

Como podemos entender, mais detalhadamente, que a prática continuada e autorizada de violência leva a consequências traumáticas, e como essas consequências traumáticas podem se manifestar no sujeito e na coletividade?

Como entender de que modo uma vivência traumática age na contramão da produção de saúde mental?

Somos constituídos, dentre outros aspectos, principalmente a partir da relação que estabelecemos com o meio, melhor dizendo, com os objetos com os quais nos relacionamos e vice-versa. Essa relação se dá em conexão com os nossos recursos internos, que propiciam a individualidade ou singularidade de como vivenciamos e introjetamos essa relação. “Os conceitos atuais psicanalíticos apontam para definir introjeção como uma forma de internalização das vivências das relações objetais. A relação é que seria internalizada e não o objeto”⁵.

Em vivências não traumáticas de relação objetiva, a introjeção evolui temporal e processualmente para uma identificação secundária madura. Se a relação objetiva não tiver sido traumática, as introjeções terão uma função de amadurecimento do aparelho psíquico, caso contrário terão uma função muito mais defensiva.

Em vivências traumáticas, onde as relações objetais não podem ser integradas psicologicamente, o introjetado traumático ocupa um lugar apartado no aparelho psíquico. O Eu pensante, a parte funcional do Eu, lança mão de mecanismos primários

5 F. Rosenberg, *Introjekt und Trauma*.

6 “Desde que H. Hartmann introduziu o conceito de self na teoria psicanalítica, a discussão tem se centrado na questão de como o conceito de self se relaciona com o de Eu. Com base no pressuposto de que o conceito de Eu do modelo estrutural não pode explicar todos os fenômenos psíquicos, especialmente os da psicologia geral do desenvolvimento psicanalítico, o autor discute a relação entre o Eu e o self de tal forma que o último é caracterizado por representações internalizadas, enquanto o Eu, como um órgão do self, é definido apenas por suas funções”. R. Fetscher, *Das Selbst und das Ich, Psyche*, 35; H. Kohut, *Narzißmus: Eine Theorie der psychoanalytischen Behandlung narzißtischer Persönlichkeitsstörungen*.



*a agressão imposta
à vítima é introjetada junto
com um sentimento de culpa,
que a sobrecarrega e tortura
de modo intrusivo, e com o
qual esta se identifica, libertando
assim o agressor deste
sentimento real de culpa*

de defesa contra os efeitos lesivos dessa relação. Tenta simbolizar usando mecanismos de clivagem e negação para se manter separado, distanciado desse introjetado traumático, que não pode ser transformado numa representação com funcionalidade simbólica. Com isso tais introjeções traumáticas não são integradas num Super Eu ou num Ideal de Eu maduros. Permanecem clivadas. Em processos posteriores de elaboração, ao longo do desenvolvimento, acontece uma identificação secundária imatura, global e rígida do Eu com esse introjetado, devido à não possibilidade de integração.

A agressão imposta à vítima é introjetada junto com um sentimento de culpa, que a sobrecarrega e tortura de modo intrusivo, e com o qual esta se identifica, libertando assim o agressor deste sentimento real de culpa. Com essa identificação secundária e liberação do agressor da sua culpa, a vítima pode ter esse agressor como um objeto parcial positivo e amado, que preencheria a necessidade de pertencimento do sujeito a um objeto de ligação. A relação objetiva traumática introjetada gera um círculo vicioso: uma parte do Super Eu rejeita essa identificação, e a outra parte aceita. A parte que rejeita condena o Eu pela cumplicidade com o agressor, gerando igualmente culpa e desvalia no Self ⁶, confirmando que, por si só, pode ser insolúvel.

Com essa introjeção do agressor, o Eu garante também a ilusão de juntamente introjetar



o processo de introjeção traumática se dá como um processo de identificação projetiva, onde a violência é tamanha que a vítima se vê à mercê do agressor. A vítima se vê absolutamente sobrecarregada com a agressão

o poder de dominação do agressor, e com isso, ilusoriamente, sentir-se forte e potente.

Por um lado, o Eu se sente forte e narcisicamente inatacável, mas, por outro, sente-se recriado pelo Super Eu.

Rosenberg propõe que o Ideal de Eu tenha também um papel importante, principalmente para a identificação narcísica com introjeções traumáticas, e que o Super Eu e o Ideal de Eu possam entrar em conflitos graves entre si.

O sujeito se fixa paradoxalmente nesta introjeção: por um lado, ele a vivencia como torturante, ameaçadora e invasiva; por outro, como objeto interno forte, onipotente e inatingível, possuidor de um poder que passa a desejar para si mesmo. Esse fenômeno aparece no trabalho analítico como uma resistência narcísica dentro do processo transferencial.

A fixação na manutenção da relação com o agressor deve ser entendida como uma tentativa de preservar a necessária relação parcial com o objeto.

O processo de introjeção traumática se dá como um processo de identificação projetiva, onde a violência é tamanha que a vítima se vê à mercê do agressor. A vítima se vê absolutamente sobrecarregada com a agressão, regredindo para um estado onde não consegue mais diferenciar quem é ela e quem é o agressor.

No plano corporal podem acontecer fenômenos dissociativos como anestesia de partes do

corpo e excitação sexual durante abuso sexual, assim como adoecimentos por somatização com descargas nocivas hormonais, de neurotransmissores e de outros reguladores fisiológicos, gerando quadros clínicos como diabetes, hipertensão arterial, obesidade. Nesse sentido, podemos apontar a importância do trabalho corporal como facilitador de acesso ao trauma não simbolizado. No plano psíquico, podem acontecer processos regressivos dos mais diversos, tais como distorção e fragmentação da percepção da realidade, dificuldade de impor limites.

A relação traumática se dá por constantes fenômenos projetivos e introjetivos. O agressor projeta partes nocivas de si na vítima, que as introjeta. Além disso, rouba da vítima a possibilidade de introjeção de partes boas/positivas. Ou seja, pelo fato de as projeções do nocivo serem introjetadas pelo agredido, o agressor aniquila a possibilidade do exercício do lado bom, no caso de uma criança, por exemplo, de sua inocência, de sua autoconfiança e confiança no mundo, de sua felicidade e de sua autoestima.

Do ponto de vista psicodinâmico, na injunção do trauma diferencia-se o que é experimentado na situação traumática, o contexto do fator traumático, o processo de introjeção e elaboração da vivência traumática. Na introjeção incluem-se as construções introjetadas, os conflitos, os sintomas e as mudanças estruturais advindas da introjeção traumática. Essa visão psicodinâmica propugna que a traumatização não é superada, não termina com o fim do episódio traumático. O trauma é um processo dinâmico, daí o autor⁷ preferir usar a terminologia traumatização em vez de trauma.

Trauma é um conceito que vincula um evento externo com suas consequências específicas para a realidade psíquica interna. Nessa medida, “é um termo relacional”⁸.

O trauma psíquico é um acontecimento que arrebatava abruptamente a capacidade do Eu de proporcionar uma sensação mínima de segurança e plenitude integradora, resultando que o Eu vivencie medo ou impotência

avassaladores o suficiente para se sentir ameaçado, provocando modificações permanentes na organização psíquica.⁹

Se a experiência traumática ocorre, por exemplo, em fase de tenra idade, onde a vítima encontra-se em total dependência do agressor e do seu cuidado, pode resultar em uma regressão severa, na direção de uma infantilização, gerando no sujeito a convicção de que apenas quem começou a agressão pode acabar com ela. Vivencia o agressor como onipotente, obriga-se a se curvar a ele, a se subjugar, adivinhar as suas expectativas e preenchê-las incondicionalmente. Dessa apreensão regredida da realidade, a vítima constrói a demanda de ter que ser consolada pelo agressor, e o coloca como o único capaz de acabar com seu sofrimento. Com isso, rejeita a ajuda de um terceiro.

No caso do racismo, segundo entendo, a complexidade se refere às muitas nuances entre o estado de aprisionamento traumático – onde há quase uma paralisia e um desistir de si mesmo –, e o estado de um funcionamento mental saudável e favorável a si mesmo. A constância, a cronificação e o efeito cumulativo das vivências traumáticas devido ao secular racismo cotidiano interferem nos mecanismos de defesa e nas expressões reativas ao medo. Estes, que deveriam agir a nosso favor, podem já não funcionar como seria necessário no cuidado da autopreservação e na geração de bem-estar e plenitude. Como se o Eu reconhecesse determinados ataques nocivos como normatizados e toleráveis, não resultando necessariamente numa paralisia, sem deixar, no entanto, de causar inibições e restrições ao seu funcionamento, além de resultar em sofrimentos, sintomas e transtornos de comportamento que igualmente passam despercebidos. Como se estivéssemos tolerando chibatadas, nos movimentando com grilhões no

»»

*as consequências lesivas
do racismo são transmitidas
de modo inconsciente, de gerações
a gerações, por séculos, de modo
a se integrarem muitas vezes
no modo de funcionamento
do sujeito, sem que sejam
identificadas em sua relação
de causa e efeito*

corpo e nos expressando com uma mordada na boca, sem nos darmos conta disso.

Diretamente relacionado aos aspectos acima descritos é o caráter transgeracional do traumático do racismo. Ou seja, as consequências lesivas são transmitidas de modo inconsciente, de gerações a gerações, por séculos, de modo a se integrarem muitas vezes no modo de funcionamento do sujeito, sem que sejam identificadas em sua relação de causa e efeito, como se o sujeito já viesse ao mundo com dívidas que não contraiu.

Existem diversos estudos demonstrando que modificações epigenéticas devido a vivências traumatizantes podem ser transmitidas para as gerações seguintes. Da mesma forma que experiências traumáticas podem provocar modificações epigenéticas¹⁰, ressignificações e elaborações dessas experiências, por exemplo, através de um trabalho analítico/terapêutico, também podem transformar essas modificações epigenéticas na direção de uma reparação dessa transmissão traumática¹¹.

Retomando a denominação trauma coletivo, mencionada no título do texto e assumida por mim como importante para entender o racismo, compreendo que possa ser necessário um aprofundamento sobre o conceito. Igualmente, considerando-se o racismo além de trauma coletivo um trauma cumulativo, também aqui caberiam aprofundamentos. Em minha concepção, o racismo seria um trauma com as características de

7 F. Rosenberg, *op. cit.*

8 Fischer e Riedesser apud Bohleber, "Die Entwicklung der Traumatheorie in der Psychoanalyse", *Psyche*, 54.

9 W. Bohleber, *op. cit.*

10 K. Gapp, *op. cit.*

11 K. Gapp, *op. cit.*



é muito importante que o/a analista não negro/a atente para que a relação analítica/terapêutica não re-encene atitudes racistas. O mesmo se aplica a um/a analista negro/a, que passe a ocupar uma posição até então praticamente exclusiva da privilegiada população branca

trauma introjetado, transgeracional, coletivo e cumulativo¹².

Abordagem clínica e articulações

Apresento resumidamente um caso clínico que exemplifica alguns efeitos subjetivos traumáticos do racismo, com aspectos inter e transgeracionais e de somatização.

O principal método usado no trabalho analítico em questão foi a escuta e a observação cuidadosa, que podemos denominar uma escuta inclusiva racial. Não quero dizer com isso que seja uma escuta e uma observação especificamente da população negra. Trata-se de uma escuta que atenta para a relação de determinados aspectos do funcionamento psicodinâmico do sujeito criado em uma estrutura sociopolítica racista, que violenta tanto a população negra como a branca. Essa escuta visa construir, junto com a analisanda, um entendimento da relação entre racismo e saúde mental.

O racismo permeia a população negra, enquanto objeto que o sofre, e a população branca, enquanto seu agente. Portanto, a violência estabelecida nessa relação se espalha para ambos os polos, ainda que com características diversas.

Estou generalizando – sujeitos negros e brancos – com a única intenção de simplificar, no pequeno espaço deste texto, uma realidade que

certamente é bem mais complexa, composta de sujeitos únicos, com posturas individuais diante do racismo. Porém, mantenho a denominação generalizada de negros e brancos com a finalidade de expressar um imaginário racista estabelecido no coletivo da nossa sociedade.

O racismo está internalizado em todos os que vivem em uma sociedade estruturalmente racista. Refiro-me a um processo muitas vezes inconsciente, naturalizado e aceito dentro de uma normalidade social, tal como os estereótipos. Esse aspecto é de extrema importância para a prática clínica terapêutica.

Para que a relação analisanda-analista facilite o acesso, a representação e a elaboração das consequências traumáticas do racismo, essa relação precisa permitir que processos intra e inter-psíquicos de elaboração e simbolização aconteçam tanto com a analisanda como com o/a analista.

Ou seja, ambos vão precisar se confrontar com o seu racismo internalizado.

Levando-se em consideração que a maioria dos profissionais psicanalistas e terapeutas não é constituída por negros, como consequência da própria discriminação racial, que dificulta a ascensão sociocultural da população negra e pobre, é muito importante que o/a analista não negro/a atente para que a relação analítica/terapêutica não re-encene atitudes racistas. O mesmo se aplica a um/a analista negro/a, que passe a ocupar uma posição até então praticamente exclusiva da privilegiada população branca.

Enquanto psicanalista me refiro a uma técnica que opera principalmente com e na relação transferencial¹³. Mas, seja qual for a técnica, ou as técnicas, caso cogitemos a pertinência de um trabalho multidisciplinar, tal trabalho precisa ser realizado com muita delicadeza, constância de sustentação, acolhimento, além do respeito aos limites e às possibilidades individuais de confrontação com as experiências traumáticas.

Por motivos de sigilo, omito detalhes que possam levar à identificação da analisanda. Trata-se de uma jovem adulta, autodeclarada de cor preta, heterossexual, criada por mulheres de duas

gerações, com irmãos e primos do sexo masculino, sendo ela a única menina. No círculo familiar, as figuras masculinas adultas eram ausentes, ou pouco presentes, ou dependentes ou, ainda, autoritárias e desvalorizadoras das figuras femininas.

Nenhuma das figuras femininas havia cursado nível superior, sendo a paciente a primeira mulher da família a ter uma profissão diferenciada, com ganho econômico, cultural e intelectual significativo. Nesse contexto a paciente vivencia a sua ascensão como um movimento compensatório a uma vivência de desvalorização por ser “além de negra, gorda. Quem queria brincar com uma criança gorda?” A família supervalorizava práticas desportivas, apontando-as como a única oportunidade de “um negro subir na vida”. Por ela ser “gorda e desajeitada” no esporte, a família vaticinou: “é melhor você estudar e ser muito boa nisso, pois nesse riscado as chances do negro são mínimas”. Paralelamente, era bastante cobrada em casa para ajudar nos serviços domésticos, além de vivenciar muita submissão das mulheres ao comportamento masculino. E, mesmo que esse comportamento fosse nocivo – pela precária presença ou pela presença autoritária –, dizia-se “ruim com eles, pior sem eles”. Ou seja, as figuras masculinas eram postas como um mal necessário.

A desvalorização do papel da mulher negra acima descrita é condizente com a mentalidade escravocrata inserida em nosso cotidiano, onde a mulher negra serve para o sexo e o trabalho doméstico, usada todo o tempo como objeto, mas executora de funções vitais tanto no aspecto

»
*a desvalorização do papel
da mulher negra é condizente
com a mentalidade escravocrata
inserida em nosso cotidiano,
onde a mulher negra
serve para o sexo e o trabalho
doméstico, usada todo o
tempo como objeto*

objetivo como no subjetivo. Recebe com frequência o encargo e a sobrecarga de suprir as necessidades domésticas e afetivas da própria família, bem como as da família branca onde trabalha. Muitas vezes supre até mesmo a maternagem da criança branca. Porém, não recebe a devida consideração, nem na própria família, nem na família do branco. Os cuidados com a própria família são precarizados por despender a maior parte do seu dia, incluindo tempo de locomoção, trabalhando sob condições de superexploração na casa alheia, onde recebe como máximo “reconhecimento” ser considerada “praticamente da família”.

No caso da paciente em questão, mesmo o estudo e a ascensão social, cultural e econômica, com consequentes ganhos em termos de qualidade de vida e de mudança de paradigma no interior dos laços familiares e do laço social, não produziram o devido reconhecimento de valor por parte da família. Toda essa construção foi tomada apenas como alternativa compensatória à deficiência do corpo negro, gordo e desajeitado para o esporte – ascensão máxima que cabe a um negro. Até recentemente, sua família usufruía, quase abusava do crescimento econômico dela, contraindo dívidas financeiras às suas custas. A paciente apresentava uma grande dificuldade em colocar limites, por conta de uma relação deficitária objetal, que a deixava em situação de dependência e carência afetiva, como

12 Seguem referências bibliográficas sobre os conceitos acima mencionados com a intenção de fomentar leituras e futuras discussões, já que o seu detalhamento extrapola as possibilidades deste artigo: A. Kühner (2007), *Kollektive Traumata – Konzepte, Argumente, Perspektiven*, Germany: Psychosozial-Verlag; traumático cumulativo: M. Masud, R. Khan (1963), *Das kumulative Trauma, The Concept of Cumulative Trauma, The psychoanalytic study of the child* 18, 1, p. 286-306. Verfasst von: MMag. Dr. phil. Gianluca Crepaldi, Prof. Dr. Pia Andreatta, Germany: Springer Medizin, Forum der Psychoanalyse, Ausgabe 1/2021.

13 S. Schulze, “Schwarz und Weiß im analytischen Raum: über rassistische innere Objekte”, *Psyche*, 72, Heft 1.



*poderia essa mulher negra,
que amamenta, alimenta,
cuida e acolhe, suscitar também
desejos, inclusive libidinosos,
que, mesmo realizados,
de modo coercitivo ou não,
permaneçam conflituosos?*

se precisasse comprar a atenção e a valorização da família. A introjeção de um objeto interno negatizado e desqualificado pelo racismo também se faz reconhecível no comportamento de abdicação das próprias demandas e desejos. A analisanda muitas vezes verbaliza: “eu não sei identificar o que é desejo, acho que nunca soube o que era isso, nem sei se tenho desejos”. A identificação com a imagem feminina e o lugar da mulher negra na sociedade apregoada pelo colonizador se reproduz nitidamente pela repetição de comportamento dessas mulheres cuidadoras e solitárias, que muitas vezes se colocam na posição de sustentar alguns homens da família, ser amante de outros, tolerar as amantes ou o autoritarismo de outros. A analisanda, mesmo tendo rompido com uma parte importante dessa repetição inter e transgeracional de mulher objeto, reproduz no seu primeiro relacionamento uma vida em que o companheiro a trai com outras mulheres, traz os filhos dele com essas mulheres para ela cuidar e depende financeiramente dela. Durante esse relacionamento, a analisanda desenvolve uma doença autoimune, atualmente considerada de origem psíquica em termos etiológicos¹⁴. A dissolução do relacionamento foi um processo arrastado e vivenciado com culpa e vergonha: “eu sou a primeira nesta família de negros a ser uma mulher independente, bem sucedida profissional e intelectualmente, e ainda vou querer ter um relacionamento

satisfatório com um homem? Acho que seria demais de uma só vez”.

Depois desse relacionamento, ousou se relacionar com um homem branco, onde vivenciou situações de retraumatismo por racismo. Não por parte do namorado branco, mas pelos olhares invasivos, recriminatórios e ofensivos, vivenciados nos espaços públicos frequentados com ele, onde inclusive chegava a ser vítima de situações abusivas corporalmente. O namorado branco reagiu muitas vezes indignado e, fragilizado diante dessas violências racistas, mostrava-se muitas vezes culpado e envergonhado por ignorar a existência do racismo estrutural constitutivo da sociedade em que vivia. Sentia-se impotente e fragilizado junto dela. Nesse contexto, a paciente verbaliza: “Uma mulher branca pode contar com um homem que segure a onda dela se for necessário, pode se entregar confiando na estabilidade emocional e financeira dele, uma mulher negra nunca”.

Em relação ao despreparo do namorado branco vou tecer a seguir algumas considerações sobre o traumático de um sujeito branco que presenciou e presencia toda essa violência secular.

Como uma criança branca vivencia ser cuidada, receber maternagem de uma mãe preta, materializada na figura da babá, em geral uma mulher negra? Essa criança sabe ter uma mãe biológica branca, representante de uma sociedade que violenta, despreza e coisifica a mãe preta, mas que entrega sua própria cria aos cuidados de uma mulher estranha e coisificada? Pode-se imaginar, nesse exemplo de uma prática secular, que essa criança no mínimo vive um conflito de lealdade e uma quebra de segurança afetiva na relação com a mãe biológica. Como se a criança se perguntasse por qual razão a mãe a entrega aos cuidados de alguém que ela considera uma coisa subalterna.

Poderia essa mulher negra, que amamenta, alimenta, cuida e acolhe, suscitar também desejos, inclusive libidinosos, que, mesmo realizados, de modo coercitivo ou não, permaneçam conflituosos? Essa maternagem também pode vir carregada de mágoas, ressentimentos, raiva, já que tanto a mãe preta escravizada como a babá subempregada

dos dias atuais vivenciam a incoerência de terem que descuidar dos seus filhos biológicos para cuidar dos filhos privilegiados. Isso não afetaria a criança que está sendo cuidada?

O mesmo fenômeno presenciamos em relação à convivência do branco com vários outros serviços (motorista, porteiro, faxineiro, cozinheira, etc.), dos quais é muitas vezes dependente, mas pelos quais alimenta o sentimento de serem pessoas de segunda categoria. Convive com pessoas – e delas depende – que muitas vezes lhe evocam medo, ojeriza, estranhamento, e das quais quer manter distância. Um confronto diário com um inimigo perigoso, mas necessário por lhe prestar serviços essenciais e com baixa remuneração.

Não seria esse um comportamento quase perverso, dissociativo, onde mecanismos de defesa como a clivagem, a negação, a projeção e a identificação projetiva predominam?

O trabalho analítico com a referida analisanda possibilitou o estabelecimento de um vínculo, principalmente pela transferência positiva que construiu comigo durante o processo. O fato de eu ter identificado desde o início o componente traumático racista, apontá-lo com muita delicadeza, compreensão e conhecimento de sua existência certamente contribuiu para o estabelecimento desse vínculo transferencial positivo.

Ao longo do trabalho analítico ela consegue admitir que, emocionalmente, não se sente em condições de se autorizar triunfante em relação à sua ascensão social, cultural, intelectual e econômica. Pelo contrário, fantasia isso quase como uma derrota, já que ocupou o lugar compensatório da falha e do defeito de cor e de corpo. Identifica o quanto usa, muitas vezes, esse desempenho de ascensão como um escudo impeditivo do desejo de uma relação amorosa e companheira. Identifica a sua crença de que não lhe é possível, enquanto mulher negra, construir uma relação amorosa nos padrões que imagina acontecer com uma mulher branca. E, dessa forma, o escudo a

ao longo do trabalho analítico
a paciente consegue admitir
que, emocionalmente, não
se sente em condições de se
autorizar triunfante em relação
à sua ascensão social, cultural,
intelectual e econômica

protegeria do sofrimento pela imaginária frustração deste desejo.

Identifica, em seguida, que tal ascensão também simboliza e determina poder circular no meio branco, o que lhe gera culpa, vergonha e medo do distanciamento das suas deficientes, precárias e contraditórias raízes. Aponto para ela o quanto viver no meio branco pode significar uma retraumatização através de práticas racistas ditas sutis, como, por exemplo: olhares invasivos e estranhamento da sua presença nesses espaços brancos. Essas práticas racistas ditas sutis não são sutis para a analisanda, pelo contrário, elas reforçam a sua vivência de não pertencimento. Com essa intervenção, a analisanda identifica o quanto naturalizou situações de mal-estar, entendendo que faziam compulsoriamente parte do seu destino de mulher negra.

Sentiu-se bastante aliviada ao identificar essas situações ao longo da análise, assim como a identificação da somatização em forma de doença autoimune. Ela se deu conta de que aprendeu a rejeitar seu corpo, associá-lo a um corpo estranho, indesejável inclusive pela família, e incompatível para preencher o seu desejo amoroso.

O entendimento de que a introjeção do discurso racista de desvalia e exclusão ocorreu, ao menos em parte, pela própria família, levou-a também ao entendimento de que essa submissão ao discurso do dominador foi movida por medo

14 Conceição *et al.*; Dube *et al.*; A.F.M. Silva. Vide referências bibliográficas com estudos dos autores citados, já que o detalhamento do tema extrapola as possibilidades deste artigo.





insisto que, para a construção de uma prática antirracista, é imprescindível que se tematize igualmente a branquitude, seu lugar de privilégio e seu comportamento racista

de colocar a própria sobrevivência em risco. O dominado que não se submete ameaça a posição de privilégio do dominador. Essa compreensão de que a adequação à violência racial que desumaniza os sujeitos negros, simultaneamente, também significou garantir sobrevivência ao racismo ao longo de várias gerações, possibilitou construir caminhos de enfrentamento e reconciliação com um Super Eu recriminador, opressor, muitas vezes identificado com o próprio dominador. Possibilitou também o reconhecimento de um Ideal de Eu incompatível com a realidade do Eu, portanto, inalcançável. A partir da ressignificação e elaboração de introjeções racistas, assim como da representação de vivências traumáticas que sequer haviam podido ser simbolizadas, a paciente vem adquirindo autoconfiança e autocrédibilidade para continuar ousando e desejando uma vida digna de um sujeito e não se conformando com uma vida objetificada.

Conclusão

Esse breve relato de alguns aspectos de um caso clínico pretende ilustrar e embasar a importância de identificarmos práticas e heranças de racismo no desenvolvimento psíquico do sujeito negro e branco. Identificar o racismo como um componente traumático causador de adoecimento.

A escuta, o olhar e a confrontação cuidadosa do papel do componente racial nos comportamentos funcionais e disfuncionais da paciente facilitaram seu movimento na direção de se conscientizar da impropriedade de sua culpa e vergonha. Permitiu que se autorizasse na diferenciação em relação às mulheres de sua família, assim como permitiu melhor regulação entre a aproximação e a distância que queria manter com as pessoas de seu convívio. Atualmente encontra-se estável em relação à doença autoimune, assim como se mostra valorizando e destacando sua dimensão subjetiva e seu visual feminino negro.

Insisto que, para a construção de uma prática antirracista, é imprescindível que se tematize igualmente a branquitude, seu lugar de privilégio e seu comportamento racista. Penso ser imprescindível questionar as introjeções traumáticas do branco que compactua com a manutenção de uma sociedade extremamente desigual, mantendo-se na dicotomia de dois mundos tão diversos, negando a brutal discriminação e a exclusão social pelo racismo, negando sua grande participação na precariedade socio-econômico-cultural e política em que vivemos. Entendo que a função dessa negação seria perpetuar uma mentalidade arbitrária, autoritária e predadora.

Essa prática, usual e tolerada em nosso país, compromete a qualidade de vida da sociedade como um todo, não apenas a da população negra e pobre. A população branca também é acometida por essa irresponsabilidade político-social, que separa e classifica arbitrariamente seres humanos em dignos e indignos, desumanizando as vidas indignas. Essa desumanização contamina diretamente as vidas dignas, já que um ser coisificado dificilmente conseguirá contribuir construtivamente. Tenderá na maioria das vezes a uma participação destrutiva ou praticamente pouco significativa no funcionamento da sociedade.

A instituição e manutenção de dois mundos que não conversam criou uma dinâmica de fantasias e representações de um mundo em relação ao outro, não necessariamente verificadas e entendidas em seus contextos históricos, políticos

e sociais. Se pensarmos nos estereótipos construídos pela classe dominante sobre a população negra, como, por exemplo, “negro é sujo, ladrão, burro, preguiçoso” e “negro é bom de cama, de samba e de futebol”, vemos representações em dois polos: no primeiro, temos a representação do indesejável fora e dentro de nós mesmos, projetado nos negros, pois precisa ser extirpado e depositado fora de nós. No segundo, a representação do desejável, porém muitas vezes proibido e recalçado, precisando igualmente ser depositado fora de nós. Assim, podemos abstrair o entendimento do medo da confrontação na linha do estranho que habita em nós, como bem descreve Freud em *Das Unheimliche*, quando somos acometidos por sentimentos contraditórios como medo, ódio, desprezo, mas também cobiça, inveja, despeito.

Por outro lado, há, também, uma representação estereotipada do mundo branco como um mundo idealizado positivamente, onde só existem coisas admiráveis a serem desejadas e, muitas vezes, transformadas em padrões de medida do que é belo e do que é bom. Vemos, contudo, que, no mundo digno, confortável e privilegiado, a vida se dá em uma bolha frágil e com enormes restrições, como se transcorresse em uma gaiola de ouro – uma vida com privilégios, mas permeada de angústias, fantasias paranoicas e ilusões narcísicas, que fomentam um comportamento de negação e alienação ante a gravidade da existência desses dois mundos.

A análise de aspectos presentes no comportamento da população privilegiada é fundamental também para responsabilizar e incluir essa população no processo de reparação desse trauma. O discurso de que o racismo é um problema dos

»
*a prática antirracista, portanto,
está em conexão direta com
a produção de saúde mental,
assumindo não só uma função curativa,
como também preventiva, tanto na
clínica como no cotidiano social
e político de todos nós*

negros é definitivamente inaceitável por configurar um modo de fuga da própria responsabilidade na prática da conjuntura traumatizante.

Uma população afrodescendente em maioria numérica, que se mantém em posição socialmente minoritária, bloqueada pelas lesões decorrentes do horror traumático, reflete o que eu chamaria de personalidade aprisionada pelo horror do traumático. Propiciar a simbolização do trauma buscando a elaboração dele é um desafio, mas também um caminho para a libertação da personalidade de ambas as populações, negra e branca.

A prática antirracista, portanto, está em conexão direta com a produção de saúde mental, assumindo não só uma função curativa, como também preventiva, tanto na clínica como no cotidiano social e político de todos nós. Sem práticas antirracistas enquanto cidadãos, não conseguiremos construir uma sociedade saudável e de fato humanizada.

Referências bibliográficas

- Almeida S.L. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen. Coleção Feminismos Plurais, coord. Djamila Ribeiro.
- Bento M.A.S.; Carone I. (2016). *Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Bion W.R. (1992). *Lernen durch Erfahrung*. Frankfurt: Suhrkamp.
- Bohleber W. (2000). Die Entwicklung der Traumatheorie in der Psychoanalyse, Germany: *Psyche*, 54. Jahrgang, Heft 9/10, Klett-Cotta.
- Conceição C.T.M.; Meinão I.M.; Bombana J.A.; Sato, E.I. (2019). Psychoanalytic psychotherapy improves quality of life, depression, anxiety and coping in patients with systemic lupus erythematosus: a controlled randomized clinical trial, *Advances in Rheumatology*, v. 59.
- Dube S.R.; Fairweather D.L.; Pearson W.S.; Felitti V.J.; Anda, R.F.; Croft J.B. (2009). Cumulative childhood stress and autoimmune diseases in adults, U.S.A, *Psychosomatic Medicine* 71(2), p. 243-250
- Davis M.F. (2011). *Internal racism*. New York: Palgrave Macmillan.
- Dupont J. (1999). Der Traumbegriff nach Ferenczi und sein Einfluß auf die spätere psychoanalytische Forschung, *Psyche*, 53, Germany: p. 419-431, Klett-Cotta.
- Fanon F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: Edufa.
- Ferenczi S. (1933/1976). *Spracherwirrung zwischen den Erwachsenen*. Bausteine zur Psychoanalyse III, Bern/Stuttgart, Huber, p. 490-510.
- Fetscher R. (1981). Das Selbst und das Ich, *Psyche*, 35, Germany, p. 616-641, Klett-Cotta.
- Freud S. (1991). *Vorlesungen zur Einführung in die Psychoanalyse*. Frankfurt: Taschenbuch Fischer Verlag.
- ____ (1919). *Das Unheimliche*, Imago, Zeitschrift für Anwendung der Psychoanalyse auf die Geisteswissenschaften, Jg. 5, H. 5/6, S. 297-324.
- Gapp K. et al. (2020). Alterations in sperm long RNA contribute to the epigenetic inheritance of the effects of postnatal trauma, *Molecular Psychiatry*, v. 25, p. 2162-2174.
- Green A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- Kilomba, G. (2019). *Plantation memories. Episodes of everyday racism*. Münster, Germany: UNRAST – Verlag.
- Kohut H. (1976). *Narzissmus: Eine Theorie der psychoanalytischen Behandlung narzisstischer Persönlichkeitsstörungen*. Germany: Suhrkamp.
- Maldonado G.; Cardoso M.R. (2009). O trauma psíquico e o paradoxo das narrativas impossíveis, mas necessárias. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 21, n.1, p. 45-57.
- Miranda M.A. (2004). *A beleza negra na subjetividade das meninas: um caminho para as Mariazinhas. Considerações psicanalíticas*. Dissertação [mestrado], Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Nogueira I.B. (1988). *Significações do corpo negro*. Tese [doutorado], Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Reis E.S. (2004). *Corpo e memória traumática*. Texto apresentado no I Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e VII Congresso Brasileiro de Psicologia Fundamental, Rio de Janeiro, Brasil.
- Rosenberg F. (2010). *Introjekt und Trauma*. Frankfurt am Main, Germany: Brandes & Appel Verlag GmbH.
- Schulze S. (Januar 2018). Schwarz und Weiß im analytischen Raum: über rassistische innere Objekte, Germany: *Psyche*, 72. Jahrgang, Heft 1, psycho-sozial verlag.de.
- Seidler G.H. (1995). *Der Blick des Anderen*. Stuttgart, Germany: Verlag Internationale Psychoanalyse.
- Silva A.F.M. (2012). *Vinculação e stresse na artrite reumatoide do ponto de vista psicossomático*. Dissertação [Mestrado] em Psicologia Clínica e Aconselhamento, Universidade Autónoma de Lisboa – Departamento de Psicologia e Sociologia.
- Souza N.S. (1983). *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal.
- Steiner J. (1998). *Narzisstische Objektbeziehungen und pathologische Persönlichkeit-organisationen aus Orte des seelischen Rückzugs*. Stuttgart: Klett-Cotta.
- Vinker, C.H. et al. (2021). Successful treatment of post-traumatic stress disorder reverses DNA methylation marks. *Molecular Psychiatry*, v. 26 (4), p. 1264-1271.
- Williams G. (2003). *Über Introjektionsprozesse: die Hypothese einer Omega-Funktion, aus Innenwelt und Fremdkörper*. Stuttgart: Klett-Cotta.
- Winnicott D.W. (1992). *Fear of Breakdown from Psychoanalytic Explorations*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

Racism: an unconsidered collective trauma

Abstract Focusing specifically on racism in relation to the black population, this text mainly aims to characterize structural and institutional racism as a collective traumatic factor. Processes of introjection, projection and identification facilitate the psychodynamic understanding of this trauma, which does not achieve representation or integration in the psychic apparatus. The analyst's confrontation with his or her own internalized racism is essential to enable the symbolization of this trauma through the transferential and counter-transferential process.

Keywords racism; trauma; introjection.

Texto recebido: 03/2024.

Approved: 06/2024.

Com Ferenczi, por uma psicanálise decolonial

Jô Gondar

Conferência de abertura da 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi, realizada em 29 de maio de 2024.

Jô Gondar é psicanalista, membro efetivo do Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro, professora titular da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, membro do *board* da Internacional Sándor Ferenczi Network e da International Federation of Psychoanalytic Societies, membro fundador do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi.

Resumo O artigo procura transmitir o espírito que guiou a 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi. Não se propõe a situar Ferenczi em um lugar de mestria, nem a favorecer uma adesão acrítica a seus conceitos, mas sim a valorizar sua disposição para a mistura e as impurezas na teoria e na relação psicanalítica. Apresenta a noção de decolonialidade, crítica a herança colonial na construção da teoria psicanalítica e discute o modo como as ideias de Ferenczi podem nos ajudar a pensar e a exercer uma psicanálise adaptada ao nosso tempo e à nossa própria maneira.

Palavras-chave Sándor Ferenczi; decolonialidade; modernidade; utraquismo.

DOI: 10.70048/percurso.73.35-44

¹ Tratando-se da abertura de um congresso foi mantido, na medida do possível, o tom oral da apresentação.

Fui convidada a fazer a conferência de abertura da 14ª Conferência Internacional Sandor Ferenczi¹ e gostaria de transmitir a vocês o espírito que está nos movendo nesse evento. Posso afirmar e reafirmar, de saída, que nossa proposta não é defender uma psicanálise ferencziana. Tanto a ISFN (International Sándor Ferenczi Network) quanto o GBPSF (Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi) são organizações inclusivas, formadas por analistas ou pesquisadores com diferentes formações, oriundos de sociedades e campos diversos que não estão subordinados a Ferenczi, mas que encontram nele um companheiro de percurso e uma fonte de profunda inspiração.

Como muitos de vocês sabem, Ferenczi foi proscrito do meio psicanalítico a partir do início dos anos 1930, devido a todas as críticas que fez ao dispositivo psicanalítico e as inovações que propôs ao método, ao pensamento e à clínica da psicanálise. Não houve condições subjetivas, coragem ou vontade política, naquela época, de incluir essas inovações no pensamento e no dispositivo psicanalítico. Ferenczi sofreu o que chamamos hoje de “cancelamento”.

Uma das ideias importantes que ele trouxe à psicanálise, e que não pôde ser compreendida ou abraçada naquele momento, tem a ver com a possibilidade de libertação dos purismos, dos dogmatismos e das palavras de ordem que se impunham nas formações psicanalíticas e, em consonância, com o valor que Ferenczi deu às impurezas e às misturas, em diversos planos. Mesmo mantendo o foco na psicanálise, ele foi um adepto das misturas. Apreciava o que hoje chamamos de transdisciplinaridade, pensava que a psicanálise deveria se adequar às transformações sociais, políticas e subjetivas de cada época e propunha uma quebra de hierarquias, tanto na construção



*uma psicanálise
com perspectiva decolonial
não é uma proposta somente
dos países do sul*

teórica quanto na clínica. Ferenczi introduziu a horizontalidade no encontro analítico. Por isso mesmo, situá-lo num lugar de mestria, estabelecer um séquito de discípulos repetindo suas frases como mantras, favorecer uma adesão acrítica aos seus conceitos – isso seria trair a abertura que ele foi capaz de nos trazer e de instaurar na psicanálise. Nossa proposta é, ao contrário, desenvolver e levar mais longe essa disposição para a diversidade que Ferenczi nos legou.

A 14ª conferência está sendo realizada no Brasil, um país onde o interesse por Ferenczi só tem crescido. O Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi começou com 20 pessoas na última Conferência Internacional, em Florença. Hoje somos mais de 300. Por que há tanto interesse por Ferenczi no Brasil, me perguntou um dia Judit Mészáros, principalmente entre os jovens? É verdade que aqui as inspirações criativas de Ferenczi se expandem com facilidade. Talvez porque seu modo de pensar e praticar a psicanálise, seu método, seus conceitos, tudo isso nos fale muito de perto e potencialize algo que é nosso. Creio que isso não vale só para o Brasil. Vale para toda a América Latina, ou para todos os países do sul, onde a psicanálise está muito viva: nos consultórios privados e públicos, nas clínicas de rua, nos coletivos, nos hospitais, nas universidades. As ideias de Ferenczi podem nos ajudar a pensar e a exercer uma psicanálise adaptada ao nosso tempo e à nossa própria maneira – uma psicanálise com perspectiva decolonial.

Mas não seria estranho dizer que Ferenczi, um europeu, pode nos fazer avançar na direção de uma decolonialidade? A questão é que a Europa nunca foi um bloco unívoco. Existem algumas

Europas. O Império Austro-Húngaro, por exemplo, onde nasceram Freud e Ferenczi, era composto por diferentes Europas. Os Habsburgos austríacos tiveram um domínio de mais de 150 anos sobre a Hungria, e a violência desse domínio deixou sequelas traumáticas não digeridas pelos húngaros. A transmissão transgeracional desse trauma afetou Ferenczi, que cresceu num entorno marcado pela opressão austríaca. Pode-se entender que isso não fizesse questão para Freud. Mas Ferenczi viveu o resultado da imposição de outras formas de vida sobre si. E isso se traduziu, em seu pensamento clínico, numa crítica às relações de poder produzidas pelo dispositivo psicanalítico, e numa atenção especial às situações traumáticas.

Uma psicanálise com perspectiva decolonial não é uma proposta somente dos países do sul. A colonialidade implica o aprisionamento da psicanálise a certos ditames políticos e epistemológicos da modernidade que limitam sua capacidade de entender e de intervir no sofrimento subjetivo, impedindo que os analistas possam estar à altura dos problemas do seu tempo. Existem certos pressupostos da psicanálise que faziam parte do momento em que ela foi criada – já que ela surgiu na modernidade –, porém muitos analistas ainda querem manter esses pressupostos na psicanálise que eles exercem hoje. Contudo, esses pressupostos não dão mais conta dos problemas do nosso tempo: as questões de gênero, o problema dos racismos, as mudanças climáticas, tudo isso está nos fazendo rever alguns conceitos da teoria psicanalítica, conceitos referidos a uma certa ideia de humano que não se sustenta mais.

Apresento aqui alguns exemplos: reduzir as questões das mulheres à inveja do pênis; as questões dos negros a um narcisismo das pequenas diferenças – quando se sabe que ao desumanizar alguém as diferenças deixam de ser pequenas; acreditar que as questões climáticas não dizem respeito à psicanálise, já que o clima é algo da ordem da natureza – supõe-se assim que o campo humano está do lado da cultura e da linguagem, e não da natureza. É todo um modo de pensar e de conceber o humano que decorre de um



nos anos 1970 e 1980,
surgiu um movimento pós-colonial,
principalmente nos países
de colonização inglesa

determinado contexto e não é capaz de ultrapassar o horizonte de uma época que se convencionou chamar de modernidade. É verdade que os povos que sofreram a colonização percebem mais facilmente o lado opressivo da modernidade do que aqueles que não o foram. Mas a tentativa de desconstrução dessas concepções redutoras é de todos nós.

O que se entende por uma psicanálise com perspectiva decolonial? O termo decolonial não se refere aqui a uma desconstrução do colonialismo histórico, pois esse já terminou. Apesar disso, a lógica global de hierarquizar ou desumanizar certos grupos, de depreciar seus modos de vida e seus saberes continuou existindo. Hoje, essa lógica se exerce principalmente no plano cultural e epistemológico. É o que se chama colonialidade do saber²: a colonialidade se exerce, atualmente, na manutenção e na transmissão de certos modos de pensar e de sentir o mundo, na transmissão de modos de relação com as pessoas e com a natureza, na transmissão de normas de gênero, enfim, na produção de subjetividade. A psicanálise está inserida nessa transmissão, herdada da modernidade. O que se chama hoje de decolonialidade se refere ao movimento de denúncia e de libertação dessa lógica, dos pressupostos dos saberes através dos quais as práticas coloniais continuam se exercendo.

Nos anos 1970 e 1980, surgiu um movimento pós-colonial, principalmente nos países de colonização inglesa, como os Estados Unidos e a Índia. Esse movimento utilizava teorias europeias contemporâneas, como a filosofia da diferença e a psicanálise, para desconstruir o pensamento colonial. É uma lógica semelhante à que tem sido usada por algumas vertentes da psicanálise, principalmente da psicanálise francesa; essas vertentes vão usar os conceitos psicanalíticos para criticar

o colonialismo. No meio psicanalítico, esses são os trabalhos mais comuns sobre o problema da colonialidade.

Um pouco mais tarde, nos anos 1990, surgiu outro movimento, agora chamado decolonial, proveniente dos países latino-americanos. A ideia então era a de trabalhar não só com as ideias europeias, mas também com os saberes locais, os saberes dos povos originários e dos povos pretos, para confrontar as epistemologias mestras e a colonialidade do saber³. Se transpusermos o modo de agir desse movimento decolonial para o nosso campo, podemos perguntar: ao invés de usar a psicanálise como ferramenta para criticar outros saberes – pois isso não muda nada e apenas confirma o que já conhecemos – não poderíamos usar as ferramentas que provêm de outros saberes para repensar a psicanálise?

Parece que essa segunda forma – rever a psicanálise a partir de saberes exteriores a ela – foi a que Ferenczi praticou em *Thalassa*⁴ ao propor uma bioanálise. É um livro que está fazendo 100 anos em 2024. Vejam só, faz 100 anos que Ferenczi realizou esse movimento: em vez de manter a psicanálise num lugar inquestionável, como juiz dos outros saberes, ele se dirigiu para fora dela, usando outros saberes para tensioná-la e alargá-la. Ao invés de se preocupar com o que seria uma verdadeira psicanálise ou uma psicanálise pura, Ferenczi não teve medo de sujá-la, de misturá-la, de hibridizá-la.

Em seu prefácio imaginário para *Thalassa*, Leonardo Câmara⁵ vai mostrar como Ferenczi usou, nas teses desse livro, uma mistura inusitada – e, muitas vezes, paradoxal – entre o simbólico e o orgânico, entre teorias antigas e modernas,

2 W. Mignolo, “Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94.

3 W. Mignolo, *op. cit.*

4 S. Ferenczi, “Thalassa. Ensaio sobre a teoria da genitalidade”, in *Obras completas, Psicanálise III*.

5 L. Câmara; R. Herzog, “Um prefácio imaginário para Thalassa”, in *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 18, n. 1.



*a colonialidade foi também
uma forma de dominação
subjativa e epistemológica*

juntamente com mitos, aforismas de Nietzsche, referências sobre o comportamento dos animais, achados clínicos e conceitos da metapsicologia. O gesto de Ferenczi foi feito há 100 anos, com as ferramentas de que ele dispunha. Atualmente, dispomos de mais ferramentas ou, pelo menos, de ferramentas diferentes – e muito disso graças aos experimentos que ele fez. Cabe a nós continuarmos esse movimento no sentido de uma abertura à diversidade – de saberes, de lógicas, de modos subjetivos, de conceitos. Se um livro como *Thalassa* fosse escrito hoje, ele talvez pudesse incluir, para tensionar a psicanálise, as ideias de Antonio Bispo, Achille Mbembe, Paul Preciado e David Kopenawa, para citar apenas alguns.

O grupo mais importante do movimento decolonial (movimento latino-americano, como foi dito), chama-se Modernidade/Colonialidade, e é formado, entre outros, por Anibal Quijano (peruano), Walter Dignolo (argentino), Nelson Maldonado Torres (porto-riquenho), María Lugones (argentina), havendo também influência do brasileiro Paulo Freire. A tese principal desse grupo é a de que a retórica da modernidade esconde a lógica da colonialidade, ou seja, que a colonialidade é o lado oculto da modernidade⁶. Isso quer dizer que a modernidade, período considerado como de um grande salto no desenvolvimento humano, época em que apareceram os grandes avanços da civilização, o Renascimento, a era do humanismo, do iluminismo, momento em que surgiram a ciência experimental e as ciências humanas – a antropologia, a sociologia, a psicologia, e inclusive a psicanálise – a modernidade foi também o período em que mais se exerceu a violência colonial. O que o grupo Modernidade/

Colonialidade vai mostrar é que isso não é simplesmente uma coincidência temporal. A modernidade, com todas as suas conquistas, só pôde acontecer porque se apoiou na colonialidade⁷.

Alguns exemplos: surge nesse período uma defesa do humanismo, ao mesmo tempo que se considera africanos e indígenas como não humanos; o pensamento iluminista teve seu apogeu no século XVIII, mas esse foi também o século de apogeu da escravatura; filósofos como Locke, Rousseau e Hegel defendiam a liberdade como valor supremo, como valor universal, mas não só toleraram a escravatura como muitas vezes a defenderam. Hegel criou a dialética do senhor e do escravo como uma parábola da luta pela liberdade; ao mesmo tempo, dizia que os africanos eram culpados pela escravatura nas Américas e que eles viviam melhor nas Américas do que na África, pois a África era uma terra de barbárie e de selvageria, uma terra de crianças, de primitivos, de não civilizados⁸.

E aqui é onde entra a parte que nos interessa, já que a psicanálise também é fruto da modernidade. A colonialidade, para além de todas as formas de exploração e dominação pelas quais se tornou conhecida, foi também uma forma de dominação subjativa e epistemológica. Sobre ela se estruturaram a noção moderna de sujeito, o conceito de Estado, o racionalismo e mesmo a lógica dialética. Negri e Hardt explicam bem esse processo. O mundo colonial, escrevem eles, é um mundo dividido em dois⁹. É um mundo que opõe a metrópole à colônia, o branco ao negro e ao indígena, a cultura à natureza, o masculino ao feminino. A lógica da colonialidade é uma lógica de oposições, uma lógica do número dois.

Essa forma de pensar a partir do dois teve início na modernidade, como nos conta Bruno Latour¹⁰. Todo o pensamento moderno dividiu o mundo em duas partes que se opunham. Uma dessas oposições, contudo, foi a principal, funcionando como solo para todas as outras – a oposição entre natureza e cultura, necessária para o colonialismo e para o surgimento da ciência moderna. Graças a ela, o homem pôde pretender

tornar-se senhor e possuidor da natureza. A partir dessa primeira polarização, as demais puderam ser estabelecidas.

O filósofo Jacques Derrida mostrou que todas as vezes que dividimos o mundo em duas partes, essa divisão nunca é feita de forma neutra⁶. Sempre que propomos pares em relação – natureza/cultura, branco/negro, masculino/feminino, e agora cis/trans –, os termos nunca são igualitários. Um deles será sempre privilegiado, de modo que o que parece uma dualidade paritária é, na verdade, uma hierarquia muito bem disfarçada. Um dos polos comanda o outro: um deles funciona como universal, como parâmetro, enquanto o outro se define relativamente a ele, como continente negro, enigma ou desviante, seja como algo a menos (no caso da inveja do pênis ou dos negros vistos como não humanos) ou como algo a mais (no caso do gozo a mais). Um dos termos vai ser sempre relativo ao outro, que é encarado como universal.

Essa lógica colonial aparece na psicanálise através da presença de dualismos hierárquicos: natureza e cultura, masculino e feminino, corpo e psique, corpo e linguagem. É, porém, a partir do primeiro deles, aquele entre natureza e cultura, que todos os outros se estabelecem. Vamos falar agora desse primeiro dualismo.

Quando os europeus chegaram à América, possuíam uma ideia de natureza que não correspondia ao que encontraram ali. Os povos originários apresentavam uma concepção sobre a terra e o meio ambiente que não se separava das regras de cultura e sociabilidade que eles possuíam. O melhor exemplo seria o do termo *pachamama*, que os colonizadores não conseguiam entender. *Pachamama* era o modo como em algumas

»»

*todos dependem
da pachamama. Nessa
concepção, não há separação
entre natureza e cultura*

sociedades indígenas se entendia a relação com a vida, com a energia que engendra e mantém a vida – o que pode ser traduzido, de maneira aproximada, como mãe terra. Todos dependem da *pachamama*. Nessa concepção, não há separação entre natureza e cultura. Como as pessoas se veem dentro de *pachamama*, e não fora dela, não haveria sentido pensar em dominá-la ou controlá-la. Por isso mesmo, foi crucial, no início do colonialismo, descartar a ideia de *pachamama* para implantar nas Américas o conceito europeu de natureza, conceito que punha de um lado a natureza, e de outro a cultura e o mundo humano¹².

Essa separação coincide, não por acaso, com a revolução científica do século xvii. Francis Bacon afirmou, no século xvii, que a natureza estava ali para ser dominada pelo homem. Com Descartes, essa oposição fica ainda mais radical e se torna o centro da revolução científica, do racionalismo e do pensamento moderno. Maldonado-Torres¹³, autor que pertence ao grupo Modernidade/Colonialidade, escreve que o outro lado da certeza do “penso, logo existo” é a dúvida sobre o conhecimento e a humanidade do outro, é a suposição de que existem aqueles que não pensam e, portanto, não existem. Porém o sujeito pensante, através da ciência, seria capaz de penetrar os mistérios do mundo natural, tornando-se assim “senhor e possuidor da natureza”. Era justamente o que era feito no colonialismo: os europeus afirmavam o seu domínio e o seu conhecimento sobre a natureza e sobre os selvagens, seres primitivos, irracionais, ligados à natureza. Como escreve Ailton Krenak: “A ideia de que os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo estava sustentada na premissa de que havia uma

6 W. Mignolo, *op. cit.*

7 W. Mignolo, *op. cit.*

8 S. Buck-Morss, *Hegel, Haiti, and universal history.*

9 A. Negri; M. Hardt, *Empire.*

10 B. Latour, *Jamais fomos modernos.*

11 J. Derrida, *Positions.*

12 W. Mignolo, *op. cit.*

13 N. Maldonado-Torres, “Descolonización y el giro des-colonial”, *Tabula Rasa*, n. 9.



*E o que Ferenczi
tem a ver com isso? Deixem-me
voltar para Thalassa*

humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível”¹⁴.

Com isso, a *pachamama* deixou de ser um ambiente em que os homens habitavam e garantiam suas vidas para se transformar em fornecedora de recursos naturais (por exemplo, açúcar, tabaco, algodão) que poderiam ser extraídos para serem vendidos num grande mercado. Essa transformação de *pachamama* em repositório de recursos naturais persiste até hoje, quando a água se tornou uma mercadoria engarrafada.

A psicanálise também bebeu dessa fonte, ou melhor, também bebeu dessa água engarrafada. O estruturalismo francês, por exemplo, foi construído a partir da divisão natureza/cultura, e a psicanálise francesa mantém essa divisão: diz-se então que os homens estão exilados da natureza, e com isso sofrem uma perda de ser que os leva a fazer do significante sua Lei. O mito proposto por Freud em *Totem e tabu* também apresenta como base uma separação entre natureza e cultura; é um mito sobre a passagem da condição de natureza para a cultura humana, um mito sobre o surgimento da civilização humana em torno da figura do Pai. Na psicanálise, costuma-se enfatizar tudo aquilo que nos diferencia dos animais: pulção em vez de instinto, linguagem, inconsciente, cultura e até mesmo normas de gênero. A partir da oposição principal entre natureza e cultura, outros dualismos foram adotados: corpo e psique, masculino e feminino, corpo e linguagem. Não vou me estender sobre isso, mas até as normas de gênero que conhecemos fazem parte do projeto colonial, como demonstraram a argentina María Lugones¹⁵ e o xamã yanomami Davi

Kopenawa¹⁶. Foi o sistema colonial que impôs a lógica patriarcal nas colônias, assim como as categorias de homo e heterossexualidade. Não havia homofobia entre os povos indígenas porque eles não pensavam através dessas categorias.

A separação entre natureza e cultura tem sido posta em xeque em tempos de Antropoceno, ou seja, no momento em que se reconhece o quanto a ação humana participa e degrada o ambiente geológico e climático. Quando destruimos a natureza, destruimos igualmente o ambiente em que podemos viver, e destruimos a nós mesmos. Estamos sendo obrigados a relativizar os privilégios que nós imaginávamos que tínhamos sobre a natureza; estamos sendo obrigados a ampliar a nossa concepção de ambiente, e mesmo a nossa concepção de “nós”. Quem, enfim, somos “nós”? “Para alguns de ‘nós’, responde Ailton Krenak, “o ‘nós’ inclui as pedras, as montanhas e os rios”¹⁷, numa rede de interdependência. Essa interdependência engaja humanos, não humanos, a atmosfera, o mar, as condições da Terra, e mesmo “o direito universal à respiração”, como propõe Achille Mbembe¹⁸.

E o que Ferenczi tem a ver com isso? Deixem-me voltar para *Thalassa*. Ferenczi foi esse analista extemporâneo que sempre defendeu uma transposição de fronteiras entre natureza e cultura, uma transposição entre psicanálise e outros saberes, uma transposição de fronteiras na clínica e na constituição subjetiva. Essa transposição aparece claramente em *Thalassa*, quando Ferenczi apresenta sua proposta de uma bioanálise, onde articula – no mínimo – psicanálise e biologia. Os analistas encararam com espanto. Freud afirmou que “foi talvez a mais ousada aplicação da psicanálise que já se tentou”¹⁹. Na verdade, trata-se de mais do que uma mera aplicação da psicanálise, já que ela se vê atravessada e contaminada por outros saberes. Porém Freud admite: “É provável que um dia, no futuro, haverá realmente uma ‘bio-análise’, conforme profetizou Ferenczi, e ela terá que remeter-se ao seu ensaio”²⁰. Um ensaio que pensa natureza e cultura como inseparáveis, considera as relações antes das

posições e dos lugares, e abre mão do número dois para enfatizar a multiplicidade.

A bioanálise é o que se chamaria hoje de campo transdisciplinar, um campo que aceita e acolhe as misturas. Não se trata de uma aplicação da psicanálise à biologia, nem um retorno idílico (e moralista) à natureza. Creio que o modo de relação entre natureza e cultura proposto por Ferenczi em *Thalassa* não estaria distante daquele que Latour²¹ pensaria quase 100 anos depois: uma composição instável. O que é uma composição instável? É um modo de juntar as coisas que não produz uma síntese, nem uma fusão, nem uma absorção de uma coisa pela outra. Uma composição instável entre preto e branco, por exemplo, não resulta num cinza, nem num domínio de uma cor sobre a outra, mas percorre uma multiplicidade de matizes entre preto e branco. Ora, a bioanálise também põe em jogo uma composição instável. Ela lança uma investigação sobre a multiplicidade de formas de existir. Seria essa, de fato, a melhor expressão do modo como Ferenczi mistura as coisas. Os argumentos vão se conectando e se somando, mesmo que pareçam contraditórios. O pensamento vai todo se construindo numa série de volteios e derivas, sem pressupor um ponto de vista soberano, capaz de organizar toda a argumentação.

O método de trabalho ferencziano é chamado de *utraquista* – que significa “uns e outros”. Ele se caracteriza justamente pelo franqueamento das fronteiras e oposições para privilegiar as multiplicidades e os limiares, ao invés dos limites definidos pelas dicotomias e os dualismos. Foi com esse método que Ferenczi trabalhou em *Thalassa*.

14 A. Krenak, *Ideias para adiar o fim do mundo*, p. 11.

15 M. Lugones, “Heterosexualism and the colonial/modern gender system”, *Hypatia*, v. 22, n. 1.

16 D. Kopenawa; B. Albert, *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*.

17 A. Krenak, *op. cit.*

18 A. Mbembe, “The universal right to breathe”, *Critical Inquiry*, 47 (S2).

19 S. Freud, “Sándor Ferenczi”, in *SE*, v. 22, p. 228.

20 S. Freud, *op. cit.*, p. 228-229.

21 B. Latour, *Diante de Gaia. Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*.



Em *Thalassa*,
a questão é o surgimento
da vida no mar

Nesse livro, ele apresenta um mito de origem de feição materna, bem diverso do *Totem e tabu* freudiano, centrado na figura do pai. Em *Thalassa*, a questão não é o parricídio ou a castração, mas o surgimento da vida no mar. A vida teria proliferado a partir de uma série de catástrofes que a obrigou a inventar novas formas, tornando-se cada vez mais rica e mais complexa. Daí o título dessa 14ª Conferência Sándor Ferenczi, “Entre catástrofe e criação”. É nesse “entre” que a vida inventa maneiras de se manter, de se alastrar e se expandir. Isso implica pensar que a cultura e as sociedades humanas não foram instituídas a partir de uma lei ou de um parricídio originário; Ferenczi pensou as culturas e as sociedades humanas como possibilidades de expansão da vida.

Passar da Lei para a vida muda muita coisa na psicanálise. Para começar, muda toda a configuração edípica clássica: a mãe deixa de ser uma figura associada à discriminação e ao caos; e o pai deixa de ser aquela potência separadora que institui a ordem simbólica, e sem a qual estaríamos perdidos, sucumbindo num estado de fusão primordial. É importante fazer esta diferenciação: misturar não é fundir. A própria ideia de fusão já pressupõe a necessidade de algo que venha para separar, um princípio purificador que, na psicanálise clássica, é o pai.

Não sei se vocês se lembram da apreensão de alguns psicanalistas com um suposto declínio da função paterna na cultura. Estamos perdidos! – eles pensam. Mas o Pai, com letra maiúscula, só se transforma nessa figura que não pode declinar quando se pretende que a cultura deva dominar a natureza, que o simbólico deva predominar sobre o orgânico, que a mente deva predominar



privilegiando as misturas,
Ferenczi se afastou
de um pensamento
por hierarquias

sobre o corpo. E não é com essas divisões que Ferenczi trabalha, a partir do seu método utraquista. A mistura à qual ele alude não é sinônimo de confusão, falta de rigor ou indiscriminação. É um método de trabalho e uma ética de relações. Nessa ética, o pensamento único, a defesa da pureza (que acontece, por exemplo, quando se discute se isso é ou não uma verdadeira psicanálise), a manutenção das fronteiras e dos binarismos, tudo isso se mostra não somente pobre, como também perigoso. É hipócrita, como afirma Ferenczi. Hipócrita e pretensioso. Pascal já tinha dito que o homem não é o único animal que pensa, mas é o único animal que pensa que não é animal.

Privilegiando as misturas, Ferenczi se afastou de um pensamento por hierarquias e criou noções que implicam sempre o atravessamento das fronteiras e dos dualismos: propõe noções como símbolo orgânico, anfimixia, materializações histéricas, “sentir com”. Ainda que a tradução correta de *Einfühlung* seja “sentir dentro”, gostaria de manter aqui o “sentir com” por ser mais conhecido no Brasil e por considerá-lo uma expressão mais bonita, valorizando o aspecto relacional da experiência.

Tem ficado claro para nós, a partir das mudanças climáticas, das lutas antirracistas e feministas, os efeitos de dividir o mundo em duas partes. Esses efeitos não são desprezíveis no exercício da psicanálise. Não se trata apenas de uma discussão sobre princípios, pois isso tem relevância na clínica. Privilegiar a mistura significa não ter medo dela na situação analítica, não pensar em termos de Eu e Outro, de sujeito e objeto, mas da relação como condição primeira.

A ênfase na relação e na mistura aparece de forma muito nítida no texto sobre a *Elasticidade*

*da técnica*²², quando Ferenczi se pergunta: como um analista pode saber como intervir, quando falar, quando se calar, que tom deve usar com o paciente? E então apresenta a sua bússola: a capacidade de “sentir com”. O analista deve falar a língua do paciente, deve entrar no seu universo atmosférico, deve se colocar no diapasão do paciente, ou, na leitura feita por Pierre Fédida²³, o analista deve criar com o paciente um acorde musical. Isso é mistura, mas não é fusão. Porque um acorde implica, ao mesmo tempo, ressonância e discernimento das tonalidades, simetria e dissimetria. A atitude de abertura para a composição com o paciente é mais complexa e mais sutil do que uma fusão, ou mesmo do que uma relação especular; ela é uma composição instável e envolve o movimento de ir e vir, que Ferenczi indica quando escreve sobre o trabalho psíquico do analista: ele fala de uma oscilação perpétua entre sentir com, auto-observação e capacidade de julgamento.

Alargar ou apertar o elástico usando o sentir com como bússola: com isso Ferenczi nos transmite uma nova sensibilidade, uma sensibilidade clínica mais flexível, mais desarmada e mais porosa. Creio que no Brasil temos – principalmente os mais jovens – muita simpatia por esse modo de sensibilidade que Ferenczi nos transmite. Há algo nela que nos fala muito de perto. Não temos uma identidade nem somos afeitos ao atavismo, mas temos uma disposição para a mistura – uma maneira particular de fluir, uma disposição sem fixidez, uma tendência ao oscilatório e ao improvisado. Temos ginga²⁴: um movimento com balanço que vem da capoeira, e que só funciona ao se levar em conta o movimento e o balanço do outro.

Esse movimento, esse acorde em consonância e dissonância com o outro, é uma disposição para a mistura, embora esta não seja sinônimo de mestiçagem. Quando falo em mistura no Brasil, não estou defendendo a ideia de mestiçagem, porque a mestiçagem acaba funcionando como negação do racismo. O Brasil costuma ser caracterizado aqui mesmo e em outros lugares como um país da mestiçagem, onde todas as raças se fundem e convivem como se estivessem numa grande

família. Isso é falso. O racismo aqui existe, embora não apareça de maneira tão explícita quanto em outros países. No Brasil existe um racismo desmentido²⁵ e, sob esse aspecto, a noção de Ferenczi serve bastante bem para analisar o que acontece aqui no plano social e político.

Mas eu dizia que no Brasil temos recebido com simpatia a plasticidade que Ferenczi nos propõe. Talvez porque essa plasticidade não seja desconhecida para nós. Tivemos que nos misturar com outros povos, tivemos que nos adaptar a regras que nos foram impostas, tivemos que nos adequar – ou escapar – de muitas formas de desmando. Isso também nos deu plasticidade. Para nós não é tão difícil trabalhar de maneira diferente conforme as necessidades do analisando, mesmo que para isso tenhamos que desobedecer em parte àquilo que foi nos ensinado. Plasticidade quer dizer elasticidade na técnica, mas também abertura para as modificações no setting, para a dispensa do divã, e até para o desafio de um trabalho em equipe nos serviços públicos de atendimento, onde os analistas precisam ter muito jogo de cintura para se ajustar ao tipo e às situações diversas da sua clientela.

Freud propôs, no 5º Congresso Internacional de Psicanálise, em Budapeste²⁶, a possibilidade de fundir o ouro puro ao cobre de uma psicanálise adaptada às circunstâncias. Nosso desafio hoje vai além disso. Estamos sendo convocados a uma plasticidade maior e, nesse caso, como sugeriu Eugenio Dal Molin, talvez tenhamos que reconsiderar quais são, afinal, os metais mais valiosos.

»
*no Brasil temos
recebido com simpatia
a plasticidade que Ferenczi
nos propõe*

Talvez nossa alquimia, e a alquimia em cada local, possa encontrar misturas inusitadas.

Essa plasticidade, que é onde nos encontramos com Ferenczi e onde suas ideias fazem acorde com a psicanálise sul-americana – essa plasticidade é a ginga, e milonga da clínica. E é justamente onde a psicanálise é capaz de gingar, onde ela pode interagir com outros saberes e com o ambiente social e político, é onde ela não se mantém “neutra” em relação aos sujeitos e aos grupos socialmente em desvantagem, é onde ela se abre às clínicas de rua e aos coletivos²⁷, é nesses espaços que ela pode estar mais viva, atualizando seus meneios e sua multiplicidade vigorosa, afinada com o sofrimento individual e coletivo. Talvez por isso ela esteja tão viva no Brasil e na América do Sul. E talvez por isso Ferenczi seja tão bem recebido entre nós. Nessa afinidade com a mistura, suas ideias são capazes de nos auxiliar a pensar e a exercer a psicanálise à nossa própria maneira. É um caminho que podemos trilhar com Ferenczi, não como um guia, mas como um companheiro, ao nosso lado.

22 S. Ferenczi, “Elasticidade da técnica psicanalítica”, in *Obras completas, Psicanálise IV*.

23 P. Férida, *Communication et représentation: nouvelles sémiologies en psychopathologie*.

24 F. Canavéz; J. Gondar, “Sob o signo da inconstância: alguns pontos sobre a psicanálise que ginga”, in F. Canavéz; J. Birman (orgs.), *Psicanálise à brasileira*.

25 J. Gondar, “Um racismo desmentido” in E. Reis; J. Gondar, *Com Ferenczi. O coletivo na clínica: racismo, fragmentações, trânsitos*.

26 S. Freud, “Linhas de progresso na terapia psicanalítica”, in *SE*, v. 17.

27 F. Gabarron-Garcia, *Uma história da psicanálise popular*.

Referências bibliográficas

- Buck-Morss S. (2009). *Hegel, Haiti, and universal history*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press.
- Câmara L.; Herzog R. (2018). Um prefácio imaginário para Thalassa. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, Rio de Janeiro, v. 18, n.1, p. 244-260.
- Canavêz F.; Gondar J. (2024). Sob o signo da inconstância: alguns pontos sobre a psicanálise que ginga. In Canavêz F.; Birman J. (orgs.) *Psicanálise à brasileira*. Salvador: Devires, p. 57-66.
- Derrida J. (1972). *Positions*. Paris: Éditions de Minuit.
- Fédida P. (1986). *Communication et représentation: nouvelles sémiologies en psychopathologie*. Paris: PUF.
- Ferenczi S. (1924/1993). Thalassa. Ensaio sobre a teoria da genitalidade. In *Obras completas, Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, p. 255-325.
- _____. (1928/1992). Elasticidade da técnica psicanalítica. In *Obras completas, Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, p. 25-36.
- Freud S. (1918). Linhas de progresso na terapia psicanalítica. *SE*, v. 17, p. 157-168.
- _____. (1933). Sándor Ferenczi. *SE*, v. 22, p. 227-229.
- Gabarron-Garcia F. (2023). *Uma história da psicanálise popular*. São Paulo: Ubu.
- Gondar J. (2020). Um racismo desmentido. In Reis E.; Gondar J. *Com Ferenczi. O coletivo na clínica: racismo, fragmentações, trânsitos*. São Paulo: Zagodoni, p. 31-42.
- Kopenawa D.; Albert B. (2013). *A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Krenak A. (2019). *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Latour B. (1994). *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Editora 34.
- _____. (2020). *Diante de Gaia. Oito conferências sobre a natureza no Antropoceno*. São Paulo/Rio de Janeiro: Ubu.
- Lugones M. (2007). Heterosexualism and the colonial/modern gender system. *Hypatia*, v. 22, n. 1, Indiana University Press, p. 186-209.
- Maldonado-Torres N. (2008). Descolonización y el giro des-colonial. *Tabula Rasa*, n. 9, p. 61-72.
- Mbembe A. (2021). The universal right to breathe. Translated by Carolyn Shread. *Critical Inquiry*, 47 (S2), S58-S62.
- Mignolo W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p 1-17.
- Negri A.; Hardt M. (2000). *Empire*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.

With Ferenczi, for a decolonial psychoanalysis

Abstract The paper seeks to convey the spirit that guided the 14th International Sándor Ferenczi Conference. It does not aim to place Ferenczi in a position of mastery, nor to favor an uncritical adherence to his concepts, but rather to value his openness to mixture and impurities in psychoanalytic theory and relationship. It presents the notion of decoloniality, critiques the colonial heritage in the construction of psychoanalytic theory, and discusses how Ferenczi's ideas can help us think about and practice psychoanalysis adapted to our time and in our own way.

Keywords Sándor Ferenczi; decoloniality; modernity; utraquism.

Texto recebido: 09/2024.

Aprovado: 10/2024.

Comoção, repercussão e criação

Eugênio Canesin Dal Molin

Texto apresentado em versão reduzida na 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi, em 30 de maio de 2024. Gostaria de agradecer a leitura atenta e os comentários de Isabella Borghesi Dal Molin, Renata Udler Cromberg, Diane Viana e Renata Mello.

Eugênio Canesin Dal Molin é psicanalista. Doutor pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP-USP). Membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae e Membro fundador do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi (GBPSF). Professor dos cursos de Especialização em Teoria Psicanalítica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Cogeae/PUC-SP) e Psicopatologia e Saúde Pública da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Foi coordenador da Comissão Científica da 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi (São Paulo, SP, Brasil).

Resumo Com base nas ideias de Ferenczi, este artigo explora aspectos da dinâmica do “trauma” e seus efeitos no funcionamento psíquico. A problematização centra-se em dois conceitos: o choque (ou comoção) como evento disruptivo inicial e o processo de repercussão psíquica, que pode culminar em um movimento de criação. Através de personagens conceituais, defendo que a transformação de vivências traumáticas em produções criativas é essencial e frequente, especialmente quando essas vivências são compartilhadas e reconhecidas pelo ambiente.

Palavras-chave Sándor Ferenczi; trauma; comoção; repercussão psíquica; criação.

DOI: 10.70048/percurso.73.45-54

- 1 W. Benjamin, “Sobre o conceito de história”, in *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p. 224.
- 2 J. Gondar, “Diálogos (im)pertinentes: Psicanálise, teorias queer, transgeneridades”, *Percurso* n. 68, p. 34.
- 3 W. Benjamin, *op. cit.*, p. 224.
- 4 Cf. S. Ferenczi, “O conceito de introjeção”, publicado em 1912, que reapresenta de modo breve a ideia trabalhada três anos antes, em 1909, no artigo “Introjeção e transferência”.

Em um artigo recente para a revista *Percurso*, Jô Gondar usou uma imagem muito feliz de Walter Benjamin. Ela se referia a como podemos voltar a autores do passado sem nos prender a conceitos que parecem datados, mas valorizando o gesto criador que encontramos em cada um deles. O gesto criador que vale marcar, nos diz, é aquele que “relampeja no momento de um perigo”¹; é o gesto que renova o campo e que “não envelhece”². A frase inteira de Benjamin é: “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo”³. Neste texto, gostaria que pudéssemos fixar nossos olhos em dois “gestos” ferenczianos que relampejam.

Ferenczi é teoricamente menos rigoroso que outros autores, Freud em especial. Se é verdade que se dedicou a escrever textos que buscavam sintetizar conceitos – o de introjeção, por exemplo⁴ – também é verdade que muitas de suas ideias parecem nunca ter encontrado um formato plenamente acabado ou teoricamente preciso. Mesmo alguns dos conceitos mais difundidos do autor, como os de identificação com o agressor e de desmentido, espalham-se de modos diferentes por seus últimos textos, de modo a provocar contínuos debates sobre o que foi ou seria desmentido (se a percepção, o sujeito ou uma relação) ou sobre quando exatamente a identificação com o agressor iniciaria (se antes, junto ou após a clivagem). Sei que os leitores que já acomodaram essas noções em seus repertórios podem estranhar a afirmação e pensar “mas é claro que o que é desmentido é tal coisa” ou “é certo que a identificação com o agressor ocorre quando isso e aquilo acontecem”. Concordo nesse ponto com um



*minha proposta é depurar
da teoria ferencziana do trauma
um par de ideias que sejam úteis
para pensar o funcionamento
psíquico em geral. Para isso,
tomarei algumas ferramentas
que o autor usa para
discutir o tema*

argumento que vi ser encampado em momentos diferentes, no contexto dos estudos sobre o pensamento de Ferenczi, por Daniel Kupermann⁵ e por Nelson E. Coelho Junior⁶, o de que o acabamento dos conceitos é resultado do trabalho dos comentadores. É claro que podemos discutir longamente cada uma das noções mencionadas a título de exemplo e dar a elas contornos mais fixos, mas agora nosso esforço será outro.

Minha proposta é depurar da teoria ferencziana do trauma um par de ideias que sejam úteis para pensar o funcionamento psíquico em geral. Para isso, tomarei algumas ferramentas que o autor usa para discutir o tema e as voltarei para o psiquismo em momentos menos extremos também. Gostaria que pensássemos algumas de suas posições teóricas para além dos pacientes graves, para além das situações de violência e abuso, para “matrizes clínicas”, como diz Renato Mezan⁷, diferentes dos chamados casos difíceis, para outros campos que não o das formas mais extravagantes de exercício do poder. Tive a oportunidade de argumentar em mais de uma ocasião⁸ que “trauma”, em psicanálise, é um conceito aberto e que seria mais interessante investigar o que o conceito é capaz de operar para autores diferentes, do que vaticinar de partida o que seria um “trauma”. Mesmo no campo muito mais restrito do pensamento de Ferenczi, a noção estende-se em direções muito diversas e implica, em seus melhores dias, a ideia

de formação e de processo⁹. Em um de seus primeiros textos psicanalíticos, “Palavras obscenas”¹⁰, ele diz que os palavrões mantêm uma intensidade correspondente à ação porque o investimento que dedicamos na infância ao que representam e o recalçamento de que são alvo fazem com que nosso interesse seja desviado para outras coisas. Como aprendemos a não os declarar constantemente, essas palavras mantêm a capacidade evocativa, “ao passo que o resto do vocabulário, graças à prática e ao treinamento contínuos”¹¹, fica despojado do caráter alucinatório e motor presente em todas as representações ao longo da primeira infância. As palavras que aplicamos com frequência carregam consigo menos intensidade, se enfraquecem.

Uma primeira “personagem conceitual”, na expressão de Deleuze e Guattari¹², é útil para seguirmos em frente.

Um ortopedista e um raio

O livro *Alucinações musicais*¹³ começa com um caso curioso. Oliver Sacks entrevistou o paciente em agosto de 2006¹⁴. Trata-se de um ortopedista de 42 anos chamado Tony Cicoria. Enquanto se arma uma tempestade, Tony vai ligar para a mãe de um telefone público, de um orelhão. O ano é 1994 e os celulares não eram onipresentes como são hoje, e nem serviam para ver o clima. Depois de desligar, enquanto estava afastando o telefone da orelha e ouvia o sinal que indicava o término da ligação, ou depois de ter posto de volta o fone, ele é atingido por um raio. Foi arremessado para longe e pessoas correram para socorrê-lo. Entre as muitas coisas que relata, está uma que frequentemente ouvimos em narrativas de vivências ditas “traumáticas”: ele tem a sensação de que saía do corpo e que se via estirado no chão, morto, e depois sendo reanimado. Tony sentiu que flutuava para as estrelas enquanto revia toda sua vida, mas sem emoções; tornara-se, em suas palavras, “puro pensamento, puro êxtase”. Voltou ao corpo porque percebeu que sentia dor, eram as queimaduras “no rosto e no pé esquerdo, por

onde a carga elétrica entrara e saíra de seu corpo”¹⁵. Quando recobrou alguma gerência sobre si, conseguiu dizer que era médico, ao que a pessoa que o ressuscitou respondeu, “Por instantes atrás, não era”¹⁶.

Durante as semanas após a tempestade, estava muito lento e teve dificuldades de memória, um estado geral que só aos poucos melhorou até que pôde retornar às atividades de trabalho. O que aconteceu também foi o começo de um interesse acentuado por música, o que não tinha antes. Não era surdo a toda forma de música, gostava de rock, por exemplo. De repente, embora o mais próximo que houvesse chegado de um instrumento fora na infância, quando tivera algumas aulas de piano, começou a sentir um “desejo insaciável de ouvir música de piano”¹⁷. Comprou discos, precisava ouvir alguns compositores em especial, encomendou partituras, começou a ir a recitais. Também passou a ouvir música em sua cabeça e a sentir ele mesmo uma furiosa vontade de compor. Teve um sonho em que “estava de smoking, no palco, tocando alguma coisa”¹⁸ de sua

»»

*a música do sonho,
por exemplo, nos diz Tony,
“chegava e se apoderava de mim.
Tinha uma presença imperiosa”.
Havia nele, podemos dizer
assim, uma necessidade
de agir, de falar sobre,
de pensar sobre aquilo, de criar.
Sentia-se possuído*

autoria. Acordou desesperado para registrar as notas, mas não tinha condições de fazê-lo. Foi então em busca de uma educação musical: aprendeu a ler e escrever partituras e passou a fazer música. A música do sonho, por exemplo, nos diz, “chegava e se apoderava de mim. Tinha uma presença imperiosa”¹⁹. Havia nele, podemos dizer assim, uma necessidade de agir, de falar sobre, de pensar sobre aquilo, de criar. Sentia-se possuído. Mas isso não é tudo. Ele também criou um segundo alvo de interesse, um segundo *hobby horse*, um segundo capricho, uma segunda fixação, para usar um termo que pode ter ocorrido ao leitor. Tony precisava buscar e consumir toda e qualquer literatura sobre experiências de quase-morte, sobre queda de raios, e montou uma “biblioteca sobre Tesla e sobre tudo que se referisse ao terrível e belo poder da eletricidade de alta voltagem”²⁰.

Era uma dupla fascinação: fazer música e entender a eletricidade, o choque e a experiência de proximidade com a morte. Poderíamos dizer que a vivência de ser atingido por um raio naquele dia mudou profundamente a relação do paciente consigo mesmo e com as coisas. Agora, e a partir daí, estava tomado por ímpeto incontável de ouvir, de criar – uma tentativa de ligar, de se assenhorar daquilo que estava envolvido no que vivenciou, no vocabulário freudiano. Mas nem Sacks nem o próprio Cicoria recorrem ao termo “trauma” para discutir o episódio. Há, na verdade,

5 Na discussão da mesa “Ferenczi: pensador político, clínico do reconhecimento”, no Colóquio Internacional Distopia e Clínica do Social, coordenado por Marília Etienne Arreguy e realizado pelo Grupo Alteridade Psicanálise Educação – GAP(e)/UFF-CNPQ. Entendo que um dos textos que informam seu ponto seja o ensaio “O que é um autor?”, de M. Foucault.

6 Penso especialmente no artigo de N.E. Coelho Junior, “From Ogden to Ferenczi. The constitution of a contemporary clinical thought” (*American Journal of Psychoanalysis* n. 79).

7 R. Mezan, *O tronco e os ramos*.

8 Cf. E.C. Dal Molin, *O terceiro tempo do trauma*, publicado em 2016, e artigo mais recente, “Trauma, conceito aberto” (*Cadernos de Psicanálise*, v. 46, n. 50).

9 Cf. E.C. Dal Molin, *O terceiro tempo do trauma*, e “Trauma, conceito aberto”.

10 S. Ferenczi, “Palavras obscenas. Contribuição para a psicologia do período de latência”, in *Psicanálise I*.

11 S. Ferenczi, “Palavras obscenas...”, p. 133.

12 G. Deleuze; F. Guattari, *O que é a filosofia?*

13 O. Sacks, *Alucinações musicais*.

14 T. Cicoria, “The electrifying story of the accidental pianist & composer”, *Missouri Medicine*, 111(4).

15 O. Sacks, *op. cit.*, p. 18.

16 O. Sacks, *op. cit.*, p. 18.

17 O. Sacks, *op. cit.*, p. 18-19.

18 O. Sacks, *op. cit.*, p. 19.

19 O. Sacks, *op. cit.*, p. 19.

20 O. Sacks, *op. cit.*, p.21.



a “força relativa
da excitação ‘insuportável’
determina o grau e a profundidade
da desintegração do Eu”,
que pode ir do transe à morte.
Aqui, portanto, “trauma”
e “desmentido” são,
cada um deles, choques

uma atribuição de valor positivo ao episódio e às suas consequências.

Comoção

Julgo importante chamar atenção a um conceito que Ferenczi usa no lugar do de trauma, mas que, na verdade, salienta mais o episódico, o momento intenso, e menos o processo. Trata-se do conceito de “comoção” ou “choque”. Há muitas ocorrências de seu uso na obra do autor, selecionei quatro que podem nos interessar um pouco mais e que vou listar cronologicamente:

1. No texto “Princípio de relaxamento e neocartarse”, apresentado no Congresso Internacional de Psicanálise em Oxford, em 1929, lemos que

*a primeira reação a um choque é sempre uma psicose passageira, ou seja, uma ruptura com a realidade, por um lado sob a forma de alucinação negativa (perda da consciência ou desmaio histérico, vertigem), por outro, com frequência, sob a forma de uma compensação alucinatória positiva imediata que dá a ilusão de prazer.*²¹

A experiência de Tony Cicoria envolveu tudo isso, como vimos: o paciente perdeu os contornos do próprio corpo e do próprio psiquismo, dividiu-se em um corpo inerte e em uma mente que tudo vê,

se misturou aos elementos que percebeu naquela vivência – ou que mais tarde foi capaz de perceber, como o som, a eletricidade, o raio – e voltou em êxtase criativo.

2. Três anos depois, em 30 de julho de 1932, Ferenczi anota no *Diário clínico* que observa em seus pacientes um “duplo choque”. O primeiro, argumenta, seria o “trauma”; o segundo, o “desmentido”. Há muita informação nessa entrada do *Diário*, mas entre os objetivos dela estão tratar da reação autoplástica; da desintegração de si, da fragmentação e da reconstrução; afirmar que a presença de uma pessoa que ajude o sujeito, em um segundo tempo, alivia a dor; e que a “força relativa da excitação ‘insuportável’ determina o grau e a profundidade da desintegração do Eu”²², que pode ir do transe à morte. Aqui, portanto, “trauma” e “desmentido” são, cada um deles, choques. Há um primeiro tempo, em que trauma é igual à comoção, e há um segundo tempo, em que o desmentido corresponde, ele também, a um tipo de comoção.

3. Em “Confusão de línguas”, apresentado no começo de setembro de 1932, Ferenczi utiliza algumas vezes o termo “comoção psíquica”. Ele afirma que

Se essa benevolência vier a faltar [a do analista frente ao paciente regredido em sofrimento] a criança vê-se sozinha e abandonada na mais profunda aflição, isto é, justamente na mesma situação insuportável que, num certo momento, a conduziu à clivagem psíquica e, por fim, à doença. Não surpreende que o paciente não possa fazer outra coisa senão repetir exatamente, como quando da instalação da doença, a formação de sintomas desencadeados por comoção psíquica.²³

Escreve também que “não existe choque, nem pavor, sem um anúncio da clivagem da personalidade”, e continua: “A personalidade regride para uma beatitude pré-traumática, procura tornar o choque inexistente...”²⁴. E por fim, mais à frente, afirma que “Se os choques se sucedem no decorrer do desenvolvimento, o número e a variedade de fragmentos clivados aumentam...”²⁵. Aqui tam-

bém a ideia de comoção circula entre o momento da vivência de violência e o do desmentido.

4. Em 19 de setembro, de Biarritz, para onde vai depois do Congresso de Wiesbaden, o analista húngaro põe no papel três páginas sobre a *Erschütterung*, termo que foi traduzido para o português como “comoção”, “comoção psíquica” ou como “choque” (em inglês, como *Shock*). Ali nos diz que “O ‘choque’ é equivalente à aniquilação do sentimento de si, da capacidade de resistir, agir e pensar com vistas à defesa”²⁶ de si mesmo. O termo, em alemão, indica a perda de contornos próprios, o desmoronamento do Eu e sua “aceitação fácil e sem resistência de uma forma outorgada, à maneira de um saco de farinha”²⁷. A comoção sempre toma o indivíduo despreparado, seja por sua intensidade, seja porque o sujeito sentia-se seguro de suas capacidades, confiava no ambiente, e se decepcionou com os eventos que ocorreram. Uma comoção, lemos, “pode ser puramente física, puramente moral ou então física e moral. A comoção física é sempre também psíquica; a comoção psíquica pode, sem nenhuma interferência física, engendrar o choque”²⁸.

Gostaria de reservar o termo “comoção” ou “choque”, que pode ter uma dimensão negativa e uma positiva, para essa vivência hiperintensa, que é a que interessou Freud em 1920, em *Além do princípio do prazer*, e que interessou Ferenczi também, para a descrição, portanto, de um elemento quantitativo, sempre presente, no trauma. Numa frase, proponho que usemos “choque” ou “comoção” para descrever o momento inicial do trauma ferencziano – a vivência disruptiva, paralisante,

21 S. Ferenczi, “Princípio de relaxamento e neocatarse”, in *Psicanálise IV*, p. 74 (publicado primeiramente em 1930).

22 S. Ferenczi, *The clinical diary of Sándor Ferenczi*, escrito em 1932 e publicado em 1988, p. 181.

23 S. Ferenczi, “Confusão de línguas entre os adultos e a criança”, p. 115.

24 S. Ferenczi, “Confusão...”, p. 119.

25 S. Ferenczi, “Confusão...”, p. 120.

26 S. Ferenczi, “Reflexões sobre o trauma”, nota “Da comoção psíquica”, in *Psicanálise IV*, p. 125.

27 S. Ferenczi, “Reflexões...”, p. 125.

28 S. Ferenczi, “Reflexões...”, p. 126.

29 E. Brabant; E. Falzeder; P. Giampieri-Deutsch (Eds.), *The correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi*, v. I, 1908-1914, p. 330.

o processo de formação
do trauma é resultado
de um ou mais momentos
de comoção, de choque, e cabe
reservar a categoria de “trauma”
ao processo de dupla comoção,
no sentido ferencziano

eventualmente psicotizante – e reservemos, no âmbito das discussões sobre o pensamento do autor, o conceito de trauma para o processo que começa a se formar na comoção, mas que não se encerra com ela. Vou me expressar melhor: o processo de formação do trauma é resultado de um ou mais momentos de comoção, de choque, e cabe reservar a categoria de “trauma” ao processo de dupla comoção, no sentido ferencziano.

Essa era a primeira reminiscência, a ideia de “choque”, que achei que merecia vermos relampejar. Vamos à segunda com a ajuda de mais um personagem conceitual.

Árpád

Em 18 de janeiro de 1912, Ferenczi escreveu uma carta a Freud para compartilhar um caso que julgava sensacional. Era o de uma criança, e a história lhe chegara por meio da tradutora e escritora Ilona Harnos (esposa do também escritor Dezső Kosztolányi), que estava em análise. Na opinião de Ferenczi, o caso parecia significativo o bastante para ser considerado um “irmão do ‘Pequeno Hans’”²⁹.

O garoto, então com cinco anos, teve um desenvolvimento, dito normal, até os três anos e meio. De repente, tudo mudou. A família de Árpád foi a um spa na Áustria em 1910, o mesmo





*o menino teria ido
uma vez ao consultório
de Ferenczi e, entre vários objetos,
escolheu brincar com um
galo-do-mato de bronze. Teria
também feito um desenho,
que vocês podem adivinhar
do que foi, e cacarejou de
“um modo magistral”*

lugar para o qual viajaram no ano anterior. Imediatamente após a chegada, perceberam algumas mudanças de comportamento. Antes, ele se interessava por tudo que poderia chamar a atenção de uma criança; agora, porém, sua atenção recaía unicamente no galinheiro e no pátio onde as aves ficavam. Ia logo cedo ao galinheiro, observava os animais, imitava-os e chorava copiosamente quando era retirado dali. Mesmo afastado das aves, cantava e cacarejava, imitava seus movimentos e respondia a qualquer pergunta com sons similares aos emitidos pelos galos e galinhas. O comportamento perdurou enquanto a família esteve no spa.

Retornando a Budapeste, Árpád voltou a falar como um ser humano, mas seu assunto era exclusivamente as aves domésticas: galos, galinhas, perus e até gansos e patos. A brincadeira que passou a ocupar todo seu tempo era amassar e dobrar o jornal no formato de um galo, oferecê-los para venda, depois pegar algo – um graveto, por exemplo – chamá-lo de faca, levar o galo de papel até a pia e cortar o pescoço do brinquedo. Imitava com perfeição o som emitido por uma ave agonizando e pedia para ver as galinhas serem mortas, mas tinha um pouco de medo de galos vivos.

O evento determinante aparecia sempre da mesma forma quando contava: “tinha ido ao galinheiro e urinado lá dentro; foi então que um frango ou um capão de plumagem amarela (às vezes dizia

marrom) veio morder seu pênis e Ilona, a arrumadeira, fez o curativo em seu ferimento. Cortaram em seguida o pescoço do galo, que “reventou”³⁰.

Ferenczi exclui a possibilidade de tal ataque ter sido fantasiado dizendo que os pais se lembravam do episódio. Ele teria acontecido na primeira vez que a família foi ao spa, antes de 1910, quando Árpád tinha dois anos e meio. O que, no artigo, ele escreve ser difícil de estabelecer é se o galo conseguiu mesmo bicar o pênis do menino, ou se simplesmente houve um ataque que não chegou a feri-lo³¹. A parte curiosa do relato, em sua opinião, é o intervalo, o período de um ano – que chama de latência – entre a experiência e seus efeitos. Isso leva à pergunta, feita à família do menino, sobre se durante esse ano de latência Árpád fora ameaçado, mesmo que sutilmente, de castração, porque poderia estar brincando com os genitais. A resposta da família foi que na época da pergunta, quando o menino tinha cinco anos, ele tinha o hábito de mexer no próprio pênis. Hábito que, disseram, mantinha há algum tempo. Não era improvável, assim, que alguém tivesse, em tom de brincadeira, ameaçado cortar-lhe ou tirar-lhe o pênis. Mas não se lembravam se tais ameaças aconteceram antes dos cinco anos.

Não há demais comentários sobre a arrumadeira, que deixou de trabalhar na casa da família nesse meio tempo. Talvez Ferenczi tenha notado algo de sua importância ao chamá-la, no caso, pelo nome da paciente que lhe contou sobre o garoto. No mínimo, podemos supor que o afastamento de uma figura de cuidado tão presente tenha alguma participação no quadro que Árpád desenvolveu, mas não encontrei mais dados para explorar essa intuição³².

O menino teria ido uma vez ao consultório de Ferenczi e, entre vários objetos, escolheu brincar com um galo-do-mato de bronze. Teria também feito um desenho, que vocês podem adivinhar do que foi, e cacarejou de “um modo magistral”³³. Todos os dias, ao amanhecer, lemos, “acorda toda a família ao som de um verdadeiro cocorocó”³⁴. Uma criança que descobre uma brincadeira nova, portanto, sem tirar nem pôr, como

podem atestar todos que já conviveram com uma criança. Ferenczi diz de passagem que Árpád tinha acesso à cozinha da casa, que era uma criança que via, como ainda é comum fora dos centros urbanos, o abate das aves. Era um menino cujo mundo incluía essas coisas ou, para dizer ao modo de Walter Benjamin, Árpád não era nenhum Robinson, não fazia parte de “nenhuma comunidade separada”, mas era parte “do povo e da classe a que”³⁵ pertencia. Ele brincava com as coisas do seu dia a dia e o fazia à exaustão dos adultos a sua volta. Era capaz, por meio dessa brincadeira repetida, de representar todos os segredos de sua família, sua curiosidade sexual, seu amor e seu ódio.

A dúvida sobre a cronologia, linha central do argumento do artigo, fora motivada, na verdade, pela curiosidade teórica de Freud. Quando leu o caso, ele fez a pergunta que orientaria o texto do colega: “Você irá, espero, preencher a lacuna sobre se a ameaça de castração ocorreu antes ou depois da aventura”³⁶. Para Freud, e para Ferenczi, em 1913, era fundamental saber o que veio antes, se a ameaça de castração ou a bicada; mas esse não é o ponto sensível do caso. A meu ver, o mais chamativo é o que ganha ali o nome de “repercussão psíquica”³⁷ do evento sobre a criança: a identificação e a fascinação da criança com as aves, e o

dirá que a tendência
à repetição, que realiza em si
mesma uma função útil nas neuroses
traumáticas, existe “mesmo
onde não vinga, ou seja, onde
a repetição não leva a nenhum
resultado melhor do que
o traumatismo originário”

efeito que a vivência, no contexto em que ocorre, gera no psiquismo como um todo.

No jogo psicanalítico, é claro que o galo não é só um galo, que há outras figuras embrenhadas ali – freudianamente, o pai e a mãe – e que é por isso que Ferenczi vai achar que Árpád é um irmão do pequeno Hans. Mas o garotinho húngaro não está fixado no temor; ele teme muito, é verdade, mas também se precipita em direção ao galo, o mime-tiza. Sua atitude poderia ser incluída no que Radmila Zygouris chama de “série jubilatória”³⁸. Árpád não é um irmão de Hans, seu parentesco é com o neto de Freud que gostava de arremessar o carretel.

Repercussão e criação

O gesto número dois que nos interessa vem muito depois do pequeno homem-galo. Em 1931, atendendo pacientes em relaxamento profundo, quando experiências traumáticas reapareciam durante as sessões, Ferenczi chegará à suposição de que o estado de sono e o sonho buscam aliviar o sistema psíquico por meio da reexperimentação “de resíduos traumáticos do dia e da vida”³⁹. Mais do que isso, dirá que a tendência à repetição, que realiza em si mesma uma função útil nas neuroses traumáticas, existe “mesmo onde não vinga, ou seja, onde a repetição não leva a nenhum resultado melhor do que o traumatismo originário”⁴⁰.

30 S. Ferenczi, “Um pequeno homem-galo”, in *Psicanálise II*, p. 70.

31 Alguns anos depois, em 1917, ao fazer referência novamente ao caso, o autor vai falar em “um leve ferimento ao nível do pênis, o que exerceria depois uma influência decisiva sobre toda sua vida pulsional e, sobretudo, sobre seu desenvolvimento psíquico...”. S. Ferenczi, “Consequências psíquicas de uma ‘castração’ na infância”, p. 343.

32 Após ouvir a apresentação deste trabalho na 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi, Andreza Rafaely dos Anjos reforçou em comunicação pessoal que essa hipótese merecia sair de uma nota de rodapé. Como se pode ver, concordei com seu ponto.

33 S. Ferenczi, “Um pequeno homem-galo”, p. 72

34 S. Ferenczi, “Um pequeno homem-galo”, p. 72.

35 W. Benjamin, “História cultural do brinquedo”, p. 247-248.

36 E. Brabant; E. Falzeder; P. Giampieri-Deutsch (Eds.), *The correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi*, v. I, 1908-1914, p. 340.

37 S. Ferenczi, “Um pequeno homem-galo”, p. 70.

38 R. Zygouris, “L’enfant de la jubilation”. Disponível em: <<https://www.radmila-zygouris.com/lenfant-de-la-jubilation/>>.

39 E. Brabant; E. Falzeder (Eds.), *The correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi*, v. III, 1920-1933, p. 412.

40 S. Ferenczi, “Reflexões sobre o trauma”, nota “Da revisão de *A interpretação dos sonhos*”, p. 128.





*gostaria de propor, a partir
de uma ideia à qual me dediquei
em outro momento, que pensemos
o primeiro tempo do trauma
ferencziano como “comoção psíquica”
ou “choque”, e o segundo tempo
como momento de repercussão –
repercussão que pode ser desmentida
ou bem-sucedida*

Resíduos do dia e da vida, do tipo que Árpád forma ao ir até a cozinha, ao identificar-se com seu pai, ao urinar em um galinheiro e ao sentir-se ameaçado, são “impressões psíquicas tendentes à repetição, não resolvidas nem dominadas, inconscientes e que, talvez, jamais foram conscientes”⁴¹. Elas compõem a matéria bruta da vida mental. O psiquismo seria, nessa leitura, uma máquina de registro e repercussão de impressões. A cada vez que corta o pescoço de seu brinquedo de papel, Árpád está mais próximo de dar um desfecho diferente às suas impressões mentais; a cada manhã em que cacareja no meio da sala, mesmo quando essa tendência irrita os demais, a direção de seu movimento é a mesma: repercutir as impressões para si mesmo e para os outros. Ferenczi chegará a escrever no *Diário* que essa direção de movimento é pulsional: haveria, em um cenário sem perturbação traumática, uma “pulsão de repousar” e uma pulsão de “compartilhar (comunicação [Mit-teilung], sharing) acúmulos ‘excessivos’ de prazer e desprazer”⁴².

Reparem que a categoria de trauma é menos eficiente se colocamos as coisas nesses termos, se resolvemos pensar em “resíduos traumáticos do dia e da vida” e em uma pulsão de comunicar acúmulos de prazer e desprazer.

Em Freud, o teste ou prova de realidade é descrito algumas vezes⁴³, uma delas indicando o processo de discriminação entre as excitações

externas e as internas, entre a coisa e a representação da coisa, por meio de uma exploração motora. É como se alguém dissesse: isso de que eu me lembro, ou que estou vendo, existe porque estou vendo ou tocando novamente agora. É um processo intrapsíquico de confirmação. Ferenczi faz da realidade do choque – ou, ampliando a ideia para a vida cotidiana – da apreensão da realidade em geral, um exercício de consulta, troca ou exposição de impressões a uma ou mais figuras de confiança. Noutras palavras, nós só acreditamos que aquilo que vemos, ouvimos, pensamos ou sentimos é verdade se tivermos à mão alguém que autorize cada uma dessas vivências (perceptivas, intelectuais, emocionais). Isso vale para o que é da ordem da comoção e para o que é ordem da impressão cotidiana.

O ambiente favorável, o adulto de confiança que não desmente, no modelo de “Confusão de línguas”, é *repercussivo*. Ele se rende à necessidade de comunicação de quem está em choque, em comoção ou ainda, no dia e na vida, a quem tem urgência de expressar.

Gostaria de propor, a partir de uma ideia à qual me dediquei em outro momento⁴⁴, que pensemos o primeiro tempo do trauma ferencziano como “comoção psíquica” ou “choque”, e o segundo tempo como *momento de repercussão* – repercussão que pode ser *desmentida* ou *bem-sucedida*. Isso porque o exercício de expressar, contar, comunicar uma vivência é, nesse contexto, tentar repercuti-la em busca de ligação. No artigo “Análise de crianças com adultos”, Ferenczi chega a um extremo nessa direção de pensamento: “Tem-se mesmo a impressão”, escreve, “que esses choques graves são superados, sem amnésia nem sequelas neuróticas, se a mãe estiver presente, com toda sua compreensão, sua ternura e, o que é mais raro, uma total sinceridade”⁴⁵. Uma das correntes de fundo dessa postulação implica uma exigência grande sobre a cuidadora responsável pela criança, na imagem de um ouvido que pode dar conta de tudo e de uma disposição sincera absoluta. É uma idealização. A outra corrente perceptível é a indicação de que aquilo que nos comove, precisamos contar

para os outros, precisamos expressar, precisamos compartilhar. A repercussão desmentida corresponderia a não encontrar no ambiente um campo de ressonância que favoreça a ligação, enquanto a repercussão bem-sucedida, por outro lado, seria aquela que recebe do ambiente elementos que dão lugar, forma e sentido às impressões.

Os pais de Árpád, vendo que nenhuma proibição conteve o cacarejar do filho e suas demais brincadeiras aviárias, se renderam “e consentiram em comprar-lhe diversas aves em material inquebrantável como brinquedos”⁴⁶. Nem precisava que fossem de material inquebrantável e nem que fossem brinquedos com formato de aves, bastava que os pais se rendessem finalmente ao que parecia um capricho, mas que era o que de mais valioso o garoto criou para si com o material que tinha para se expressar. Bastava que recebessem a produção criativa que amarrava suas impressões.

Os momentos de *Erschütterung* são aqueles nos quais o sujeito perde-se temporariamente e em graus variados. São os que requerem, nas palavras de Marion Milner, “uma desistência temporária do ego discriminante, que fica apartado tentando ver objetivamente as coisas...”⁴⁷. É aí que identificamos o êxtase do adulto que se transforma em pianista depois de separar-se do próprio

»»

*a repercussão desmentida
corresponderia a não encontrar
no ambiente um campo de ressonância
que favoreça a ligação, enquanto
a repercussão bem-sucedida seria
aquela que recebe do ambiente
elementos que dão lugar, forma
e sentido às impressões*

corpo e também da criança que se faz galo. Há prazer e júbilo no momento dessas produções.

Não é pouca coisa tomar uma vivência para si e transformá-la em algo próprio. Constantin Stanislavski, o ator russo, mencionava uma frase que ouviu de um diretor: “É difícil despertar a vontade criadora, matá-la é fácil”⁴⁸. Após tudo que de pequeno ou grandioso a vida é capaz de nos trazer, temos de repetir em ato ou esgotar a coisa de tanto falar sobre ela. Vale para isso tocar piano, vale cacarejar; vale também esticar a mão em direção ao relâmpago.

41 S. Ferenczi, “Reflexões...”, p. 129.

42 S. Ferenczi, *The clinical diary of Sándor Ferenczi*, p. 200.

43 Sugiro ao leitor interessado nessas variações freudianas a consulta ao ótimo trabalho de doutorado de Marcio Leitão Bandeira, *Percepção e fantasia: delineamentos a partir da metapsicologia freudiana*, defendido no Dep. de Psicologia Experimental da Universidade de São Paulo em 2016.

44 E.C. Dal Molin, *O terceiro tempo do trauma*.

45 S. Ferenczi, “Análise de crianças com adultos”, in *Psicanálise IV*, p. 91.

46 S. Ferenczi, “O pequeno homem-galo”, p. 72.

47 M. Milner, “O papel da ilusão na formação simbólica”, in *A loucura suprimida do homem são*, p. 102.

48 C. Stanislavski, *A preparação do ator*, p. 29, Rakhmanov diz isso a Constantin Stanislavski porque este chegou 15 minutos atrasado ao primeiro ensaio, que terminou cancelado.

Referências bibliográficas

- Bandeira M.L. (2016). *Percepção e fantasia: delineamentos a partir da metapsicologia freudiana*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.47.2017.tde-17022017-160647. Recuperado em 2024-10-17, de www.teses.usp.br
- Benjamin W. (1994). Sobre o conceito de história. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*, p.222-232. São Paulo: Brasiliense. p. 222-232.
- _____. (1994). História cultural do brinquedo. In *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense. p. 244-248.
- Brabant E; Falzeder E.; Giampieri-Deutsch P. (eds.) (1993). *The correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi, v. I, 1908-1914*. Cambridge/MA and London: Harvard University Press.
- Brabant E; Falzeder E.; Giampieri-Deutsch P. (eds.) (2000). *The correspondence of Sigmund Freud and Sándor Ferenczi, v. III, 1920-1933*. Cambridge/MA and London: Harvard University Press.
- Cicoria T. (2014). The electrifying story of the accidental pianist & composer. *Missouri Medicine*, v. 111, n. 4, Jul-Aug, p. 308.
- Coelho Junior N.E. (2019). From Ogden to Ferenczi. The constitution of a contemporary clinical thought. *American Journal of Psychoanalysis*, 79, p. 468-483. <https://doi.org/10.1057/s11231-019-09218-x>.
- Dal Molin E. (2016). *O terceiro tempo do trauma*. São Paulo: Perspectiva.
- _____. (2024). Trauma, conceito aberto. *Cadernos de Psicanálise – CPRJ*, v. 46, n. 50, p. 19-38, 7 ago.
- Deleuze G.; Guattari F. (1997). *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34.
- Ferenczi S. (1909/2011). Introjeção e transferência. In *Psicanálise I*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 87-124.
- _____. (1911/2011). Palavras obscenas. Contribuição para a psicologia do período de latência. In *Psicanálise I*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 125-138.
- _____. (1912/2011). O conceito de introjeção. In *Psicanálise I*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 209-212.
- _____. (1913/2011). Um pequeno homem-galo. In *Psicanálise II*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 69-76.
- _____. (1917/2011). Consequências psíquicas de uma “castração” na infância. In *Psicanálise II*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 343-348.
- _____. (1930/2011). Princípio de relaxamento e neocatarse. In *Psicanálise IV*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 53-68.
- _____. (1931/2011). Análise de crianças com adultos. In *Psicanálise IV*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 79-95.
- _____. (1931/2011). Reflexões sobre o trauma, Da revisão de A interpretação dos sonhos. In *Psicanálise IV*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 125-135.
- _____. (1933/2011). Confusão de línguas entre os adultos e a criança. In *Psicanálise IV*. Trad. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes. p. 111-121.
- _____. (1932/1988). *The clinical diary of Sándor Ferenczi*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Foucault M. (1969/2001). O que é um autor?. In *Ditos e escritos II*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. p. 41-60.
- Freud S. (1895). Project for a Scientific Psychology. In *SE I*, p. 283-398.
- _____. (1924) The Dissolution of the Oedipus Complex. In *SE XIX*, p.173-182.
- Gondar J. (2022). Diálogos (im)pertinentes: Psicanálise, teorias queer, transgeneridades. *Percurso*, n. 68, p. 33-42. Recuperado de <https://percurso.openjournal-solutions.com.br/index.php/ojs/article/view/22>.
- Kupermann D. (2023). Discussão na mesa “Ferenczi: pensador político, clínico do reconhecimento”, no Colóquio Internacional Distopia e Clínica do Social, coordenado por Marília Etienne Arreguy e realizado pelo Grupo Alteridade Psicanálise Educação – GAP(e)/UFF-CNPQ.
- Mezan R. (2014). *O tronco e os ramos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Milner M. (1952/1991). O papel da ilusão na formação simbólica. In *A loucura suprimida do homem são*. Rio de Janeiro: Imago. p. 102.
- Sacks O. (2007). *Alucinações musicais: relatos sobre a música e o cérebro*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Zygouris R. (1998). L'enfant de la jubilation. Disponível em <https://www.radmi-la-zygouris.com/lenfant-de-la-jubilation/>.

Shock, repercussion, and creation

Abstract Based on Ferenczi's ideas, this article explores aspects of the dynamics of “trauma” and its effects on psychic functioning. The discussion focuses on two concepts: shock (or commotion) as an initial disruptive event and the process of psychic repercussion, which may culminate in a movement of creation. Through conceptual figures, I argue that the transformation of traumatic experiences into creative productions is essential and frequent, especially when these experiences are shared and acknowledged by the environment.

Keywords Sándor Ferenczi; trauma; shock; psychic repercussion; creation.

Texto recebido: 09/2024.

Aprovado: 10/2024.-

Em busca da autenticidade

Sándor Ferenczi entre o *enfant terrible* e a “criança obediente” da psicanálise

Gustavo Dean-Gomes
Daniel Kupermann

Texto apresentado em versão reduzida na 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi, em 30 de maio de 2024.

Gustavo Dean-Gomes é doutorando no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Daniel Kupermann é psicanalista, professor livre-docente do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, bolsista do CNPq – Brasil.

Resumo O artigo investiga os conflitos e as tensões que marcaram a trajetória de Sándor Ferenczi, especialmente em sua relação com Freud e no desenvolvimento de suas ideias inovadoras para o campo psicanalítico, investigando, com o auxílio das teorias de Erich Fromm, as possibilidades e impossibilidades de Ferenczi para equilibrar autonomia criativa de um lado, e desejo de aceitação de outro.

Palavras-chave Sándor Ferenczi, 1873-1933; Sigmund Freud, 1856-1939; Erich Fromm, 1900-1980; psicanálise; autenticidade; submissão.

DOI: 10.70048/percurso.73.55-64

Introdução

Sándor Ferenczi foi um dos principais interlocutores de Sigmund Freud no processo de construção da psicanálise. Desde seu ingresso no movimento psicanalítico, Ferenczi mostrou-se um autor original, repleto de ideias e pronto para cooperar nos mais diversos aspectos da nova ciência: teóricos, clínicos e institucionais, com destaque para as considerações sobre a formação psicanalítica. Sua disposição foi especialmente marcante a partir do trabalho com pacientes que, em função de terem atravessado situações traumáticas, desafiavam o método clássico, momento em que investiu em descrever e refletir acerca das diferentes abordagens para tratar desses casos, o que fez em textos como “A elasticidade da técnica psicanalítica”, no qual apresentou uma prática analítica fundamentada no trinômio “empatia-amistosa benevolência-tato” do analista; “Princípio de relaxamento e neocatarse”, artigo em que indicou, como contrapeso ao “princípio de abstinência” freudiano, o “princípio de autorização” (*laissez-faire*) e o valor das “regressões” no contexto analítico – temas que foram aprofundados em “Análise de crianças com adultos”, escrito em 1931. Por fim, devemos mencionar ainda “Confusão de língua entre os adultos e a criança”, seu texto de denúncia sobre possíveis efeitos retraumatizantes da psicanálise, de 1933; o *Diário clínico* e as “Notas e fragmentos”, escritos póstumos com profundas ponderações sobre a arte do psicanalisar. Por conta dessa atividade intensa, Ferenczi muitas vezes foi descrito (e até se autodescreveu) como o *enfant terrible* da psicanálise.

O termo *enfant terrible* pode ser traduzido do francês, literalmente, como “criança terrível”. Historicamente, indicava crianças que



*defendemos que,
ao lado do enfant terrible,
habitava em Ferenczi
uma “criança obediente”*

exibiam comportamento indisciplinado, opositivo ou perturbador. Ao longo do tempo, seu significado passou a descrever também adultos que confrontavam normas sociais estabelecidas, muitas vezes de forma criativa ou provocadora. No caso de Ferenczi, a expressão é frequentemente utilizada em referência à sua disposição para desafiar convenções do movimento psicanalítico. Se, por um lado, esse fato é observável a partir das referências bibliográficas citadas; por outro, tal nomeação pode simplificar a forma como se deu sua contribuição à psicanálise e ignorar a profundidade, meticulosidade e sofrimento com que Ferenczi desenvolveu suas ideias. Defendemos que, ao lado do *enfant terrible*, habitava em Ferenczi uma “criança obediente”, e que os conflitos provocados por essas duas disposições provocavam-lhe uma enorme tensão psíquica – reconhecida por si mesmo e por alguns de seus colegas próximos –, que influenciou tanto seu impulso criativo e sua forma metódica de apresentar suas contribuições teóricas, quanto suas profundas tribulações psíquicas e adoecimentos físicos.

Neste artigo acentuaremos o aspecto da “criança obediente” de Ferenczi, trabalhando com seus próprios referenciais teóricos e também com ideias alternativas que nos ajudarão a compreender melhor seu lugar no movimento psicanalítico. Dividiremos nossa abordagem em quatro momentos: 1) Ferenczi enquanto analisando, 2) o desassossego psíquico relacionado à sua relação com Freud, 3) como as teorias de Erich Fromm sobre as relações de poder, liberdade e alienação nos fornecem subsídios para uma reavaliação da condição de Ferenczi, destacando seu aspecto de “criança obediente” e, por fim, 4) uma hipótese

sobre a fase final da produção de Ferenczi, não somente como um momento de virada, mas, de fato, de reencontro com sua autenticidade.

O analisando Ferenczi

Sándor Ferenczi enfrentou uma infância marcada por traumas significativos, incluindo a perda prematura de seu pai, aos quinze anos de idade, e também de uma irmã mais jovem, ainda bebê. Havia, também, a convivência com uma mãe bastante ocupada com o cuidado de muitos filhos que, segundo sua interpretação, não tinha podido nutri-lo com o amor necessário. Além disso, foi submetido à sedução sexual por uma de suas babás e ameaçado posteriormente. Elizabeth Severn, sua antiga paciente, com quem, nos anos 1930, praticou o experimento de análise mútua, assim descreveu suas impressões sobre o analisando Ferenczi:

A análise do caráter deste paciente revelou, em primeiro lugar, amargura e raiva e fortes impulsos agressivos, escondidos sob um exterior suave e gentil; segundo, revelou um homem apavorado com todas as mulheres, temendo igualmente sua raiva e sua paixão; e, terceiro, revelou o choque ou psicose em que estava contido o sofrimento agudo, a confiança sexual perdida e o ódio pela injustiça que havia sofrido, em partes iguais. Tudo isso foi fragmentado em pequenos pedaços, grande parte convertido em sintomas físicos, e nada reconhecível pelo que era, uma insanidade reprimida de um tipo virulento.

Outro ponto notável neste caso foi o meio pelo qual essa criança preservou sua sanidade como um todo, restabelecendo uma relação aparentemente normal com a vida após o trauma. Ele o fez, provavelmente no momento de sua ocorrência, pelo que Freud chamaria de repressão e o que Ferenczi chamaria de fragmentação. [...] essa criança cresceu e se tornou uma pessoa de inteligência, equilíbrio e prestatividade incomuns, embora não sem certos perigos para os outros. Mas, a que custo, eu acho que o leitor pode bem imaginar. Ele foi privado de felicidade e saúde durante a maior parte de sua vida, pois foi cinquenta anos após sua ocorrência que esse trauma passou a ser observado e tratado.¹

As observações de Severn destacam a profundidade dos traumas vividos por Ferenczi, que se manifestaram em sintomas físicos e emocionais ao longo de sua vida. Essa análise nos permite vislumbrar como tais experiências influenciaram a construção de suas reflexões teóricas. A complexidade de suas defesas psíquicas, como a fragmentação de memórias traumáticas, antecipa temas centrais de sua obra, que ele viria a explorar com maior profundidade, como a relação entre vítima e agressor. Esses aspectos são cruciais para entender sua posterior contribuição à prática psicanalítica, especialmente no contexto de suas interações com Freud.

Em linha com as observações de Severn, ao examinarmos o *Diário clínico*, encontramos relatos semelhantes vindos da pena do próprio Ferenczi, o que nos permite uma melhor compreensão da influência dessas vivências na sua prática clínica e na subsequente teorização. Entre os temas mais notáveis estão o desenvolvimento de suas hipóteses sobre o trauma, a confusão de línguas entre criança e adulto, e a identificação com o agressor. Este último fenômeno é especialmente relevante no contexto de nosso estudo, uma vez que indica a introjeção, pela criança, dos afetos de seu agressor como estratégia de sobrevivência psicológica, algo que, em nossa leitura, pôde ser observado também na relação de Ferenczi com Freud². Essa relação, como veremos a seguir, desempenhou um papel fundamental no sofrimento emocional de Ferenczi e no desenvolvimento de suas teorias.

O sofrimento de Ferenczi na sua relação com Freud

Ferenczi, formado em Viena em meados da década de 1890, desde seus primeiros anos de prática

as observações de Severn destacam a profundidade dos traumas vividos por Ferenczi, que se manifestaram em sintomas físicos e emocionais

médica mostrou-se um pesquisador inquieto, interessado por fenômenos diversos, como o espiritismo – que lhe abriu as portas para sua reflexão sobre os fenômenos do inconsciente –, a psicologia infantil, as teorias da evolução e as práticas terapêuticas ligadas à sugestão e à hipnose³. Quando conheceu a psicanálise, Ferenczi nela encontrou uma teoria que poderia ajudá-lo a aprofundar suas reflexões sobre esses assuntos. Em 1908, ao se aproximar de Freud, Ferenczi encontrou não apenas um mentor, mas também uma figura capaz de revolucionar a investigação e a prática psicoterapêutica.

A admiração entre Freud e Ferenczi foi imediata e mútua, e o criador da psicanálise exercia um grande fascínio e autoridade sobre Ferenczi, influenciando significativamente seu trabalho. Tal situação fazia com que o húngaro frequentemente se encontrasse dividido entre a lealdade a Freud e às suas próprias intuições. Quem primeiramente registrou os efeitos dessa situação foi Lou Andreas-Salomé, que anotou as seguintes linhas em seu diário, após um período de visitas a Freud e Ferenczi em 1913:

Inquestionavelmente, Ferenczi tem muitas ideias que, por certo aspecto, o desviam da posição filosófica de Freud. A despeito do quão fantásticas as consequências de algumas delas podem parecer-lhe, seria bom se sua maneira de ver as coisas influenciasse os pontos de vista filosóficos de Freud. Mas é significativo que Ferenczi refira-se a essas, suas ideias mais queridas, pelas quais poderia afirmar viver em seu estado de solidão (como a forma de ele falar sobre elas atesta completamente), como “loucuras”, “curiosidade patológica” e seu ardente “desejo por onisciência” [...].⁴

1 E. Severn, *The discovery of the self*, p. 99.

2 Cf. D. Kupermann, *Por que Ferenczi?*

3 Cf. G. Dean-Gomes, *Budapeste, Viena e Wiesbaden: o percurso do pensamento clínico-teórico de Sándor Ferenczi*, capítulo 2.

4 L. Andreas-Salomé, *The Freud journal*, p. 137.



vemos Ferenczi explorando
a regressão profunda a um estado
de morte (ou, talvez pudéssemos
dizer, “não vida”)

A perspicácia de Lou Andreas-Salomé permitiu-lhe perceber, já na primeira metade da década de 1910, o início de um distanciamento entre as concepções de Ferenczi e o pensamento freudiano, que o húngaro tentava conter fazendo uso, inclusive, de autorrecremnações. Todavia, à medida que Ferenczi aprofundava suas reflexões – e delineava abordagens próprias que se afastavam de algumas ideias centrais de Freud –, essas divergências se tornaram mais evidentes. Assim, as tensões entre os colegas aumentaram ao longo dos anos, especialmente quando Ferenczi começou a desenvolver suas teorias sobre o trauma e as práticas psicoterapêuticas a ele relacionadas, fundamentadas especialmente no uso clínico do relaxamento e da regressão – hipóteses que divergiam significativamente das concepções de Freud.

Essa relação complexa teve profundas repercussões psicológicas em Ferenczi, contribuindo para crises de identidade e alienação, descritas em certas passagens do *Diário clínico*, como na pesada nota de 2 de outubro de 1932, “Regressão em ψ – Estado embrionário ϕ , *during analysis* (numa decomposição orgânica)”. Essa passagem é especialmente reveladora, e iremos comentá-la em duas partes, dada sua extensão e profundidade:

Regressão mais profunda para o estado de morte (o perigo é o de não-ter-ainda-nascido. Uma nova solução do problema da personalidade será possível após semelhante mergulho no traumático?).

No meu caso, uma crise sanguínea sobreveio exatamente no momento em que compreendi que não só não posso contar com a proteção de uma “potência superior”, mas que, *pelo contrário*, sou espezinhado por essa

potência indiferente, se seguir o meu próprio caminho – e não o dela.

A compreensão a que essa experiência me fez ter acesso foi a de que eu só era corajoso (e produtivo) enquanto me apoiava (inconscientemente) numa outra potência, a de que, portanto, nunca fui “adulto”. Desempenhos científicos, casamento, luta contra colegas muito fortes – tudo isso somente era possível sob a proteção da ideia de que posso, em *todas as circunstâncias*, contar com esse substituto do pai. A “identificação” com a potência superior, a *súbita* “formação do Superego”, foi esse o apoio que me preservou outrora da decomposição definitiva? A única possibilidade de continuar existindo será abandonar a maior parte do seu próprio eu para executar plenamente a vontade dessa potência superior (como se fosse a sua vontade)?

E assim como devo agora reconstituir novos glóbulos vermelhos, será que devo (se puder) criar para mim uma nova base de personalidade e abandonar, como falsa e pouco confiável, a que eu tinha até agora? Terei neste ponto a escolha entre morrer ou me “reorganizar” – e isso aos 59 anos?

Por outro lado: viver sempre a vida (a vontade) de uma outra pessoa – terá isso algum valor – uma tal vida não será já quase a morte? Perderei demais se me arriscar a ter essa vida? *Chi lo sa?*⁵

Ao analisarmos os dois primeiros parágrafos desse trecho inicial da citação, vemos Ferenczi explorando a regressão profunda a um estado de morte (ou, talvez pudéssemos dizer, “não vida”), evocando a ideia de “não-ter-ainda-nascido”, o que traz uma reflexão existencial sobre a possibilidade de reorganizar a personalidade após um mergulho traumático, origem da concepção balintiana de *new beginning*. A angústia está ligada à sensação de abandono e à percepção de que, ao seguir seu próprio caminho, ele se afastaria de qualquer proteção externa, algo que ressoa com a sensação de isolamento que sentia dentro do movimento psicanalítico. O conflito aqui é entre a autonomia pessoal e a dependência de uma força superior, que ele reconhece como fundamental em seu desenvolvimento e suas realizações passadas. Essa ambivalência revela o profundo dilema em que



Ferenczi se encontrava: será que sua independência implicaria uma espécie de “morte” (simbólica? real?), ou seria o início de uma nova etapa?

Prosseguindo com nossa leitura detida, no terceiro parágrafo do excerto, Ferenczi passou a discutir a formação de sua personalidade ao longo dos anos, afirmando que suas realizações pessoais e profissionais só foram possíveis porque, inconscientemente, ele se apoiava em uma “potência superior”, como um substituto paterno. A formação do Superego, que ele descreve, foi o que, em momentos anteriores, o preservou da desintegração. O interessante aqui é a maneira como Ferenczi coloca a necessidade de abandonar uma parte de si para continuar a existir sob o domínio dessa força externa. Esse parágrafo reflete sua luta interna para redefinir sua identidade e abrir mão de uma estrutura psicológica que, até então, de maneira ambivalente, sustentava sua existência, mas que agora se mostrava em franco desacordo com seus novos questionamentos e desafios.

Por fim, no quarto e quinto parágrafos da citação, a crise de reorganização toma uma dimensão ainda mais dramática. Ferenczi se questiona se, aos 59 anos, ele seria capaz de abandonar a base de sua personalidade e criar uma nova, ou se isso representaria sua morte. A metáfora de viver a vida de outra pessoa, em referência à “potência superior”, quase se iguala à morte psíquica. Essa parte da reflexão finaliza com uma incerteza dolorosa: será que vale a pena se arriscar a viver por si mesmo, ou o preço dessa autonomia seria alto demais? Aqui, Ferenczi levanta uma dúvida essencial sobre a validade de uma vida vivida sob a sombra de outra vontade, tornando claro o quão profundo era seu conflito entre ser fiel a si mesmo ou se submeter à segurança oferecida por uma figura superior – no caso, Sigmund Freud.

Retomemos a citação para continuar a análise:

A confiança que os alunos têm em mim pode fornecer-me alguma segurança; muito particularmente a

*será que vale a pena
se arriscar a viver por si mesmo,
ou o preço dessa autonomia
seria alto demais?*

confiança de uma pessoa que é, ao mesmo tempo, aluno e mestre.

(Neste momento, recebo algumas linhas pessoalmente amistosas de Jones.) (Rosas anunciadas, circular proposta.) Não posso negar que mesmo isso me tocou de forma agradável. De fato, sentia-me abandonado também pelos colegas (Radò, etc.), porque todos têm medo demais de Freud para, em caso de uma disputa entre Freud e eu, comportarem-se de maneira objetiva, até mesmo simpatizante, a meu respeito. Uma troca mais intensa de circulares entre Freud, Jones e Eitington já está certamente em curso há muito tempo. Sou tratado como um doente a quem é necessário poupar. A minha intervenção deve esperar que eu me recupere, de sorte que as “atenções” se tornam inúteis.

Uma certa força da minha organização psicológica parece subsistir, de modo que, ao invés de adoecer psicologicamente, só posso destruir – ou ser destruído – nas profundezas orgânicas.⁶

Na segunda parte da citação, Ferenczi refletiu sobre a solidão e o isolamento que sentia dentro da comunidade psicanalítica, mencionando a falta de apoio dos colegas que, por medo de Freud, não se posicionariam, em hipótese alguma, ao seu lado. Ele abordou a questão da confiança depositada por seus alunos, que, de certa forma, o sustentaria emocionalmente, mas que ainda assim não seria suficiente para aliviar seu sentimento de exclusão. A metáfora da destruição nas “profundezas orgânicas” sugere que, enquanto ele poderia parecer forte psicologicamente, o preço desse isolamento e desse afastamento era pago fisicamente, em seu corpo – e, de fato, a nota foi escrita à época em que Ferenczi, provavelmente, já estava padecendo da anemia que viria a vitimá-lo

5 S. Ferenczi, *Diário clínico*, p. 260.

6 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 261.



*Fromm analisou
como, ao longo da história,
o homem se distanciou da unidade
com o mundo natural*

no ano seguinte. O tema, aliás, era recorrente no pensamento do autor, que frequentemente conectava o sofrimento psíquico a manifestações corporais. A citação finaliza com uma nota de resignação, em que ele reconhecia a fragilidade de sua posição e o impacto destrutivo que a alienação do círculo psicanalítico estava causando em sua vida. Esse ponto finaliza sua reflexão sobre a relação conflituosa com Freud e seus colegas, encerrando um momento de grande introspecção e vulnerabilidade.

Ao examinarmos, a partir dessa nota, o impacto psíquico em Ferenczi de sua relação com Freud, é interessante explorar como as dinâmicas de poder, liberdade e alienação desempenharam um papel significativo nessa interação. Para tanto, as teorias de Erich Fromm oferecem um quadro teórico valioso, não apenas para compreender os conflitos pessoais entre Freud e Ferenczi, mas também as implicações mais amplas dessas tensões para a psicanálise e para a constituição subjetiva.

Ferenczi como a “criança obediente”:
as teorias de Erich Fromm sobre poder,
liberdade e submissão

Erich Fromm, psicanalista, cientista social e profundo defensor do legado ferencziano, ofereceu uma perspectiva importante sobre os temas do poder, da busca pela liberdade e dos efeitos da submissão. Em obras como *Escape from freedom*, argumentou que o processo de individuação – tanto em termos históricos quanto no desenvolvimento pessoal – afastava o ser humano de seus vínculos primários, os quais proporcionavam

segurança, mas limitavam sua liberdade. Fromm analisou como, ao longo da história, o homem se distanciou da unidade com o mundo natural e social, especialmente a partir da era moderna, ganhando maior consciência de si como uma entidade independente. No entanto, essa transição gerava ambiguidade, pois, à medida que o indivíduo se libertava dos laços primários, experimentava uma solidão crescente e o desafio de se orientar no mundo por conta própria. Segundo Fromm, “essa separação de um mundo que – em comparação com a própria existência individual – é extremamente forte e poderoso cria um sentimento de impotência e ansiedade”⁷.

Fromm identificou dois aspectos dessa liberdade: por um lado, ela fortalecia o indivíduo ao permitir que ele desenvolvesse maior autonomia sobre suas emoções, pensamentos e decisões. Com o rompimento dos laços primários, o sujeito ganhava mais agência sobre si, adquirindo uma potencialidade maior de “ser” de acordo consigo. Esse fortalecimento do self, que Fromm aprofundaria mais tarde em *Man for himself*, reflete a ideia de que o ser humano, em condições desejáveis, guia-se por seus próprios valores e julgamentos, em vez de simplesmente seguir orientações externas. Por outro lado, essa liberdade gerava desamparo, já que, ao se libertar dos vínculos que antes lhe ofereciam uma sensação de segurança, o indivíduo podia ver-se isolado e exposto a um mundo que, além de distante, agora também se mostrava incerto e ameaçador. Ele ressaltou que, com a perda dos vínculos anteriores, surgiam duas opções: a submissão a uma autoridade, que oferecia uma sensação de proteção, mas limitava o crescimento pessoal; ou a atividade espontânea, que permitia relacionar-se com o mundo de maneira autêntica, preservando a integridade do self por meio do amor e do trabalho produtivo.

Nesse sentido, a submissão, segundo Fromm, era uma tentativa de escapar do peso da liberdade. Ele afirmava que “assim como uma criança nunca pode retornar fisicamente ao útero da mãe, também nunca pode reverter, psiquicamente, o processo de individuação”⁸. A submissão, todavia,

seria uma tentativa nesse sentido: uma fuga da liberdade, experimentada como desamparo, na direção da sensação de aconchego – ainda que eventualmente incômodo – sentido sob a tutela desse outro poderoso. Entretanto, apesar de oferecer segurança momentânea, o novo contexto resultaria, também, em insegurança e hostilidade, pois o indivíduo sacrificava parte de sua força interior e liberdade em troca da proteção de uma autoridade externa.

Essa análise de Fromm tinha ressonância com as reflexões de Ferenczi sobre a dependência de uma “potência superior” e o medo de perder a proteção que ela oferecia. Ferenczi, como Fromm, percebeu o dilema de encontrar segurança sem abrir mão da liberdade, o que levava à tensão entre seguir o próprio caminho ou se submeter a uma autoridade. No excerto transcrito anteriormente, o húngaro ponderou sobre sua crise ao perceber que não podia contar com a proteção de uma “potência superior” e se sentia esmagado por essa mesma potência ao tentar seguir seu próprio caminho. A esse respeito, como vimos, Fromm argumentou que muitas pessoas desenvolvem um “medo da liberdade”, afeto que as leva a buscar segurança e orientação em figuras de autoridade ou “potências superiores”. No caso de Ferenczi, sua dependência da proteção de uma figura de autoridade (eventualmente autoritária) podia ser vista como uma manifestação desse temor, a partir do qual ele preferia a segurança fornecida pela autoridade de Freud a enfrentar a incerteza e a responsabilidade de seguir suas próprias intuições e, concomitantemente, perder o amor desse protetor-perseguidor.

Segundo a teorização de Fromm – que, nesse ponto, guardava algum paralelo com as ideias que Ferenczi expôs em “Psicanálise e pedagogia”, “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus

»»

*apesar das qualidades obviamente
adoráveis de Ferenczi,
ele sofreu durante a vida com
a necessidade de ser aceito e amado*
[Erich Fromm]

estágios” e “Confusão de língua entre os adultos e a criança” – o problema da liberdade estava posto para o homem desde sua origem histórica e individual⁹. Nos restringindo ao indivíduo, crianças que tiveram que lidar com cuidadores autoritários, ou que experimentaram sentimentos relevantes de abandono e rejeição, tendem a se desenvolver de maneira submissa, como “crianças obedientes”. Com relação a esse ponto, Clara Thompson, outra antiga paciente de Ferenczi (e, posteriormente, analisanda de Erich Fromm), fez uma observação interessante:

Apesar das qualidades obviamente adoráveis de Ferenczi, ele sofreu durante a vida com a necessidade de ser aceito e amado. Por causa dessa necessidade, seu relacionamento pessoal com Freud era mais importante para ele do que seu próprio pensamento independente. Ele era o tipo de homem que fica feliz em trabalhar para uma pessoa forte; Freud foi aquela pessoa forte em sua vida. Se Ferenczi não tivesse nada original para contribuir, o relacionamento poderia ter sido completamente satisfatório; mas sua mente era original e – por trás de sua devoção a Freud – havia uma luta constante para ser ele mesmo. Ao mesmo tempo, ele temia incorrer na desaprovação de Freud. Isso tornava sua atitude em relação a Freud definitivamente ambivalente; e essa ambivalência, acredito, pode ser vista em seus escritos.¹⁰

A observação de Clara Thompson realça a dimensão emocional da relação de Ferenczi com Freud, destacando a ambivalência entre sua devoção e o desejo de afirmação pessoal. Essa luta interna reflete a dificuldade de conciliar o anseio por aceitação e o impulso criativo independente. A percepção da autora, que conheceu a intimidade

7 E. Fromm, *Escape from freedom*, p. 23.

8 E. Fromm, *op. cit.*, p. 24.

9 Cf. D. Kupermann; G. Dean-Gomes, “Sándor Ferenczi e os princípios para uma ética do cuidado nas práticas educativas”, *Revista Interações*, v. 17, n. 59.

10 C. Thompson, “Ferenczi’s contribution to psychoanalysis”, in *Interpersonal psychoanalysis – The selected papers of Clara Thompson*, p. 74.



Ferenczi ainda expressou suas dúvidas sobre o valor de viver a vida conforme a vontade de outra pessoa

do pioneiro húngaro, enfatiza que tal ambivalência não era apenas um conflito interno, mas também uma manifestação das tensões entre dependência e liberdade que permeavam tanto a vida pessoal quanto o pensamento teórico de Ferenczi.

Retomando o teor da nota do *Diário clínico* transcrita, Ferenczi questionava se a identificação com a “potência superior” e a formação súbita do Superego foram apoios que o preservaram da decomposição definitiva. Em sua obra, Erich Fromm discutiu como a sociedade e suas estruturas – dentre elas, a família e instituições de educação – podem levar à alienação, fazendo os indivíduos se desconectarem de suas disposições mais íntimas. A conformidade com o Superego construído a partir da figura de autoridade pode ser vista como uma forma de alienação: Ferenczi se afastaria de seu verdadeiro eu para adotar uma identidade mais aceitável para a autoridade (Freud) e a comunidade psicanalítica. De fato, o próprio Ferenczi teorizou sobre como os efeitos do trauma reforçariam as instâncias superegoicas em prejuízo do eu.

Ferenczi ainda expressou, no excerto citado, suas dúvidas sobre o valor de viver a vida conforme a vontade de outra pessoa. Fromm, por seu lado, discutiu como o “medo da liberdade” poderia levar à conformidade com as expectativas e desejos de outros, em vez da busca da própria autonomia – uma espécie de “identificação com o agressor”, em termos ferenczianos. Aliás, uma das mais belas passagens da obra de Ferenczi é um alerta para os sujeitos que eventualmente poderiam fazer mau uso de sua situação de poder:

Os pais e os adultos deveriam aprender a reconhecer, como nós, analistas, por trás do amor de transferência,

submissão ou adoração de nossos filhos, pacientes, alunos, o desejo nostálgico de libertação desse amor opressivo. Se ajudarmos a criança, o paciente ou o aluno a abandonar essa identificação e a defender-se dessa transferência tirânica, pode-se dizer que fomos bem-sucedidos em promover o acesso da personalidade a um nível mais elevado.¹¹

Por fim, Ferenczi ponderou ainda se, a partir dessa crise, deveria criar uma nova base de personalidade, abandonando a que tinha até então. Essa questão parece expressar a intuição frommiana de necessidade de reconexão consigo para superar a alienação, tornando possível encontrar uma forma de existir que não esteja tão profundamente dependente da autoridade externa.

O último Ferenczi:
tentativa de superação do sentimento de alienação e reencontro

A partir do que dissemos até aqui, propomos que a parte final da obra de Sándor Ferenczi – especialmente seus textos publicados a partir de 1928 – seja interpretada não como uma ruptura com suas ideias anteriores, mas como uma – dura, sofrida e, talvez, mortal – tentativa de reencontro com a disposição e criatividade que marcaram seu início na psicanálise em textos como “Psicanálise e pedagogia”. Um processo de autodescoberta e reinvenção, no qual Ferenczi buscou libertar-se das ressonâncias autoritárias que moldaram seu Superego e redirecionavam sua – enorme – criatividade, como indica a nota de 19 de julho de 1932 do *Diário clínico*:

[...] cheguei ao “serviço por amor” junto de um homem forte, e permaneci dependente. Uma nova investida, após a experiência da psicanálise. (1) Entusiasmo, trabalho pessoal, muita originalidade; (2) submissão ao pé da letra (grão-vizir secreto – ambivalência). Afrouxamento parcial do entusiasmo, já nos Estados Unidos, I) Mas no máximo silêncio e improdutividade.

Última decepção: “Ele não ama ninguém, somente a si mesmo e à sua obra” (e não permite a ninguém

mostrar-se original). Depois de Berlim, Paris... O desprendimento libidinal permite inovações técnicas “revolucionárias”: atividade, passividade, elasticidade. Retorno ao trauma (Breuer). *Por oposição a Freud*, desenvolvi num grau particularmente elevado a aptidão para a *humility* e para a apreciação da clarividência da criança (paciente) não depravada.¹²

A citação do *Diário clínico* revela, uma vez mais, a complexidade das tentativas de Ferenczi de se desvencilhar das influências autoritárias e reafirmar sua criatividade. Sua reflexão sobre o “serviço por amor” e a dependência de figuras como Freud exemplifica os desafios que enfrentou ao longo de sua trajetória. Nesse contexto, o processo de desprendimento libidinal, mencionado por ele, é central para entender suas inovações técnicas e sua busca por maior simplicidade e receptividade, elementos que marcaram a fase final de sua produção¹³. A passagem nos oferece uma visão mais clara de seus esforços para se reconectar com suas aspirações iniciais, destacando o impacto emocional e psíquico dessa jornada. Ao considerar esses elementos, podemos compreender melhor como o sentimento de alienação e o reencontro com sua criatividade foram questões cruciais em seus últimos escritos e experiências clínicas.

Essa hipótese ganha força ao se considerar

»
o processo de desprendimento libidinal é central para entender suas inovações técnicas e sua busca por maior simplicidade e receptividade

a perspectiva de Erich Fromm sobre liberdade e alienação, e sua aplicação às experiências e escritos de Ferenczi. Como antecipamos, Fromm destacou que a verdadeira liberdade envolve a capacidade de agir de acordo com nossos desejos e valores autênticos, uma ideia que ressoa profundamente com a trajetória de Ferenczi. Apesar das pressões e da dependência de figuras de autoridade, como Freud, Ferenczi sempre manteve uma luta interna para preservar sua originalidade. Sua fase final reflete um retorno à busca por autenticidade, enfrentando o desafio de reconectar-se consigo sem ser inibido pela cacofonia das imposições e expectativas externas. Assim, algumas das notas do *Diário clínico* são documentos imprescindíveis para uma investigação mais objetiva (e menos idealizada) dos aspectos de *enfant terrible* e “criança obediente” que coabitavam a alma de Sándor Ferenczi.

11 S. Ferenczi, “Confusão de língua entre os adultos e a criança”, in *Obras completas v. IV*, p. 119.

12 S. Ferenczi, *op. cit.*, p. 204.

13 Cf. G. Dean-Gomes, *op. cit.*, Capítulo 8.

Referências bibliográficas

- Andreas-Salomé L. (1964/1987). *The Freud journal*. London: Quartet Encounters.
- Dean-Gomes G. (2019). *Budapeste, Viena e Wiesbaden: o percurso do pensamento clínico-teórico de Sándor Ferenczi*. São Paulo: Blucher.
- Ferenczi S. (1908/2011). Psicanálise e pedagogia. In *Obras completas v. I. 2. ed.* São Paulo: Martins Fontes. p. 39-44.
- _____. (1913/2011). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. In *Obras completas v. II. 2. ed.* São Paulo: Martins Fontes. p. 45-62.
- _____. (1928/2011). Elasticidade da técnica psicanalítica. In *Obras completas v. IV. 2. ed.* São Paulo: Martins Fontes. p. 29-42.
- _____. (1930/2011). Princípio de relaxamento e neocatarse. In *Obras completas v. IV. 2. ed.* São Paulo: Martins Fontes. p. 61-78.
- _____. (1931/2011). Análise de crianças com adultos. In *Obras completas v. IV. 2. ed.* São Paulo: Martins Fontes. p. 79-96.
- _____. (1933/2011). Confusão de língua entre os adultos e a criança (a linguagem da ternura e a da paixão). In *Obras completas v. IV. 2. ed.* São Paulo: Martins Fontes. p. 111-124.
- _____. (1949/2011). Notas e fragmentos. In *Obras completas v. IV. 2. ed.* São Paulo: Martins Fontes. p. 267-323.
- _____. (1985/1990). *Diário clínico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Fromm E. (1941/2013). *Escape from freedom*. Nova York: Open Road Distribution.
- _____. (1947/2013). *The man for himself*. Nova York: Open Road Distribution.
- Kupermann D. (2022). *Por que Ferenczi?* São Paulo: Zagodoni.
- Kupermann D.; Dean-Gomes G. (2021). Sándor Ferenczi e os princípios para uma ética do cuidado nas práticas educativas. *Revista Interações*, v. 17, n. 59, p. 28-49. <https://doi.org/10.25755/int.25100>.
- Severn E. (1933/2017). *The discovery of the self: a study in psychological cure*. Oxon: Routledge.
- Thompson C. (1944/1964). Ferenczi's contribution to psychoanalysis. In *Interpersonal psychoanalysis – The selected papers of Clara Thompson*. Nova York: Basic Books. p. 72-81.

In search of authenticity:**Sándor Ferenczi between the *enfant terrible* and the “obedient child” of psychoanalysis**

Abstract The article investigates the conflicts and tensions that marked Sándor Ferenczi's career, especially in his relationship with Freud and in the development of his innovative ideas for the psychoanalytic field, looking into, with the help of Erich Fromm's theories, Ferenczi's possibilities and impossibilities for balancing creative autonomy on the one hand, and the desire for acceptance on the other.

Keywords Sándor Ferenczi, 1873-1933; Sigmund Freud, 1856-1939; Erich Fromm, 1900-1980; psychoanalysis; authenticity; submission.

Texto recebido: 09/2024.

Aprovado: 10/2024.

A construção do sujeito psíquico

José Jiménez Avello

Texto apresentado na 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi 2024.

Tradução Carla G. Bianco

José Jiménez Avello é psicanalista. Médico psiquiatra. *Full member* do International Federation of Psychoanalytic Societies (IFPS) e do International Sándor Ferenczi Network (ISFN). Autor de *Para leer a Ferenczi* (1998) e *La isla de sueños de Sándor Ferenczi* (2006 e 2024) [*L'île des rêves de Sándor Ferenczi*, 2012], assim como de artigos em revistas e capítulos em livros coletivos.

Resumo O tema começa a ser abordado através do texto de 1926 “O problema da afirmação do desprazer”, refletindo sobre o ciclo de construção/destruição/reconstrução, assim como sobre o mecanismo de cisão (fragmentação). O trabalho ensaia uma forma de aplicar a neoteoria pulsional que o autor concebe posteriormente à sequência descrita em 1926, recorrendo em parte a especular sobre a “misteriosa” noção de *Orpha*.

Palavras-chave construção; desconstrução; fragmentação; *Orpha*; pulsões de autoconservação; pulsões de conciliação.

DOI: 10.70048/percurso.73.65-72

1 S. Ferenczi, “O problema da afirmação do desprazer”, in *Obras completas*.

2 S. Ferenczi, “Reflexões psicanalíticas sobre os tiques”, in *Obras completas*.

A construção do sujeito psíquico, e o estudo de como decorre tal processo, é tema das sagas psicanalíticas, caras a Ferenczi, às quais periodicamente retorna para fazê-las avançar. Desta saga em concreto, escolho para começar a abordar a questão o artigo “O problema da afirmação do desprazer”¹ por ser, no meu entender, o ponto de encontro e articulação entre o Ferenczi seguidor de Freud e aquele que se arrisca a falar com voz própria.

Segundo esse artigo, o sujeito surge em um processo de construção que alterna períodos propriamente construtivos com outros nomeados como destrutivos, em que se produz um desmembramento do existente, o qual abre a possibilidade de uma reestruturação, mais afinada do que a construção previamente abandonada. O psiquismo, saudável ou patológico, aparece, portanto, por sucessivas voltas nesse ciclo de construção – destruição – reconstrução, que é preciso pensar mais como uma espiral do que como um círculo fechado, visto que a reconstrução amplia, nos casos favoráveis, o território da subjetivação.

Seria difícil pensar, nessa sequência, em como e por que ocorre essa destruição, se não fosse porque desde 1921² o autor havia começado a refletir em sua *bioanálise* sobre mecanismos de defesa que denomina “autoplásticos”, de modificação endógena, digamos, camaleônica, diante de ações lesivas do ambiente. Em particular, destaca o mecanismo de “autotomia”, em referência ao desprendimento de partes do corpo como defesa diante do agressor (a lagartixa que se desprende de seu rabo). O termo evoluiu, já em um plano estritamente psicológico, em direção ao que atualmente conceitualizamos como cisão ou clivagem, apesar de Ferenczi utilizar apenas uma vez uma



desde seus primórdios, é marca registrada da psicanálise a ruptura da barreira entre normalidade e patologia. Existe uma continuidade entre saúde e doença, regidas pelos mesmos mecanismos

terminologia parecida com essa quando escreve “autoclivagem narcisista”³. Pessoalmente, prefiro seu jargão próprio⁴, que nomeia cisão como fragmentação, e nos casos malignos como “atomização”⁵ ou “desmaterialização”⁶.

Se não tivesse conceitualizado este mecanismo de cisão frente aos traumas exógenos como diferente ao da repressão, que Freud considerou até o último momento como único e universal⁷, sua teoria sobre a gênese do sujeito, tal como pensou Ferenczi, não teria sido possível nem coerente. O ciclo que Ferenczi descreveu poderia também ser expresso como construção – cisão (fragmentação) – reunificação.

Em um artigo anterior desta saga, “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios”⁸, o autor já havia abordado a construção do sujeito, propondo uma série de etapas que vão desde a primeira, ainda intrauterina, de “onipotência incondicional”, até aquela em que o sujeito aparece conformado no “estado científico”. Ali já estava esse ciclo de que falamos, embora Ferenczi aluda principalmente às etapas de construção no sentido estrito, e deixe um tanto inacabada a

explicação de como uma etapa substitui a anterior. Sabemos que a mudança de etapa se produz quando esta fracassa e se faz necessária uma nova adaptação, mas não como se abandona a etapa fracassada, e como a partir daí se forma a nova.

“O problema da afirmação do desprazer”⁹ vem preencher essa lacuna, dando conta de como ocorrem as mudanças de etapa através dos processos de cisão e reintegração, completando assim a passagem iniciada no artigo de 1913. Merece por isso a qualificação de escrito metapsicológico, ao poder ser pensado tanto para um desenvolvimento saudável do sujeito, como para diversas estruturações patológicas.

Desde seus primórdios, é marca registrada da psicanálise a ruptura da barreira entre normalidade e patologia. Existe uma continuidade entre saúde e doença, regidas pelos mesmos mecanismos, apesar de desenvolvidos de forma mais ou menos exitosa. A tal concepção responde até o próprio termo “metapsicologia”. Entretanto, ao estudar Ferenczi tenho a impressão de que a parte que faz referência ao crescimento saudável tenha sido pouco desenvolvida, debruçados como estamos sobre a atenção ao traumático.

A fragmentação é necessária para o progresso na constituição do sujeito. Dificilmente se pode conotar como sistematicamente danosa ou patológica a clivagem, quando na sua ausência o ciclo construção – destruição – reconstrução não seria possível. Ferenczi o atesta, anos depois (1930), ao escrever uma nota intitulada *Toda adaptação é precedida de uma tentativa inibida de desintegração*¹⁰. De tal nota se deduz que há sempre clivagem, e que esta pode ser denominada benigna, como *clivagem de vida*, quando se trata de um passo em direção a uma reunificação mais avançada, e maligna quando apenas destrói. A clivagem, portanto, pode formar parte de um *circulus benignus* ou de um *circulus malignus*.

Uma consideração se impõe: se o círculo fosse sempre maligno, seria perfeitamente adequado falar em construção – destruição, mas quando a clivagem colabora em melhorar a reestruturação do sujeito, a palavra destruição, se me

permitem a expressão, parece desafinada. Talvez seja mais coerente nesse caso falar em desconstrução, pegando emprestado o termo desenvolvido por Derrida¹¹. O *circulus benignus* poderia denominar-se então como construção – desconstrução – reconstrução. Nos casos de *circulus malignus*, teríamos que falar em desconstrução destrutiva, mas a expressão não é atrativa, mais parece um trava-língua. Não sei bem como simplificar a alusão, mas posso resumir da seguinte maneira: a gênese do sujeito ocorre em uma sequência de construção – desconstrução – nova construção. Quando essa gênese sofre perturbações, a desconstrução não se detém, ou melhor, não é detida porque o outro não repara a falha que a iniciou, e esta continua até converter-se em destruição, em “desmaterialização”¹².

Apresentei esses últimos parágrafos porque queria mostrar essa forma de entender a clivagem como clivagem de vida em essência, e assim conectá-la com a ação, nesse processo, das forças pulsionais, que para o último Ferenczi são sempre forças de vida, como comentarei mais adiante, ainda que possam ser abaladas por um entorno disruptivo.

Se supomos que alguém faz sua primeira leitura de Ferenczi de forma cronológica, e faz de

»»

*a gênese do sujeito ocorre
em uma sequência de construção –
desconstrução – nova construção.*

*Quando essa gênese
sofre perturbações,
a desconstrução não
se detém*

suas ideias algo próprio, ao chegar a 1926 e ler “O problema da afirmação do desprazer”¹³, poderá notar como Ferenczi considera que nessa sequência a pulsão de morte, iniciada pelas falhas desprazerosas no cuidado do entorno, é a que conduz à desestruturação, e a pulsão de vida à reconstrução. Talvez nosso suposto principiante, até mesmo antes de chegar aos textos posteriores, já se atente no mínimo ao oxímoro, inesperado para ele, de encontrar a pulsão de morte trabalhando a favor da vida. Porém, se nosso iniciante não se aferrar a essas divagações, de qualquer forma vai se encontrar, seguindo adiante no seu estudo cronológico, com artigos e entradas nas notas póstumas que colocam em questão que seja sustentável essa explicação baseada na alternância de poderes, pois vai descobrir como Ferenczi vai sucessivamente abandonando o dualismo pulsões de vida – pulsão de morte e substituindo-o por uma nova teoria, na qual desaparece a pulsão de morte. Seguindo a cronologia, citarei como textos fundamentais nesta evolução, primeiro “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”¹⁴, e entre as notas e fragmentos destaco as de 19 de agosto de 1930, Toda

3 S. Ferenczi, “Notas e fragmentos”, a partir daqui *NF*, El nacimiento del intelecto, nota de 09 de abril de 1931.

4 Vale dizer que o termo *cisão* não abrange explicitamente a *cisão múltipla* à qual se refere Ferenczi que, ao contrário, fica evidente se a nomeamos como *fragmentação*.

5 S. Freud; S. Ferenczi. *Correspondance*, carta de 31 de maio de 1931.

6 S. Ferenczi, *NF*, nota de 10 de agosto de 1930. Toda adaptação é precedida de uma tentativa inibida de desintegração.

7 A *cisão* como fragmentação múltipla não aparece em Freud até certos parágrafos de *Análise terminável e interminável*.

8 S. Ferenczi. “O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios”, in *Obras completas*.

9 S. Ferenczi, “O problema da afirmação do desprazer”.

10 S. Ferenczi, *NF*, nota de 10 de agosto de 1930...

11 Para Derrida a noção de desconstrução já carrega implícita a de reconstrução, dois tempos que Ferenczi nomeia como diferentes. No dicionário da Real Academia Española: “*Deconstruir: deshacer analíticamente algo para darle una nueva estructura*” [Desconstruir: desfazer analiticamente algo para dar-lhe uma nova estrutura].

12 S. Ferenczi, *op. cit.*

13 S. Ferenczi, “O problema da afirmação do desprazer”, in *Obras completas*.

14 S. Ferenczi, “A criança mal acolhida e sua pulsão de morte”, in *Obras completas*.



*faz-se então necessário
refletir sobre a teoria pulsional
ferencziana, para articulá-la
à gênese do sujeito.
Para isso, farei um desvio,
que implica adicionar
às já existentes minha especulação
ou elocubração sobre
o significado de Orpha.*

adaptação é precedida de uma tentativa inibida de desintegração (NF); 12 de janeiro de 1932, *Caso de esquizofrenia progressiva (R.N.)* (DC)¹⁵; 23 de março de 1932, *Do princípio masculino e feminino na natureza* (DC); 10 de junho de 1932, *Faquirismo* (DC); 14 de setembro de 1932, *Os três princípios capitais* (NF) e mais uma Nota não datada. Além disso, o pós-escrito de “Confusão de línguas entre os adultos e a criança”¹⁶ só se torna compreensível se não se considera a ação de uma suposta pulsão de morte¹⁷.

O abandono do conceito fica telegraficamente certificado com a nota não datada já aludida: “Nada além de pulsão de vida, a pulsão de morte é um erro (pessimista)”¹⁸. É capaz que seja só uma ocorrência – até certo ponto todas as notas assim são –, mas dado que não está datada, não sabemos se é anterior a, ou encerra, uma neoteoria pulsional que se inicia com um diferente e atenuado dualismo. Escreve: “A pulsão de autoconservação e a pulsão de conciliação constituem juntas a existência”¹⁹, e adotando a ideia freudiana de que as pulsões se configuram como tendências, distingue uma “tendência egoísta”

formada pelas “pulsões de autoconservação”, de outra “tendência altruísta” configurada pelas “pulsões de conciliação”.

Não me esqueço do meu suposto principiante em Ferenczi. Quando chegar à nota de 04 de agosto de 1932 (Sem título) na qual o autor, recordando *Thalassa*²⁰, escreve que “uma reedição implicaria em uma reescritura”, pensará que Ferenczi poderia ter aplicado este mesmo comentário a “O problema da afirmação do desprazer”²¹, no que se refere às pulsões que configuram o sujeito, visto que em sua neoteoria descartou a existência de uma pulsão de morte, responsável naquele artigo pela desconstrução.

Faz-se então necessário refletir sobre a teoria pulsional ferencziana, para articulá-la à gênese do sujeito. Para isso, farei um desvio, que implica adicionar às já existentes minha especulação ou elocubração sobre o significado de *Orpha*.

Apesar de a palavra aparecer somente nas notas datadas póstumas e escassas vezes (nove vezes citada explicitamente), para muitos estudiosos tornou-se um termo misterioso, atrativo e promissor. O fato de que a palavra venha quase sempre entre parênteses ou aspas faz pensar que o autor só precisa se recordar de uma noção que já tem esclarecida, mas que não esclarece para nós. Ferenczi não está falando, ainda, para ser lido, e sim para si mesmo. Por isso a proliferação de hipóteses sobre o significado de *Orpha*. Investigações por vezes muito interessantes, como as de Carlos Castillo²² ou Carmen Acedo²³ entre nós, ou as de Nancy Smith²⁴.

No meu caso, vou dar por boa e suficiente a segunda alusão a *Orpha*²⁵, primeira das quatro que estão na nota de 12 de janeiro de 1932²⁶, na qual o autor escreve: “pulsões vitais organizadoras (*Orpha*)”²⁷. Além de ser o vislumbre de explicação mais inteligível, escolho também e sobretudo esse fragmento porque é o mais adequado frente ao que pretendo aprofundar: a influência das pulsões, tal como as pensa o último Ferenczi, na construção do sujeito.

Depois da menção recentemente referida, fala em seguida de “forças órficas”²⁸. Por que não

pensar, então, que com o órfico esteja se referindo a Orfeo, mas tal como o venerava o *Orfismo*? Este item figura no *Diccionario del mundo antiguo*²⁹ definido assim: “Orfismo: Doutrina pseudorreli-giosa heterogênea elaborada basicamente no século VI a.C. [...] Em sua doutrina a filosofia conflui com a religião. Nela o homem é concebido como uma mistura de natureza divina dionisíaca com outra terrestre titânica”.

Talvez Ferenczi tenha situado sua teoria pulsional sob a égide do orfismo, da mesma forma que Freud situou sua segunda tópica sob a do Empédocles de Agrigento³⁰, segundo a qual as grandes forças que movem o ser humano são “amor e discórdia”. Pensar que *Orpha* pode ser utilizado por Ferenczi de modo similar se sustenta ainda no *utraquismo* ferencziano, que nesse caso se completa aplicando à teoria pulsional a

»

*embora por a mãe ser
suficiente e não perfeita,
se produzirão falhas
no holding, e são essas falhas
os momentos de desconstrução
de que falava o artigo
de Ferenczi de 1926*

15 S. Ferenczi, *Diário clínico*. A partir daqui: *DC*.

16 S. Ferenczi, “Confusão de línguas entre os adultos e a criança, A linguagem da ternura e da paixão”.

17 A pergunta que se faz Ferenczi sobre como se introduz o sofrimento em um ser em estado de ternura tem fácil resposta para quem pode atribuí-lo à pulsão de morte.

18 J. Dupont, “Las notas breves inéditas de Sándor Ferenczi”, *Inter-subjetivo*, p. 243-263.

19 S. Ferenczi, *DC*, nota de 23 de fevereiro de 1932, Do princípio masculino e feminino na natureza...

20 S. Ferenczi, *Thalassa*, in *Obras completas*.

21 S. Ferenczi, “O problema da afirmação do desprazer”, in *Obras completas*.

22 C.A. Castillo Mendoza, “À propos d’Orpha”, *Le Coq-Héron*, n. 239, p. 53-65.

23 C. Acedo Manteola, “Sándor Ferenczi y Elizabeth Severn, el relato de un viaje sin retorno”, *Clínica y análisis grupal*, v. 30, n. 100, p. 95-118.

24 N. Smith, “Orpha reviving: toward an honourable recognition of Elizabeth Severn”, *International Forum of Psychoanalysis*, v. 7, n. 4, p. 241-246.

25 Não entro no mérito sobre o nascimento do termo, sobre se corresponde a Ferenczi, a Elizabeth Severn, ou a uma colaboração entre ambos. Me limito a constatar que Ferenczi o torna seu, próprio.

26 S. Ferenczi, *DC*, nota de 12 de janeiro de 1932. Caso de esquizofrenia progressiva.

27 S. Ferenczi, *Organisierende Lebenstriebe*.

28 “Essas mesmas forças ‘órficas’ parecem já ter estado presentes na época do primeiro choque”.

29 P. Fernández Uriel; A. Vázquez Hoys, *Diccionario del mundo antiguo*.

30 Em S. Freud (1937c) e (1940a [1938]).

31 S. Ferenczi, *DC*, nota de 16 de junho de 1932. Sentimento de personalidade (sentimento de sua própria grandeza, forma, valor) como produto do reconhecimento pelo mundo circundante.

32 D.W. Winnicott, *A criança e seu mundo*.

33 H. Kohut, *Análise do self*.

filosofia e pseudorreli-gião próprias do *Orfismo*. E assim como “amor e discórdia” são a base para Freud da teoria pulsão de vida/pulsão de morte, a dupla natureza titânica e dionisíaca do ser humano se converte, ao ser aplicada à psicanálise, no fundamento de sua teoria “pulsões de autoconservação” versus “pulsões de conciliação”. Que essas duas variantes se coordenem para estruturar o sujeito de forma saudável ou patológica dependerá essencialmente da intensidade destrutiva dos traumas precoces.

As titânicas pulsões de “autoconservação”, também nomeadas como “de domínio”, de “autoafirmação” ou “egoístas”, são a princípio muito frágeis, precisam ser reforçadas por uma “pressão externa”, por um “amor de volta”³¹. A ideia está muito próxima a Kohut e a Winnicott, a “mãe suficientemente boa”³² deste último, que brinda esse “amor de volta”. Embora por suficiente e não perfeita, se produzirão falhas no *holding*, e são essas falhas os momentos de desconstrução de que falava o artigo de Ferenczi de 1926. Se o “olhar vivo da mãe”³³ reaparece *suficientemente*, se produzirá a reunificação, e o processo continuará em



as dionisíacas
“pulsões de conciliação”
são a forma ferencziana
de entender a tendência
à socialização,
o terreno da
empatia, em parte
da capacidade de sublimação,
do vínculo e do compromisso
com o outro e com os outros

direção à individuação e subjetivação. Se o “amor de volta” não se produz ou nunca existiu, a desconstrução/fragmentação degenera em destruição/atomização/desmaterialização, em marasmo psicofísico. O recém-nascido tende a afundar-se no universo, podendo até chegar a morrer, como ocorre nos casos estudados por Spitz, crianças bem atendidas, bem cuidadas, mas sem “amor de volta”.

Quanto às dionisíacas³⁴ “pulsões de conciliação”, também denominadas “de divisão”, “de comunhão” ou “altruístas”, espelho que correspondam à natureza dionisíaca do homem, com sua tendência à reunião feliz, à orgia, à “comum-união”, como ao menos a edição francesa realça ao falar de “pulsões de comunhão”.

São a forma ferencziana de entender a tendência à socialização, o terreno da empatia, em parte da capacidade de sublimação, do vínculo e do compromisso com o outro e com os outros. Contrária à debilidade neonatal das “pulsões de autoconservação”, as de “conciliação” (de conciliação com o outro) são extremamente ativas desde o nascimento, são a base pulsional para a

identificação primária, que Freud definia como prévia a qualquer catexia de objeto, mecanismo que Ferenczi pensa ter ficado sem que o próprio Freud tirasse grandes conclusões. A forma peculiar de nosso autor se referir a estas identificações neonatais, massivas e passivas, é denominando-as como ocorrendo principalmente em uma fase neonatal, “fase de mimicry” (mímica) ou “período de mimetismo puro”³⁵.

Se esse mimetismo surge em um vínculo com figuras de autoridade, pai ou mãe, suficientemente bons, em ação conjunta com as pulsões de autoconservação, conduzirão a uma individuação saudável, egoísta por seu lado titânico, altruísta por seu lado dionisíaco. Também quanto ao dionisíaco, é preciso ressaltar a flexibilidade que representa considerar a noção de “suficientemente bom”. Sempre se produzirão desencontros, frustrações provenientes do outro, “pequenos traumas fáceis de dominar”³⁶. E são esses os momentos em que, nesse eixo dionisíaco, se convertem em momentos de desconstrução que, pela reaparição do objeto bom, reconstróem, melhorando o processo de socialização do sujeito.

Se o objeto de identificação primária não é suficientemente bom, tal processo se vê impedido ou transtornado por suas ações disruptivas, causadoras de traumas precoces, intensos e massivos. Ferenczi destaca como base desses traumas os denominados “transplantes estranhos”³⁷, vegetativos, introjeções de caráter desprazeroso, incorporadas por mimetismo, que darão lugar a todo tipo de patologias. Em tais casos, como no das tendências de natureza titânica, a desconstrução transformou-se em destruição.

De forma gráfica, poderíamos pensar na ação conjunta do titânico e do dionisíaco situando-os sobre os eixos cartesianos³⁸ de abscissas e ordenadas, e considerar no de abscissas a individuação, e no de ordenadas a socialização, ou vice-versa. Os pontos resultantes da combinação de ambos poderiam servir de base para abordar as distintas patologias e seus distintos graus no processo de gênese do sujeito.

Mas, ao chegar a essa vulgarização cartesiana, o principiante de primeiro ano, e eu que estou no segundo, consideramos que já fomos suficientemente longe. Ficamos nos perguntando em que medida nos afastamos de Freud ao desconsiderar a participação da pulsão de morte na construção do sujeito. A resposta depende. Se lemos *O mal-estar na civilização*³⁹, onde, mais ou menos, aquele que não valida a hipótese da pulsão de morte é apresentado como um “garotinho” que não se atreve a caminhar pelo “lado selvagem”⁴⁰ da vida, teremos que reconhecer que somos freudianos muito críticos.

Se nos ativermos à introdução da suposta pulsão, tal como Freud a apresenta: “O que se segue é especulação, às vezes especulação extremada, que cada um pode apreciar ou dispensar, conforme a atitude que lhe for própria”⁴¹, somos freudianos que optaram, entre as duas posições que aqui certifica, por dispensar a pulsão

de forma gráfica,
poderíamos pensar na ação
conjunta do titânico
e do dionisíaco situando-os
sobre os eixos cartesianos
de abscissas e ordenadas,
e considerar no de abscissas
a individuação, e no de
ordenadas a socialização,
ou vice-versa

de morte. (Freudianos certamente críticos, isso sempre).

34 Utilizo o adjetivo *dionisíaco* de forma mais ou menos fiel à mitologia grega. Sobre o dionisíaco também escreveram Carmen Acedo e Jô Gondar em “A vontade de (se) destruir. Ferenczi com Nietzsche”, mas discorrendo principalmente a partir da visão de Nietzsche.

35 S. Ferenczi, *DC*, nota de 30 de junho de 1932. Projeção da psicologia dos adultos sobre as crianças.

36 S. Ferenczi, *NF*, nota de 07 de setembro de 1930. Ideias a propósito de um modelo biológico da formação do superego.

37 S. Ferenczi, *DC*, nota de 07 de abril de 1932. Destino dos filhos de doentes mentais.

38 Descartes forma parte das abordagens utraquistas de Ferenczi. Veja: S. Ferenczi, *DC*, As paixões dos adultos e sua influência sobre o desenvolvimento do caráter e da sexualidade da criança, e S. Ferenczi. *Post Scriptum*.

39 S. Freud, *O mal-estar na civilização*, in *Obras completas*.

40 Lou Reed, *Walking on the wild side*.

41 S. Freud, *Além do princípio do prazer*, p. 136.



Referências bibliográficas

- Acedo Manteola C. (2008). Sándor Ferenczi y Elizabeth Severn, el relato de un viaje sin retorno. *Clínica y análisis grupal*, v. 30, n. 100, Madrid: Imago, p. 95-118.
- Castillo Mendoza, C.A. (2019). À propos d'Orpha. *Le Coq-Héron*, n. 239, Paris, p.53-65.
- Dupont, J. (1998). Les notes brèves inédites de Sándor Ferenczi. *Le Coq-Héron*, n. 149.
- _____. (2000). Las notas breves inéditas de Sándor Ferenczi. *Intersubjetivo*, v. 2, n. 2, p. 243-263.
- Ferenczi S. (1932/2010). *Post Scriptum*. São Paulo: Escuta.
- _____. (1913/2011). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. In *Obras completas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____. (1921/2011). Reflexões psicanalíticas sobre os tiques. In: *Obras completas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____. (1924/2011). Thalassa. In *Obras completas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____. (1926/2011). O problema da afirmação do desprazer. In *Obras completas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____. (1929/2011). A criança mal acolhida e sua pulsão de morte. In *Obras completas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____. (1933/2011). Confusão de língua entre os adultos e a criança, A linguagem da ternura e da paixão. In *Obras completas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____. (1920-1930-1933/2011). Notas e fragmentos. In *Obras completas*. São Paulo: WMF Martins Fontes.
- _____. (1932/1997). *Sin simpatía no hay curación. El diario clínico de 1932*. Buenos Aires: Amorrortu.
- _____. (1932/1988). *Diario clínico*. Buenos Aires: Conjetural.
- _____. (1932/1985). *Journal clinique*. Paris: Payot.
- _____. (1932/1988). *Ohne Sympathie keine Heilung. Das klinische Tagebuch von 1932*. Frankfurt: S. Fischer Verlag.
- Fernández Uriel P.; Vázquez Hoys A. (1994). *Diccionario del mundo antiguo*. Madrid: Alianza.
- Freud S. (1920/2010). Além do princípio do prazer. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1930/2018). O mal-estar na civilização. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1939a/2018). Análise terminável e interminável. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1937-1939/2018). Moisés e o monoteísmo. In *Obras completas*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (2019). *Esboço de psicanálise*. São Paulo: Cienbook.
- Freud S.; Ferenczi S. (1920-1933/2000). *Correspondance*. Paris: Calmann-Lévy.
- Gondar J. (2017/2022). A vontade de (se) destruir. Ferenczi com Nietzsche. In Reis E.S.; Gondar J. *Com Ferenczi*. São Paulo: Zagodoni Editora Eirelli.
- Kohut H. (1988). *Análise do self*. Imago.
- RAE – La Real Academia Española. (2014). *Diccionario de la lengua española*. xxiii edición. Madrid.
- Smith N. (1998). Orpha reviving: toward an honourable recognition of Elizabeth Severn, *International Forum of Psychoanalysis*, v. 7, n. 4, p. 241-246.
- Winnicott D.W. (1982). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: Zahar.

The construction of the psychic subject

Abstract The topic begins to be addressed through the 1926 text *The Problem of the Affirmation of Displeasure*, reflecting on the cycle of construction/destruction/reconstruction, as well as on the mechanism of splitting (fragmentation). An attempt is made to apply the new drive theory that the author conceives after the sequence described in 1926, partly by speculating on the “mysterious” notion of *Orpha*.

Keywords construction; deconstruction; fragmentation; *Orpha*; self-preservation drives; reconciliation drives.

Texto recebido: 09/2024.

Aprovado: 10/2024.

A influência hipnótica do líder e a criação da realidade alternativa

Texto apresentado na 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi, realizada em 29 e 30 de maio de 2024.

Artigo original E. Koritar, “The leader’s hypnotic influence and the creation of alternate reality”. *American Journal of Psychoanalysis*, n. 82, p. 349-363, 2022.

Endre Koritar é médico e professor clínico assistente na Universidade da Colúmbia Britânica. Faz parte do Conselho de Diretores da Rede Internacional Sándor Ferenczi e é editor associado do *American Journal of Psychoanalysis*. Atual diretor da Western Psychoanalytic Society & Institute, onde atua como analista formador e supervisor.

Resumo A psicanálise tem sido tradicionalmente uma prática insular, feita por analistas em seus consultórios, isolados de qualquer intrusão externa. Entretanto, nos últimos anos, tem surgido uma demanda por perspectivas psicanalíticas acerca da dinâmica subjacente de figuras políticas e fenômenos sociais. Os representantes da mídia têm procurado cada vez mais os psicanalistas para obter *insights* sobre certas patologias, como o transtorno de personalidade narcisista, a mentira compulsiva e o pensamento delirante, ao procurar compreender as maquinações irracionais de líderes autoritários. Aqui, não investigaremos a psique individual, mas, ao invés disso, a relação entre a psique e a cultura da população em geral (ou seja, a polis). Este artigo considerará a complexa dinâmica subjacente da influência hipnótica dos líderes e a criação de uma realidade alternativa.

Palavras-chave inter-relação entre polis e psique; técnica hipnótica; dinâmica de grupo; regressão a serviço do ego; transe hipnótico.

DOI: 10.70048/percurso.73.73-84

- 1 J. Lear, *Inside and outside the Republic*.
- 2 S. Adams, *Win bigly: persuasion in a world where facts don’t matter*.
- 3 Para fins de discussão, farei referência a um líder, Donald Trump, porém pode-se argumentar que outros líderes (tais como Bolsonaro, Berlusconi e Duterte) possuem traços de personalidade e habilidades de persuasão similares.

Endre Koritar

Introdução

A conexão entre psique e polis tem sido examinada desde *A República*, de Platão, obra em que o autor sugere que a cultura da polis é determinada pela externalização da essência das psiques individuais da população em geral e que a psique individual é impactada pela internalização da cultura da polis¹. O estudo da cultura da polis lançará luz sobre as questões que afetam a psique individual.

É um fato incontestável que Trump estava “atenado” com as questões que eram significativas para a polis e usou magistralmente suas habilidades de persuasão para influenciar a opinião pública². A mídia rotulou Trump³ de muitas coisas, mas ela não compreendeu o ponto central. Trump não é um narcisista, nem um imbecil, nem um mentiroso compulsivo, embora apresente elementos desses “diagnósticos”. Eu o considero um mestre hipnotizador, que fascinou uma parcela significativa da população norte-americana para aceitar suas sugestões hipnóticas. Sob essa perspectiva, sua autoproclamação de “ser um gênio” provavelmente possui algum mérito. Sua genialidade reside em sua capacidade de analisar a cultura da polis e usar suas percepções para influenciar a opinião pública e introjetar com força sua mensagem nas psiques individuais.

Vértice psicanalítico

Ainda que o uso da hipnose como técnica para o tratamento de pacientes tenha sido a abordagem mais antiga para a cura psicanalítica,



*a importante obra
de Ferenczi Introjeção
e transferência relaciona
a sugestão hipnótica à transferência,
fornecendo insights acerca da dinâmica
subjacente da hipnose e do hipnotismo.
Nela, Ferenczi esboçou sua visão sobre
o crescimento e o desenvolvimento
da personalidade*

remontando à Bernheim e à Escola de Nancy⁴ ao final da década de 1890, a associação livre substituiu a hipnose como técnica psicanalítica preferida⁵ e a análise da transferência foi considerada essencial para a resolução de conflitos inconscientes reprimidos. Mas o impacto da sugestão hipnótica na psique individual continuou a ser reconhecido mesmo após essa alteração na técnica. Freud continuou a reconhecer o impacto da hipnose na teoria e na técnica analítica: “[...] não é fácil superestimar a importância do papel desempenhado pelo hipnotismo na história das origens da psicanálise. Tanto do ponto de vista teórico quanto terapêutico, a psicanálise tem sob seu comando um legado que herdou do hipnotismo”⁶.

A importante obra de Ferenczi *Introjeção e transferência* relaciona a sugestão hipnótica à transferência, fornecendo *insights* acerca da dinâmica subjacente da hipnose e do hipnotismo. Nessa obra rica e incisiva, Ferenczi esboçou sua visão sobre o crescimento e o desenvolvimento da personalidade com base nos processos de introjeção e projeção. As primeiras relações objetais parentais são introjetadas, resultando no crescimento da personalidade e na base de futuras relações de transferência com objetos externos, pois essas representações de objetos internos são projetadas em outras pessoas significativas na vivência de relações objetais externas. Essas

transferências são, portanto, baseadas na qualidade do ambiente da primeira infância. A transferência materna é caracterizada pelo desejo de reconhecimento do amor materno pela criança, enquanto a transferência paterna envolve o medo da fúria do pai e a submissão à sua autoridade. Estas são duas abordagens básicas de que os hipnotizadores se utilizam para influenciar o sujeito: a promessa de proporcionar a gratificação desejada ou a ameaça do perigo, caso o sujeito não faça o que lhe foi instruído. O hipnotizador estimula uma regressão à experiência da primeira infância, na qual uma autoridade maior do que a própria vida tem o poder de realizar o desejo da criança ou de ameaçar a criança indefesa com danos. Ferenczi sugere que há duas categorias amplas de sujeitos suscetíveis à sugestão: o neurótico “faminto” por transferência, que busca introjetar o objeto materno idealizado/hipnotizador, e a pessoa paranoica medrosa, que projeta sua temida figura de autoridade paterna interna no hipnotizador. Nessa formulação dinâmica, o hipnotizador não é o agente ativo real na hipnose. Ferenczi afirma que: “[...] A curiosa autoridade com a qual nós, enquanto hipnotizadores, dispomos de todas as forças psíquicas e nervosas do ‘médium’ não é nada mais do que a expressão de impulsos infantis reprimidos da pessoa hipnotizada”⁷.

O hipnotizador está sintonizado com as transferências da pessoa hipnotizada e seus “impulsos infantis” e usa essa consciência para influenciar o sujeito com a sugestão hipnótica. Para alcançar esse objetivo, o hipnotizador desempenha um ato performático em que assume o papel da figura da mãe onipotente idealizada, que pode satisfazer as necessidades infantis, ou da poderosa figura do pai fálico, que pode proteger a criança de um perigo iminente.

Ferenczi explora ainda mais em sua análise de adultos a regressão a uma atitude infantil, em que o analista induz a um estado de transe no analisando, e a sugestão hipnótica é possível. Ele considerou essa análise profunda importante para alcançar a resolução da condição neurótica. Porém, advertiu o analista contra o abuso dessa

situação receptiva passiva: “[...] Na análise, não é legítimo sugerir ou hipnotizar coisas para dentro do paciente, mas não é apenas correto, como também recomendável, sugeri-las para fora”⁸.

Kris, em “Alguns problemas da propaganda de guerra”⁹, apontou que a técnica psicanalítica foi inicialmente baseada nos princípios da hipnose na última parte do século XIX, mas se alterou para a busca da autoconsciência, psicoeducação e controle do ego depois de 1900 e da publicação de *Interpretação dos sonhos* e *Os chistes e sua relação com o inconsciente*.

No mesmo artigo, Kris elabora o tema da sugestão hipnótica por meio da propaganda da Segunda Guerra Mundial e considera que a psicologia da persuasão representa uma reversão para o hipnotizador/propagandista, induzindo a um estado mental submisso, semelhante a um transe, no sujeito. Ele explicou tal fenômeno como uma suspensão voluntária da descrença e uma regressão a serviço do ego. Kris estudou esse último fenômeno num artigo anterior, “Psicologia da caricatura”¹⁰. O autor propôs que a apreciação do chiste, da caricatura e da estética representava uma regressão por parte do ego a um estado mental semelhante ao processo primário infantil, em que o pensamento racional é deixado de lado, e o imaginário ganha rédea solta. A caricatura representa um retrocesso a um prazer infantil anterior em modos de expressão, quando a criança estava atribuindo significados a palavras, imagens e sons, numa transição para um processo de pensamento secundário e mais racional. No estado de transe hipnótico, o adulto racional regrediu a serviço do

»
Ernst Kris propôs que a apreciação do chiste, da caricatura e da estética representava uma regressão por parte do ego a um estado mental semelhante ao processo primário infantil, em que o pensamento racional é deixado de lado, e o imaginário ganha rédea solta

seu ego para se entregar a um processo de pensamento primário irracional e, como a criança impressionável, passivamente obedece às sugestões feitas pela figura parental de autoridade.

Dinâmica da multidão e psicologia das massas

O estudo contemporâneo da influência hipnótica do líder sobre a multidão remonta à obra de Gustave Le Bon *A multidão: um estudo da mente popular*¹¹. Kris analisa seu trabalho criticamente, concluindo que Le Bon havia escrito sua obra mais como um manual de instruções para as elites militares controlarem multidões. Ele escreve: “A função da propaganda [...] é levar a multidão à submissão e promover sua regressão [...] o ataque à razão sob vários disfarces é fundamental: deixe o público se cansar, e que a lição seja repetitiva, e então tudo depende da convicção do propagandista”¹². O objetivo é, ainda de acordo com Kris, em última análise, estabelecer uma relação entre o público e o líder semelhante àquela entre o hipnotizador e o sujeito. Mas Kris destaca que a regressão experimentada pela multidão é uma regressão temporal, e não uma característica universal da dinâmica da multidão. Em última instância, a multidão se dispersa, e os indivíduos podem recuperar suas formas mais maduras de pensamento.

4 H. Ellenberger, *The discovery of the unconscious*.

5 L. Aron, *From hypnotic suggestion to free association: Freud as a psychotherapist, circa 1892-1893*.

6 S. Freud, *A short account of psycho-analysis*, p. 192.

7 S. Ferenczi, *Introjection and transference in contributions to psychoanalysis*, p. 54.

8 S. Ferenczi, *Child-analysis in the analysis of adults*, p. 474.

9 E. Kris, “Some problems of war propaganda”, *The Psychoanalytic Quarterly*, p. 381-399.

10 E. Kris, “The psychology of caricature”, *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 17, p. 85-303.

11 G. Le Bon, *The crowd: a study of the popular mind*.

12 E. Kris, “Some problems of war propaganda”, p. 381-399.



ao elaborar as ideias de Ferenczi, R. Soreanu sugere que o prazer da semelhança, o prazer da repetição e o prazer da redescoberta estão na base da formação dos vínculos sociais pelo indivíduo na percepção da semelhança com o outro e com a multidão

Freud comentou sobre o trabalho de Le Bon em sua obra de 1921, *Psicologia de grupo e a análise do ego*. Ele concluiu que os processos de identificação entre os membros individuais do grupo e o líder eram essenciais para definir a cultura do grupo e transmitir um senso de poder do líder, o que, por sua vez, empoderava os indivíduos no grande grupo. Freud distinguiu entre uma multidão espontânea que se reúne em um paradigma cultural compartilhado e a massa, que é estruturada pelos ideais compartilhados do grupo¹³.

*Experiências em grupos*¹⁴, trabalho de Bion de 1961, discute a dinâmica dos pressupostos básicos de grupos. Ele sugere que, sob condições externas adversas, o grupo regride, e o líder é escolhido para trabalhar com o pressuposto básico do grupo. O grupo de dependência confia no líder para suprir as necessidades básicas dos membros. O grupo de luta ou fuga confia no líder para proteger o grupo das ameaças externas. O grupo de emparelhamento usa o romance de Édipo, em que dois membros ou um membro e um líder irão se juntar e produzir um líder messiânico, que levará os membros a um retorno paradisíaco, aos “bons e velhos tempos”, quando a ilusão reinava. Na visão de Bion sobre a dinâmica de grupo, os membros do grupo compartilhavam suas experiências em um processo de identificação projetiva com o líder. Nesse sentido, o grupo influencia o líder a cumprir sua função de conter os pressupostos básicos

que orientam o grupo. No grupo de dependência, o líder fornece um senso de segurança, certeza e pertencimento. No grupo de luta ou fuga, o líder identifica o perigo de um grupo externo ameaçador e oferece proteção contra esse perigo. No grupo de emparelhamento, as conexões erotizadas entre os membros e o líder animam o grupo. Em uma identificação projetiva comunicativa mútua, o líder sente e cumpre o papel que lhe foi atribuído. Com o tempo, pode haver movimento nos pressupostos básicos, a depender das condições externas apresentadas ao grupo. Sob condições variáveis, diferentes aspectos da personalidade do líder podem ser enfatizados: narcisista, paranoico, edípiano. Permanece incerto se o líder é escolhido por conta de suas características de personalidade ou se a personalidade do líder é flexível e se adapta às identificações projetivas da massa.

Soreanu estava presente no Brasil durante a revolta espontânea dos “20 centavos” nas ruas do Rio de Janeiro e escreveu sobre suas experiências, tanto como participante do *ethos* espontâneo da multidão, quanto como pesquisadora psicanalítica, analisando a dinâmica fundamental da multidão. Ela sugere que as ideias de Ferenczi em uma obra pouco conhecida, intitulada *Análise de comparações*¹⁵, lançam luz sobre o investimento libidinal do indivíduo no grupo. O indivíduo reconhece aspectos de suas próprias experiências passadas, numa fusão simbiótica com a multidão, e possui uma: “[...] tendência a redescobrir o que é amado em todas as coisas no hostil mundo externo [...]”¹⁶. Ao elaborar as ideias de Ferenczi, Soreanu sugere que o prazer da semelhança, o prazer da repetição e o prazer da redescoberta estão na base da formação dos vínculos sociais pelo indivíduo na percepção da semelhança com o outro e com a multidão. O prazer da analogia é o reconhecimento de uma relação entre duas relações, que, então, torna-se a base libidinal do vínculo social. As feridas da memória compartilhadas pela multidão são redescobertas numa memória coletiva de traumas passados e revividas na revolta. A repetição de traumas passados

(mesmo os transgeracionais) e a exibição de sofrimentos reprimidos do passado representam uma tentativa de cura na experiência coletiva, em uma revolta com os outros que pensam de forma semelhante.

Volkan, em *Confiança cega*¹⁷, sugere que, em condições traumáticas, tais como a agitação social, o colapso econômico e desastres naturais, o colapso das estruturas sociais e culturais tradicionais leva a uma crise existencial em massa e à regressão do grupo. Esse sentimento de alienação resulta na busca por um líder que dê ao grupo em regressão uma voz que restaure seu senso de identidade, valores, uniformização e segurança. O grande grupo se reúne cegamente em torno de um líder que crie uma nova identidade e ideologia de grupo na qual os membros “bons” seguem o líder de forma obediente, ao passo que os membros “ruins” do grupo se contrapõem ao líder.

Otto Kernberg¹⁸ sugere uma formulação dinâmica a respeito da regressão de grandes grupos. Ao ser confrontado com adversidades sociopolíticas, o grande grupo regride a um nível mais primitivo de funcionamento psíquico, utilizando-se de divisão, identificação projetiva, negação, idealização e desvalorização, além do controle onipotente na tentativa de conter a ansiedade psicótica. A divisão resulta numa polarização na sociedade, em que os “bons” seguidores do líder são protegidos e ganham direito a um tratamento preferencial, enquanto os membros “maus” do grupo externo (que não pertencem ao grupo em questão) são demonizados, reprimidos e desumanizados, tornando-se objeto de agressivos ataques por parte dos membros do grupo em questão. O líder é idealizado, ao passo que todos os que se opõem a ele são desvalorizados. Seu status idealizado faz

ao ser confrontado com adversidades sociopolíticas, Otto Kernberg sugere que o grande grupo regride a um nível mais primitivo de funcionamento psíquico, utilizando-se de divisão, identificação projetiva, negação, idealização e desvalorização

com que ele seja dotado de superioridade moral, enquanto o grupo fica liberado das restrições morais para agir agressivamente contra o grupo desvalorizado e desumanizado. A realidade da turbulência sociopolítica e econômica é negada em favor de um retorno a um sentimento paradisíaco dos “bons e velhos tempos”, grandiosamente inflado. O grupo regredido experimenta um nível cognitivo reduzido de funcionamento e responde positivamente a slogans, caricaturas, expressões grosseiras e sádicas de animosidade em relação ao grupo externo. Os termos chauvinistas podem resultar rapidamente na regressão do grupo a um estado similar a um transe, com a suspensão da descrença e aceitação da realidade oferecida pelo líder carismático.

O Fenômeno Trump

A partir desse resumo psicanalítico, estamos agora em condições de lançar luz analítica sobre o que chamei de Fenômeno Trump. O que o mundo testemunhou nos EUA nos últimos cinco anos só pode ser descrito como um fenômeno, pois, por definição, sua causa ou explicação está ainda em análise. Além disso, Trump pode ser corretamente descrito como uma pessoa notável (o segundo significado de fenômeno do Dicionário Oxford). Ele exerceu uma influência persuasiva

13 S. Freud, *Group psychology and the analysis of the ego*, p. 65-144.

14 W.R. Bion, *Experiences in groups*.

15 S. Ferenczi, *Analysis of comparisons in further contributions*.

16 R. Soreanu, *Working-through collective wounds: trauma, denial, recognition in the Brazilian uprising*, p. 407.

17 V. Volkan, *Blind trust: large groups and their leaders in times of crises and terror*.

18 O. Kernberg, “Malignant narcissism and large group regression”, *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 89, n. 1, p. 1-24.





enquanto Scott Adams
o chama de artista da persuasão,
eu iria um pouco além e chamaria
Trump de mestre hipnotizador.
Ele parece ter uma habilidade
inata para lançar um feitiço em
seu público e fazê-lo acreditar
em sua versão da realidade

sem precedentes sobre uma grande parte da população e continua a hipnotizar seus seguidores como se fossem marionetes em um palco, e ele fosse o mestre das marionetes. Enquanto Scott Adams¹⁹ o chama de artista da persuasão, eu iria um pouco além e o chamaria de mestre hipnotizador. Ele parece ter uma habilidade inata para lançar um feitiço em seu público e fazê-lo acreditar em sua versão da realidade. Não se trata tanto de persuadir um público racionalmente em um debate, mas de fazer com que ele aceite sua mensagem e se convença de sua veracidade. Se houver resistência em assimilar a mensagem, ele redobra seus esforços ou dobra a aposta em sua mensagem, empurrando-a vigorosamente para o seu público.

Dinamicamente, isso é o que Laplanche²⁰ descreve como implantação, no primeiro caso, e intromissão forçada, no segundo. Enquanto a implantação no outro utiliza a sedução sutil como técnica, a intromissão forçada utiliza o *gaslighting* como *modus operandi*.

Elementos hipnóticos na técnica de Trump

Tendo explorado algumas teorias psicanalíticas selecionadas sobre o efeito hipnótico em indivíduos e grupos, oferecerei agora uma elaboração de como Trump se utiliza de diversos elementos para fazer sua mensagem hipnótica girar nas mentes de seu público.

1. Induzir a regressão a serviço do ego: com uma projeção de uma transferência materna ou paterna que se volta a Trump. Ele promete “tornar a América grande novamente”, “América em primeiro lugar”, “repatriar os empregos americanos”. Por outro lado, ele é o Grande Protetor, que promete “construir o muro”, “parar as caravanas” (de imigrantes), “trazer a paz para o Oriente Médio”. Seu público fica fascinado com uma autoridade para além da vida, que realizará seus sonhos de infância e os protegerá contra os agressores externos.

2. Slogans: deixar sua mensagem simples atraindo a maioria do seu público, que fica confuso com as explicações mais racionais das complexas medidas políticas, econômicas e sociais. Os slogans mencionados no item 1 são exemplos de como ele transmite sua mensagem usando uma linguagem simples.

3. Caricatura: os públicos regredidos apreciam o uso do chiste para transmitir um ponto de vista. “Hillary inescrupulosa”, “Joe dorminhoco” e “Pocahontas” caricaturizam seus oponentes sob uma luz desfavorável que é difícil de ser abalada, pois esse tipo de discurso possui uma valência emocional e um retorno a uma certa “conversa de bebê” da infância, com a qual o público regredido pode se identificar. A partir do momento em que o público reconhece a caricatura como algo com que pode se identificar, ele também se identifica com o portador da mensagem e se sente compreendido por ele.

4. Dividir a multidão em um grupo “bom”, composto pelos membros do grupo em questão, e um grupo “ruim”, composto pelos que não fazem parte do grupo em questão, inflama o público regredido a lutar contra os perseguidores percebidos. “A mídia é inimiga do povo”, “Os democratas estão bloqueando a legislação destinada a melhorar a vida das pessoas comuns”, “Bernie (Sanders) é um esquerdista”. “Os democratas são socialistas” são slogans que polarizam o público e propagam uma sensação de perigo “lá fora”, contra a qual o líder protegerá seus fiéis.

5. Fazer *gaslighting* (manipulação psicológica) com o seu público. Se suas medidas sedutoras

estiverem encontrando resistência, ele dobra a aposta em suas mensagens, repetindo afirmações falsas até que o público aceite sua versão da realidade. Ele rotula algo como “fake news” (notícia falsa) sempre que a mídia diz algo contrário à sua mensagem. A mídia verifica os fatos e descobre que suas mensagens estão erradas e as chama de mentiras. Mas ela desconsidera o fato óbvio: que ele não está interessado na realidade, mas que a sua sugestão hipnótica seja aceita pelo público. Se a mídia se opõe às suas mensagens hipnóticas, ele as rotula como notícias falsas. Ele conseguiu convencer 75% dos republicanos que votaram nele de que a eleição foi roubada e de que ele é o verdadeiro vencedor “por uma esmagadora maioria”.

Adams²¹ sugere que Trump faz uso de diversas técnicas hipnóticas: dissonância cognitiva, viés de confirmação e mensagens repetitivas, persuadindo seu público a aceitar a sua versão da realidade.

A influência de Trump e sua capacidade de hipnotizar a população continuam sendo uma realidade e um perigo constante para a democracia norte-americana. O impacto mais danoso em seu controle hipnótico contínuo de pelo menos 45% do público norte-americano foi a política do Twitter de impedi-lo de usar essa plataforma após a revolta de 6 de janeiro. No entanto, o Fenômeno Trump é uma indicação de que um hipnotizador carismático pode influenciar significativamente uma grande parte da população e dobrar o país à sua vontade. Essa é uma história de advertência sobre a facilidade com que a democracia pode ser comprometida por alguém capaz de usar técnicas hipnóticas.

O canto sedutor da sereia

Tendo analisado o método hipnótico de Trump, podemos então nos voltar para o conteúdo de

»»

*Aproveito a oportunidade
para sugerir que um trauma histórico
que permaneceu sem resolução
em gerações de norte-americanos
desde a Guerra Civil e que
persistiu como um fantasma numa
cripta psíquica da psique coletiva
norte-americana foi despertado
pela retórica de Trump*

sua mensagem fascinante e nos indagar: por que ela é tão sedutora? Qual foi a mensagem hipnótica que comprometeu o pensamento racional em favor de um modo alucinatório de realização de desejos de equivalência psíquica? Qual foi a realidade psíquica interna que tantos norte-americanos abraçaram como realidade externa?

Transmissão transgeracional do trauma

Aproveito a oportunidade para sugerir que um trauma histórico que permaneceu sem resolução em gerações de norte-americanos desde a Guerra Civil e que persistiu como um fantasma numa cripta psíquica da psique coletiva norte-americana foi despertado pela retórica de Trump. A supremacia branca e o privilégio branco permaneceram como um tropo político evidente no Sul desde a humilhação da derrota de Lee em Appomatox. O surgimento da Ku Klux Klan, as leis de “Jim Crow”, a segregação e os linchamentos públicos persistiram até fins do século xx. A perda da Guerra Civil para o Norte nunca foi reconhecida e, portanto, nunca foi lamentada. Essa história de mais de 100 anos sugere que há uma transmissão geracional de traumas não resolvidos ainda sentidos por uma grande extensão da polis norte-americana, que continua a operar com a crença da supremacia branca e do privilégio branco. Eles são ameaçados com o espectro

19 S. Adams, *op. cit.*

20 J. Laplanche, “Implantation, Intromission”, in *Essays on Otherness*, p. 133-137.

21 S. Adams, *op. cit.*



*não é apenas a mensagem,
mas a voz e a cadência
de quem a transmite que embala
e adormece a mente racional e
desperta um aspecto emocional
mais primitivo da experiência
dos ouvintes*

da cultura branca sendo invadida por caravanas de criminosos que cruzam a fronteira do sul, por imigrantes não brancos que ameaçam diluir seu puro pedigree branco, por neoliberais e “esquerdistas” que destroem seu estilo de vida capitalista e por afro-americanos ambiciosos que ameaçam roubar seus empregos. Essas formas de pensar podem ter permanecido como fantasias inconscientes ou crenças reprimidas, mas, vocalizadas por um poderoso persuasor, elas se tornaram um toque de clarim para quase metade da população norte-americana.

A promessa do Nirvana

Mas podemos nos indagar: o que há na mensagem hipnótica de Trump que a torna tão fascinante para o público em transe? Não é apenas a mensagem, mas a voz e a cadência de quem a transmite que embala e adormece a mente racional e desperta um aspecto emocional mais primitivo da experiência dos ouvintes. A retórica de Trump despertou um senso de onipotência e realização de desejos imaginários que estavam adormecidos nas camadas mais profundas da psique desde que o bebê abandonou o imaginário pela experiência real, no início do desenvolvimento psíquico. Ferenczi²² sugere que a experiência mental mais antiga do bebê é um senso de onipotência incondicional e que suas necessidades básicas

são automaticamente satisfeitas por meio da realização de desejos alucinatorios. O bebê, após o rude despertar de seu sono alucinatorio, é confrontado pela frustração de sua onipotência pela dura realidade e precisa abandonar os prazeres paradisíacos da realização de desejos alucinatorios, mas anseia por retornar à situação inicial de bem-estar do útero.

Trump promete um retorno aos “bons e velhos tempos” e a realização da América paradisíaca, onde o desejo imaginário é realizado por um homem forte, que “Torna a América Grande Novamente”. Adicionalmente, ele protegeria seus seguidores do perigoso mundo exterior, que ameaçava destruir seu paraíso imaginário. Sua mensagem ressoou no espírito de uma grande parte da polis, mas ela não teve apelo universal, e outro grande segmento da polis manteve seu pensamento racional no modo adulto, opondo-se à visão paradisíaca ilusória nas cabines de votação e nos degraus da Casa Branca em 6 de janeiro. “Joe zé-ninguém” Biden e Jack Dorsey, o CEO do Twitter, desempenharam os papéis de Orfeu e Odisseu, respectivamente, ao combaterem o *canto da sereia* de Trump, como demonstrarei na seção seguinte. Mas o fato de a democracia ter escapado por pouco do despotismo é uma indicação de que uma parte significativa da polis norte-americana é vulnerável à sugestão hipnótica e a possíveis futuros ataques de líderes carismáticos que propõem realidades alternativas.

“Ouvi cantar as sereias, cada uma para si [...]”

Nos demoramos nas câmaras do mar

Junto às ninfas, envoltas em algas vermelhas e marrons
Até que vozes humanas nos acordam e nos afogamos.”²³

A história de advertência de Eliot retrata o destino daqueles que seguiram o canto da sereia para as “câmaras do mar”. Escrito em 1917, durante os piores momentos da Primeira Guerra Mundial, foi provavelmente uma referência aos milhões de jovens que seguiram com entusiasmo o chamado às armas e encontraram sua desgraça nas trincheiras, com seus sonhos de glória e vitória

rapidamente destroçados ao acordarem de seu devaneio apenas para enfrentar a realidade dos campos de extermínio.

Os “patriotas” norte-americanos que invadiram a Casa Branca em 6 de janeiro podem não ter enfrentado balas, mas a ilusão de restaurar seu líder carismático ao poder foi igualmente destroçada pela resistência de verdadeiros patriotas que defendiam suas instituições democráticas, impedindo, dessa forma, a morte da democracia nos EUA e a instalação de um regime autoritário.

Resistindo ao canto da sereia

O estudo das figuras²⁴ de indução por transe na cultura nos proporciona uma outra perspectiva do inelutável canto da sereia e de como podemos resistir a ele.

Orfeu duelando com as sereias

Orfeu era o sumo sacerdote místico da música que acompanhava Jasão e os Argonautas em sua jornada para capturar o Velocino de Ouro. Em sua jornada, eles tiveram que navegar pela Ilha das Sereias, que possuía a reputação de atrair os marinheiros para a sua morte na costa rochosa, com seus cantos de sereia. Orfeu duelou musicalmente com as irmãs do mar. Ann Wroe²⁵ descreve a disputa de modo poético.

“As sereias pretendiam atrair os Argonautas para lá para que morressem, deixando seus ossos mofando na areia. Sua música, como a de Orfeu, continha proporções divinas e a harmonia das esferas. Parecia tão linda para os ouvidos destreinados, porém levava apenas ao esquecimento, ao repouso terreno da alma. Suas canções percorriam incansavelmente a pele de um homem, onda

»
*pode-se supor que os cantos
das sereias (e a mensagem
sedutora do hipnotizador)
prometem uma experiência
paradisíaca e embalam a mente
até o sono, distraindo-a
da realidade da “morte
pela sensualidade”*

após onda cremosa, sugerindo o que poderíamos ver, tocar, sentir, amar: o fascínio da morte pela sensualidade e pela distração”. Até mesmo Orfeu parecia dominado: “[...] seu corpo parecia estar se dissolvendo, sendo penetrado por ondas sonoras que batiam suavemente, perdendo o fôlego [...] mãos suaves da canção o acariciavam de uma maneira que ele nunca havia sentido, nunca havia imaginado. Ele poderia desmaiar aqui, seu corpo caindo da grade e deslizando para o mar. Ele não se importava”. Porém Orfeu se esforçou para encontrar sua voz: “[...] suas primeiras notas lutaram por ele, pequenos rasgos e cortes brilhantes em sua mortalha de seda, até que ele estivesse respirando, ofegante, quase livre. Sua música se transformou numa lâmina desossada, uma chuva de pedras brilhantes lançadas contra a água, cimitarras de luz [...] Encontrando finalmente sua voz [...] foi sua mãe (Calíope, a Musa) que o incitou”. Orfeu cantou sobre a vida dos homens comuns e suas façanhas heroicas numa linguagem que a tripulação reconheceu, quebrando, dessa forma, o transe da sereia.

Pode-se supor que os cantos das sereias (e a mensagem sedutora do hipnotizador) prometem uma experiência paradisíaca e embalam a mente até o sono, distraindo-a da realidade da “morte pela sensualidade”. Orfeu é acordado de seu devaneio por sua mãe musa e encontra sua voz, abafando os irresistíveis harmônicos divinos

22 S. Ferenczi, *Stages in the development of a sense of reality in contributions to psychoanalysis*.

23 T.S. Eliot, *The love song of J. Alfred Prufrock*, p. 16.

24 No original o autor recorre ao termo “trope”. Nesse e em outros momentos, optamos traduzir por “figura” ou “referências”.

25 A. Wroe, *Orpheus: the song of life*, p. 98-99.



*na eleição de 2020, Biden
não se apresentou como uma figura
divina, que fazia promessas
vazias para ser eleito,
mas como uma pessoa comum,
que falava de forma simples
e com a qual a maioria do público
norte-americano podia
se identificar*

dos cantos das sereias. Nosso improvável herói órfico dos últimos dias é o “Joe dorminhoco” Biden, que abafou o canto das sereias de Trump com sua mensagem de “Joe zé-ninguém”. Biden não se apresentou como uma figura divina, que fazia promessas vazias para ser eleito, mas como uma pessoa comum, que falava de forma simples e com a qual a maioria do público norte-americano podia se identificar. Sua canção comum foi reconhecida pela maioria silenciosa: “Vamos lá! Caiam na real! Vocês vão acreditar nesse artista da baboseira?” Ele falava a língua deles, acordando a maioria para perceber que o brilho e o ouro prometidos pelo slogan “Tornar a América Grande Novamente” não passavam de cortinas de fumaça que criavam uma ilusão de grandeza, mas que acabaram levando os Estados Unidos a uma trajetória desastrosa durante um período crítico de crise climática e pandemia de Covid. Uma geração de norte-americanos que cresceu com uma cultura como a de *O Mágico de Oz* ficou inicialmente deslumbrada com o “grande poder” do mágico, mas acabou reconhecendo que ele era apenas um “vendedor de ilusões” e lhe deu as costas.

Circe adverte Odisseu

Odisseu tinha um método diferente para lidar com as sereias na Odisseia de Homero. Advertido pela feiticeira Circe sobre as sereias assassinas,

Odisseu foi orientado a fazer com que sua tripulação e ele próprio tapassem os ouvidos com cera quando estivessem próximos da ilha das sereias. Odisseu, curioso para ouvir as canções delas, fez com que sua tripulação o amarrasse ao mastro enquanto tapavam os ouvidos. Quando ouviu o canto delas, Odisseu tentou freneticamente soltar suas amarras e se juntar às sereias, que o enfeitiçaram com seu canto.

Esse mote sugere como um antídoto para o canto das sereias o método de Odisseu de silenciar a voz das sereias. Isso foi efetivamente feito pelo CEO do Twitter, Jack Dorsey, ao cancelar as contas de Trump. Sem o megafone de seu “púlpito privilegiado”, Trump foi silenciado. Mas isso só ocorreu após um quase golpe no Capitólio. Aqueles que seguiram o canto das sereias foram confrontados por aqueles que os impediram de ouvir o canto da sereia de Trump e, quando os enfeitiçados acordaram de seu transe, foram afogados por um mar de processos legais, que enfrentaram como consequência de seus atos, enquanto Trump abandonava seus seguidores à sua própria sorte.

Discussão

Donald Trump representa um fenômeno cuja causalidade e significado ainda são pouco compreendidos. Ele evoca uma reação visceral tanto de seus apoiadores quanto de seus detratores, o que compromete os processos de pensamento racional nos dois campos. A mídia e os democratas o rejeitam como narcisista e mentiroso compulsivo, ao passo que os republicanos e uma grande parcela do público norte-americano o emula como o homem forte que trará de volta os paradisíacos “bons e velhos tempos” e os protegerá das hordas de estrangeiros e forasteiros que ameaçam dominá-los. Neste artigo, não busquei chegar a uma compreensão dinâmica do homem em si, mas compreender a inter-relação dinâmica entre Trump e a cultura da população. Especificamente, qual foi sua técnica para influenciar a dinâmica da polis. Propus que ele estava em

sintonia aguda com os desejos reprimidos ou suprimidos de uma grande parcela da população e usou técnicas hipnóticas para seduzir ou fazer *gaslighting* (manipulação psicológica) com o seu próprio público, para que este regresse a uma reação mais emocional, baseada na realização de desejos imaginários e em um retorno aos “bons e velhos tempos”. De forma alternada, ele criou uma crise inexistente, a de sermos invadidos por “hordas” e “caravanas” de estrangeiros, apresentando-se como seu salvador, ao “construir o muro”. Ele transmitiu sua mensagem hipnótica em seus bem encenados comícios, em sua conta no Twitter e por meio da intensa atenção que a mídia lhe deu. Trump também estava sintonizado com os fantasmas do trauma transmitido por gerações após a Guerra Civil, apelando para os supremacistas brancos de extrema direita e para aqueles que se sentem no direito de possuir privilégios brancos. Muitos dos que invadiram a Casa Branca empunhavam a bandeira confederada, num gesto simbólico de derrubada das forças da União.

As referências culturais foram úteis para ponderar quais estratégias podem ser eficazes para resistir às mensagens hipnóticas do canto das sereias. O papel de Orfeu duelando com as

»
*o fato de uma parcela
tão grande da população
ter sido hipnotizada pelo
fenômeno Trump sugere que
a hipnose em massa continuará
sendo uma modalidade perigosa
de influência da polis no futuro*

sereias foi desempenhado por “Joe zé-ninguém” Biden, cujo discurso simples e mensagem calma quebraram o feitiço para muitos. O método de Odisseu de bloquear o canto das sereias foi utilizado pelo CEO do Twitter, Jack Dorsey, quando ele cancelou a conta de Trump no Twitter.

O fato de uma parcela tão grande da população ter sido hipnotizada pelo fenômeno Trump sugere que a hipnose em massa continuará sendo uma modalidade perigosa de influência da polis no futuro.

Referências bibliográficas

- Adams S. (2017). *Win bigly: persuasion in a world where facts don't matter*. New York: Portfolio/Penguin.
- Aron L. (1996). *From hypnotic suggestion to free association: Freud as a psychotherapist, circa 1892-1893*. New York: Other Press.
- Bion W.R. (1961). *Experiences in groups*. London: Tavistock.
- Eliot T.S. (1917/1969). *The complete poems and plays of T.S. Eliot*. London: Faber & Faber.
- Ellenberger H. (1970). *The discovery of the unconscious*. New York: Basic Books.
- Ferenczi S. (1909/2012). Introjection and transference in *contributions to psychoanalysis* [first published in 1916, RG Badger, Boston]. London: Forgotten Books.
- _____. (1913/1916). Stages in the development of a sense of reality in *contributions to psychoanalysis*. Transl. Ernest Jones. New York: Dover Publications.
- _____. (1915). Analysis of comparisons in *further contributions*. Transl: J. Suttie. London: Karnac. p. 397-407.
- _____. (1931). Child-analysis in the analysis of adults. *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 12, p. 468-482.
- Freud S. (1921). Group psychology and the analysis of the ego. *Standard Edition* 18. p. 65-144.
- _____. (1923). A short account of psycho-analysis. *Standard Edition* 19. p. 191-212.
- Homer (10th C. BC/1946). *The Odyssey*. Transl. E.V. Rieu. Penguin Books.
- Kernberg O. (2020). Malignant narcissism and large group regression. *The Psychoanalytic Quarterly*, v. 89, n. 1, p. 1-24.
- Kris E. (1936). The psychology of caricature. *The International Journal of Psychoanalysis*, n. 17, p. 285-303.
- _____. (1943). Some problems of war propaganda. *The Psychoanalytic Quarterly*, n. 12, p. 381-399.
- Laplanche J. (1999). Implantation, intromission. In *Essays on otherness*. London and New York: Routledge. p. 133-137.
- Lear J. (1992). *Inside and outside the Republic*. Phronesis, v. xxxvii/2.
- Le Bon G. (1895/2002). *The crowd: a study of the popular mind*. Mineola, New York: Dover Publications.
- Soreanu R. (2018). *Working-through collective wounds: trauma, denial, recognition in the Brazilian uprising*. London: Palgrave-MacMillan.
- Volkan V. (2004). *Blind trust: large groups and their leaders in times of crises and terror*. Charlottesville: Pitchstone Publishing.
- Wroe A. (2011). *Orpheus: the song of life*. New York: The Overlook Press.

The hypnotic influence of the leader and the creation of the alternative reality

Abstract Psychoanalysis has traditionally been an insular practice by analysts in their offices sequestered from any outside intrusion. However, in recent years a demand for psychoanalytic perspectives on the underlying dynamics of political figures and social phenomena has arisen. Media representatives have increasingly approached psychoanalysts for insight into such conditions as narcissistic personality disorder, compulsive lying, delusional thinking, when attempting to understand the irrational machinations of authoritarian leaders. Here, we will not be investigating the individual psyche, but rather the relationship between psyche and the culture of the populace (i.e., the polis). This session will consider the complex underlying dynamics of leaders' hypnotic influence and the creation of an alternate reality.

Keywords polis and psyche inter relationship; hypnotic technique; group dynamics; regression in service of the ego; hypnotic trance.

Texto recebido: 08/2024.

Aprovado: 09/2024.

A potência do encontro interracial no espaço da formação psicanalítica

Transgredindo os pactos de silenciamento

Marleide Soares Pereira + Pedro Robles

Texto apresentado na 14ª Conferência Internacional Sándor Ferenczi, realizada em 29 e 30 de maio de 2024.

Marleide Soares Pereira é psicóloga, psicanalista com intervenção clínica antirracista. Estudiosa de psicologia e racismo no eixo da negritude – infância. Atuou com adolescentes em medidas socioeducativas e com crianças e adolescentes em acolhimento institucional. Foi supervisora na Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social – SMADS. Integrante do GT Comunidade de Destino, no Instituto Sedes Sapientiae, e membro do Grupo Brasileiro de Pesquisa Sándor Ferenczi.

Pedro Robles (Peu) é cientista econômico e psicanalista pelo Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Atuou na Residência Terapêutica do Butantã, no IPq do HC/FMUSP e coordenou grupos de adolescentes nos Projetos Terapêuticos, passando também pelo NURAAJ. É documentarista, com foco em direitos humanos, atuando em áreas de conflito no Brasil, Palestina, Haiti e Egito. Atualmente, participa de grupos sobre saúde mental, como “A Criança na Cidade”, e integra a Comissão de Reparação do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Resumo Este artigo destaca a importância do letramento racial nos espaços formativos, além das políticas afirmativas, para garantir seu sucesso. Faz uma análise da interação entre as pessoas com diferentes níveis de letramento racial em um ambiente de formação psicanalítica. O foco está na potência do encontro entre uma mulher negra e um homem branco, autora e autor deste texto. Ambos com consciência racial suficiente para analisar criticamente as dinâmicas de subalternização presentes, mesmo em iniciativas de reparação histórica. O artigo defende que um letramento racial adequado é parte complementar das políticas afirmativas e essencial para uma prática psicanalítica mais consciente e capaz de transformar essas estruturas.

Palavras-chave letramento racial; racismo; políticas afirmativas; reparação histórica; relações interraciais; branquitude.

DOI: 10.70048/percurso.73.85-90

1 O grupo de trabalho *Comunidades de Destino* integra a Área de Formação Contínua do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

2 G. Kilomba, “Quem pode falar?”, in *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*, p. 51.

“Temos, inclusive, duas mulheres negras aqui” foi a frase dita por um integrante do nosso grupo de trabalho *Comunidade de Destino*¹, enquanto produzíamos coletivamente um texto de apresentação sobre o nosso processo para outros integrantes do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Na ocasião, os comentários que nasceram dessa fala traziam consigo a importância da troca, possibilitada pela diversidade racial do grupo, mas também deixavam explícita a instrumentalização dessa mesma diversidade, que agora tomava ares de grande feito. O grupo sugeriu então que eu, Marleide, uma dessas mulheres negras, apresentasse à instituição o texto construído em conjunto. Não aceitei. Por sorte, debruçamo-nos sobre Ferenczi, e a constatação dessa situação nos trouxe, com entusiasmo, até aqui.

Cabe uma observação: eu estaria na apresentação do texto não só para falar sobre o grupo e sua produção, mas principalmente para servir de exemplo das políticas afirmativas de inclusão racial. Portanto, num lugar deslocado de alguém que apresentaria um trabalho.

Grada Kilomba se refere ao espaço formativo como ainda um local não neutro. “Ele é um espaço branco onde o privilégio de fala tem sido negado para as pessoas negras”, e continua: “Nesse espaço temos sido descritas/os, classificadas/os, desumanizadas/os, primitivizadas/os, brutalizadas/os, mortas/os”². São notáveis todos os esforços para ter cada vez mais não brancos nesses espaços, mas uma vez as portas abertas, este trabalho busca se debruçar sobre algumas tensões que emergem dessa interação, assim como oferecer um destino possível para elas.

O convite para apresentar o trabalho foi um triste exemplo do que escapa. O que seria, por parte do branco, colocar o negro em evidência senão para mostrar suas virtudes de “bom moço” mantendo a



quando ainda pequena,
lembro-me das orientações
de vovó sobre
meu não lugar

lógica de subalternação do negro? Por outro lado, não foram apenas os negros que se incomodaram com a situação. Brancos iniciados no letramento sentiram-se motivados a discursar sobre o contexto e transformá-lo num significativo analisador das dinâmicas estabelecidas.

Meu nome é Marleide Soares Pereira, sou uma mulher negra de 57 anos, nordestina, da cidade de Campina Grande, na Paraíba, da qual saí quando tinha 16 anos para São Paulo. Quando ainda pequena, lembro-me das orientações de vovó sobre meu *não lugar*. Dona Isaura era a mensageira de que eu seria mal acolhida no mundo, em função da minha cor. Foi quando, por sobrevivência, precisei inaugurar em mim um corpo branco, um corpo estranho (teratoma?). Durante a vida, são muitas as violências que sofremos. Mas, talvez, a maior delas seja conviver de forma ambivalente com esse corpo. Hoje posso dizer que ele me ocupa menos e, para sobreviver, me posiciono cotidianamente, pois a neutralidade é um privilégio.

Meu nome é Pedro Robles, homem branco de 38 anos, nascido em São Paulo, no Sudeste do Brasil. Faço parte do grupo *Comunidade de Destino*, assim como a Marleide. Fui profundamente afetado ao escutar suas experiências traumáticas, interpretadas por ela, à luz da obra de Ferenczi. Acompanhar suas dores ganhando novos sentidos provocou em mim um profundo deslocamento a partir do constrangimento que senti ao me reconhecer como opressor. Embora doloroso, esse caminho nos aproximou e, a cada interação subsequente, avançamos em direção a um lugar comum.

Inspirados pela perspectiva de Ferenczi, defendemos uma psicanálise viva e que tensiona, e viemos invocá-la por meio destas linhas. Pela ótica da teoria do trauma, pretendemos convocar todas as pessoas a se deslocarem do seu lugar naturalizado: do branco opressor e do negro subalternizado.

Nos últimos anos, acompanhamos os movimentos legítimos de algumas instituições de psicanálise em produzir reparação histórica aos que ficaram marginalizados de seus espaços. Novas normas – tais como políticas de cotas para não brancos, espaços de discussão, eventos – foram criadas e ganharam força no dia a dia do meio psicanalítico. Mas, para que esses esforços e as políticas de reparação tenham êxito e alcancem, de fato, seus objetivos, é necessário que haja a experiência de continuidade, garantindo um ambiente de não vulnerabilidade para o negro.

Ferenczi muito pode contribuir ao jogar luz nesses processos, uma vez que seu enfoque nas relações e a sua crítica às posições de sujeição trouxeram uma nova sensibilidade à psicanálise. Cabe a nós fazer dessas vias abertas novos tensionamentos, contribuindo, nesse caso, para um espaço de formação em que a pessoa negra experiencie uma dinâmica diferente, não mais aquela traumática.

Em continuação às políticas afirmativas, torna-se necessário que o ambiente como espaço de formação seja composto por pessoas com um nível de letramento racial que possibilite a habilidade de ler, interpretar e perceber o ambiente a partir de uma ótica racializada, e que possa construir um senso crítico de igualdade para as relações raciais. O letramento racial antecede uma ação antirracista e deve ser um pressuposto estabelecido num espaço de formação que se propõe a ofertar políticas afirmativas de inclusão étnico-racial.

No entanto, é gritante em toda sociedade a taxa de analfabetismo no que tange a esse letramento. Esse analfabetismo, apesar dos genuínos esforços de letramento, ainda hoje se faz presente num espaço coletivo de formação psicanalítica, e dificulta grandemente o sucesso dos investimentos para a política afirmativa, sem considerar os desdobramentos da manutenção dos psicanalistas

brancos num lugar de privilégio e narcisismo social, como é apresentado por Cida Bento na temática do pacto narcísico da branquitude, em que tudo converge para a manutenção do lugar de privilégio do sujeito opressor³. E a quem compete a responsabilidade de letramento racial? Aos dirigentes do espaço de formação? Aos psicanalistas em formação? A resposta é: a responsabilidade é de todas as pessoas que formam essa comunidade. Isso quer dizer que o empenho de letramento deve permear todo o espaço formativo de forma estruturada e verticalizada.

O corpo diretivo tem a iniciativa e a ação de inserir as políticas afirmativas; a partir daí, a tarefa cotidiana da inclusão é de todos os envolvidos nessa comunidade, inclusive fazendo propagar para além dos muros das instituições.

Foucault, em *O poder psiquiátrico*⁴, nos oferece ferramentas para pensar o que escapa nos espaços de formação, assim como para enxergar as dinâmicas institucionais que regulam a vida e produzem subjetividades. Para Foucault, o poder disciplinar hierarquiza os indivíduos com base em sua conformidade com as normas, criando estruturas de poder e controle. A dinâmica normativa acaba por ser também excludente, uma vez que, quando se cria uma nova norma, necessariamente se produz o que está fora dela: o excluído, o subalterno. Assim, criar novas normas como as políticas de reparação não é suficiente, pois novos restos que escapam à norma são criados, e a reprodução da lógica de domínio persiste com outras roupagens.

Assim, considerando que sempre algo escapa, como podemos, guiados pelas contribuições de Ferenczi, encaminhar-nos para um campo formativo vivo? Como enfrentar a lógica de dominação e subalternização? Ora, ao jogar luz sobre os processos de relação e poder, estamos necessariamente trazendo à tona as dinâmicas dos afetos em jogo, algo que foi largamente explorado por Ferenczi, desvendando camadas e jogos que conferem dimensões políticas aos afetos.

»
o processo de relação
social em que está presente
uma lógica de domínio
é potencialmente traumático

O processo de relação social em que está presente uma lógica de domínio, como a existente no contexto interracial de negros e brancos, é potencialmente traumático, a menos que as pessoas envolvidas tenham o entendimento das vulnerabilidades presentes, como também a compreensão do racismo estrutural ainda vigente no Brasil, incluindo a falácia de que há um convívio harmônico entre as diferentes raças. O que é pura hipocrisia, um desmentido!

A definição de trauma numa forma simples e no sentido de trauma físico é o resultado de um confronto entre corpos ou objetos de peso e velocidades díspares, capaz de provocar lesões ou deformidades no organismo, sobretudo no corpo ou objeto na condição de menor compleição física.

Mas, vamos agora adentrar no trauma psíquico, da maneira em que Sándor Ferenczi apresentou. Esse autor trouxe uma importante contribuição para entender e tratar as consequências de relações em que a violência imposta causou traumas.

Para Ferenczi, o trauma é um acontecimento factual causado por um fator externo. Considera o ambiente determinante para a traumatogênese. É no contexto relacional que o agente com poder violenta o outro submetido e subjugado, sem que tenha condições suficientes para se defender. Porém, o trauma não se confirma por si só com a existência do ato traumático, Ferenczi entendeu que é consumado a partir do *desmentido*, a não validação pela pessoa em que a vítima depositava esperança de reconhecimento de sua dor.

Até então, foi apresentado o trauma psíquico com os personagens identificados, mas há um tipo de trauma, mencionado por Jô Gondar no

3 M.A.S. Bento, *O pacto da branquitude*.

4 M. Foucault, aula de 21 de novembro de 1973, in *O poder psiquiátrico*, p. 49-73.



*o branco ocupa
em potencial o lugar
de objeto traumatogênico
definido por Ferenczi*

texto: “Ferenczi como pensador político”⁵, que se estende ao campo social. A autora cita o sociólogo Kai Erikson⁶, que se debruçou sobre regiões vitimadas por acidentes ecológicos ou violências humanas. Erikson chegou à conclusão de que essas violências resultaram em pessoas e comunidades traumatizadas, cunhando o termo *trauma social*. Para ele, o não reconhecimento por parte dos responsáveis pelos acidentes teria consolidado a situação traumática, o desmentido.

É na intersecção do que há de pessoal e social que pretendemos explicar sobre o trauma que pode resultar da relação interracial entre brancos e negros. O branco ocupa em potencial o lugar de *objeto traumatogênico* definido por Ferenczi como objeto externo: pessoa que exerce participação em provocar o trauma⁷.

Ao modo Ferenczi de dedicar uma atenção especial ao que se passa com as crianças, faremos uma digressão a esse lugar onde tudo começa, e com o racismo não ocorre diferente, essa criança mal acolhida pelo racismo será o adulto que aparecerá em nossos consultórios para realizar as *análises de crianças com adultos*.

A interação potencialmente traumática entre pessoas negras e brancas começa já no ambiente escolar. Segue um exemplo bastante comum: uma criança negra consegue, com muito esforço, dizer aos adultos que seus colegas a depreciaram em relação ao seu cabelo crespo, e tem como resposta do adulto que tal atitude foi só uma brincadeira. Com isso, ocorreu o desmentido – aquele que deveria proteger a vulnerabilidade da criança não o fez e invalidou a experiência.

No exemplo acima, ocorreu um trauma pessoal, a criança sofreu uma agressão de cunho

racista por parte dos colegas, mas também sofreu uma agressão com o personagem não identificado, um trauma social que teve como agente causador o racismo que permite que crianças se sintam autorizadas a depreciar o cabelo de uma colega negra. A pessoa adulta e o contexto institucional que deveriam proteger e identificar a vulnerabilidade da criança negra não o fizeram.

A escola passa a ser esse lugar de convívio social potencialmente traumático no qual essa criança precisa seguir, num cotidiano marcado pelo que Masud Khan conceituou com *microtrauma cumulativo*⁸. Para sobreviver psiquicamente a esse cotidiano de microtraumas, a criança teve de se identificar com o agressor, o branco-objeto traumatogênico, instalando em si o sujeito branco como modelo para se constituir como sujeito.

Ainda sobre o conceito de *microtrauma cumulativo* o autor descreve como pequenos eventos estressantes repetidos ao longo do tempo podem causar danos psicológicos significativos em crianças, especialmente quando estão altamente dependentes de figuras parentais, de maneira especial da mãe. Segundo ele, isso ocorre por falha dessas figuras como *escudo protetor*. Ele destaca a importância do ambiente emocional e das relações interpessoais na formação do desenvolvimento infantil, ressaltando como mesmo eventos aparentemente insignificantes podem ter um impacto profundo quando ocorrem repetidamente durante os estágios iniciais da vida, resultando num sujeito traumatizado.

Cabe acrescentar aqui que o contexto ambiental em que nos debruçamos neste texto, o espaço de formação psicanalítica, está inserido no que Ferenczi nomeou de *vestígios do traumático*, que se inscreve na memória corporal. Esse ambiente pode suscitar o mesmo desamparo psíquico de outrora, aquele de quando a criança sofreu a primeira agressão traumática. Os corpos negros transitando no atual espaço formativo estão imersos em memórias do antes e do agora, com toda sorte das angústias desencadeadas; uma pulsão solta que busca um lugar de assento e assimilação psíquica, elaboração.

Propiciar ações afirmativas para inserção e manutenção de pessoas negras nos espaços de formação é uma forma de reconhecer que houve descuidos para com elas. Sobretudo garantir que esses corpos ocupem o lugar que é seu por direito, e nada mais que isso! É reparação psíquica para os sujeitos negros, bem como para a sociedade.

Ferenczi, atento em como estar diante do sujeito traumatizado, ressalta em “Confusão de língua entre os adultos e a criança” a necessidade do analista em lidar com suas próprias resistências e sair da sua posição hipócrita ao reconhecer seus erros, ganhando, assim, a confiança do paciente: “Essa confiança é aquele algo que estabelece o contraste entre o presente e um passado insuportável e traumatogênico. Esse contraste é indispensável para que o passado seja reavivado, não enquanto reprodução alucinatória, mas como lembrança objetiva”⁹.

O que, ao trazer para a nossa discussão, nos dá indícios dos efeitos significativos do reconhecimento por parte do branco sobre a hipocrisia quanto ao seu racismo. Em “Análises de crianças com adultos”¹⁰, a ideia proposta, principalmente em casos relacionados a traumas, é a de que o analista deve se situar *na mesma linha do paciente*. Para isso, deve entrar em contato com sua própria dimensão infantil interna, vulnerável. Está propondo a inauguração de um campo comum a partir do encontro entre aqueles que buscam construir um destino sem garantia prévia, à comunidade de destino. O autor não nega a assimetria presente nas relações, mas introduz uma horizontalidade possível a partir de deslocamentos genuínos. Desse modo, ao pensarmos

»
*a vulnerabilidade do branco
passa por praticar uma ação
ativa do rompimento
de seus lugares de privilégio*

na relação interracial desigual, ainda presente nos dias de hoje, a vulnerabilização do branco se faz necessária para que um destino comum surja no horizonte. Para Frantz Fanon¹¹, a conscientização do branco implica sentir, de maneira *visceral*, as implicações do racismo. Isso envolve não apenas entender racionalmente as disparidades e discriminações enfrentadas por pessoas não brancas, mas também internalizar essas realidades de uma maneira que gere empatia genuína.

O cuidado com as vidas em suas vulnerabilidades tem efeitos diretos sobre a vida política. Ao considerar as precariedades de todos, vamos além dos atos de reparação que, embora sejam muito necessários, ainda mantêm a lógica do dominador e subalterno. O tensionamento deve promover um deslocamento verdadeiro de forma contínua, criando um ambiente em que o protagonismo se estabeleça horizontalmente por meio da ternura, visando a uma verdadeira transformação política. A vulnerabilidade do branco passa por praticar uma ação ativa do rompimento de seus lugares de privilégio para transgredir a lógica de domínio, propondo uma relação diferente de estar com o outro, no sentido do que Ferenczi chamou de sentir dentro.

5 J. Gondar, “Ferenczi como pensador político”, *Cadernos Psicanalíticos CPRJ*, v. 34, n. 27, p. 193-210.

6 K. Erikson, “Trauma y comunidad”, in F. Ortega (org.), *Trauma, cultura y historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*, p. 63-84.

7 S. Ferenczi, “Análises de crianças com adultos”, in *Psicanálise IV*, p. 69-83.

8 M. Khan, “O conceito de trauma cumulativo”, in *Psicanálise, teoria, técnica e casos clínicos*, p. 57.

9 S. Ferenczi, “Confusão de língua entre os adultos e a criança”, in *Psicanálise IV*, p. 97-106

10 S. Ferenczi, “Análises de crianças com adultos”.

11 F. Fanon, “A mulher de cor e o homem branco”, in *Pele negra, máscaras brancas*, p. 41-56.

Referências bibliográficas

- Bento M.A.S. (2021). *O pacto da branquitude*. São Paulo: Cobogó.
- Erikson K. (2011). Trauma y comunidad. In Ortega F. (Org.), *Trauma, cultura y historia: reflexiones interdisciplinarias para el nuevo milenio*. Bogotá: Universidad Nacional de Colômbia.
- Fanon F. (2020). A mulher de cor e o homem branco. In *Pele negra, máscaras brancas*. São Paulo: UBU.
- Ferenczi S. (1992). Análises de crianças com adultos. In *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1992). Confusão de língua entre os adultos e a criança. In *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- Foucault M. (1973-74). Aula de 21 de novembro de 1973. In *O poder psiquiátrico*. São Paulo: Martins Fontes.
- Gondar J. (2012). Ferenczi como pensador político. *Cadernos Psicanalíticos CPRJ*, Rio de Janeiro, jul./dez.
- Khan M. (1997). O conceito de trauma cumulativo. In *Psicanálise, teoria, técnica e casos clínicos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Kilomba G. (2019). Quem pode falar? In *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó.

The power of the interracial encounter in the space of psychoanalytic training: transgressing the pacts of silencing

Abstract This article highlights the importance of racial literacy in training spaces, in addition to affirmative policies, to guarantee its success. It analyzes the interaction between people with different levels of racial literacy in a psychoanalytic training environment. The focus is on the power of the encounter between a black woman and a white man, authors of this text. Both with sufficient racial awareness to critically analyze the existing dynamics of subalternization, even in historical reparation initiatives. The article argues that adequate racial literacy is a complementary part of affirmative policies and essential for a more conscious psychoanalytic practice that is capable of transforming these structures.

Keywords racism; affirmative policies; historical reparation; interracial relations; whiteness.

Texto recebido: 08/2024.

Aprovado: 09/2024.

Habitar fronteiras

Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva

Maria Carolina Accioly de Carvalho e Silva é psicanalista, membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae.

Resumo O artigo evoca a ideia de fronteira como um possível lugar de encontro e trânsito entre diversas perspectivas e narrativas a partir da costura entre sonhos, livros de ficção e alguns debates contemporâneos que atravessam também a psicanálise, como o contracolonialismo e o ecofeminismo.

Palavras-chave fronteira; psicanálise; sonho; alteridade.

DOI: 10.70048/percurso.73.91-98

1 E. Brum, *Banheiro Okotó – Uma viagem à Amazônia centro do mundo*.

2 A. Mbembe, fonte não localizada.

3 Sonhei uma vez que andava numa densa mata, e minhas pernas, depois de tanto andar, começaram a aderir ao solo, se enraizavam na terra, e estranhamente não me apavorei; esse sonho me remeteu ao livro que lia na época *A vegetariana* (história ficcional de uma mulher que vive a desterritorialização psíquica e corporal como uma transmutação vegetal). Cito: “fiquei de cabeça pra baixo e então folhas começaram a nascer do meu corpo e raízes das mãos... As raízes foram se cravando na terra, mais e mais e infinitamente... e como estava a ponto de nascer uma flor no meio das minhas pernas, eu as abri, as abri completamente, mas...” (H. Kang, *A vegetariana*, p. 121).

*reconhecer as margens como aquilo que são: centros de resistência contra todas as formas de morte e de criação de vidas possíveis, mesmo no impossível. A margem não como exclusão, mas como insurgência.*¹
[E. Brum]

*Aquilo que muitos se recusam a admitir é que, no fundo, somos feitos de pequenos empréstimos de sujeitos estrangeiros e, conseqüentemente, seremos sempre seres de fronteira.*²

[A. Mbembe]

Durante o isolamento devido à pandemia da COVID, tive uma série de sonhos onde eu estava numa floresta. Procurando saída, buscando refúgio, sendo floresta³. Por vezes com medo, outras querendo adentrar, habitar. Os enredos dos sonhos variavam, mas o interessante era a permanência daquele ambiente que eu visitava muitas noites. Quando em 2020 a pandemia começou, já no meio do governo de extrema direita, destrutivo e genocida, o mundo e meu corpo (e ao falar de corpo falo, por suposto, de corpo pulsional, não separado do psiquismo) já estavam em contato com a sensação de caos. *E ela iria adensar-se em tudo que é vivo.*

Neste período li alguns livros que se conectavam com meus sonhos, não apenas como restos diurnos, mas também por abarcarem um certo *descentramento* que esboçava outros contornos tanto oníricos como nos pensamentos em vigília e coletivos. Inclusive muitos dos personagens dos livros relatavam sonhos. Alguns desses livros falam de algo percebido como um enlouquecimento de mulheres. Mulheres produzindo sintomas, sonhos ou discursos incompreensíveis pela lente patriarcal, ou compreendidos enquanto psicopatologia.



*a fronteira não pensada
binariamente como um limite entre
territórios, mas de forma
mais complexa*

Os livros não seguiram um encadeamento planejado, mas desenharam um percurso – assim como a escuta numa análise.

Um desses livros, dos mais marcantes, foi *Escute as feras*, da antropóloga Nastassja Martin. A autora narra um acontecimento, o encontro com um urso numa floresta na Sibéria, e reflete sobre a própria experiência de *fronteira entre* mundos supostamente separados. Essa experiência de *descentralizar* e de *estranhamento*, que inclui apontar alguns limites de conceitos conhecidos e aceitos como verdades, é um ponto que me interessa abordar aqui.

O estranho, inquietante, infamiliar é, segundo Freud, “aquilo que angustia”, “uma espécie do que é aterrorizante, que remete ao velho e conhecido, há muito íntimo”, algo que “deveria permanecer em segredo, oculto, mas veio à tona”, como um duplo⁴ cindido que nos habita e emerge provocando essa estranheza familiar. O efeito do estranho se mostra quando “as fronteiras entre fantasia e realidade são apagadas”⁵.

A palavra fronteira representa, num primeiro momento, uma borda de separação. Habitar a fronteira ao invés de atravessá-la ou erguê-la é para mim a imagem mais pessoal e coletiva dos últimos tempos. Habitar o entre, escutar os efeitos dos atravessamentos plurais e inacabados, abrir espaço para novas narrativas e para as que foram apagadas ou recalçadas, desconstruir as estruturas de pensamento e poder hegemônicas. A fronteira não pensada binariamente como um limite entre territórios, mas de forma mais complexa como um “lugar que possibilita o encontro”⁶, um lugar de trânsito, de transformação.

Psicanálise e suas fronteiras

A psicanálise surge escutando os sintomas neuróticos e os efeitos subjetivos da crise da modernidade ocidental. Escuta que dá voz às mulheres, aos sintomas histéricos, ao infantil, ao sexual, ao inconsciente. Emerge com a psicanálise a ideia controversa e enigmática de um sujeito cindido, pulsional, inconsciente, que não é senhor de si, que tem um lado irracional, sujeito que é constituído por instâncias psíquicas que entram em conflito (e acordos possíveis) entre si. Conceituamos a pulsão como conceito-limite, fronteira entre psiquismo e corpo. A psicanálise trabalha, poderíamos dizer, com o reconhecimento ético da alteridade, a dimensão do outro enquanto sujeito diferente de nós (alteridade no outro), assim como dos outros inscritos em nosso psiquismo, que nos constituem.

Deparamos com nossos ensurdecimentos históricos ao termos nos constituído como um pensamento e práxis relacionados ao sujeito moderno e pós-moderno ocidental, e, portanto, atravessados pelos ideais da modernidade (ciência, razão, liberdade, individualismo, família nuclear), do capitalismo industrial e capitalismo financeiro/neoliberal (acúmulo de capital, meritocracia, desempenho pessoal, propriedade privada) e do patriarcado (em crise desde o início da modernidade, mas com valores resistentes e conservadores, tais como o lugar hierárquico do pai na organização familiar, do monoteísmo como fé dominante, e do lugar de poder do homem branco na sociedade). E hoje sabemos mais nitidamente sobre um paradoxo visceral recusado: *a modernidade e a democracia ocidental se organizaram estruturalmente às custas do colonialismo e da escravidão*. Assim escutamos e nos confrontamos com esse desafio e essa convocatória de repensar nossa teorização, prática clínica e transmissão, assumindo que clínica e política são eixos intrincados.

Acostumamo-nos a manter um olhar hegemônico e hierárquico, delimitando os contornos do que seria um pensamento científico, civilizado, erudito. Bordas, margens, limites, contornos, fronteiras – tantas formas de figurar as separações e diferenças.



A partir dessa rede tecida por essas leituras, sonhos, interlocuções e escuta clínica durante esses últimos anos, essa experiência de habitar, borrar e expandir fronteiras intensificou-se. As fronteiras entre diferentes pensamentos e discursos – os ditos hegemônicos e os ancestrais ou emergentes; fronteiras entre os diversos seres vivos; fronteiras entre o dentro e fora, entre o eu e o outro, entre sujeito e objeto; entre vigília e sonho; entre loucura e lucidez; entre a psicanálise e outros ofícios e campos de pensamento, como a antropologia, a biologia, os saberes ancestrais dos povos originários, entre outros.

A inscrição da alteridade em diferentes perspectivas

Natassja Martin fala em *coabitação de mundos diferentes* na própria composição do corpo, ideia que *conversa* com a noção psicanalítica de que nosso psiquismo se constitui na relação com o outro, ou seja, somos habitados pela alteridade⁷ desde nossos primórdios. Falar que um pensamento conversa com outro, borrar fronteiras, muitas vezes preocupa psicanalistas (uma preocupação séria e consistente) em borrar o próprio campo da psicanálise, tão atacado desde o início. Provoco-me (e provoco-nos) a pensar que borrar fronteiras não

Natassja Martin fala em
coabitação de mundos diferentes
na própria composição do corpo

significa perder contornos, e sim escutar e acolher a diferença sem hierarquia e até ampliar e complexificar nosso pensamento e prática clínica. Remete-me ao que Winnicott delineou no conceito de espaço transicional, esse espaço necessário entre ilusão e realidade para que seja possível a cada pessoa construir seu psiquismo e sua capacidade autônoma de pensar. Winnicott refere-se a essa área como um lugar psíquico de descanso, um *entre* o subjetivo e o percebido objetivamente, “uma região intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa”⁸.

Eliane Brum, no impactante e necessário livro *Banzeiro Okotó*, fala desse acontecimento de *entre-mundos* ao viver o efeito da floresta no corpo, essa “overdose de corpo”, como ela chama. Ela traz a ideia de *transterritorializar*, que seria “atravessar territórios rompendo barragens e borrando fronteiras”⁹.

Martin, ao sentir que perdeu seu lugar discriminado enquanto humana por estar invadida e habitada pelo outro – urso, procura um *entremeio*, um lugar para se reconstituir, um recolhimento, pois ela sabe que será necessário construir portas e pontes entre os mundos. E “des-acomoda” ela pode sonhar e resgatar sonhos, pois “para sonhar é preciso estar deslocado”¹⁰.

Estranhamento, descentramento, “desacomodação”, deslocamento – palavras que evocam a experiência de fronteira, de encontro com o estranho que desacomoda, descentraliza e desloca o sujeito. Palavras que nos aproximam da experiência clínica ao escutar o incompreensível, o disforme, o inconsciente.

A família even que acolhe Martin compartilha com ela um saber, que nas florestas os humanos não são os únicos a pensar e escutar e que “há

4 O duplo seria uma manifestação do estranho – familiar que remete a essa inscrição primária da cisão entre eu e não eu, vivo e morto; como uma inscrição e ao mesmo tempo uma negação da morte, ou uma negação dessa alteridade (não eu) constitutiva.

5 S. Freud, *O estranho*, p. 93.

6 Sebastián Correa, membro da equipe da Escuela poética no proyecto diccionario (proyectodiccionario.cl).

7 Sobre o livro *Escute as feras* numa leitura sobre o encontro com o outro e a violência da assepsia (que tenta limpar os efeitos dos acontecimentos com o estranho), recomendo a fala de Luciana Pires no link <<https://www.youtube.com/watch?v=Fdh0OV5uclk>>.

8 D. Winnicott, “Objetos transicionais e fenômenos transicionais”, in *Da pediatria à psicanálise*, p. 318. Winnicott conceitua os objetos transicionais e os fenômenos transicionais como essa “área intermediária da experiência, entre o polegar e o ursinho, entre o erotismo oral e a verdadeira relação objetal, entre a atividade da criatividade primária e a projeção do que teria sido introjetado, entre a não consciência primária da dívida e o reconhecimento da dívida” (p. 317).

9 E. Brum, *Banzeiro Okotó*, p. 262

10 N. Martin, *Escute as feras*, p. 82.



*a constituição do eu
e o reconhecimento de si
se organizam concomitante
ao reconhecimento do outro.*

aqui um querer exterior aos homens, uma intenção fora da humanidade”¹¹. Martin conta de um sonho no qual encontra um urso antes do encontro com o urso. E sua amiga/parente da família even diz que nem todos os sonhos são projeções, lembranças ou desejos, que existem sonhos que “estabelecem uma conexão com os seres do lado de fora e abrem a possibilidade de um diálogo”¹².

Pensar os sonhos como lugar de encontro com o outro, ou seja, como fronteira a ser habitada e vivenciada, me conduz ao livro de Hanna Limulja *O desejo dos outros – uma etnografia dos sonhos yanomami*, no qual a autora conta que “à noite é quando se sente saudade” e, portanto, é quando se sonha.

NA etnografia yanomami, “a noite é o momento do outro; e esse outro dentro da pessoa yanomami é a imagem, o *utupë*. Entretanto, esse outro não supõe uma dualidade, pois tudo o que afeta a imagem também afeta o corpo”¹³. Esse outro se refere:

à parte mais vulnerável da pessoa yanomami, a saber, a sua imagem. Assim o *utupë* se constituiria como esse outro dentro da pessoa yanomami que durante o dia permanece latente e que, com a aproximação da noite, passa a se manifestar mais livremente, alcançando sua independência no momento do sonho.

É interessante relacionar o modo de pensar e sonhar yanomami com a maneira que muitas teorias psicanalíticas trabalham a noção de alteridade, de sonho e de inscrição psíquica. Relacionar não como uma comparação, mas como interlocução ao escutar e ampliar a relação com o comum e o diverso nas formas plurais de pensar, imaginar, sonhar o mundo.

A constituição do eu e o reconhecimento de si se organizam concomitante ao reconhecimento do outro. O outro que nos habita refere-se desde as primeiras inscrições psíquicas que acontecem nas relações com os outros primordiais. As marcas mnêmicas das primeiras percepções, sensações e experiências do eu corporal¹⁴, as defesas primárias, as cisões que fundam o psiquismo. Esses outros primordiais exercem o que chamamos de funções parentais: relações identificatórias e amorosas constitutivas dos processos de “narcisização” (constituição do eu), “erogeneização” (constituição do corpo erógeno, pulsional) e transmissão geracional a partir inclusive da apresentação do mundo e da cultura. A identificação entendida como um processo complexo inconsciente de incorporação e metabolização do outro em nós, tecendo nossa trama identificatória. Depois da primeira infância as experiências, as relações afetivas e o contato com a alteridade seguem deixando inscrições e marcas identificatórias no psiquismo, ainda que não da mesma forma estruturante que as marcas primárias (a depender, claro, da intensidade das marcas e da singularidade de cada história).

O sonho é pensado como uma formação do inconsciente no qual as imagens oníricas representam, de maneira metafórica e metonímica, fantasias inconscientes, desejos realizados oniricamente, aos quais quem sonha não teria livre acesso a não ser pelas formações do inconsciente (formações de compromisso¹⁵ como os sonhos, lapsos, atos falhos, chistes, sintomas). Poderíamos dizer que também pensamos os sonhos como lugar de encontro com o outro que nos habita (o duplo, o estranho, o inconsciente)? E com o outro que nos afeta?

A ideia de que existe um trabalho de elaboração psíquica ao sonhar é compartilhada por diferentes concepções de subjetividade, por diferentes perspectivas¹⁶. Para os yanomami “o sentimento, bem como toda forma de conhecimento, antes de atingir a consciência passa pela imagem”¹⁷. Daí a importância de compartilhar os sonhos e de escutar e traduzir coletivamente a mensagem que o sonho traz.



O compartilhar sonhos, esse momento do sonhar que é relatar o sonho para alguém que te escuta, faz parte do trabalho psíquico de elaboração e de criação. Elaboração do material onírico interpretável, da experiência e da capacidade de sonhar¹⁸. Para além do trabalho intrapsíquico há uma dimensão intersubjetiva no sonhar. A formação do sonho traria “a marca do encontro com o outro”¹⁹, como propõe Kaës utilizando a imagem de uma trama polifônica²⁰.

Nesse livro de Kaës há uma citação de Freud²¹ que vem ao encontro do que nomeio aqui como habitar fronteiras. Quando Freud fala do

Anna Tsing também utiliza a figura da polifonia no conceito de assembleia polifônica como a reunião de múltiplos ritmos na produção de vida e de mundos

umbigo do sonho, desse lugar desconhecido que sempre resta na experiência do sonhar, ele usa a imagem do micélio como essa rede de pensamentos e imagens inconscientes da qual emerge o desejo do sonho (o cogumelo). Kaës fala em “micélio intersubjetivo”²² para pensar nesse segundo umbigo do sonho que seria um umbigo intersubjetivo e um espaço onírico compartilhado.

Nessa rede caótica entre meus sonhos pandêmicos, os sonhos dos outros que eu escutava (como analista ou não), e esses livros que me despertavam curiosidade, me encontrei com o pensamento da antropóloga Anna Tsing fígada pelo título do livro *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. Anna Tsing também utiliza a figura da polifonia no conceito de *assembleia polifônica* como a reunião de múltiplos ritmos na produção de vida e de mundos, como ela diz: “estamos cercados por muitos projetos de fazer-mundos, humanos e não humanos”²³. Nessa fronteira de encontros emerge a metáfora do micélio como essa rede rizomática que produz solo fértil para a criação de vida coletiva. Essa interconectividade se desdobra na ideia de coletivo²⁴, de alteridade e de fronteira como lugar de encontro.

A alteridade refere-se ao outro humano semelhante e o Outro como matriz simbólica. Para outras visões de mundo, como de alguns povos originários, a alteridade não delimita a familiaridade aos humanos. Os humanos não ocupam essa centralidade hierárquica em relação às outras formas de vida. O outro pode ter diversas formas viventes além das humanas e sem hierarquização. O rio pode ser um ancestral como um bom e generoso tio, por exemplo. Todos os seres

11 N. Martin, *op. cit.*, p. 77.

12 N. Martin, *op. cit.*, p. 83.

13 H. Limulja, *O desejo dos outros – uma etnografia dos sonhos yanomami*, p. 67.

14 S. Freud (*O eu e o id*) afirma que “o Eu é sobretudo um eu corporal; ele não é apenas um ser de superfície, mas é, ele próprio, a projeção de uma superfície” (p. 32).

15 Uma formação psíquica na qual o recalcado chega à consciência de forma deformada, satisfazendo no mesmo compromisso a defesa psíquica e o desejo inconsciente.

16 Como diz Viveiros de Castro em *Metafísicas canibais* ao defender a multiplicidade (deleuziana) em oposição à dualidade presente nos pensamentos que se supõe universais: “não há multiplicidade sem perspectivismo” pois “não há pontos de vista sobre as coisas, as coisas e seres é que são pontos de vista” (p. 117).

17 H. Limulja, *op. cit.*, p. 112. Essa descrição me remeteu ao próprio conceito de inconsciente psicanalítico, e mesmo às noções de representação-coisa e representação-palavra descritas por Freud.

18 Sobre o sonho enquanto experiência indico o texto: J. Pontalis, “Entre o sonho-objeto e o texto-sonho”, in *Entre o sonho e a dor*, Aparecida-SP, Ideias e Letras, 2005.

19 R. Kaës, *A polifonia do sonho: a experiência onírica comum e compartilhada*, p. 294.

20 Kaës recorre ao conceito de polifonia de Mikhail Bakhtin, termo emprestado da música, que se refere a um texto que contém uma pluralidade de vozes, discursos.

21 “Esse é o umbigo do sonho, o ponto onde ele mergulha no desconhecido. Os pensamentos oníricos a que somos levados pela interpretação [...] estão fadados a ramificar-se em todas as direções dentro da intrincada rede de nosso mundo de pensamento. É de algum ponto em que essa trama é particularmente fechada que brota o desejo do sonho, tal como um cogumelo de seu micélio” (S. Freud, *A interpretação dos sonhos*, p. 507).

22 R. Kaës, *op. cit.*, p. 263.

23 A. Tsing, *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*, p. 66.

24 A palavra coletivo difere da ideia de massa. Segundo Jean Oury, “a lógica do Coletivo não é uma lógica de simples discursividade, não é uma lógica da serialidade, nem mesmo uma lógica de simples ‘gestalt’, mas uma lógica que respeita uma quase infinidade de fatores para cada um”. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/107621/106028>>.



Krenak fala

de “fricção de ideias”

e “ajuste de foco” para

pensar o momento atual

vivos, assim como a força viva dos elementos da natureza, podem ser considerados alteridades que compõem, habitam e se relacionam com cada ser.

Freud descreve o animismo²⁵ em *Totem e tabu* como um pensamento primitivo – o pensamento dito primitivo supõe uma pessoalidade, uma entidade, em seres ou fenômenos naturais que sabemos, cientificamente, não terem intenção subjetiva. Krenak, numa conversa instigante²⁶ com a Natassja Martin, provoca-nos quando diz que o xamã convoca o vento ou a chuva, que há uma relação entre os viventes. E que nesse momento a emergência climática faz com que os elementos da natureza retomem o poder. A provocação não é mística. Krenak fala de “fricção de ideias” e “ajuste de foco” para pensar o momento atual. Não se trata de discutir crenças, mas de tornar os conceitos temporários e vivos. Por exemplo, uma leitura contemporânea e científica sobre os seres vivos vegetais que achei interessantíssima e que li na época dos sonhos nas florestas é o livro *Revolução das plantas*, de Stefano Mancuso. Ele nos faz pensar na bioinspiração com os vegetais que, diferentemente do que já se supôs, têm memória, ou seja, um aspecto de inteligência. Ele se pergunta o que podemos aprender com elas, desestabilizando paradigmas, pois se os animais “superiores” funcionam a partir de um *sistema nervoso central* (e isso tem sido bioinspiração para tecnologias variadas, incluindo formas de governabilidade), as plantas funcionam de forma *descentralizada e coletiva*, possuindo uma memória celular e uma forma de manter vivos não apenas os indivíduos de cada espécie, mas também o coletivo ao redor, as outras plantas, o solo, o entorno. Uma inteligência que deveria de fato nos inspirar.

Habitar as fronteiras coletivamente

O reconhecimento tardio de que os pactos civilizatórios da humanidade foram feitos prioritariamente entre homens cis-gênero, heterossexuais e brancos e que nunca incluíram todes seres humanos²⁷ (tampouco os não humanos; seres terrestres, viventes) evoca uma convocação pessoal e coletiva a ativamente sermos atravessadas(es) por “novas” narrativas, ações e insurgências que possam ter esse efeito de *descentramento*, de desconstrução, de invenção de outros pactos civilizatórios.

Freud em *Totem e tabu*, esse “mito-científico” da psicanálise, diz que o pacto civilizatório se organiza num ato coletivo que instaura a Lei simbólica: o assassinato do pai tirano e o pacto entre os irmãos de sustentar uma lei que valha para todos. A hegemonia desse mito trágico do nascimento do sujeito e da cultura pela morte simbólica do pai (que deixa como herança a identificação pelos filhos com os atributos ideais da figura paterna) tem sido questionado em sua universalidade e atemporalidade. Que outras narrativas e mitos nos constituem?

A pergunta que insiste dolorosamente: seremos capazes e corajosa/e/os para refazer um pacto que inclua a pluralidade, a multiplicidade humana e de outras formas de vida?

O ecofeminismo, a luta antirracista, as lutas emancipatórias de um modo geral, emergem com potência e insurgência pulsional e política e assim se engendram enquanto lutas anticoloniais no sentido de poder fazer furos e desconstruir a lógica patriarcal, capitalista e colonial de exploração, dominação, submetimento e controle da alteridade (humana e não humana).

A emergência climática se apresenta como uma guerra política e por sobrevivência, como diz Brum, nos provocando a entrar em contato com o banheiro e escutar ativamente a urgência em nos tornarmos humanidades, *amazonizar-nos*. Esse processo passa pelo *deslocamento das centralidades* tornando, por exemplo, a Amazônia centro do mundo e as periferias centros de seus territórios urbanos; implica também deslocar as centralidades em outros campos – como raça, sexo, gênero, espécies.



*a psicanálise tem uma
função ética de escutar a fissura
provocada pelo que há de singular
nas insurgências*

A psicanálise é um ofício no qual teoria e prática se articulam na escuta singular do sujeito psíquico, esse sujeito dividido, pulsional e plural – como gosto de dizer: um sujeito-sexual-político. O singular e o social (coletivo) são trançados na constituição subjetiva.

Tamy Ayouch, num ensaio publicado pela editora N-1 (numa seção dedicada à decolonização da psicanálise), nos provoca:

Por qual ponto cego, por qual narcisismo defensivo um/a analista evacua de sua escuta os efeitos psíquicos dessas questões sociais e políticas? *Que violência social, vivida cotidianamente pelas/os analisantes, então, se perpetua no consultório da/o analista quando ela/e escamoteia, assim, as relações de discriminação por trás de um sujeito do inconsciente apolítico e universal?* (grifo meu).²⁸

Penso que a psicanálise tem uma função ética de escutar a fissura provocada pelo que há de singular nas insurgências, de sustentar essa escuta

da emergência do inconsciente, do desconhecido, do pulsional, a “encruzilhada da alteridade”²⁹, sem patologizar nem normativizar as formas de viver e de sofrer.

Pensando na escuta clínica, lembro a situação que Natassja Martin passa nos hospitais que a atendem depois do acontecimento com o urso. Diante da desajeitada intervenção de uma psicóloga que, diante do rosto dilacerado de Natassja, diz que o rosto representava a identidade, Natassja pensa em tantas narrativas que ela vem escutando em suas investigações com outros povos sobre “as presenças múltiplas que podem habitar um mesmo corpo – para subverter o conceito de identidade unívoca, uniforme e unidimensional. A questão da identidade e da alteridade na (re)constituição subjetiva”. Ela relata:

Só sinto medo, medo de tudo aquilo que não voltou a se fechar em mim, de tudo aquilo que potencialmente se insinuou em mim. Há outros seres à espreita na minha memória; então talvez também haja alguns debaixo da minha pele, nos meus ossos. Essa ideia me aterroriza, porque não quero ser um território invadido. Quero fechar minhas fronteiras, expulsar os intrusos, resistir à invasão. Mas talvez eu já esteja sitiada. É sempre a mesma coisa. Diante de pensamentos assim, eu afundo: sei que, para fechar minhas fronteiras, seria preciso antes poder reconstruí-las.³⁰

De fato, estamos numa encruzilhada. O projeto de decolonizar a psicanálise, ou melhor, contracolônizar, como propõe Nego Bispo³¹ (a psicanálise, a cultura, o inconsciente), é e provavelmente será um caminho trabalhoso, com emergências inevitáveis de mal-estares, e também, assim espero, com lampejos de desejo, alegrias e devires.

25 Dunker, no texto “Animismo e indeterminação em ‘Das Unheilige’”, in *O infamiliar e outros trabalhos*, fala do lugar hierárquico em Freud entre totemismo (que integra um sistema de transmissão simbólica) e o animismo (sistema de crenças narcísicas e infantis que deveria ser superado pelo ser humano adulto). Segundo Dunker, “o animismo, especialmente em sua forma perspectivista, baseia-se em um sistema de ontologias móveis ou também chamado de múltiplas naturezas” (p. 207).

26 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ChUjJiLCdxs>>.

27 Utilizo aqui a linguagem neutra ainda que não a tenha utilizado em todo o texto, como um exercício de fronteira e trânsito linguístico.

28 T. Ayouch, “A psicanálise é o contrário da exclusão”. Disponível em: <<https://www.n-1edicoes.org/>>.

29 L. Simas e L. Rufino, no texto “Encruzilhadas”, falam em “cruzamentos de caminhos” e propõem, “ao invés da expulsão, a libertação dos demônios” (p. 21). A imagem da encruzilhada e de Exu tem emergido em muitos espaços, assim como foi trazida por Deivison Faustino (no percurso de formação antirracista destinado aos professores dos cursos do Departamento e aos membros do GTEP coordenado por ele e por Isildinha Nogueira) e me remeteu a esse texto de que gosto muito. Também indico o texto de David, Villas-Boas e Moreira no qual a encruzilhada é definida como “esse lugar de decisão, de possibilidade, de encontro, entroncamento, distanciamento, conflito, de impasse, e também de perigo”. (“Por uma psicanálise antirracista: a psicanálise na encruzilhada”, in *A psicanálise na encruzilhada, desafios perante o racismo no Brasil*, p. 76.)

30 N. Martin, *op. cit.*, p. 39, p. 47.

31 Antônio Bispo dos Santos, popularmente conhecido como Nêgo Bispo, foi um filósofo, poeta, escritor, professor, líder quilombola e ativista político brasileiro.

Escutar os sonhos, os sintomas e as falas em associação livre como a psicanálise propõe foi e ainda é um modo de pensar e fazer clínica revolucionário e não hegemônico. Trabalhamos

nesse território invadido do sujeito psíquico, também como descreve acima Martin, que precisa ser habitado e contornado, costurado, reconstruído.

Referências bibliográficas

- Brum E. (2021). *Banzeiro Okotó – Uma viagem à Amazônia centro do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- David E.C.; Villas-Boas P.; Moreira L.S. (2021). Por uma psicanálise antirracista: a psicanálise na encruzilhada. In *A psicanálise na encruzilhada, desafios perante o racismo no Brasil*. São Paulo: Hucitec.
- Freud S. (1919/2019). O infamiliar. In *O infamiliar e outros escritos*. (Obras incompletas de Sigmund Freud). Belo Horizonte: Autêntica.
- _____. (1912-1913/2012). *Totem e tabu*. Obras completas v. II. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. (1923/2011). *O eu e o id*. In *Obras completas v. 16*. São Paulo: Companhia das Letras.
- 98 Kaës R. (2004). *A polifonia do sonho: a experiência onírica comum e compartilhada*. Aparecida-SP: Ideias e Letras.
- Kang H. (2018). *A vegetariana*. São Paulo: Todavia.
- Limulja H. (2022). *O desejo dos outros – uma etnografia dos sonhos yanomami*. São Paulo: Ubu.
- Martin N. (2021). *Escute as feras*. São Paulo: Ed. 34.
- Simas L.; Rufino L. (2018). Encruzilhadas. In *Fogo no mato: a ciência encantada das macumbas*. Rio de Janeiro, Mórula.
- Tsing A. (2022). *O cogumelo no fim do mundo: sobre a possibilidade de vida nas ruínas do capitalismo*. São Paulo: n-1 edições.
- Viveiro de Castro E. (2018). *Metafísicas canibais: elementos para uma antropologia pós-estrutural*. São Paulo: Ubu.
- Winnicott D. (1951). Objetos transicionais e fenômenos transicionais. In *Da pediatria à psicanálise*. São Paulo: Imago.

Inhabiting borders

Abstract The article evokes the idea of a border as a possible place of encounter and transit between different perspectives and narratives based on the seam between dreams, fiction books and contemporary debates that also permeate psychoanalysis, such as counter-colonialism and eco-feminism.

Keywords border; psychoanalysis; dream; otherness.

Texto recebido: 08/2024.

Aprovado: 09/2024.

O mundo-abuso de Jorge

E algumas reflexões sobre a flexibilização do enquadre

Marcus Góes

Texto desenvolvido a partir da apresentação “Figuras Actuales de la Violencia. Retos al Psicoanálisis Latinoamericano”, feita pelo autor no VI Congreso de AUDEPP y X Congreso de FLAPSIPP, ocorrido em maio de 2019 em Montevideo, Uruguai.

Marcus Góes é psicólogo (PUC-SP), mestre em Psicologia Social (IP-USP), psicanalista (Sedes Sapientiae) e membro da equipe clínica do Projetos Terapêuticos. Ao longo do seu percurso de trabalho atuou como coordenador de projetos de educação para jovens moradores na periferia de São Paulo, consultor em processos de desenvolvimento institucional para ONGs, supervisor institucional em serviços de acolhimento para crianças e adolescentes e acompanhante terapêutico. Atualmente, dedica-se ao consultório particular e ao atendimento de casos graves pelo Projetos Terapêuticos.

Resumo O presente trabalho relata o caso clínico de um paciente preto, pobre e hermafrodita, cuja história foi marcada por relações de abuso sexual. A partir de flexibilizações no enquadre, alterações no *setting* e manejos na transferência, buscou-se intervir num traumático transmitido por gerações e intensamente presente na vida do analisando.

Palavras-chave abuso; trauma; enquadre; transferência.

DOI: 10.70048/percurso.73.99-108

Já fazia tempo que lhe prometera esses filmes. Eram filmes com histórias fortes de vingança e que me vinham durante as sessões. Imaginava que Jorge gostaria de vê-los. Desde que me contara com muita tristeza que sua família sempre o excluía das atividades de lazer, como ir ao parque, pensava em compartilhá-los. Incomodava-me poder desfrutar deles e ele não, uma restrição com muitas origens: Jorge é preto e pobre. Bastava eu passar num camelô, comprá-los e lhe entregar. Um pouco de justiça social e ilegal à mão. Mas por algum tempo hesitei, não sei se por um pudor clínico conservador, ou uma prudência clínica importante.

Além de preto e pobre, Jorge é hermafrodita. À exclusão determinada pela perversa dinâmica em que uma sociedade subjugou outra, fazendo-a trabalhar sob tortura num continente distante em que habitavam outras sociedades, também subjugadas, se somou a que um grupo familiar perpetrou diante da estranheza de um de seus vinte e cinco filhos, o caçula. Nascido entre dois sexos, um entre de difícilíssima assimilação, sua indeterminação genital desmonta a binariedade biológica e predominante, suporte tão poderoso e restritivo para a nossa imaginação. Além do lugar destinado à população negra, o da mão de obra a ser explorada, restou-lhe também o lugar do bizarro, do monstro a ser escondido. Levar Jorge para passear no parque era mostrar o verme para o mundo, como alguns de seus irmãos o chamavam. Mas Jorge era para mim um senhor baixinho, gentil, cuidadoso e muito simpático.

Curiosamente, ao comprar os tais filmes, incluí um outro ainda, uma ficção científica, sem uma conexão clara com os conteúdos que Jorge trazia. Foi esse o primeiro a que ele assistiu. Contou-me do seu



*Para quem urinava na cama
até os cinquenta anos
atormentado por sonhos
terríveis, acordar tranquilo
era uma bênção*

impacto com uma cena em que um personagem, após um acidente durante uma viagem espacial, fica capturado num espaço multidimensional, de onde consegue ver sua pequena filha, que não via há anos desde que deixara a Terra. Ele tenta falar com ela, mas sua voz não a alcança. Com muito esforço encontra uma maneira de se comunicar e vencer o que parecia ser uma intransponibilidade. Sua filha percebe a comunicação, mas sem saber que se trata de seu pai. Jorge disse que se sentia assim, dentro de uma espécie de espaço, próximo fisicamente das pessoas, mas impossibilitado de se comunicar com elas.

Essa cena do filme *Lhe* veio em uma sessão quando me contava situações que passara ao longo daquele mesmo dia e que gradativamente *Lhe* tiraram a rara tranquilidade com a qual havia acordado. Para quem urinava na cama até os cinquenta anos atormentado por sonhos terríveis, acordar tranquilo era uma bênção. Tais situações envolviam um sobrinho já adulto que morava em sua casa há meses sem contribuir com o pagamento das despesas, nem com os afazeres da casa. Jorge se irritava com o desleixo, a falta de educação e, mais do que isso, sentia-se explorado, abusado e obrigado a aceitar a situação. As conversas que tivera com seu sobrinho se revelavam inócuas e não via outra saída a não ser expulsá-lo. No entanto, assombrado pela culpa ao imaginá-lo na sarjeta, ansiava que ele entendesse e o poupasse do mal que *Lhe* fazia.

Não era a primeira vez que Jorge me trazia esse tipo de angústia em suas relações e, como de costume, suas tentativas de comunicação em busca de alguma mudança eram entrópicas demais, completamente ineficientes. Indignado e esgotado, vislumbrava apenas afastamentos mais

definitivos. Não por gosto pela solidão; essa *Lhe* fazia sofrer muito. Mas por descrença na possibilidade de encontros que não o fizessem sentir-se abusado e estranhamente envolvido. Havia ali um padrão bastante complexo.

Nesse impulso por interromper suas relações havia também uma vontade de se vingar e fazer justiça. Eram anseios que surgiam nas situações em que não estava diretamente envolvido e seu vínculo com o opressor era mais distante. Extremamente sensível, era tomado por uma intensa empatia pelos acusados. Contava-me como gostaria de torturar e matar esses abusadores, como o marido de sua irmã, que a maltratava e traía, e o filho drogado de um vizinho que há anos fazia da vida de todos em sua casa um terror.

Sua sensibilidade para as situações de abuso se confundia com a constante desconfiança em relação ao mundo. Todos eram potenciais abusadores, raramente se sentia seguro. Jorge se encontrava nesse outro espaço, uma dimensão traumatizada em que facilmente tornava-se refém do desejo dos outros, empurrando-os para essa posição dominante e, então, se submetia, sofria e calava. Assim seu corpo foi erotizado e sua presença moldada. Como diminuir a força de uma dinâmica libidinal tão antiga e com tanto poder de contaminação?

A cena era sempre a mesma: o abuso. As lembranças o atormentavam e confundiam. Não sabia se eram imaginações ou se haviam ocorrido de fato. Aos poucos, contava-me o que via e perguntava: será que isso foi de verdade? E depois se envergonhava. Na condição de verme, bizarro, alijado, meio menino, meio menina, as memórias eram também marca de acolhimento e carinho. Até que vieram as dores, os medos e a percepção de que algo estava errado.

A barbárie sexual permeava o cotidiano em sua casa e em diversas outras relações em que os corpos dos vinte e cinco filhos foram sendo envolvidos, oferecidos e vendidos. Os mais velhos cresciam e, então, passavam a protagonizar o mesmo com os mais novos. A violência física e sexual ganhava combustível com o álcool e as outras drogas que surgiram ao longo dos anos, onde alguns

de seus irmãos se perderam ou encontraram um refúgio, também terrível. Efetivando-se em diversos vetores, essa promiscuidade voraz gerou, dentre tantas outras mazelas, uma indeterminação que hoje aflige Jorge: a dúvida sobre quem é sua mãe. Uma suspeita ronda a relação com uma de suas irmãs mais velhas, a que sempre lhe foi mais hostil e que cunhou seu cruel apelido em casa: verme. Ela faleceu recentemente, sem que Jorge houvesse encontrado em si a convicção para lhe fazer a pergunta.

Sua mãe, a que teve por mãe e que também era mãe de seus irmãos, sempre foi cuidadosa e carinhosa com ele. Mas era um cuidado incapaz de protegê-lo. Ela lhe trazia bolsas de água quente para aliviar suas dores pós abusos, o que o coloca hoje uma desconfortável impressão de cumplicidade com o terror, talvez uma cumplicidade meio forçada: mais de uma vez a testemunhou sendo espancada pelo pai.

O pai, além de centro propulsor de toda essa engrenagem, era também trabalhador, empreendedor e figura querida em seu bairro. O bar e a banca de frutas trouxeram-lhe certa prosperidade. Os antigos vizinhos de Jorge não imaginam a dor que lhe causam quando notam e com alegria lhe dizem o quanto é parecido com esse pai. Uma inevitável herança física encontra com uma comunidade que não foi capaz de perceber ou, até mesmo, respaldou o terror em sua família.

Aos treze anos, Jorge ameaçou seu pai com uma faca, impedindo que uma irmã, após ser injustamente acusada, fosse espancada, como era o costume. Desde então, seu pai não mais o violentou. Essa era uma lembrança de sua própria força e da possibilidade de se proteger. De algum modo, essa força o acompanhou e lhe permitiu atravessar uma difícil adolescência. Até então, mesmo sentindo-se um menino, vivia a identidade de uma menina que, agora, começava a ter uma estranha barba, mais grossa ainda que a dos outros meninos. Sofreu intensamente com o desrespeito de quem só o percebia como bizarro, mas pôde também aproveitar os encontros em que era visto como pessoa. Jorge me conta com muito carinho

»
*a força para realizar
seus projetos não impediu
que vivesse continuamente
atormentado pela sensação
de ser abusado*

de uma professora que sempre o acolheu e de uma médica muito querida, a primeira de uma cuidadosa rede de profissionais da saúde dedicada aos problemas decorrentes da formação dos órgãos sexuais. Aos dezenove anos já se assumia e se apresentava pelo nome de Jorge, idade em que começara a trabalhar como zelador em um prédio de classe média. Pouco tempo depois, casou-se com uma mulher e adotou duas bebês gêmeas.

No entanto, a força para realizar seus projetos não impediu que vivesse continuamente atormentado pela sensação de ser abusado. Jorge chega a meu consultório quando suas filhas estavam com dezesseis anos e massacrado por um casamento infeliz. Trabalhando em dois empregos e acumulando para si todas as funções domésticas, estava sempre exausto e indignado com sua mulher que em nada contribuía. Somou-se a isso a forte suspeita de que era regularmente traído. Era difícil vê-lo naquela posição. Ele dizia não encontrar coragem para se separar. Receava que sua mulher cruelmente expusesse sua condição de hermafrodita para os moradores do bairro. Era seu refém e essa foi a primeira cena de abuso que me trouxe. Seu compromisso, sua participação na manutenção dessa situação, só me ficaram claros tempos depois. O desvencilhamento desse complexo enrosco era um desafio que Jorge trazia em sua história, do qual precisaria ganhar mais consciência, e que certamente demandaria trabalho.

Talvez por isso seu entusiasmo em fabular justiça para as diversas outras situações que testemunhava me pareceu uma pista de onde ele poderia buscar a força para se proteger disso que lhe foi excessivo muito cedo e durante muito



*Jorge convivia
com a iminência de que
eu o assediasse e o forçasse
a uma relação sexual*

tempo. Em seus fervorosos e violentos devaneios, se experimentava numa imagem afirmativa, fazendo um tipo de brincadeira com as histórias alheias em que reconhecia o abuso em curso, o interrompia e implacavelmente retaliava o algoz. Desse modo, vislumbrava sua própria dignidade, sentia-se alguém, ainda que profundamente machucado, e não como um verme. Por isso também intuía que os filmes sobre vingança poderiam ajudar. Ver seu sofrimento em outros, em diferentes enredos, desfechos e com algum humor, funcionou. Por algum tempo, foram suas histórias de ninar. Além do efeito catártico, trouxeram para Jorge um pouco da cultura, do que outros produziram a partir de afetos comuns aos dele. Seus anseios por justiça mantinham preso a essa outra dimensão onde os já falecidos pai, mãe e vinte e um de seus irmãos continuavam vivos e alheios ao pacto civilizatório. A cultura o atraía um pouco para fora do lugar terrível.

O espaço de sua análise, a nossa relação, não escapou da cena do abuso e foi campo importante para Jorge experimentar as mesmas e outras posições frente ao drama. Estar comigo dentro de uma sala fechada lhe era perturbador. Convivia com a iminência de que eu o assediasse e o forçasse a uma relação sexual. Na transferência, a cena se atualizava na forma de terror e excitação. O *setting* tradicional era mais um quarto em que se sentia preso. E nos primeiros anos, desse modo foram nossas conversas; presas, amarradas por uma opressão difícil. Até que Jorge começou a me perguntar se não poderíamos sair para almoçar. Por meses, hesitei diante do convite e temi tamanha alteração no *setting*. Me encontrar num ambiente mais público que uma sala de análise

era um alívio. A assimetria do enquadre era esmagadora e desmontá-la poderia representar uma movimentação num plano regressivo e simbiótico. Feita a mudança, Jorge sentiu-se mais protegido. Com as refeições postas entre nós, uma tensão pareceu se dissolver, permitindo um relaxamento novo para o encontro. E almoçar era também passear, o direito que tanto lhe foi negado. Menos ameaçado, Jorge pôde falar mais e mostrou apreço por ter sua dignidade reconhecida.

Mas esse tipo de amor na transferência que tanto o perturbava só me foi revelado tempos depois, quando nossos encontros já haviam se tornado almoços. O ambiente do restaurante não foi suficiente para impedir suas fantasias. De algum modo, abria-se ali também o *setting* amigável, potente e ameaçador. Atormentado por esses fantasmas e depois também por sua revelação, a análise correu o risco de se inviabilizar. Constrangido e envergonhado, acreditou profundamente que eu não mais o aceitaria como paciente e que o percebia como um degenerado. Chegou ao ponto de me pedir que interrompesse o trabalho. Um pedido difícil. A interrupção que ele almejava era outra e dependia da continuidade desse mesmo trabalho.

O reestabelecimento do espaço de análise atravessou a delicada tarefa de recusar sua proposta amorosa. Havia ali uma repetição afetiva para a qual me empurrava, ele construía a cena do abuso. Por outro lado, apesar de seus tormentos, Jorge vivia comigo uma experiência de cuidado e respeito. Era possível que também estivesse atraído pela fabulação de uma relação não abusiva, uma movimentação na cena. De todo modo, ora por ter tais fantasias e pela vergonha que sentia, ora por não poder realizá-las, sofria sentimentos de rejeição, humilhação e exclusão, e se surpreendia com minha insistência para que continuasse vindo às sessões. Ciclos como esse se repetiram diversas vezes.

O pagamento das sessões também foi atravessado por essa dinâmica. Sabendo de suas restrições econômicas, me dispus a atendê-lo pelo valor que lhe era possível, um valor bastante inferior ao que eu praticava normalmente. Convicto

de que não deveria vitimá-lo com o custo financeiro de uma análise em redutos privilegiados da cidade, me distraí da importância de cobrá-lo e o fiz vítima da minha culpa e pena, o que foi percebido por ele como um convite: qual seria o meu interesse se não estava sendo remunerado? Então, um novo ciclo de fantasias eróticas foi impulsionado pela posição na qual eu o coloquei, atormentando-o intensamente e solicitando mais uma vez o trabalho de recusar sua proposta, reafirmar minha disponibilidade como seu analista e a sua capacidade de me pagar e de se analisar.

Houve também um período em que sua situação financeira se deteriorou mais ainda. Já mais atento à importância do pagamento como caminho para um arranjo menos vitimado e suscetível às suas fantasias terríveis, buscamos outras formas de remuneração. Sabendo de sua habilidade como cozinheiro, lhe sugeri que me pagasse com refeições congeladas. Ele, então, começou a calcular e a se preparar para produzir todas as minhas refeições ao longo de um mês. Sentindo-me invadido, lhe respondi intempestivamente que não o fizesse. Foram mais algumas semanas em que se ausentou de nossos encontros, machucado pelo meu jeito explosivo e pela rejeição que sentira. Cuidar de toda a minha alimentação era um modo de participar da minha vida pessoal e também de ser abusado por uma tarefa excessiva. Novamente, seguiu-se o trabalho de sustentação do espaço de análise, agora orientado também pela necessidade de estabelecer uma relação de troca que a ambos parecesse justa.

A troca justa se colocou, então, como um importante referencial em nossas conversas. Havia ali uma chave de análise para a armadilha do abuso. Em seus encontros e nas relações que fazia, movimentava-se bem para dar, mas não para receber, até que esse desequilíbrio o fazia sentir-se usurpado e se tornava uma intensa perturbação. Colocar-se nas relações também a partir de suas necessidades, sem mergulhar no atendimento ao outro, desmontar essas cenas sem empunhar uma faca e fazer um rompimento, como fizera com seu pai aos treze anos, segue sendo um desafio.



*“mas por que
você me levou lá?”*

*Sua pergunta me
pesava como culpa*

Uma sessão no Museu de Arte de São Paulo

Com os riscos e as potências que envolviam as alterações no *setting* de nossos encontros, certa vez, lhe sugeri que fôssemos a uma exposição no Museu de Arte de São Paulo, o MASP. Ingenuamente, aquele me pareceu apenas um convite para conhecer esse museu que ele não conhecia e ver a exposição de um artista que, na década de 1970, fotografou o Pelourinho, em Salvador.

“Mas por que você me levou lá?” Sua pergunta me pesava como culpa e apontava para minha imprudência clínica. No entanto, a força do que não nos é claro e passa despercebido teve sua função. Eu o havia convidado para um passeio no inferno, no seu inferno, um mergulho nas feridas daquela que foi um dia a cidade dos escravos; um tempo no qual a tortura e a exploração da população negra eram lícitas seguia correndo naquelas fotos. Jorge reconheceu nelas a sua infância, os piores anos de sua vida. Havia muito ali, havia demais: quarto escuro, sujeira, prostituição, crianças, cotidianos, esgoto e cheiros horríveis. “Como alguém pode achar que isso é arte?” Em meio à dor que o tomou nesse dia, e que em alguma medida também senti, respondi que alguns artistas dedicam-se a uma certa função memorial com a intenção de evitar repetições do terrível.

Como se eu já não soubesse, a ligação da história de Jorge com a história da escravidão no Brasil se fez com uma clareza chocante. Agora, do baú de memórias atrozes que ele trazia surgiam também memórias transmitidas pelas gerações que o antecederam. Essa função da arte se cumpriu em mim e pude perceber o pai de Jorge também



*as flexibilizações
no enquadre, permitiram
que um processo de análise
se desenvolvesse*

como vítima, entrelaçando posições, complexificando o algoz e urgindo a necessidade de desestabilizar lugares. O meu, inclusive: um branco, neto de portugueses, beneficiado pelo processo histórico, atravessado por uma benevolência culpada. Desse lugar, não me era possível convocar Jorge na sua potência.

Ao longo desses onze anos de uma análise que ainda segue, Jorge separou-se de sua primeira mulher e está hoje no segundo namoro depois do divórcio. Viveu e vive um difícil processo para encontrar uma maneira de ser pai de suas filhas sem ficar completamente tomado pela incumbência de atender às necessidades delas. Constituiu uma turma de amigos em um bar perto de sua casa com quem joga cartas, bebe, se diverte, por vezes se sente abusado, age, se afasta e reconstitui a relação. Atravessou até o momento quatro cirurgias plásticas que lhe deram órgãos genitais masculinos, ou o mais próximo disso, um cuidado consigo mesmo que o ajudou a aproximar seu corpo de sua identidade e lhe trouxe grande alívio.

Sobre o enquadre e suas flexibilizações

Fazer as sessões almoçando em um restaurante, oferecer cópias de filmes para o paciente, ir com ele a um museu e receber o pagamento em marmitas representaram flexibilizações no *setting* do consultório e no enquadre que marcaram significativamente esse atendimento, permitindo que um processo de análise se desenvolvesse. Para explorar essa afirmação, resgatarei autores que pensaram sobre o enquadre e farei algumas reflexões sobre o que me parece ter constituído a

sua flexibilização e o sentido que tiveram para esse caso.

Alguns dos primeiros elementos que contribuíram para o que hoje entende-se por enquadre, Freud¹ nos trouxe em 1904, quando buscou estabelecer parâmetros para delimitar o método psicanalítico. Muitos anos depois, Green², ao falar sobre o tema, destaca dois pontos que seriam centrais dentre tudo o que Freud e outros que se seguiram agregaram ao assunto: a proibição imposta ao paciente e ao analista de atuar e realizar seus desejos tendo um ao outro como objeto, e a regra fundamental, a associação livre como tarefa central – que tem como contrapartida do analista a atenção flutuante. Para Green, esses dois elementos constituem um tipo de encontro que favorece o fenômeno da transferência que, por sua vez, permite o acontecimento da representação.

El encuadre brinda un espacio cuyas características relativamente constantes permiten observar los efectos de este no-encuentro, es decir, la inaccesibilidad del objeto de la transferencia, la imposibilidad o la prohibición de utilizar al analista para satisfacer los deseos propios o servir a los de él. La meta consiste en impedir el levantamiento de fuerzas que no tienen otro destino que devenir <<representaciones psíquicamente investidas de afecto>>. Dadas las obligaciones (regla fundamental) y las prohibiciones (interdicción de contacto y de actuar), este juego de fuerzas, concebido por Freud, se vuelve, en ciertos momentos de la transferencia, perceptible para el analista, si no para los protagonistas; ahí deja de ser solamente una hipótesis.³

Com o desenvolvimento da técnica ativa em 1919 e 1920, Ferenczi⁴ flexibilizou em sua clínica o que vinha se estabelecendo como regras da prática psicanalítica, tanto no que se refere à abstinência como à regra fundamental. À proposta da associação livre, agregou intervenções que pudessem engajar os pacientes em fluxos discursivos e afetivos que lhe pareciam oportunos, de modo a disponibilizar novos materiais para o trabalho de interpretação e elaboração. Além de manejos que na época destoavam pela incisividade, ele retomou o caminho catártico deixado de lado por Freud⁵.



*estar com Jorge no Masp
foi também ser exposto
a essa estrutura social que
faz um testemunho bastante
falho da violência*

Na técnica ativa, o analista insere um propósito na sessão, convoca o paciente numa direção específica e escolhida por ele a partir de sua compreensão, incidindo ativamente nos rumos associativos. Kupermann⁶ retoma o caso em que Ferenczi pede ao paciente que cante, conduzindo-o a fazer contato com afetos evitados, de maneira a desconstruir inibições e liberar potências. A catarse e o lúdico, influência que lhe chegava pelas experiências de Ana Freud e Melanie Klein na análise com crianças, se colocam como importantes vias de processamento e ligação. A violação da regra fundamental e da abstinência é significativa e constitui parte do caminho da análise.

Ferenczi, por seu turno, parece intuir que sem a expressão catártica própria das repetições em análise – e não é apenas da angústia que se trata, uma vez que vimos como a alegria própria ao lúdico também compõe o horizonte da técnica ativa – o trabalho de ligação esperado pela regra fundamental da psicanálise não se processa.⁷

A indicação dos filmes que fiz ao Jorge e a ida ao museu me parecem ir nessa mesma direção. Além do caminho catártico, apostei também no impacto que a conexão dos dramas pessoais à cultura seria capaz de produzir no circuito incestuoso e fechado em que ele se encontrava. As associações de Jorge disparadas pelo filme de ficção científica trouxeram à tona um sentimento de solidão profunda que o acompanha e que, então, pôde localizar e nomear: a sensação de estar preso e isolado numa dobra do tempo feita pelos abusos que sofreu e por sua condição de hermafrodita em uma sociedade impossibilitada de

receber uma diferença dessa ordem. E destacaria também o que ganhou espaço em nossas conversas a partir da exposição de fotos do Pelourinho na década de 1970: a história – e uma certa atualidade – da escravidão da população negra e da sua família. Estar com Jorge no Masp obviamente não foi apenas a experiência de ver a exposição e seu conteúdo, mas também de ser exposto a essa estrutura social que faz um testemunho bastante falho da violência. Sua infância terrível, tão presentificada pelas fotos do Pelourinho, também estava num museu em que Jorge percebia ser o único preto que não estava ali trabalhando. Sem o pacto da abstinência, fez-se e segue-se fazendo de um povo e uma classe social objeto de exploração e desejos abusivos. Mas Jorge pôde me dizer que não se sentia bem ali, sinalizando um mal-estar que me tomou e me constrangeu no lugar que ocupo nessa estrutura, ao mesmo tempo que trouxe condição para que eu pudesse testemunhar reconhecer uma violência.

Nesse ponto, volto a Ferenczi⁸ e sua teoria sobre o trauma. Como se sabe, a Primeira Guerra Mundial marcou o desenvolvimento da Psicanálise que, ao longo da década de 1920, é convocada ao cuidado de pacientes traumatizados por eventos ocorridos no real da vida. Nesse real, nas relações entre pessoas, havia também os abusos sexuais e outras violências. Foi diante de casos assim que a técnica ativa surgiu e, junto, a teoria cresceu. Ferenczi mapeou o que seria uma gênese do trauma constituída por três etapas: o evento traumático propriamente dito, a busca da criança abusada pelo testemunho de um adulto que reconheça a dor que lhe foi infligida e, por fim, o desmentido, com um adulto dizendo que

1 S. Freud, "O método psicanalítico de Freud", in *Freud – Obras completas*.

2 A. Green, "El concepto de encuadre", in *La clínica psicanalítica contemporânea*.

3 A. Green, *op. cit.*, p. 62.

4 S. Ferenczi, "As fantasias provocadas", in *Ferenczi – Obras completas psicanálise III*.

5 D. Kupermann, *Por que Ferenczi?*

6 D. Kupermann, *op. cit.*

7 D. Kupermann, *op. cit.*, p. 62.

8 S. Ferenczi, "Confusão de língua entre os adultos e a criança", in *Ferenczi – Obras completas psicanálise IV*.



*para Ferenczi, o ambiente
participa do desastre
e pode participar
do cuidado, testemunhando
consistentemente a dor.*

nada daquilo ocorreu, desautorizando a percepção da criança, comprometendo sua própria capacidade perceptiva do mundo⁹.

Jorge certamente é um paciente traumatizado por eventos ocorridos em sua vida. Foi abusado sexualmente, situações em que experimentou o carinho, em outras a violência e em outras onde carinho e violência se confundiram. Hoje, tudo se confunde. Encontrou um mundo adulto que testemunhou muito precariamente a sua dor e não o protegeu. Suponho que foi com seus irmãos mais novos – numa família com 25 filhos – que contou com uma companhia que atestasse sua percepção da violência e impedisse que sua capacidade perceptiva fosse totalmente atropelada. E foi para proteger uma de suas irmãs que interrompeu a violência do pai, fazendo um limite, mesmo que frágil, para ele e o ambiente abusador. Ainda hoje, Jorge volta a me perguntar: eu vivi mesmo esse horror?

A compreensão de Ferenczi¹⁰ sobre o trauma envolve as relações entre pessoas e não apenas o que seria um mundo interno refém de uma pulsionalidade terrível. O ambiente participa do desastre e pode participar do cuidado, testemunhando consistentemente a dor. Nesse sentido, além de desobstruir os caminhos para a livre associação, suas intervenções constituíam com os pacientes uma outra vivência relacional, diferente da que haviam experimentado ao longo da vida, especialmente na infância. Winnicott¹¹ aprofunda essa compreensão localizando elementos regressivos que comporiam o encontro psicanalítico e que trariam para a análise uma forma de esperança do paciente.

É como se houvesse expectativa de que surjam condições novas, justificando a regressão e oferecendo uma nova

chance para que o desenvolvimento ocorra, esse mesmo desenvolvimento que havia sido inviabilizado ou dificultado inicialmente pela falha do ambiente.¹²

Menos por seus conteúdos discursivos, mais pelo modo como se posiciona na relação, o paciente transmite e instaura junto ao analista a situação infantil em que uma falha ambiental impediu o desenvolvimento de capacidades importantes. Pela contratransferência, a reprodução dessa falha dá notícias e abre ao analista a oportunidade para corrigi-la, permitindo que partes congeladas no sujeito possam se movimentar. O tempo desse tipo de falha é o da dependência absoluta, quando bebê e mãe eram um só e a vida acontecia em fusionalidade. “No narcisismo primário o ambiente sustenta o indivíduo, e o indivíduo ao mesmo tempo nada sabe sobre ambiente algum – e é uno com ele.”¹³

Nessa mesma direção, Bleger¹⁴, atento à dimensão simbiótica da nossa experiência de mundo, localiza no enquadre da situação analítica o lugar onde ela se aloca e pode novamente ser vivida. De modo inconsciente, constitui uma espécie de chão que, somente diante de alterações, teria a oportunidade de ganhar visibilidade.

Concordamos com os autores mencionados [Winnicott e Barager] em assinalar a relação analítica como relação simbiótica; mas nos casos em que se cumpre com o enquadramento, o problema está em que o próprio enquadramento é o depositário da simbiose, e que esta não está fazendo parte do processo analítico em si mesmo. A simbiose com a mãe (a imobilização do não ego) permite à criança o desenvolvimento do seu ego; o enquadramento tem a mesma função: serve de sustentação, de marco, mas só chegamos a vê-lo – por ora – quando se rompe.¹⁵

Atualizando a simbiose original, na fusão mais primitiva com o corpo da mãe, o enquadre sustenta o desenvolvimento do eu, assim como suas precariedades oriundas desse período da infância, quando o não eu ainda não se colocou com força e predomina a indiferenciação. Colocá-lo no foco da análise permitiria disponibilizar conteúdos mais inconscientes e profundos, alcançando

partes da personalidade que correm o risco de nunca serem analisadas¹⁶.

Em um de seus exemplos clínicos, Bleger¹⁷ conta de um paciente paralisado diante da possibilidade de comprar um apartamento e que, num dado momento, fica sabendo que seu analista havia comprado um. Algo do enquadre se desmonta e muito pode vir à tona e ser trabalhado. O desconhecido em seu analista havia permitido um campo transferencial em que o paciente se apoiava. O paciente precisava que o analista estivesse ali como ele, em uma certa simbiose, também impossibilitado de realizar coisas, ou como seus pais, que nada realizavam sem consultá-lo.

Compreendo a experiência ameaçadora vivida por Jorge nas sessões no consultório pela atualização de elementos simbióticos primitivos e traumáticos. Como ele mesmo chegou a dizer anos depois do início do processo, lhe era muito difícil estar sozinho em uma sala fechada, meio escura e isolada, diante de uma figura desconhecida. Jorge vivia a iminência de as luzes se apagarem e ser estuprado. Essa atualização do traumático me parece sinalizar movimentos regressivos que, por si só, já comportariam a esperança a que Winnicott¹⁸ se refere.

Sua sugestão do restaurante seria um incremento intuitivo na direção de corrigir uma falha ambiental, uma mudança que permitiria um respiro, um alívio do traumático. E de fato, nesse novo *setting*, ele se viu resguardado pela visibilidade de um espaço em boa parte público, fortalecido por sua inclusão no ambiente de humanidade da vida cotidiana de pessoas almoçando e protegido da objetificação aterrorizante do abuso.

»»

*a flexibilização da regra
fundamental constituiu uma vivência
de mundo não abusiva que
se conectava com o que nele
pedia tratamento*

Além disso, a flexibilização da regra fundamental, uma vez que almoçávamos e conversávamos sem o compromisso com a tarefa de associar livremente, trouxe um ambiente de amizade e confiança para as sessões e constituiu uma vivência de mundo não abusiva que se conectava com o que nele pedia tratamento. O urbano e a amizade foram mais eficazes na proibição que instaura a abstinência, e o enquadre pôde alcançar o corpo, permitindo um lugar para íntimo, o profundo e o acontecimento clínico. No entanto, a amizade depende de alguma atenuação da abstinência, o que abria em Jorge passagem para a experiência em que o eu-outro se realiza como abusado-abusador.

Essa invasão do desejo traumatizado era uma constante e se fez também em torno do pagamento das sessões. Enquanto ocorriam de forma muito pouco disciplinada, a fantasia do que eu poderia esperar o transtornou. A ameaça de um possível interesse sexual meu o invadia, comprometendo a relação analista-analisando, assim como o ambiente de amizade. E mesmo com o horizonte do pagamento em marmitas, a força do traumático seguiu se impondo e Jorge entendeu que deveria cozinhar todas as minhas refeições. Ainda que de forma violenta, minha reação fez frente à dinâmica abusiva que se imiscuía, e conseguimos estabelecer um combinado possível e justo para ambos.

Jorge não trazia consigo uma base para a abstinência, de maneira que seu pacto precisava ser construído a todo momento, e esse era um ponto central do seu sofrimento. Imagino que a profundidade do primórdio fusional e do rasgo traumático puderam ser tocados pelo enquadre, sua dinamização e o que então se formulou.

9 D. Kupermann, *op. cit.*

10 S. Ferenczi, *op. cit.*

11 D. Winnicott, "Aspectos clínicos e metapsicológicos da regressão no contexto psicanalítico", in *Da pediatria à psicanálise*.

12 D. Winnicott, *op. cit.*, p. 378.

13 D. Winnicott, *op. cit.*, p. 380.

14 J. Bleger, "A psicanálise do enquadre psicanalítico.", in *Simbiose e ambiguidade*.

15 J. Bleger, *op. cit.*, p. 314.

16 J. Bleger, *op. cit.*

17 J. Bleger, *op. cit.*

18 D. Winnicott, *op. cit.*

O desafio de sustentar a grande proibição da situação analítica encontrava em Jorge uma ressonância profunda. Por vezes, possibilitou que alguma barragem se fizesse, permitiu a associação livre, dando chance para a representação. Em outros momentos, trouxe à tona a transferência

amorosa na forma do fantasma terrível. Nesse processo, o desejo de viver uma relação respeitosa e orientada pela troca se colocou como novidade e se tornou referência com alguma força para reestabelecer o pacto da abstinência em meio ao mundo-abuso.

Referências bibliográficas

- Bleger J. (1988). *Simbiose e ambiguidade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Green A. (1993). *La clínica contemporánea*. Buenos Aires: Amorrortu.
- Kupermann D.M. (2022). *Por que Ferenczi?* São Paulo: Zagodoni.
- Ferenczi S. (1933/2011). *Confusão de língua entre os adultos e a criança*. In *Ferenczi – Obras completas Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (1924/2011). *As fantasias provocadas*. In *Ferenczi – Obras completas psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes.
- Freud S. (1912/1987). A dinâmica da transferência. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1912/1987). Observações sobre o amor transferencial. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*, v. XII. Rio de Janeiro: Imago.
- _____. (1904/2010). O método psicanalítico de Freud. In *Obras psicológicas completas*, v. 6. São Paulo: Companhia das Letras.
- Winnicott D.W. (2000). *Winnicott – da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.

Jorge's world of abuse – and some reflections on the flexibility of the framework

Abstract The present work reports the clinical case of a black, poor, and intersex patient, whose history was marked by sexual abusive relationships. Through flexibility in the frame, changes in the setting, and management of transference, we sought to intervene in a trauma transmitted by generations and intensely present in the analysand's life.

Keywords abuse; trauma; frame; transference.

Texto recebido: 06/2024.

Aprovado: 08/2024.

Ana Maria Sigal

Gracias a la vida

Realização Ana Claudia Patitucci, Cristina Parada Franch, Danielle Melanie Breyton, Deborah Joan de Cardoso, Silvio Hotimsky e Tatiana Inglez-Mazzarella

DOI: 10.70048/percurso.73.109-130

Ana Maria Sigal de Rosenberg é psicanalista, membro-fundadora do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, assim como do Curso de Psicanálise, onde é professora desde os primórdios, em 1976. Foi também fundadora e coordenadora, junto com Lucía Barbero Fuks, do curso “Clínica Psicanalítica: Conflito e Sintoma”, em 1997, nesse mesmo Departamento. Muito imbuída na política institucional dentro da psicanálise, Ana se dedicou ao Movimento Articulação desde seu início, na defesa de uma psicanálise laica e leiga. É organizadora do livro *O lugar dos pais na psicanálise de crianças* (São Paulo: Escuta, 1994) e autora de *Escritos metapsicológicos e clínicos* (São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009).

Formada em Psicologia pela Universidade de Buenos Aires, em uma época de efervescência política e cultural na Argentina, encontrou, já na faculdade, o interesse pela psicanálise que era transmitida por professores da envergadura de José Bleger e David Liberman. Sem poder fazer a formação na Sociedade de Psicanálise que, nesse momento, só aceitava médicos, Ana fez sua formação psicanalítica de forma independente. Se analisou com analistas didatas, fez inúmeros grupos de estudos ministrados por membros da Sociedade, e se formou na prática clínica e institucional no serviço de psicopatologia da enfermaria de pediatria do Hospital das Clínicas de Buenos Aires, onde era acompanhada por supervisões e seminários clínicos.

Nesse percurso, encontrou os interlocutores com quem mais se identificava, se afastou de outros e assim semeou suas próprias convicções sobre a transmissão da psicanálise, a formação de um analista, e a ideia de que ninguém pode e nem deve controlar uma

análise. As escolhas de interlocutores foram fundamentais também em sua pesquisa sobre o lugar dos pais na análise de crianças, sobre o qual propôs um modelo próprio, inicialmente muito questionado. Foram construções e batalhas que atravessaram sua trajetória marcada pela prática institucional e pela preocupação com o tema da política institucional nas instituições psicanalíticas.

Nessa entrevista, o leitor poderá reconhecer a importância que Ana atribui à família. Essa importância, como um fio, liga a sua gratidão aos pais pelas escolhas que fizeram e pelo apoio deles às escolhas que ela fez; com a família que constituiu em uma aposta no futuro, em tempos sombrios, e que muito a alimenta; e com o lugar da família na sua clínica, cujos impasses a fizeram crescer e encontrar um lugar próprio.

Também poderá conhecer a história dessa ativista, desde muito jovem, simpatizante do movimento hippie, que conjugou a experiência de liberdade, com um giro pela Europa vivendo em uma Kombi com seu marido, ao mesmo tempo que ampliou sua formação, em Londres, na Clínica Tavistock, e na costura de relações profissionais muito fundamentais, como a com Laplanche. Sempre na conjunção entre elementos de ruptura e elementos de estabilidade, segundo ela mesma.

Essa força, que não a esquivava dos movimentos de mudança, foi necessária quando a

PERCURSO Ana, gostaríamos que você nos falasse de sua trajetória na psicanálise, especialmente sobre suas experiências ainda na Argentina, sua vinda para o Brasil e o encontro com o grupo que acabou se transformando depois no Curso e no Departamento de Psicanálise.

ANA MARIA SIGAL Queria agradecer o convite, porque me dedico há 48 anos ao Instituto Sedes, ao Curso de Psicanálise e, me aproximando de momentos de partida e de pensar o que vai sobrar



*queria também dar gracias
a la vida. Eu estou aqui
depois de uma jornada
complexa, uma vida de luta,
de resistência, de prazer
e de amor, mas
que não foi fácil*

situação política na Argentina se tornou “muito, muito ruim”... o risco de vida, os livros queimados... “Ou vamos, ou vamos”, disse Ana. Assim, ela e a família chegaram ao Brasil, “de mala e cuia”, onde não conheciam ninguém, ou quase ninguém. Os “maravilhosos” acasos da vida teceram sua história de encontros genuínos que lhe abriram portas, através dos quais rapidamente se viu acolhida e inserida nesse país desconhecido.

A profunda gratidão pela vida emana e dá o tom dessa entrevista, que também aborda importantes pesquisas teóricas desenvolvidas por Ana Sigal, como a questão do arcaico nas patologias atuais e a problemática de gênero dentro da psicanálise.

Cristina Parada Franch
Danielle Melanie Breyton

de tudo o que fiz, acho que uma entrevista ajuda nesse sentido. Porque o que fica escrito é o que fica registrado. Então, quero agradecer o carinho de terem revalorizado uma história.

Queria também dar *gracias a la vida*. Eu estou aqui depois de uma jornada complexa, uma vida de luta, de resistência, de prazer e de amor, mas que não foi fácil. Sou muito grata de poder aproveitar, aqui, tudo o que plantamos e colher o que semeamos. Ver os brotos, tanto no campo



da Argentina, eu tenho muito para contar. Ao pensar e me preparar para esta entrevista tive sensações absolutamente diversas, fiquei impressionada pela quantidade de fios que se entremeavam e como alguma coisa que aconteceu lá atrás reverberava, trinta anos depois

institucional quanto no campo pessoal, a família, os filhos, que são coisas muito importantes na minha vida, e meu marido, que tem um papel importante também neste meu exílio. Grata de ter realizado tudo o que realizei e das oportunidades que tive, sobretudo para lutar e fazer da minha vida algo que faça sentido.

Da Argentina, eu tenho muito para contar. Ao pensar e me preparar para esta entrevista tive sensações absolutamente diversas, fiquei impressionada pela quantidade de fios que se entremeavam e como alguma coisa que aconteceu lá atrás reverberava, trinta anos depois, em uma pesquisa científica, em uma luta política. Sou muito devota, poderia dizer, à psicanálise, porque acho que é um saber que nos mostra como as coisas vão ganhando sentido, pois, às vezes, o que não tem sentido em um momento pode vir a ter muitos anos depois. Então, vocês vão ver que várias das coisas que fiz têm relação com a minha história, inclusive minha história infantil, minhas histórias de análise. Bom, isso tudo foi me despertando nesse pensar, quase um trabalho psicanalítico, de rever no *après coup*, o que se fez, o que se abandonou e que coisas tiveram sentido.

Eu vivia na cidade de Castelar, a 15 quilômetros de Buenos Aires, e, quando era pequena, meus pais não queriam que eu viajasse de trem para estudar. Então, frequentei a escola onde morava, uma escola pública e mista. Nessa cidadezinha só tinha uma igreja, uma escola de freiras

e uma outra de padres, para homens. Meus pais eram muito liberais, pessoas muito bacanas, que sempre impulsionaram o desejo de sermos livres e de escolher nossos caminhos. E eles não achavam legal que eu fizesse uma escola separada por gêneros. Havia uma única escola mista na cidade, cujos diretores – e por isso era mista – eram do Partido Comunista. Meus pais não tinham nada a ver com esse Partido, eles não militavam na esquerda. Era uma família amorosa, mas uma família burguesa que queria a melhor educação para os filhos.

Nessa época, se fez uma manifestação de luta pela educação laica e livre, e os diretores da escola levaram os alunos. Foi minha primeira experiência política na rua. Comecei a entender que certas questões tinham que ser processadas coletivamente, que não adiantava comentar em casa, discutir, que tinha uma dimensão maior que essa, que era poder se juntar com as pessoas que, de alguma maneira, queriam as mesmas coisas. Então, chegamos lá com 13 anos, em uma manifestação enorme.

PERCURSO Você entendia o que estava acontecendo?

ANA SIGAL Totalmente. Já tinha vivido essa situação, porque meus pais, que eram judeus, também não queriam uma escola religiosa. Eu era a única aluna que era retirada da sala de aula para fazer o que se chamava de classe de moral. Todo mundo fazia aula de religião, e eu fazia classe de moral. E quando eu voltava, a professora dizia: “Recita o Pai Nosso!” Ia para a classe de moral, mas tinha que recitar o Pai Nosso. A luta pela educação laica e livre trazia um sentido particular, não era qualquer luta.

PERCURSO Existiam escolas judaicas?

ANA SIGAL Quicá na cidade existiam, mas meus pais não eram religiosos. Não me lembro de ter ido a uma sinagoga quando criança, não me lembro de ter sido educada em uma religião, mas sim em uma ancestralidade, de pertencimento a um povo, muito respeitoso no sentido das origens.

Enfim, meus pais queriam que eu fizesse uma escola laica. Isso depois vai ter suas repercussões, mas a questão religiosa não foi um fato que me marcou tanto. O que me marcou muito foi a questão ideológica. Então, comecei na política aos 13 anos. Isso me despertou uma consciência da necessidade coletiva, e comecei a me ligar aos problemas e às formas de vida de todos os que estavam em volta. A escola não tinha uma educação de ideologização de esquerda, eram muito cuidadosos, mas, apesar disso, comecei a me interessar pelos problemas de quem estava em volta e comecei a sentir a necessidade de não olhar só para a minha própria vida. Acho que essa é uma marca que, até hoje, tem uma força muito grande para mim.

Aos 15 anos, me tornei presidenta do Centro Acadêmico. E, como presidenta, discutíamos, era uma época muito efervescente. Criamos o que chamamos de “Bolsa do Livro”. Tratava-se de juntar todos os livros dos alunos do primeiro ano, do segundo ano, para passar para os novos alunos, porque tinha gente que não podia comprar livros. Então, já começa uma atividade na qual a preocupação pelo outro tem uma marca central. Eu tive participação política no decorrer da minha história, tanto como cidadã como com a política institucional. Se vocês veem meus escritos ou acompanham a minha história dentro do Sedes, eu sempre fui muito engajada na luta da política institucional dentro da psicanálise.

PERCURSO Você cursou Psicologia lá na Argentina?

ANA SIGAL Sim, fiz Psicologia. Eu ia fazer Biologia, mas no último dia eu avisei meus pais que estava mudando de carreira e que ia fazer o exame para Psicologia, e entrei na UBA (Universidade de Buenos Aires). Meus pais sempre tomaram o gesto de desafio como algo interessante dentro da família, nunca foram de impor as coisas, sempre deram liberdade. Imaginem, aos quinze anos eu tinha moto, andava de Vespa na cidade! Então, devo muito a eles.

Acho que não podemos deixar de mencionar, mesmo que seja no institucional, a gratidão



me formei em uma época em que as lutas anticolonialistas estavam em alta, as revoluções nacionais e os pequenos levantes que tentavam romper com o imperialismo. Época da libertação da mulher, em que a pílula começou a ser aquilo que separava o prazer da obrigação da maternidade

que temos, tanto pela família da qual a gente veio, quanto pela família que formamos, que para mim também é uma coisa que tem sido muito importante. Então, eu diria que minha vida está marcada pela luta política, pela política institucional, pela política dentro da psicanálise e pela dedicação à minha família. Um tema que hoje em dia está muito reativado, porque como faz uma mulher para poder se desenvolver em tantas áreas?

Mas me desenvolvi numa época frutífera e pela qual tenho gratidão também. Não como coisa religiosa, mas como saber aproveitar aquilo que recebi e devolver, à medida que eu podia, aquilo que tinha contribuído para a minha formação.

Me formei em uma época em que as lutas anticolonialistas estavam em alta, as revoluções nacionais e os pequenos levantes que tentavam romper com o imperialismo. Época da libertação da mulher, em que a pílula começou a ser aquilo que separava o prazer da obrigação da maternidade, e a gente podia curtir uma sexualidade mais aberta. Me criei na época dos hippies, que também têm uma marca na minha vida. Eu pertenci a um grupo de amigos que valorizava a luta pela liberdade e de aproximação à terra.

Me casei em 1966, no mesmo ano em que terminei a faculdade. E minha formação psicanalítica começou com a formação de psicóloga, na própria universidade. As pessoas mais avançadas da Sociedade de Psicanálise se dispuseram, naquele momento, a abrir a psicanálise para o mundo, para



Sentimos o golpe da ditadura no último ano em que estava me formando porque fecharam a faculdade. As últimas três matérias eu não conseguia fazer porque não tínhamos professor. Para resolver a questão, eles puseram alguns professores médicos

não a deixar fechada na própria instituição. Então, grandes professores didatas da Sociedade foram dar aula na faculdade. Tive professores como o José Bleger, o David Liberman, que era uma pessoa abertíssima. Enfim, vários psicanalistas didatas que nos formaram.

Me lembro do exame de psicanálise, no segundo ano, em que me fizeram uma pergunta que nunca mais esqueci, porque eu tinha sublinhado todo o programa, menos um item. E o psicanalista, com um bom olho, obviamente, disse: “Você aqui não sublinhou a diferença entre o ego ideal e o ideal do ego. Você poderia nos falar desse tema?”. Eu não tinha sublinhado porque achava muito difícil. E depois fui pesquisar muito na minha vida, para responder àquela pergunta.

PERCURSO É uma pergunta eterna.

ANA SIGAL Então, minha formação foi bem psicanalítica dentro da psicologia. E eu me formei em 1966, ano em que houve um grande golpe de Estado, sofrido por Umberto Illia, o primeiro golpe de Estado da minha vida. Este se iniciou com o que se chamou a Noite dos Bastões Longos. Os policiais faziam corredor polonês, por onde a gente tinha que passar e eles batiam com os cassetetes. Foi a primeira invasão à Universidade e foi a primeira grande emigração de cérebros e de psicanalistas para o mundo afora. Os intelectuais, os professores universitários, as pessoas que tinham uma vida intelectual rica

e atuante tiveram que sair do país porque foi uma ditadura sangrenta.

PERCURSO Dava para sentir que isso ia acontecer?

ANA SIGAL Dava para sentir, mas não nos tocava tanto. Tínhamos uma vida paralela, que era a vida interna da universidade, era um reduto de liberdade. Com todos os professores tínhamos um espaço de muita liberdade de pensamento e trabalho. Sentimos o golpe da ditadura no último ano em que estava me formando porque fecharam a faculdade. As últimas três matérias eu não conseguia fazer porque não tínhamos professor. Para resolver a questão, eles puseram alguns professores médicos, e me lembro de que o professor de psicopatologia era um médico daqueles que fazem autópsia, um legista, e ele me perguntou, em uma prova, qual era a localização do eu no cérebro. Imagine essa pergunta para alguém que tinha feito uma boa formação psicanalítica. Eu respondi: “A psicanálise é uma coisa, mas a neurologia diz que a área pré-frontal é muito importante...”, enfim, fui aprovada no exame.

A minha formação como analista teve uma característica particular porque fiz uma formação independente. Não fiz formação em nenhuma escola, em nenhuma instituição. Primeiro, porque, naquela época, a Sociedade de Psicanálise só aceitava médicos, não aceitava psicólogos ainda, e, quando abriu, já existia o grupo Plataforma, para onde foram as pessoas da Sociedade de que eu gostava, então já não fazia nenhum sentido entrar.

Comecei a trabalhar no Hospital das Clínicas de Buenos Aires, que pertencia à UBA. Na enfermaria de pediatria tinha uma sala de psicopatologia que atendia a todas as necessidades do hospital, além de um serviço externo. Comecei a clinicar e tínhamos supervisores e professores privilegiados. Tinha o Rodrigué, que depois foi meu analista; a Mimi Langer, que também depois foi minha analista; a Marta Bekei, que era diretora; o Moscio, a Raquel Soifer, que era bem conhecida, bem kleiniana, e depois veio para o Brasil. Foi uma formação marcada a partir da prática



institucional, que também incluía supervisões e seminários clínicos.

E, independentemente disso, eu também fazia meus seminários clínicos por fora, com membros da Sociedade de Psicanálise. Então, fiz uma imensa quantidade de grupos de estudos com didatas. E eu me analisei com um didata, Alejo Delarosa, durante 10 anos, minha primeira análise.

Interessante como as histórias reverberam, porque o fato de não entrarem psicólogos nas Sociedades de Psicanálise naquela época, eu vejo como um ressurgimento na minha luta por uma psicanálise leiga, no Movimento Articulação. Nunca tinha pensado nisso. Sempre pensei que eu estava no Articulação porque era um movimento político interessante. Mas agora, refletindo sobre a história...

PERCURSO E a luta pela educação laica, quando adolescente, não?

ANA SIGAL A educação laica e leiga, exato. Nessa eu não tinha pensado. Obrigada pela interpretação. Tive um episódio com o meu analista quando estava fazendo a minha formação analítica no hospital. Ele me disse: “Olha, você como cidadã está de alta, mas se quiser ser psicanalista, vai ter que entrar na Sociedade de Psicanálise e fazer uma análise didática”. Eu falei: “Mas não posso entrar na Sociedade de Psicanálise”; e ele disse: “Então dedique-se a outra coisa”. E assim terminou a minha análise.

Também me pus a pensar, anos depois, por que lutei tanto contra a análise didática, por que tive tanta oposição a uma parte política da Sociedade de Psicanálise, não à Sociedade como um todo, mas a organização política da formação. E fui percebendo que tudo tem pontos-chave na história. Pois, já que não fazia análise didática, então eu não podia fazer formação psicanalítica. E eu estava fazendo formação psicanalítica e estava engajada no hospital.

Trabalhei no hospital de 1966 a 1971, até o momento em que viajei para a Europa, para onde fui com meu marido passar uma temporada, depois de uma grande ditadura na Argentina.

*também me pus a pensar,
anos depois, por que lutei tanto contra
a análise didática, por que tive tanta
oposição a uma parte política da
Sociedade de Psicanálise,
não à Sociedade como
um todo, mas a organização
política da formação*

Ficamos um ano e três meses. Vivíamos em uma Kombi, onde dormíamos e cozinávamos.

Viajamos para a Espanha, depois para a Alemanha e aí compramos a Kombi usada, velha, que quebrava o tempo todo, porque é isso que os hippies faziam. Um passava para o outro o carro que já mal andava. Mas foi uma experiência maravilhosa, me deu uma percepção de um mundo completamente diferente.

Eu parei nos melhores endereços. Estacionava na porta do Palácio de Buckingham, na porta da Coupole, em Paris, e lá vivíamos, uma vida.

PERCURSO De privilégio (risos).

ANA SIGAL Sim, com muito pouco dinheiro! Sentia as pessoas muito abertas. Às vezes nem precisávamos dormir no carro porque todo mundo abria a casa. Ninguém tinha medo do que vinha de fora. Foi uma experiência maravilhosa e marcante!

Nesse período, morei um tempo em Londres, três meses no início e mais três meses depois. E fiz Tavistock. Não a formação, mas fiz cursos e seminários. Eu estudei com David Malan, que era um especialista em psicoterapia breve, com Herbert Phillipson, com a Martha Harris. Também entrei em contato com David Cooper e Ronald Laing.

PERCURSO Isso foi muito inovador, não é?

ANA SIGAL Era de uma força... teórica, pulsional, amorosa, que te desmontava por momentos,



desde que me formei até 1971, trabalhei também na Faculdade de Psicologia como professora assistente de Maria Luíza Ocampo, de técnicas projetivas. Ela foi muito importante para minha formação, pois também foi minha supervisora

mas foi um privilégio. Na mesma época, Basaglia estava na Itália, também criando o movimento de antipsiquiatria.

Eu sempre tive essa conjunção de elementos: de um lado, um “hippismo” disruptivo, de morar no carro, e do outro, viver coisas muito estáveis, como fazer formação e participar de seminários na Tavistock. Eu também assistia às assembleias da comunidade terapêutica e percebia como trabalhavam com muita liberdade e com um pouco de loucura.

Desde que me formei até 1971, trabalhei também na Faculdade de Psicologia como professora assistente de Maria Luíza Ocampo, de técnicas projetivas. Ela foi muito importante para minha formação, pois também foi minha supervisora. Ensinávamos os testes de Rorschach, o de relações objetais de Phillipson, CAT para crianças e, em um livro organizado por ela, escrevi meu primeiro artigo, “A hora do jogo diagnóstico”. Ela se exilou no mesmo ano que eu, em 1976. Na represão, mataram o filho dela quando veio para o Rio de Janeiro, em um luto tremendo.

Também tive um trabalho longo no Hospital das Clínicas, no setor de psicopatologia e com crianças. Durante esses anos, sempre trabalhei muito ligada à questão infantil.

Desde o começo do meu exercício profissional, estive no campo da transmissão. Além de ser professora assistente na faculdade, em 1969, passei num concurso no hospital para ocupar o lugar

de supervisora. Também já tinha sido contratada para dar supervisão no hospital para grupos que estavam fazendo formação.

PERCURSO Como foi seu trabalho e seu envolvimento político desde que você voltou da Europa até decidir se exilar?

ANA SIGAL Voltamos no final de 1972. No começo de 1973, já estava praticamente saindo a ditadura, e começou a se organizar a volta de Perón. Nessa época, começa a surgir muito fortemente a luta política na Argentina. Nunca ingressei nos âmbitos da formação exclusivamente partidária, mas ingressei nas equipes político-técnicas, que eram um braço do peronismo que acolhia intelectuais que, a partir da especificidade de sua técnica, faziam ações políticas. Então trabalhei durante muitos anos, até ter que praticamente me exilar dentro da Argentina, e depois ter que me exilar aqui. Atuei durante muitos anos, trabalhando em cortiços, atendendo a população desde as nossas especificidades de política-técnica. A gente ajudava as mães a lidarem com os filhos, ajudava na formação frente à angústia da pobreza e do que estava acontecendo. Foi um trabalho muito interessante, com boas experiências, inclusive de ter tratado pessoas que, por sua condição política, não podiam se tratar em qualquer lugar público. Atendíamos em bares e outros lugares, e fazíamos todo um trabalho para eles poderem suportar a luta política que estavam fazendo. Então, já era um engajamento político-técnico, mas sempre muito ligado à política. Mário Fuks fazia parte desse grupo.

PERCURSO Quando você conheceu Mário Fuks?

ANA SIGAL Eu o conheci na faculdade, o Mário tinha uns três ou quatro anos mais do que eu e era professor na Faculdade de Psicologia. Ele era um dos coordenadores junto com outras pessoas, como o José Bleger. Depois, quando teve que contratar gente para um serviço de Psicologia Médica, o Mário se lembrou da minha formação, da faculdade, e me chamou para trabalhar com eles. Fizemos um trabalho lá muito lindo, bem diferente.

Nós criamos uma coisa muito importante, que eu lamento muito que não tenha se repetido na história da psicanálise, pelo menos do que conheço. Nós criamos o serviço de atendimento vespertino, que eu dirigia. Era um serviço que abria às sete da noite e ia até às dez da noite, e atendia trabalhadores depois da jornada de trabalho. Eles não precisavam dizer que estavam em terapia para não ter uma marca no trabalho. Diziam que iam ao hospital, podiam levar seus filhos para serem atendidos. Montamos uma equipe bem interessante. Também ensinávamos psicanálise para os médicos, fazíamos grupos Balint. Não conheço outros lugares aqui no Brasil que tenham atendimento noturno, é uma coisa bacana para pensar e estruturar, até na clínica do Sedes.

O Mário também pertencia à Juventude Peronista, que era uma facção de esquerda do peronismo. Tínhamos também uma formação política, estudávamos marxismo. Éramos engajados com a política e psicanálise.

PERCURSO Qual foi o momento no qual você resolveu sair da Argentina, e como foi sua vinda para cá?
ANA SIGAL A situação na Argentina foi ficando muito feia. Depois de minha volta da Europa, começamos a ser perseguidos pela direita nacional, a direita peronista, que tinha grupos como o Comando de Caça aos Comunistas, aqui. Eles sequestravam, matavam, estouravam lugares. Eram paramilitares. Eu estava em uma última conferência em que trabalhei, na qual coordenei uma mesa com o Gregório Baremlitt, no Centro de Investigação e Docência, na Federação de Psiquiatras, cheio de gente, quando recebemos uma ameaça de bomba. Isso foi em julho de 1974. O perigo começou a ficar muito grande, apesar de não ser ainda o tremendo golpe militar que aconteceu depois, em 1976.

Nessa mesma época, meu marido se tornou, de um dia para o outro, o Decano da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Buenos Aires. Durante o governo de Isabelita, o então Decano, que era um homem mais velho, começou a se sentir pressionado e resolveu renunciar. Meu



a situação na Argentina foi ficando muito feia. Depois de minha volta da Europa, começamos a ser perseguidos pela direita nacional, a direita peronista, que tinha grupos como o Comando de Caça aos Comunistas, aqui. Eles sequestravam, matavam, estouravam lugares

marido, que era o Secretário Acadêmico, assumiu o posto. E quando meu marido era o diretor da faculdade, os paramilitares colocaram uma bomba no apartamento do Reitor da Universidade e mataram seu filho, um bebê de um ano. E vejam, não estamos falando de facções armadas, estamos falando de profissionais que se dedicavam a uma abertura democrática. Existiam as associações clandestinas, os Montoneros, que eram grupos extremistas, mas nós não participávamos.

Depois disso, meu marido precisou se exilar dentro de casa durante dois anos, de 1974 a 1976. Tivemos que mudar de casa e eu, que trabalhava como psicanalista, tive que mudar de consultório.

PERCURSO Você já tinha filhos?

ANA SIGAL Não. Justamente nesse ano, em 1974, resolvi engravidar. Tive minha filha Bárbara aos 32 anos. Foi a época em que tive que me exilar na minha própria casa, meu marido mais do que eu, porque ele era uma figura pública, eu era professora universitária, mas não tinha nenhum cargo muito importante, a não ser assistente da diretora de psicologia.

No dia em que nasceu a Bárbara, o médico disse: “Quanta gente na sala de espera, vieram visitar?”. E eram todos os diretores da universidade, que não tinham onde ficar. E estavam na sala de espera do hospital, onde eu acabava de ter a Bárbara. Foram anos difíceis. Mas eu consegui continuar atendendo. Não estava mais trabalhando



*era importante
para nós termos uma filha
brasileira. Meus três filhos só me
dão satisfação na vida, realmente.
Foi outro mergulho importante
para mim, meu lugar como mulher,
meu lugar como mãe*

na faculdade. Era perigoso sair para trabalhar, porque estávamos na agenda de qualquer pessoa, de um paciente, de qualquer conhecido. Em janeiro de 1976 nasceu Pablo, meu outro filho. Depois de chegarmos ao Brasil, tivemos a Bianca. Era importante para nós termos uma filha brasileira. Meus três filhos só me dão satisfação na vida, realmente. Foi outro mergulho importante para mim, meu lugar como mulher, meu lugar como mãe, como constituidora de uma família conforme tínhamos pensado.

Quando nasceu Pablo, eu estava em análise com Marie Langer e perguntei: “Mimi, o que é isso? Eu estou louca? Eu demorei dez anos para ter filhos e vou ter dois filhos na pior época da minha vida. Nós estamos exilados em um apartamento”. Um dia meu marido me ligou e falou: “Joga a biblioteca fora que podem ir aí em qualquer momento”. Eu estava com a barriga enorme, jogando livros fora.

Marie Langer me respondeu: “Não, você está muito sadia. É nos momentos de luta e de resistência que a gente engravida, e quer ter filhos para o futuro. Você está apostando no futuro. Então vamos em frente!” Bom, foi uma interpretação que me valeu muito, para o resto da vida. Nessa época, também fazíamos terapia de casal, para enfrentarmos os problemas que tínhamos com tudo isso.

Parte de nossa biblioteca foi parar na casa de campo dos meus pais, e teve que ser queimada por eles, pois não tinham como distinguir o que era

de psicanálise, o que era perigoso, de esquerda. Tiveram que queimar porque as casas de todos os pais estavam sendo invadidas. Era uma época muito, muito ruim. Meus pais sempre apoiando, não participavam da nossa ideologia, mas apoiavam. Por isso digo que tenho muita gratidão, porque eles nos deixaram ser. Nunca nos obrigaram a abandonar nossos princípios.

Assim chegou 1976, e continuávamos trabalhando no Centro Político Técnico e no Centro de Investigação e Docência, que é um centro que se cria nessa época, a partir da Federação de Psiquiatras, a FAP, e que se junta com o Sindicato de Trabalhadores da Saúde Mental e criam um curso de formação no campo psi, em que fui convidada a ser docente. Tínhamos três mil pessoas fazendo o grupo.

Segui lecionando lá até 1976, mas várias pessoas dentro da universidade já estavam sendo mortas. Nós estávamos completamente exilados dentro do próprio país, mas sem nenhuma vontade de sair. Até que, em março de 1976, aconteceu o golpe de Estado chefiado por Jorge Rafael Vidella, que derrubou Isabel Perón da presidência. Um golpe de Estado que, como vocês sabem, foi sangrento, com 30 mil desaparecidos. Nenhum dos colegas universitários do meu marido, da cúpula, sobreviveu, meu marido foi o único. Apesar da violência à qual estávamos submetidos, continuávamos trabalhando, criando filhos, lutando por um país e uma América Latina melhor.

Enfim, a gente tinha muita esperança, não é? Acho que isso é uma coisa que aprendemos, e que o Mujica diz: tem duas coisas importantes na vida, cair e saber levantar-se. E outra, apostar na esperança. Caímos e nos levantamos várias vezes e apostamos na esperança, porque foram anos bem difíceis. E finalmente decidimos nos exilar no Brasil. Nessa época, falava quase que diariamente com Mário. Ele me perguntava: “Ana, ainda estão aí?”. Eu falava: “Sim!”, e ele também decidia ficar. Quando comuniquei a ele que tínhamos resolvido nos exilar, ele também o fez com sua família.

PERCURSO O seu marido estava mais em perigo?

ANA SIGAL Ele estava muito implicado, por ser o Decano da faculdade, e eu, nessa época, quando nasceu meu segundo filho, estava muito apavorada. A decisão foi minha, mas a responsabilidade do exílio foi dele. Eu falei: ou vamos ou vamos.

“Para onde vamos?” “Olha, vocês só podem ir pro Brasil”. Era uma conversa com uma pessoa para discutir este tema. “Mas o Brasil ainda é uma ditadura”. “Sim, mas se vocês não têm passaporte, só podem ir para um país fronteiro”. No Chile estava o Pinochet. Na Bolívia havia uma ditadura. No Paraguai estava Stroessner. Então, só podíamos ir para o Brasil. Viemos de mala e cuia, não conhecíamos o idioma, não era um lugar de escolha. Na época, Mário e a Lucía Fuks, e outros, pensavam em ir para o México ou para a Espanha.

PERCURSO Como foi a vinda de vocês para o Brasil.? Quem vocês procuraram quando chegaram aqui?

ANA SIGAL No verão de 1971, antes de ir para a Europa, nós viajamos para o Peru. Também fomos para Machu Picchu, em um trem até a montanha, fizemos a viagem que todo mundo fazia. Ficamos uma semana, passeando nos sítios arqueológicos incas, e conhecemos um grupo de brasileiros. Nesse grupo, tinha uma pessoa que foi muito importante quando chegamos aqui, que se chama Cláudio Fonseca, um arquiteto. Nós estávamos lá na montanha quando um brasileiro teve uma apendicite, e não podia descer no trem regular que transportava as pessoas, porque demorava seis horas para descer. O trem dos turistas demorava 45 minutos, mas não o deixavam embarcar. Então nos sentamos todos nos trilhos do trem, os brasileiros com os argentinos nessa luta militante, e impedimos a saída do trem até que resolveram levar o brasileiro e salvar a vida desse menino que, como a gente, estava viajando.

Meu marido veio para o Brasil 15 dias antes de mim. Ele saiu por terra, com risco de ser pego na fronteira, mas conseguiu sair. Não conhecíamos ninguém no Brasil, aí lembramos: “Como não?”. “É a história do menino brasileiro do trem?!” Ele chegou à rodoviária e foi procurar



eu falei: ou vamos ou vamos.

“Para onde vamos?”. “Olha, vocês só podem ir pro Brasil”.

Era uma conversa com uma pessoa para discutir este tema. “Mas o Brasil ainda é uma ditadura”. “Sim, mas se vocês não têm passaporte, só podem ir para um país fronteiro.”

os brasileiros do trem e encontrou o Cláudio Fonseca, que nos recebeu de braços abertos e conseguiu um apartamento para nos instalar, com dois filhos, as malas, e os 500 dólares que tínhamos para viajar, só. Nossos pais ajudaram, mas pensavam que era coisa de 20 dias, não sabiam até quando íamos ficar. Em uma dessas casualidades da vida, desses acasos maravilhosos, descobrimos que o Cláudio era primo do marido de Amazonas Alves Lima, uma psicanalista da Sociedade que trabalhava com crianças. Ela nos recebeu em sua casa e nos apresentou Regina Chnaiderman, que se tornou uma grande amiga.

PERCURSO Como foi esse encontro com Regina Chnaiderman?

ANA SIGAL É realmente emocionante pensar sobre o que são essas alianças que estão por cima das pequenas diferenças. Regina abriu sua casa para nós. A Miriam Chnaiderman era uma jovem estudante, estava começando a formação de psicanálise e foi uma parceira. Sua filha, Luana, tinha a idade da minha filha. Isaías Mehison também nos recebeu de braços abertos. O aniversário de um ano do meu filho foi feito já na minha casa, com um bolo e uma vela, com a turma que estava ao redor da Regina, com quem ela fazia um grupo de estudos. Nessa época, estavam Bela e Sérgio Sister, Marilene Carone, Marilsa Taffarel, Sandra Moreira... enfim, não vou me lembrar de todos. Era uma turma grande que trabalhava no mesmo



são acasos. Poderiam não ter acontecido. No momento em que cheguei, em julho de 1976, estavam começando a formar o Sedes, ainda na rua Caio Prado, e Regina me convidou a trabalhar na criação do curso de psicanálise

prédio em que Regina tinha consultório. Eles faziam formação com ela, já estudavam psicanálise há muitos anos e se reuniam na casa dela. Então, Regina me convidou para participar desse grupo de estudos, mas ela não sabia quem eu era profissionalmente, me acolheu pela questão humanitária, política. Ela disse: “Olha, nós temos um grupo de estudos semana que vem e vamos trabalhar um artigo de Abraham, sobre a depressão. Se você quiser preparar, nós vamos discutir”. Eu já tinha estudado Abraham, consegui o livro emprestado e fui à tal reunião, quase com o mesmo medo que tive vindo hoje aqui! Eu me apresentei, comecei a falar, a fazer algumas intervenções, e no meio da conversa, Regina diz: “Agora a Ana Maria vai dirigir o grupo”. Minhas intervenções tinham sido acertadas e ela detectou que eu tinha muita formação. Nas semanas seguintes, fui procurada para dar supervisão, para dar um grupo de estudos de criança, e logo já tinha três grupos de estudos no consultório. Aí começou a minha vida profissional de transmissão no Brasil.

No primeiro ano, eu não trabalhei com pacientes, não entendia a língua, não falava português. Mas o pessoal daqui falava muito bem o espanhol, lia muito Freud em espanhol, nos entendiam perfeitamente. Foi maravilhoso, em três meses me mudei daquele apartamento para Higienópolis, um edifício na Rua Sabará, que se transformou depois em uma espécie de consulado para todos os exilados que chegavam. Comprei

um carro, com Regina como fiadora, e já tinha trabalho aqui no Brasil.

PERCURSO Muito rápido, não é?

ANA SIGAL Foi muito rápido. Por isso que digo que são esses acasos na vida que te abrem portas, e pelos quais você tem que agradecer, porque são acasos. Poderiam não ter acontecido. No momento em que cheguei, em julho de 1976, estavam começando a formar o Sedes, ainda na Rua Caio Prado, e Regina me convidou a trabalhar na criação do curso de psicanálise. Não vou contar como se dá a história do Sedes, que já está registrada em um livro tão bonito e tão bem escrito. Em 1977, o Sedes muda da Rua Caio Prado para a Rua Ministro Godói, e aí começa o curso mesmo, com alguns alunos, com alguns professores, com alguns alunos sendo professores. Nesse ano, chega o Mário. Eu ainda era a única argentina nesse grupo. Isabel Vilutis, que já havia chegado ao Brasil, ainda não estava em contato com esse grupo. Ela veio na mesma época que nós, o marido dela era diretor da escola secundária da universidade. Todos ligados à universidade eram mais perseguidos, como meu marido. Não combinamos a saída, mas soubemos depois que tínhamos saído juntos. Eu tinha um consultório na Rua Maranhão, que Amazonas Alves me emprestava, onde fiquei até me mudar para o atual. Um dia, saindo do consultório encontrei Lucía Fuks, por acaso, no bar da esquina. “Você está aqui!” Todo mundo numa alegria de ver que o outro estava vivo e aqui! Mário e Lucía tinham se instalado na casa do irmão da Lucía, que era médico e vivia no Brasil. Aí, eu os apresentei para Regina, e começaram a trabalhar no Sedes. Logo depois nos encontramos com Silvia Alonso, e ela também se incorporou ao grupo de professores. Assim se constituiu o grupo de argentinos. Naquela época, eu dava psicanálise de crianças no segundo e terceiro ano do curso.

PERCURSO Naquela época tinha psicanálise de criança no programa do curso?

ANA SIGAL Naquela época tinha. São muitas histórias, inclusive eu ajudei na montagem do curso de

Psicanálise de Crianças, do Sedes, que ainda não existia, e eu achava que era importante ter. Então, Afrânio de Matos Ferreira, Maria Cecília Comparato, Gilda Noveschi, todos eles vieram ao meu consultório trabalhar juntos no programa do curso.

PERCURSO Na área da psicanálise com criança você tem um pioneirismo aqui no Brasil. Queríamos saber sobre os primórdios da discussão sobre a inclusão dos pais no tratamento da criança no meio psicanalítico brasileiro, e como você vê o avanço dessa inclusão nos dias de hoje?

ANA SIGAL Eu tinha uma formação puramente kleiniana e freudiana, que não era suficiente na minha clínica. As minhas pesquisas sempre partiram das inquietações que eu tinha na clínica, e eu ia em busca de conceitos, de pensar, e assim comecei a pesquisar. E pesquisando, claro, conheci Maud Mannoni, não a pessoa, mas os textos. Comecei a estudar e a me aproximar do lacanismo, e eles tinham uma outra linha de trabalho, que era o trabalho com os pais. Eles não aceitavam uma criança em análise sem antes fazer um longo trabalho com os pais, para motivar a demanda de uma forma adequada.

Estudei muito, conheci bem a obra de Mannoni, já conhecia bem a obra de Melanie Klein, e aí pensei que nenhuma das duas me satisfazia na clínica. Nessa época, também conheci Laplanche, e a ideia que eu tinha sobre a inclusão dos pais tem muito a ver com o trabalho dele, as mensagens enigmáticas, o materno. Então, comecei a juntar o que tinha assimilado de Laplanche, de Mannoni, de Melanie Klein, cada um me servia um pouco. Então, baseada no trabalho de Laplanche, da implantação dos primeiros elementos pulsionais na criança, e dos significantes enigmáticos que ficam na mãe e a criança não consegue decifrar, que vão formar parte do recalçado, principalmente do primário, na criança, comecei a pensar de que maneira eu poderia incluir isso na prática.

Comecei a fazer uma prática clínica absolutamente nova, disso tenho certeza, porque existiam os psicanalistas que trabalhavam com os pais, ou os psicanalistas que trabalhavam com a criança,



mas qual era a característica

pioneira dessa experiência?

Era a de que eu propunha

que os pais fossem incluídos

na sessão, e, além de incluídos,

tinham que ser interpretados.

Bom, isso causou um auê!

ou os psicanalistas que faziam entrevista com os pais, mas não junto com a criança. Eu sentia que me faltava a palavra dos pais na presença da criança, para que os pais pudessem falar aquilo que a criança não podia falar. Pois o que era da ordem do recalçamento primário não era acessível; fazia sintoma, mas ficava fora da possibilidade de entrar em um esquema simbólico. Então, comecei a fazer algumas tentativas.

Mas qual era a característica pioneira dessa experiência? Era a de que eu propunha que os pais fossem incluídos na sessão, e, além de incluídos, tinham que ser *interpretados*. Bom, isso causou um auê! Tanto que, uma vez, uma pessoa que fazia supervisão comigo, e que também fazia supervisão com outro colega, conta para o colega que na supervisão com Ana Maria Sigal ela propunha que a mãe entrasse na análise do filho. E ele disse: “Não, Ana Maria Sigal não pode ter dito isso, jamais faria uma coisa dessas. E o sigilo terapêutico? E a privacidade da criança?”. Começaram a dizer que não podiam aceitar, e eu fui muito convocada a falar e a escrever sobre isso. Qual era o sentido de incluir os pais? O sentido não era entrar na análise da criança, mas nomear aqueles elementos que eram irradiados e transmitidos inconscientemente aos filhos, fazendo ruído e emitindo ondas. Algumas ondas chegavam a se conformar em sintomas, e as intraduzíveis ficavam como recalçado primário.

Aí acontece o pulo para a minha segunda linha de pesquisa, que é sobre o originário e o



*a clínica lhe propõe
uma dificuldade, você tenta
superar essa dificuldade,
não adere cegamente a nenhuma
teoria, precisa ter a liberdade interna
para poder fazer das teorias a sua
teoria, e então verificar na clínica*

recalcamento primário. Tudo a partir da clínica. A clínica lhe propõe uma dificuldade, você tenta superar essa dificuldade, não adere cegamente a nenhuma teoria, precisa ter a liberdade interna para poder fazer das teorias a sua teoria, e então verificar na clínica. A psicanálise não é uma ciência, mas tem um nível de verificação do conhecimento que passa por outras vias, que não é pela via quantitativa da experiência laboratorial. Vai pelas vias da experiência clínica e da singularidade que cada elemento tem para se desenvolver de uma forma determinada.

Bom, aí comecei a trabalhar, escrever e ensinar sobre isso. E foi se fazendo um burburinho: “Não, mas isso é um disparate”. “Como você diferencia a análise do pai ou da mãe, da análise da criança?”. Não é fácil, e às vezes nem se diferencia, às vezes podemos errar. Mas o ganho que a criança tem, quando a mãe pode nomear nela algo que para ela é inominável por ainda não ter referencial simbólico, faz toda a diferença.

No meu livro *O lugar dos pais na psicanálise de crianças*, conto o caso de uma criança cujo pai tinha se suicidado. A mãe já estava separada, casada com outro homem, quando o pai dessa criança se suicida. Eles escondem da criança o suicídio do pai, se mudam do Rio de Janeiro para cá, e a criança começa a produzir sintomas. Não saía de casa, não conseguia estudar. Eu atendia e não tinha forma de remover o sintoma, eu era uma pessoa experiente, mas não acontecia nada. Até

que um dia resolvi dizer para os pais que viessem a uma sessão para vermos se conseguiam sair do lugar em que estavam. A mãe e o padrasto vêm à sessão, e o menino não abre a boca. Eu não via nenhum progresso nesta coisa que tentei fazer. Terminando a sessão, marcamos a próxima, e o menino diz: “Eu não vou poder vir”. “Por quê?”, diz a mãe. “Porque é o dia da morte do meu pai”.

PERCURSO Você sabia que o pai tinha morrido?

ANA SIGAL Eu sabia, mas não podia contar. Era um segredo, não se pode contar algo que não foi revelado para a criança. O garoto sabia, tinha escutado. Sabia, mas não podia dizer que sabia. Então, precisou dos pais dentro da sessão para dizer uma coisa que não tinha nada a ver: “Eu não virei na próxima sessão”. E a mãe pergunta por quê.

Ele diz: “Porque é o dia da morte do meu pai”. E nem era! Mas então ele pôde falar que o pai estava morto. Bom, a partir daí o tratamento foi outra coisa. Eu não fui analisar os pais. Depois, fiz várias entrevistas para ajudá-los a contar, e pude ver como essa morte tinha feito sintomas neles próprios. Por isso não podiam contar, porque aparecia toda a patologia e a culpa da mãe, mas não interpretei. Também não interpretei o padrasto. Eu os incluí para trazerem, ou participarem de um discurso da criança que não era falado, e que não podia ser falado porque não tinha sido oficialmente revelado. E o menino pôde dizer: “Eu sei, viu?”.

PERCURSO Precisou estar dentro da sessão.

ANA SIGAL Estar lá dentro, e com a proteção transferencial do psicanalista, porque ele sozinho não conseguiria. Para mim, essa foi a prova da real possibilidade de os pais falarem das suas dificuldades, e de podermos interpretá-las na presença do filho. E eu diria que, hoje, todos trabalham assim, ou quase todos, alguns lacanianos mais rígidos seguem trabalhando só com os pais. Para mim, não funciona esse sistema. Eu ligava para um colega: “E aí, como vai a criança?” E ele: “Ainda estou fazendo entrevista com os pais porque não tem demanda”. Estava há seis meses lá e ainda



não tinha demanda para a análise da criança, e a criança ia piorando na escola. Comecei, então, a encaminhar para as pessoas que tinham feito formação comigo. Depois fundei um grupo de estudo de psicanálise de crianças, no Departamento de Psicanálise, com Paulo Jerônimo Carvalho, Ana Claudia Patitucci, Daniela Danesi, entre outros. E que continua funcionando. Começamos lendo *A tina*, de Laplanche, estudávamos todas essas coisas.

Eu gostaria de nomear, explicitamente, minha gratidão a Laplanche. Foi o estudo profundo de sua obra e o contato com ele que me permitiram ter coragem para avançar; e com Silvia Bleichmar, que também era muito ligada a ele. Ela estava exilada no México e eu aqui. Ela colaborou com um capítulo no livro *O lugar dos pais na psicanálise de crianças*.

PERCURSO Falando na sua ligação com Laplanche, você disse que o encontro com ele lhe permitiu continuar sendo freudiana. O que condensa essa sua formulação e qual é a abertura clínica e teórica que você encontrou nele?

ANA SIGAL Bom, da clínica, já contei: entender o significante enigmático, o discurso do outro, o recalçamento primário e o que não pode ser simbolizado. Isso me abriu duas linhas. Uma é a pesquisa que fiz sobre o tratamento de crianças. E a outra é sobre o originário e sobre o recalçamento primário, que agora será publicada em um livro que reúne todos os meus artigos sobre essa linha de pesquisa. Eu tenho um artigo bem importante, que se chama “Francis Bacon e o pânico: um estudo sobre o recalçamento primário”, em que trabalho uma outra linha do recalçamento primário que se encaminha para pensar a formação das patologias atuais, que seriam as neuroses atuais, e que me ajudou em tudo.

PERCURSO E como ele lhe permitiu continuar sendo freudiana?

ANA SIGAL Justamente isso. Tive o meu primeiro contato com Laplanche em 1971, naquela viagem de carro. A Kombi na porta da casa do consultório

eu gostaria de nomear, explicitamente, minha gratidão a Laplanche. Foi o estudo profundo de sua obra e o contato com ele que me permitiram ter coragem para avançar; e com Silvia Bleichmar, que também era muito ligada a ele

dele e eu, de terninho, a visitar o doutor Laplanche. Meu sogro era editor na Argentina e queria editar suas obras. Mas, o mais importante era a minha paixão, porque na faculdade tinha conhecido o *Vocabulário de Psicanálise* e achado uma obra fantástica pelo seu nível teórico e sistemático. A capacidade dele me ajudava tanto a estudar, que eu disse: “Um dia vou conhecer esse homem”. Ele me recebeu e fizemos um contato que durou por muitos anos.

Trocamos muitas cartas em inglês, e ele costumava me corrigir no texto, dizendo que meu inglês não estava bom. Ele também me apresentou a Silvia Bleichmar, algo que foi muito significativo.

Em 1980, eu o reencontrei com a ideia fixa de levá-lo ao Sedes. Entendia que um local de formação, como o nosso, precisava ter um contato com esta figura que é verdadeiramente maravilhosa. Laplanche me permite continuar freudiana, pois ele não fala de um retorno a Freud. Ele fala de um retorno *sobre a obra de Freud*.

Eu publiquei um artigo na *Percursos*, uma entrevista que fiz em um congresso a que ele foi, em Buenos Aires, que se chama “Fazer justiça ao texto”, em que ele diz: “Eu tenho que voltar a Freud, mas tenho que voltar para fazer a obra trabalhar”. São duas coisas fundamentais na fala de Laplanche. Fazer a obra trabalhar e se voltar *sobre a obra*. Não retorno a Freud e sim, a partir de Freud, inventar outras coisas. Fazer a obra de Freud trabalhar e criar outras coisas a partir do



Francis Bacon foi um artigo muito importante para mim. Eu o escrevi a partir de uma outra viagem à Europa, em que tinha visitado uma retrospectiva dele. Entrei na sala e comecei a suar, a ter sintomas físicos, via os quadros e não podia falar sobre o que eles estavam dizendo

trabalho da obra freudiana. Então, ele me inspirou muito clinicamente, em tudo que pude pensar a partir da leitura de sua obra. Comecei a estudar muito, a ensiná-lo aqui, e todo esse esforço se correu com a vinda de Laplanche ao Brasil.

PERCURSO Em seus textos de 2001, *O arcaico e as patologias atuais* e *Francis Bacon e o pânico*, você aborda a questão da falha do recalque primário. Passados 23 anos, como você observa o cenário atual dessas patologias, e quais os grandes desafios para os analistas ao lidar com essas situações?

ANA SIGAL *Francis Bacon* foi um artigo muito importante para mim. Eu o escrevi a partir de uma outra viagem à Europa, em que tinha visitado uma retrospectiva dele. Entrei na sala e comecei a suar, a ter sintomas físicos, via os quadros e não podia falar sobre o que eles estavam dizendo. Então, disse para meu marido: “Está se vendo muito mais do que pode ser dito. Não consigo pôr em palavras”. E isso me ficou na cabeça: como é essa sensação física, quando você não consegue pôr em palavras aquilo que te impacta como uma flecha? Recorri a Deleuze, que trabalha o Francis Bacon. Ele diz coisas interessantíssimas, como, por exemplo, nos quadros de Bacon não há história, há pura presença, não há simbolismo, não há um querer dizer. É assim como o sexual pulsional da mãe ou dos adultos impacta a criança, como gostam de dizer os laplanchianos. A sexualidade materna se lança sobre a criança, a penetra,

a inunda, entra e faz marca. São os primeiros signos de percepção, primeiras marcas, mas que a criança não consegue, *a posteriori*, dar um sentido, ligá-los, fazer com isso uma história. São signos que se caracterizam só por ser presença. É excessivo para a criança. A sexualidade materna pode ter a característica de implantação ou de intromissão, o que dependerá do modo como a mãe lida com sua própria sexualidade. São as mensagens enigmáticas que a mãe dispara, que são passíveis ou não de tradução. O recalque originário é aquilo que da mensagem enigmática vinda do outro não foi possível ser integralmente traduzido, integrado, metabolizado.

São inscrições que decorrem da marca da sexualidade do adulto, que debruça sobre a criança e seu mundo sexual inconsciente. Laplanche, ao incluir a alteridade no campo da fundação pulsional, nos fornece elementos para entender a fundação do sujeito psíquico. Aquilo que se inscreve no encontro com o outro funda o objeto-fonte da pulsão, determinando assim a forma em que a sexualidade do adulto faz marca no *infans*. A sedução materna e os significantes enigmáticos se tornarão internos e se transformarão em fontes autônomas de excitação, de pulsão.

A sexualidade implantada na criança é necessária. Segundo Laplanche se transforma no objeto-fonte da pulsão, ao incidir no corpo do bebê. A partir da maneira como essas marcas tramitam ou se traduzem e o modo como a criança faz novas ligações com outras experiências, seu mundo fantasmático irá se formando. Aquelas que não conseguem tradução ou tramitação permanecerão fixadas e serão a origem do recalque primário. Ficam como um corpo estranho, e assim não chegam à representação-palavra. São o que podemos chamar de representações-coisa. Teoricamente, essas marcas deveriam ficar sempre aí isoladas para ser polo de atração do recalque secundário. Sem esse recalque primário, não haveria recalque secundário. Elementos desse recalque primário podem emergir como descargas sem palavras e produzir efeitos no corpo, como acontece nas patologias atuais. Laplanche



diz claramente que não é representação de coisa, não representam a coisa, são a coisa mesma. Ele escreve essa expressão com um hífen, representação-coisa e não representação de coisa como Freud as denomina.

PERCURSO O pânico em lugar da fobia?

ANA SIGAL Exatamente. Por que digo então de falha no recalque primário? Porque fez marca, se fixa, mas não fica totalmente recalçado. Porque se esse conteúdo ficasse totalmente recalçado, não faria sua aparição em estados corporais. Ele escorrega, escapa e aparece no corpo, porque não tem palavra para representá-lo. Freud nos alerta que é porque fracassaram em sua possibilidade de ligação que os elementos do recalque primário não favorecem ou facilitam a aparição da angústia sinal. Irrupendo então como energia não ligada e determinando, assim, um colapso do eu, acompanhado de descargas neurofisiológicas e distúrbios na possibilidade representacional. Em outras palavras, dá-se um desamparo do eu frente à invasão pulsional, um reencontro com o objeto-fonte da pulsão.

A síndrome do pânico teria características das neuroses atuais. É a emergência de algo que, como naquela exposição de Francis Bacon, não deveria ser visto. Está mostrando mais do que se deveria ver. Aparece como pura presença.

As neuroses têm história e são produtos do recalque secundário. O pânico é sem história, produto de falhas no recalque primário.

PERCURSO Em uma conferência na Universidade de São Paulo sobre gênero, você fala que gostaria de manter como inegociáveis os pilares fundantes da metapsicologia freudiana, que seriam o inconsciente, a pulsão com seus objetos vicariantes e a sexualidade infantil. Você disse que as novas teorias científicas, teoria do caos, teoria da complexidade têm se afastado do binarismo, do ativo-passivo, masculino-feminino, caminhando para o acaso, para o polimorfismo e para a diversidade. E que a teoria psicanalítica precisaria considerar o mundo em transformação. Então, como pensar,

*por que digo então
de falha no recalque primário?*

*Porque fez marca, se fixa,
mas não fica totalmente recalçado.*

*Porque se esse conteúdo
ficasse totalmente recalçado,
não faria sua aparição
em estados corporais*

dentro dessas transformações do mundo, a organização genital infantil e o complexo de Édipo?

ANA SIGAL Olha, eu acho interessante, porque eu escrevi bastante sobre os inegociáveis. Isso surgiu um pouco através dos trabalhos do Movimento Articulação, quando percebi o quanto é difícil delimitar o campo da psicanálise. Por isso, fiz questão de apontar quais são os elementos que não podem faltar em uma psicanálise. A palavra inegociável é vista por muitos como deslegante. Poderia ser uma palavra mais suave, mas eu sempre fui guerreira, viu? Esses inegociáveis são na metapsicologia: manter o conceito de inconsciente como o estrangeiro em mim, de pulsão e seu objeto vicariante e de sexualidade infantil como trilha pela qual transita o desejo. Na clínica, o conceito de transferência e de abstinência, no sentido de não desejar pelo outro. A meu ver, esses elementos não podem ser negados num discurso analítico.

Junto com essa conferência, há um trabalho que escrevi que se chama “A psicanálise ainda tem a dizer sobre a sexualidade infantil”. É um artigo muito crítico de como a psicanálise se apropriou mal da teoria de gênero quando ela quis pôr a teoria de gênero no lugar da teoria da sexualidade ou do processo de como virar sujeito sexuado.

O problema que acontece na leitura de Freud é não a contextualizar na sua época. Freud foi um cara muito aberto, muito capaz de transitar sobre diversos temas. Ao mesmo tempo que ele só podia



*Freud tem uma amplidão,
se encontram em sua obra
múltiplos elementos para entender
a diversidade sexual. Desde falar
do Édipo ampliado como as figuras
paterna e materna, como figuras
de identificação e de desejo
simultaneamente*

dizer em função de sua própria história, a relação dele com as mulheres, a relação dele com o pai. A teoria não é neutra, implica o tempo histórico em que se escreve e do sujeito que a escreve. É muito importante poder situar cada conceito. E se debruçar sobre ele para fazê-lo trabalhar; não se trata de um retorno a Freud, mas de uma volta sobre Freud.

Então, eu acho que Freud tem uma amplidão, se encontram em sua obra múltiplos elementos para entender a diversidade sexual. Desde falar do Édipo ampliado com as figuras paterna e materna como figuras de identificação e como figuras de desejo simultaneamente. Acho que aqui se encontra a possibilidade de um homem amar outro homem e uma mulher outra mulher, de uma mulher se identificar com um homem e se identificar com uma mulher. Todas as variações são possíveis na identificação e no objeto de amor. Ele fala de uma sexualidade perverso polimórfica. O objeto é vicariante. Por isso falamos de pulsão e não de instinto. Se falamos de pulsão, não há um objeto único que preencha o destino dessa pulsão. Então, acho que Freud nos dá a possibilidade de repensar os trabalhos na atualidade, embora ele esteja determinado por sua própria época. Portanto, não se trata de sacralizar Freud, mas de ver os caminhos que nos abre.

Por isso acho que, quando se quer tirar do campo da psicanálise a trilha da sexuação, que inclui o Édipo, se está empobrecendo uma teoria que tem muito mais para avançar – se você a

lê revendo as amarras histórico-político-sociais que a determinaram. Se faz necessário, portanto, recontextualizar os conceitos a partir das mudanças da época atual.

O Édipo propõe fundamentalmente a ruptura do binário. Eu sempre pensei que tínhamos que trabalhar com a ideia do ternário, do terceiro que entra quebrando a díade mãe-filho. Então, não importa se é uma mulher com um homem, se são dois homens com um filho. Agora, se esse filho fica colado a um deles, e não consegue fazer o deslocamento necessário ao outro objeto, aí pode vir a ter patologia. Não importa se é homem, mulher, o que for. Se nos debruçamos sobre a obra de Freud, podemos começar a pensá-la de uma outra forma.

Eu aponto em meu trabalho “Algo mais que um brilho fálico” a virada que Freud faz do artigo de 1917, “Sobre a transmutação dos instintos e em particular o erotismo anal”, para o artigo de 1923, “A organização genital infantil”. No de 1917, ele fala de equações simbólicas, ou seja, pênis igual a nenê, igual a cocô, igual a dinheiro, igual a presentes. Contudo, no ano de 1923, ele muda e fala de um significante primordial que tem uma hierarquia maior e ao qual se submetem as outras equivalências, no caso o falo. Aí, então, ele diz que há uma primazia do falo. E é em função da primazia do falo que se organizam os demais significantes. Então eu digo, bom, mas aí perdemos, não ganhamos. Vamos voltar a conversar com o Freud do erotismo anal, onde não há primazia, porque eu acho que ele se confunde. Se confunde pela época, pela história, mas se confunde ao querer dizer que tudo está submetido ao falo. Porque apesar de os lacanianos quererem descolar o falo do pênis, Freud não descola. Vão me desculpar, mas Freud não descola, ele nos diz que quando uma mulher tem um filho homem se acha mais satisfeita porque realiza o desejo de ter um pênis. Então depende de qual leitura se faz de Freud. Não tem por que deixar de ler Freud. Nem tampouco tem por que adorar Freud. Para criticar, primeiro é preciso conhecer: vejamos o que Freud diz e façamos sobre ele um trabalho em função

dos avanços históricos. É absolutamente imprecendente cancelar Freud.

PERCURSO Gostaríamos de saber quais seriam os conceitos inegociáveis em psicanálise.

ANA SIGAL Considero que são três os inegociáveis em termos da teoria: o inconsciente, a sexualidade infantil e a repressão. Em relação à metapsicologia, eu considero como muito importante a transferência, elemento pilar para caracterizar a psicanálise. E na clínica, também considero serem os inegociáveis a transferência e a associação livre. Mas agora, com as novas terapias, não se trabalha muito com associação livre. Fica muito mais difícil.

PERCURSO O que você está chamando de novas terapias?

ANA SIGAL Por exemplo, as terapias que se fazem frente a frente. O paciente está muito ligado aos aspectos egoicos dele e do psicanalista, e não está associando livremente. A forma de trabalho impede isso. Eu duvido que alguém me diga que está online fazendo estritamente o método analítico. Diz que faz tudo o que pode. Eu já discuti muito isso com pessoas que trabalham nessa questão da tela. Eu não trabalho com paciente falando e sem imagem. Dizem que é igual à sessão, porque você escuta, mas na sessão presencial vemos um monte de coisa, sentimos os cheiros etc.

Tenho experiências de estar com um paciente e sentir que algo estranho estava acontecendo. Uma paciente que solicitei que ligasse a câmera, estava cozinhando. Estava fazendo a sessão e pegando a pimenta. Eu não sabia que ela estava cozinhando, mas eu sentia que algo não estava rolando. Se Freud coloca um divã, põe um analista atrás e pensa o setting de forma a não ficar olhando no olho do paciente, para que o paciente possa sonhar, então, eu me coloco em defesa do setting. Mas sei que tem muita crítica em relação a essa posição.

PERCURSO Quando não é possível a associação livre, você continua considerando que tem a psicanálise presente ali, mas não é da mesma forma?



dentro da psicanálise, às vezes é muito necessário fazer um trabalho que está mais destinado ao ego do que ao inconsciente. Porque, às vezes, prevemos situações desastrosas. Eu mandei um paciente ao médico porque estava vendo que ele estava com uma doença grave e ele estava negando

ANA SIGAL Sim, a psicanálise é um saber da singularidade. Toda situação na qual se queira formar uma regra, uma forma de ser, já está fora da psicanálise. Cada analista é um analista. Mas não é que tudo vale, nem que tudo é a mesma coisa. Se você não trabalha com o inconsciente, me desculpa, a psicanálise é o saber do inconsciente. Se não se interpreta o inconsciente, você está fazendo uma coisa linda, uma psicoterapia maravilhosa. Eu faço em muitos casos, mas eu digo que não estou conseguindo analisar.

E mais, penso que, dentro da psicanálise, às vezes é muito necessário fazer um trabalho que está mais destinado ao ego do que ao inconsciente. Porque, às vezes, prevemos situações desastrosas. Eu mandei um paciente ao médico porque estava vendo que ele estava com uma doença grave e ele estava negando. Eu interpretava, interpretava e nada. Até que um dia eu falei: “Escuta, você já percebeu que tem que ir ao médico?” Isso não é sobre a interpretação. Não vou me enganar.

PERCURSO Quais os motivos que levaram você e Lucía Fuks a formarem o curso Conflito e Sintoma? E que tipo de reflexão foi gerada para você a partir da experiência de criação desse curso?

ANA SIGAL Eu lembro que éramos muito preocupadas porque os alunos que recebíamos no curso de psicanálise tinham como requisito já chegar com uma formação analítica. Caso contrário, não poderiam entrar para começar a estudar



*com as diversidades sexuais,
nós já trabalhamos mais, estamos
mais acompanhados para trabalhar
este aspecto. E falando de diversidade,
justamente, como sair desse mundo
dicotômico para passar
para um aspecto plural e não
de causa e efeitos*

psicanálise, fazer a formação. Quando não entravam no curso, eles caíam em qualquer tipo de grupo, caíam em qualquer tipo de formação e chegavam mais deformados do que formados. Então, pensamos: por que o Sedes não cria um lugar para receber os iniciantes, já que o curso de psicanálise não os recebe? Aí resolvemos criar o Conflito e Sintoma, fundamentalmente destinado a pessoas que estavam iniciando sua formação analítica e a todo tipo de pessoa que quisesse ter um conhecimento para o qual a psicanálise podia ser uma boa ferramenta: educadores, médicos, advogados, jornalistas, arquitetos, pessoas do cinema etc.

Criamos um curso que é uma parte do tripé de que eles vão precisar. Não nos ocupamos da análise, em princípio também não vai exigir a clínica, mas nos ocupamos da transmissão teórica.

Montamos o curso em 1997 e tivemos muito sucesso. Mas temos também um problema sério, que é considerar que muitas pessoas, hoje em dia, estão buscando uma formação de psicanálise que seja mais rápida. E muitos sonham que o curso Conflito e Sintoma vai lhes dar isso e nós não vamos. Então, nós temos muito claro que, quem quer estudar psicanálise para fazer uma formação, tem que ir a um grupo de formação.

Preferimos não dar uma introdução à psicanálise, que fosse um voo panorâmico por todas as questões que a psicanálise trata, e sim nos ocuparmos do que tomávamos como pilares da psicanálise, que passam pelos inegociáveis como teoria

sexual, pulsão, sexualidade infantil. Acho que é essa a base do Conflito e Sintoma. Fomos pensando que seria interessante criar um curso que permitisse isso. Mas o que eu quero dizer é que este caminho para as pessoas que se iniciam na psicanálise, na clínica, é uma trajetória que sempre deixa a porta aberta para ter que aprender coisas novas.

Agora nós estamos começando a aprender, estamos outra vez em um letramento. Há toda uma necessidade de rever a psicanálise à luz do racismo estrutural e de questões de que eu não poderia falar muito porque estou nos primeiros passos do aprendizado. Mas temos que pensar como a metapsicologia reabsorve todas essas coisas, é um caminho aberto, é uma aprendizagem constante, e o mesmo se dá com as diversidades sexuais. Mas com as diversidades sexuais, nós já trabalhamos mais, estamos mais acompanhados para trabalhar este aspecto. E falando de diversidade, justamente, como sair desse mundo dicotômico para passar para um aspecto plural e não de causa e efeitos.

Então, foi assim que nós criamos esse curso. No primeiro momento, chamamos pessoas muito queridas e conhecidas e nas quais tínhamos muita confiança no conteúdo que elas podiam transmitir. Eu acho que foi um sucesso desse grupo, porque durante muitos anos houve um clima tão amoroso, tão colaborativo, tão transmissor, que todas as pessoas falavam como era legal estar no Conflito e Sintoma. Olha, eu até digo a vocês, os colegas que são professores do curso de psicanálise notam a diferença das pessoas que fizeram Conflito e Sintoma. Criamos o curso há 27 anos.

PERCURSO Gostaríamos que você contasse como se formou o Movimento Articulação. Qual era o objetivo e por que acharam que era importante? Que diferenças podem ser apontadas entre a luta hoje e as travadas no início do Movimento?

ANA SIGAL Justamente hoje eu estava lendo as revistas do Movimento Articulação. Vou tentar ser muito sintética. No ano 2000, nós recebemos uma informação de que estavam fazendo uma reunião no hotel Glória, no Rio de Janeiro, para discutir problemas que a psicanálise tinha

com as questões de transmissão: dizer quem é e quem não é psicanalista. Vocês podem ver que os inegociáveis não estão de fora dessa discussão. Todas essas histórias vão se entremecendo. Mandaram uma carta ao Sedes, eu não fui à primeira reunião, mas resolvi ir à segunda.

PERCURSO Então, começou convocado por uma instituição?

ANA SIGAL Foi convocado por Wilson Amendoeiras, que é um psicanalista do Rio de Janeiro, ligado à Sociedade de Psicanálise. Ele convocou a reunião a partir do fato de que a Sociedade Psicanalítica Ortodoxa do Brasil (SPOB), que é uma instituição religiosa, estava dando formação e queria criar um conselho regional de psicanalistas para poder dizer quem é e quem não é psicanalista. A convocação foi frente a essa situação tão arrepiante, porque até esse momento sempre tinha quem dizia que fazia formação em escolas universitárias, mas não era uma coisa tão organizada. Deviam ser 2.000 psicanalistas por ano lançados no mercado, nos anos 2000. No grupo do Departamento, todos nós éramos engajados em política institucional. Alguns engajavam com a ação pública. Eu fui também dar supervisão no Caps, mas um tema que sempre me preocupava era o tema da política institucional, ou seja, da democracia institucional, de como se geriam as coisas dentro das instituições psicanalíticas.

Então, quando vi essa convocatória, eu me reuni com o Conselho de Direção, e falei: “Olha, não podemos estar fora desta questão tão importante, estamos falando do futuro da psicanálise”. As pessoas disseram: “Se você quer ir, vá”. Tinha que pagar passagem, ir para o Rio de Janeiro e ficar uma noite. Na segunda reunião, eu fui e fiquei sentada num canto. Ninguém sabia o que era o Sedes, porque eram pessoas do Rio de Janeiro. E, então, passei a ir às reuniões. Fui acompanhada por um tempo pela Sandra Navarro e depois pela Cida Aidar, algumas vezes a Heidi Tabacof também foi. Bom, começamos a participar das reuniões em um hotel onde discutíamos essas questões. Aos poucos, fomos nos



no grupo do Departamento, todos nós éramos engajados em política institucional. Alguns engajavam com a ação pública. Eu fui também dar supervisão no Caps, mas um tema que sempre me preocupava era o tema da política institucional, ou seja, da democracia institucional

fazendo conhecer. Fui falando quais eram as linhas de formação da nossa instituição, o que era o Sedes, como trabalhávamos, e então começaram a me escutar quando eu falava. Em um ano eu estava superentrosada. Tinha um grupo de pessoas muito interessantes, algumas sequer até hoje, outras já foram, como eu, saindo. Mas nós tivemos também uma luta que foi difícil, uma luta interna dentro do próprio Movimento.

PERCURSO Então, o Movimento Articulação se formou contra a regulamentação da psicanálise?

ANA SIGAL Contra a SPOB que queria fazer uma regulamentação e criar um instituto que outorgasse o saber e que autorizasse o exercício da profissão. Nós eramos contra a autorização, contra análise religiosa, que era evangélica.

PERCURSO Eles já estavam tramitando alguma lei nessa época, no Congresso?

ANA SIGAL Eles já tinham tentado várias vezes. Houve várias tentativas de regulamentação, e não só da SPOB, também houve da Sociedade de Psicanálise. Por quê? Porque a Sociedade de Psicanálise queria se autorizar o direito de serem os únicos formadores.

PERCURSO Sim, mas não dentro do Congresso, não é?

ANA SIGAL Não. Dentro do campo social. Já a SPOB tinha entrado com um Projeto de Lei, no



*no início, tivemos
que estabelecer o Movimento.
Deixar muito claro que, se nós
não queríamos a regulamentação
da psicanálise, a primeira coisa
a se fazer era não criar
uma instituição que, de fato,
estaria regulamentando*

Congresso, para tentar regulamentar essa formação. Então, eu e Sandra começamos a ir às reuniões a cada quatro meses, presencialmente. Depois de um tempo, ninguém mais quis ir e eu continuei indo nos 15, 16 ou 17 anos seguintes.

Fiquei esses anos todos porque a luta foi aumentando, ficando mais interessante e ganhando mais sentido. Nesse momento, eu não estou no Articulação, saí há quatro anos, e agora a Ana Cláudia Patitucci e o Jeronimo Carvalho são os Delegados. E eu sou a articulanda deles, pensamos nos encaminhamentos, discutimos as questões do Movimento, quando precisa.

No início, tivemos que estabelecer o Movimento. Deixar muito claro que, se nós não queríamos a regulamentação da psicanálise, a primeira coisa a se fazer era não criar uma instituição que, de fato, estaria regulamentando. Por isso, pensamos que seria um movimento, ou seja, não seria pessoa jurídica, não teria estatuto, site nem pagamento.

É um movimento ao qual se vai aderindo e que tem alguns critérios para participar. Tem que ser instituição de formação, indicada por duas instituições participantes do Articulação; não pode ter cunho religioso, nem pode ser propriedade privada, ou seja, que funcione para benefício dos seus proprietários. Dentro do que é o espírito do que nós pensamos no Movimento, uma instituição de formação é um lugar onde todos os membros formam parte da sustentação da instituição. E um espaço de formação é diferente de um curso

de formação porque um curso pressupõe definir carreira, títulos, certificados.

Mas, como eu disse, nós tivemos uma luta interna no início do Articulação. Quem criou o espaço do Movimento foram os representantes da Associação Brasileira de Psicanálise (ABP), que hoje se tornou a Federação Brasileira de Psicanálise (FEBRAPSI), ligada à IPA. E, durante um bom tempo, essa instituição se atribuiu um lugar de propriedade do grupo.

Mas um dia cheguei a uma reunião e na sala onde ela iria acontecer estava escrito: reunião do grupo da ABP. Eu entro e digo: “Alguém sabe onde está o grupo Articulação?”, e falaram: “É aqui”. “Não, aqui é da ABP. Estou buscando outra coisa, estou buscando o grupo Articulação”. Deu uma parada total, e aí se começou a discutir. A ABP estava conduzindo, criou espaço, convocou, tinha o seu lugar. Mas não éramos um grupo das Sociedades de Psicanálise, da ABP, éramos um grupo diverso, um movimento que estava se estruturando fora dessa instituição.

E foi uma luta acirrada, porque eram eles que sempre dirigiam as reuniões, queriam tomar conta das comissões que formávamos para trabalhar. E, em um momento, falamos não!

Éramos um grupo bem coeso. Tinha um grupo de lacanianos, com Denise Maurano, Sonia Alberti, pessoas fortes no campo institucional. Falamos: “Não, vocês não estão entendendo do que está sendo tratado. Isso é um movimento, e vocês têm a mesma participação que temos cada um de nós que estamos aqui. E mais, cada instituição tem um voto, não importa o número de membros que esteja presente”. Então, queríamos democratizar e assim foi se constituindo a organização do Movimento. E, hoje, todos se entendem muito bem, o Articulação é formado por várias instituições, de diferentes escolas, com os lacanianos, nós, a FEBRAPSI, e outras.

PERCURSO Atualmente estão acontecendo os cursos de graduação em psicanálise, oferecidos por vários Institutos de Educação Superior. Como você pensa essa situação, qual será o desdobramento?

ANA SIGAL O desdobramento vai ser muito difícil. Nós trabalhamos muito para promover todos os movimentos democráticos dentro da psicanálise. E o Articulação tem um lugar único, pois consegue congrega psicanalistas de diversas escolas com um objetivo comum. Não tem brigas. Quando tem discordâncias, se discute e se chega a um consenso. Não importa se é lacaniano, se é freudiano, winnicotiano ou kleiniano. Se você é psicanalista, apresentado por outra instituição que te avaliza, você está lá para dar a sua opinião. Então, isso é uma coisa superimportante. É o único espaço, no mundo, que congrega psicanalistas de diferentes escolas, por uma luta comum. Nós conseguimos avançar nessa luta reduzindo as diferenças ao mínimo e aumentando, ao máximo, o que temos em comum. Trata-se de uma frente, um movimento que tem tido muito sucesso nesses anos porque tem impedido as várias tentativas

de regulamentação da psicanálise. Sempre nos mandam os anúncios de cursos em escolas que dão anel de psicanalista, carteirinhas, distintivos e tal. Mas nunca nos ocupamos de impedir esses cursos, nunca quisemos ser o dono do saber psicanalítico. Lutamos a partir da premissa de não permitir que o Estado regulamente a psicanálise. É a luta antirregulamentação.

E somos contra a profissionalização e o título de psicanalista outorgado por uma universidade. Porque consideramos que é impossível que se faça o tripé dentro da universidade. Ninguém pode e nem deve controlar uma análise.

Se somos contra o controle da análise, imagine se não somos contra o controle da análise na universidade. Não se pode diplomar um analista. Psicanalista não é uma profissão, a psicanálise é um saber que responde a certas leis e que tem uma ética própria.

Ana Elizabeth Cavalcanti
Luciana Pires
Maria Cristina Kupfer
Ricardo Lugon Arantes

Que autista, afinal?

Realização Bruno Esposito, Gisela Haddad, Ivy Semiguem, Lucas Simões Sessa e Tania Corghi Veríssimo

Ana Elizabeth Cavalcanti é psicanalista do Círculo Psicanalítico de Pernambuco e sócia do CPPL – Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem.

Luciana Pires é psicanalista com especialização pela Tavistock Clinic, mestre e doutora pelo Instituto de Psicologia da USP, coordenadora de grupos de estudos em psicanálise e supervisora do Sustentar – Psicanálise Infâncias e Saúde Pública do Instituto Sedes Sapientiae. É autora do livro *Do silêncio ao eco: autismo e clínica psicanalítica* e organizadora de *Françoise Dolto: cultura psicossomática e clínica*.

Maria Cristina Kupfer é psicanalista e professora titular sênior do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

Ricardo Lugon Arantes é médico psiquiatra da infância e adolescência, mestre em educação e doutor em psicologia social e institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É professor universitário.

DOI: 10.70048/percurso.73.131-144

É fato que a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID) tornou-se uma das principais ferramentas para guiar diagnósticos, mapear estatísticas e tendências de saúde em nível mundial. Na saúde mental, ao se alinhar com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) em busca de consensos na comunidade científica para descrever comportamentos e sintomas observáveis, esse paradigma descritivo não só triplicou o número de transtornos, como se afastou de uma psicopatologia psicanalítica, baseada em dinâmicas subjacentes ao comportamento e à singularidade. Há, atualmente, um número de CID e seu respectivo descritor para cada conjunto de sintomas, acessível a qualquer profissional e à população em geral, contribuindo para a instalação de uma cultura em que a adoção de uma nomenclatura se confunde com o transtorno e a identidade do sujeito. Essa expansão diagnóstica tem sido acompanhada de uma adesão quase sem questionamentos a essa nomeação, assim como suas terminologias pelo imaginário social.

Se antes o autismo correspondia a uma subcategoria das psicoses infantis, e sua incidência era estimada em 4,5 crianças a cada dez mil, a partir de 2013 o DSM-5 passa a adotar a nomenclatura “Transtorno do Espectro do Autismo” (TEA), unificando diferentes diagnósticos e transformando-o em um imenso guarda-chuva, ao incluir uma grande quantidade e variedade de signos, alguns deles inespecíficos. O CID-II acompanhou tal mudança e, ainda que a ampliação do diagnóstico e suas implicações sociais e educacionais para as pessoas diagnosticadas gerassem debates, tornou-se dominante a presença e potência discursiva relativa ao espectro autista, na mídia,



na “boca do povo” e entre profissionais de saúde diversos. Nessa nova classificação, estima-se que uma a cada 36 crianças seja autista.

Por um lado, a adesão a uma categoria diagnóstica conforta, ao permitir que os familiares tenham identificações, ganhem pertencimento e possam reivindicar direitos e reconhecimento social para si e para seu filho. Mas, ainda que sintomas como déficits de comunicação e de interação social ou os padrões de comportamento restritos e repetitivos sejam comuns a todos, é inegável que seus desenvolvimentos, capacidades e responsabilidades variem enormemente, o que sugere que cada autista tenha um conjunto único de características.

Tais considerações escancaram as dificuldades e o caráter polêmico que marcam atualmente as tentativas, tanto de conceituação, como de caracterização do quadro sintomatológico ou do diagnóstico do autismo, o que resvala para as diferentes abordagens na condução de um tratamento, que muitas vezes ignora sua complexidade. Isso sem contar com os efeitos sociais e direitos humanos, ou a discriminação e a estigmatização. Ou será que, com o espectro, o autista pode se tornar símbolo de desestigmatização e aceitação?

Por outro lado, a recente possibilidade de autistas falarem em nome próprio através de redes sociais inaugurou uma cena outra, ao se fazerem

ainda que sintomas como déficits de comunicação e de interação social ou os padrões de comportamento restritos e repetitivos sejam comuns a todos, é inegável que seus desenvolvimentos, capacidades e responsabilidades variem enormemente

ver, ouvir e ler suas experiências e as particularidades de sua condição. Uma troca que tem se mostrado fecunda, ao favorecer tanto o compartilhamento de suas vivências quanto a construção de laços de amizade.

Sabemos que a cada época são eleitos caminhos para dar sentido e significado à experiência humana, com seus desdobramentos e implicações. Diante da complexidade do quadro autista, a equipe da seção Debate da *Revista Percorso* convida alguns debatedores para escrever sobre o tema.

Ana Elizabeth Cavalcanti

Autismos: que destinos?

Iniciamos o trabalho institucional com crianças diagnosticadas autistas no CPPL¹ no início década de 1980. Os cenários brasileiro e internacional de então eram bem diferentes dos atuais. Nas classificações psiquiátricas, o autismo estava inserido na categoria das psicoses infantis precoces, num tempo em que a psiquiatria era marcadamente ancorada na psicanálise e na fenomenologia. Sobretudo no Brasil e especialmente em Pernambuco, a psiquiatria dinâmica, para a qual

importava mais a experiência subjetiva do adoecimento do que a doença em si, era referencial.

A relevância conferida à subjetividade, que resulta na escuta de um sujeito singular, marcado pelo inconsciente e por uma história única de suas relações com seu meio ambiente, era o ponto de toque basilar entre a psiquiatria e a psicanálise. Para a psiquiatria de então, como para a psicanálise, o sintoma, antes de falar de uma doença, falava do sujeito: de seu sofrimento, de seu corpo,



*jamais desconsideramos
a existência de um substrato
orgânico nos autismos, no entanto,
nunca o tomamos como
determinante. Para nós,
a construção da subjetividade
se dá nesse engendramento
extremamente complexo do indivíduo
no seu meio ambiente*

de sua história, de seus conflitos, de sua dinâmica inconsciente. Ou seja, era predominante a ideia de que os sintomas, expressos pelo corpo, pela fala e pelo comportamento, têm um substrato subjetivo.

Nesse contexto, o diagnóstico não busca definir pessoas pela sua doença, mas conhecê-la através do que falam com seus sintomas. Assim, expressões linguísticas descritas como ecolalias e repetições sem sentido ou expressões corporais descritas como estereotípias, dentre tantos outros sintomas, para nós sempre foram meios de entrar em contato, de compreender quem é aquela pessoa que está conosco. A partir delas – que, antes de serem autistas, são Pedro, João, Maria, inseridos num contexto familiar, histórico e cultural – construímos as estratégias terapêuticas para cada uma delas.

Jamais desconsideramos a existência de um substrato orgânico nos autismos, no entanto, nunca o tomamos como determinante. Para nós, a construção da subjetividade se dá nesse engendramento extremamente complexo do indivíduo no seu meio ambiente. Daí entendermos que o tratamento dessas pessoas exige uma abordagem e

uma intervenção interdisciplinares. Essa sintonia com a complexidade que representa cuidar delas e de suas famílias orientou e orienta até hoje a construção de abordagens terapêuticas singulares, jamais guiadas por qualquer padrão ou protocolo. Entendemos, por exemplo, que, se para umas, intervenções fonoaudiológicas, ditas funcionais, são indicadas desde o início, para outras, é preciso criar condições para chegar até lá. Lembro Miguel, que incorporou às suas “ecolalias” a fala de sua fonoaudióloga americana de orientação behaviorista, que ao término de cada tarefa bem realizada dizia: *good job!* Miguel repetia essa frase, tal qual, sempre que fazia qualquer coisa “bem feita”. Esse é apenas um evento, dentre tantos, que nos levam a compreender como intervenções padronizadas podem dificultar, como aconteceu com Miguel, o trabalho psíquico de integração do corpo, da fala e da linguagem, mantendo-o nesse lugar de colagem e submissão à fala do outro. O mesmo poderíamos dizer de qualquer outro dispositivo usado de modo protocolar: grupos terapêuticos, psicoterapia, terapia ocupacional, fisioterapia, oficinas de arte e tantos outros. Eles são apenas dispositivos, disponíveis para serem usados de acordo com as necessidades e a condição subjetiva de cada um. Desse modo, trilhamos com essas pessoas e suas famílias trajetórias terapêuticas as mais diversas e imprevisíveis.

Com mais de quarenta anos de trabalho, podemos dizer que os destinos das crianças com diagnóstico de autismo são tão imprevisíveis e surpreendentes quanto os de qualquer ser humano. Nossa casuística de mais de mil crianças com diagnóstico de autismo e a possibilidade de acompanhar longitudinalmente a maioria delas durante todos esses anos nos permitem testemunhar a singularidade de suas trajetórias. Victor, Mário e Andréa, por exemplo, tinham entre dois e três anos quando chegaram ao CPPL. Se focássemos apenas em seus sintomas, poderíamos dizer que eram bem semelhantes entre si: não apresentavam interesse pelo outro, a linguagem oral era quase inexistente e quando aparecia era aparentemente repetitiva e sem sentido, havia estereotípias

¹ O CPPL é uma instituição fundada em 1981 na cidade do Recife por um grupo de psicólogos, psicanalistas, fonoaudiólogos, voltada para o trabalho institucional de base psicanalítica, com crianças com autismo.



corporais, frequentes crises de angústia e alguns outros sintomas típicos do autismo, segundo os manuais diagnósticos.

Victor, hoje com 16 anos, é um jovem como tantos de sua idade e não apresenta qualquer vestígio da sintomatologia sugestiva de autismo do início da infância. Mário é hoje um rapaz de 26 anos com muitas idiossincrasias e autonomia relativa. Com uma inusitada facilidade para aprender línguas, fala inglês, francês, alemão e agora começa a arranhar o japonês. Cinéfilo e músico, faz atualmente um curso de tecnologia da informação. Educado, gentil, namora com uma pessoa também com diagnóstico de autismo e vive às voltas com as culpas decorrentes de seus eventuais atos impulsivos e agressivos. Andréa tem hoje 38 anos. Com pouca autonomia social, sua comunicação, através das letras de músicas, desenhos e de frases construídas de forma muito particular, tornou-se ao longo dos anos cada vez mais complexa e eficaz. Tem uma capacidade impressionante de acessar e exprimir, dessa forma, suas alegrias, sofrimentos e angústias. Apesar das dificuldades de interação social decorrentes de suas particularidades, encontramos aí uma pessoa com uma vida interior rica e complexa.

Victor, Mário e Andréa nos mostram a singularidade de seus trajetos, assim como singularidades foram as abordagens terapêuticas construídas para eles. Hoje podemos compreender que isso só foi possível porque abrimos mão de ideais de cura normatizantes e capacitistas. Esse posicionamento ético foi decisivo para que essas pessoas e suas famílias tenham tido a oportunidade de usar criativamente o que está disponível no meio ambiente familiar, social e cultural para a construção de uma vida possível, criativa e digna. Uma vida que não é reconhecida ou afirmada por referências adaptativas e normatizantes, mas pela capacidade de criar, de construir soluções frente às oportunidades e adversidades do meio ambiente, como qualquer humano.

O cenário atual nos coloca outros modos de compreensão e abordagem do autismo. Ele sai do campo da psiquiatria, é incorporado ao da

sob a égide da psiquiatria biológica e da neurologia, para as quais o autismo é um transtorno neurológico, foram desenvolvidos métodos de diagnosticar e estratégias de tratamento que visam à reabilitação através de ajustes comportamentais adaptativos

neurologia, passa a ser descrito como uma neuroatipia e abre duas grandes vertentes para compreendê-lo e abordá-lo.

A primeira, sustentada pelos próprios autistas, define o autismo como uma neurodiversidade, portanto, uma condição humana para a qual não cabe qualquer projeto de cura ou reabilitação. Os depoimentos de pessoas autistas, os movimentos identitários orientados por essa visão, apontam a necessidade de afirmar essas vidas, reconhecendo suas singularidades e direitos. Se entendermos que neurodiversidade não determina um trajeto único e previsível, podemos encontrar aqui a construção de vidas e destinos diversos, com o reconhecimento e conquista de um lugar social para essas pessoas, até então inexistente.

A segunda vertente, hoje hegemônica a meu ver, imprime uma visão medicalizante e comportamental à compreensão do autismo. Sob a égide da psiquiatria biológica e da neurologia, para as quais o autismo é um transtorno neurológico, foram desenvolvidos métodos de diagnosticar e estratégias de tratamento que visam à reabilitação através de ajustes comportamentais adaptativos. A orientação behaviorista dessa abordagem desconsidera qualquer substrato subjetivo do comportamento e ancora tanto a prática do diagnóstico centrado em listas de sintomas



*o que está em jogo
são diferentes visões
do humano, e hoje a visão
neoliberal está vencendo. O que
importa é a produção de sujeitos
adaptados e de boa performance.
Os ditos sujeitos funcionais.*

de um transtorno, como o tratamento baseado em estratégias de condicionamento comportamentais. Aqui o sintoma não fala de um sujeito singular, mas de uma disfunção que deve ser corrigida. O que está em jogo no tratamento não é a capacidade afetiva e criativa do sujeito, mas a sua performance. Sua funcionalidade.

Hannah Arendt² tinha razão quando afirmou que o projeto político do behaviorismo é suprimir o sujeito da ação criativa para produzir sujeitos comportados. Eu acrescentaria, capazes de produzir para o capital, de serem explorados e “triturados”, com pouca capacidade crítica e de reflexão sobre si e sobre o ambiente social, político e cultural em que estão inseridos.

Penso ser esse o destino traçado para aqueles que recebem hoje o diagnóstico de autismo sob essa visão. A dimensão trágica dessa situação é que, frente a esse ideal adaptativo, a chance de exclusão é grande e a possibilidade de se construir uma vida criativa, que vale a pena ser vivida, é escassa. Para as crianças – sobretudo aquelas incluídas na categoria de autismo severo, para as quais a vida criativa só emerge a partir de invenções imprevisíveis e que jamais serão percebidas como funcionais

e “produtivas” – trata-se de negar-lhes uma vida possível. Para os adultos, que vão se tornando autistas após receberem um diagnóstico tardio, trata-se de roubar-lhes a possibilidade de construir saídas criativas e singulares para seus sintomas e suas vidas. Para a humanidade, trata-se de perder a riqueza da diversidade, da imprevisibilidade do sujeito como um acontecimento único.

Como podemos perceber, o sucesso dessas práticas diagnósticas e terapêuticas não se deve às suas supostas bases científicas nem a qualquer comprovação de sua eficácia. O que está em jogo são diferentes visões do humano, e hoje a visão neoliberal está vencendo. O que importa é a produção de sujeitos adaptados e de boa performance. Os ditos sujeitos funcionais. A funcionalidade passou a ser destino na lógica neoliberal contemporânea.

Para esses sujeitos, massacrados pela exigência de ideais de desempenho desumanos, desposuídos de tempo, inseridos num ambiente cultural e social que tende cada vez mais à homogeneização, escasseando a diversidade de ideais identificatórios, e ainda por cima sendo apontados como únicos responsáveis pelos seus fracassos, nada como um diagnóstico para apaziguá-los. O diagnóstico nesse contexto não produz questionamentos sobre si, sobre suas vidas, sobre seu mundo, mas é um meio de desimplicá-los de seu mal-estar. Longe de abrir possibilidades de modos diversos e imprevisíveis de subjetivação frente às adversidades da vida, o diagnóstico oferece justificativas, ao mesmo tempo que traça um trajeto terapêutico adaptativo e normatizante.

Para concluir, arrisco-me a ressaltar que estamos pagando os eventuais confortos e apaziguamentos oferecidos por essa abordagem com o apagamento da subjetividade que, no final das contas, é o que nos singulariza e garante a riqueza e a diversidade humanas. Se há algum ganho com esse modo de diagnosticar o autismo e dele tratar, é irrelevante diante da grandeza do que se perde.

2 H. Arendt, *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, p. 53.



Estou contente por estar junto a colegas tão qualificados, pois posso falar a partir de minha situação no campo do autismo, sabendo que serei complementada pelas pesquisas dos demais.

Me envolvi no campo dos estudos do autismo em 1994, a partir de minha inserção na equipe da Pré-Escola Terapêutica Lugar de Vida. Mudei-me em seguida para Londres e trabalhei junto a Anne Alvarez e ao Workshop de Autismo da Clínica Tavistock. Dediquei meu trabalho de especialização e minha dissertação de mestrado ao tema do autismo e sou grata por tudo que pude aprender sobre clínica, psicanálise e psiquismo nesse percurso. No livro *Do silêncio ao eco – autismo e clínica psicanalítica*³ menciono que “Meu primeiro contato mais profundo com a psicanálise, no lugar de analista, se deu através da clínica com crianças autistas e psicóticas”. De certo modo, entrei na psicanálise pela via do autismo.

A proposta da *Revista Percurso* me provocou no sentido de delinear – para vocês e para mim – por que caminhos esse percurso que se inicia no final dos anos 1990 chega até a clínica de hoje. O mundo mudou, a psicanálise mudou, mas sobretudo importa frisar que o que é autismo em 2024 é diferente do que era autismo em 1994. O autismo ganhou atribuições e significações diversas nestes últimos 30 anos.

A certa altura da minha dissertação de mestrado, afirmo que o autismo “é uma doença tipo ‘saco de gatos’, que, com o avanço das pesquisas, será, provavelmente, desmembrada em várias outras doenças, ou seja, trata-se de um diagnóstico que comporta uma série de outros virtuais diagnósticos”. Eu não podia estar mais errada: o que se verificou foi justamente o contrário. O autismo se tornou um guarda-chuva de maior abrangência ainda, abarcando problemáticas que antes ficavam de fora do escopo. A consequência é uma ampliação no número de casos, que passaram de 0,9% das crianças em 2000 para 2,7% em 2023. Em um embaralhar de cartas, o que era autismo naquela

em minha dissertação de mestrado, afirmo que o autismo “é uma doença tipo ‘saco de gatos’, que, com o avanço das pesquisas, será, provavelmente, desmembrada em várias outras doenças, ou seja, trata-se de um diagnóstico que comporta uma série de outros virtuais diagnósticos”

época ainda é em geral tratado como tal, mas muito do que é autismo hoje não era na época.

Entendo que essa transformação implica mudanças nos efeitos de nosso trabalho e não pode ser tratada como mero detalhe periférico, merecedor de simples nota de rodapé no pensamento clínico. A mudança no lugar social do autismo e no escopo de sua definição implica um questionamento do edifício teórico-clínico, formulando-se assim a pergunta de como as teorias de outrora se relacionam ao autismo tal qual nos chega ao consultório hoje em dia.

Em 1994, quando eu trabalhava com crianças com autismo eram pouquíssimas as pessoas que sabiam do que se tratava – tanto entre leigos, como entre profissionais e estudantes da área. Para contextualizar a quem me interrogava, eu costumava remeter ao garoto retratado em uma peça publicitária de 1989 da Associação de Amigos dos Autistas (AMA), amplamente divulgada na televisão de então. Revi recentemente a propaganda e ela é espantosamente terrível. Sugiro aos leitores curiosos que a vejam pela internet. Na campanha protagonizada pelo ator Antônio Fagundes, ele aparece a cores e com foco na frente da tela, enquanto a câmera desliza para uma imagem em branco e preto em que aparece a sombra de uma criança com movimentos de balanceio de



*a reação dos pacientes
ao diagnóstico merece
sempre nossa atenção,
no esforço de evitar qualquer
efeito iatrogênico – que assim
produziria uma piora do quadro
que se pretende tratar.*

corpo e flappings constantes. “Você sabe o que é autismo? Essa criança sofre desse mal. Ela é prisioneira de seu próprio mundo, não consegue se comunicar com ninguém, nem mesmo com seus pais”, diz Fagundes. Através de uma criança retratada como pura sombra e bizarrice, a propaganda veicula uma imagem do autismo de extrema gravidade e raridade.

Em um salto no tempo, imaginem o que é dizer nos dias de hoje em uma roda de conversa que você trabalha com autismo. A reação é diametralmente oposta: todos estão mais do que familiarizados com a patologia e têm um caso para contar de alguém próximo que foi ou deveria ser diagnosticado com autismo, ou mesmo da descoberta de que eles mesmos têm autismo. Das sombras da propaganda com Antônio Fagundes para o reconhecimento no centro da roda de conversa, parece-nos haver um ganho importante de humanização nos últimos 30 anos de trabalho com autismo.

Era preciso sair das sombras e ocupar o campo. De minha trajetória, destaco o livro *Autism and personality*⁴ da equipe do Workshop de autismo da Tavistock Clinic, o relato *Uma antropóloga em Marte*⁵, que o neurologista Oliver Sacks faz de Temple Grandin, e o livro *Autismo*⁶, da equipe do Centro de Pesquisa em Psicanálise e Linguagem do Recife. Podemos dizer que esses três livros contribuíram, cada qual a seu modo, para a humanização do nosso olhar, pois elaboraram uma descrição positivada das pessoas com autismo, preocupados em caracterizá-las não pelo que elas não podem fazer, mas pelo que fazem e como. De algum modo, reverberavam a denúncia precisa que fez a psicanalista Teresa Pinheiro em 2001: “O que essas crianças têm? Vocês só dizem o que elas não têm!”

Outro ponto no qual os anos passados fazem sua marca distintiva é a reação dos pacientes e familiares frente ao diagnóstico. A reação dos pacientes ao diagnóstico merece sempre nossa atenção, no esforço de evitar qualquer efeito iatrogênico – que assim produziria uma piora do quadro que se pretende tratar. Anteriormente, dizer que uma criança tinha autismo produzia um efeito de desespero, como se condenássemos a criança a um destino de incapacidade e exclusão vida afora. Diferentemente, hoje em dia, não é raro que pré-adolescentes, adolescentes e adultos cheguem ao consultório falando da suspeita de terem autismo e se, eventualmente, obtêm esse diagnóstico, demonstram grande alívio. Correlatamente, dizer que uma criança tem autismo não produz mais o efeito devastador nas famílias que produzia antes. Percebam como conferir o diagnóstico de autismo no contexto de um tratamento não é um fato em si que deve ser pensado isoladamente, mas como esse ato varia de qualidade dependendo do contexto socio-histórico-político em que se insere. Entendo que precisamos sempre cuidar para que a qualidade promissora de imprevisto do futuro de um sujeito possa ser mantida, a despeito de um diagnóstico. E esse cuidado muda de direção quando o efeito que se obtém é de terror e condenação ou quando o efeito é de alívio, reconhecimento e adesão identitária.

- 3 L. Pires, *Do silêncio ao eco: autismo e clínica psicanalítica*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2007.
- 4 S. Reid; A. Alvarez, *Autism and personality: findings from the Tavistock Autism Workshop*. Londres e Nova York, Routledge, 1999.
- 5 O. Sacks, *An anthropologist on Mars: seven paradoxical tales*. Londres, Picador, 1995.
- 6 A.E. Cavalcanti; P. Rocha, *Autismo: construções e desconstruções*. São Paulo, Casa do Psicólogo, 2001.

O campo do autismo me fascinou desde o início justamente pelo grau de liberdade e inventividade que comportava, dado o pouco que se sabia. O Workshop de Autismo, onde trabalhei no final dos anos 1990, era, na minha opinião, o lugar mais criativo e interessante para se estar da Clínica Tavistock. Num esforço francamente interdisciplinar, reuniam-se semanalmente profissionais de diferentes áreas para debater o envolvimento com crianças com autismo e testemunhar a inundação de dúvidas que movimentavam robustos trabalhos de pesquisas e ampliavam os horizontes de compreensão do psiquismo humano. Encontravam-se por lá psicanalistas, neuroembriologistas, médicos, educadores, psicólogos do desenvolvimento, arteterapeutas e muitos outros para se debruçar sobre as mais variadas pesquisas e relatos detalhados e apaixonados do cuidado com essas crianças.

Novos desafios éticos e construções críticas orientam nosso direcionamento clínico de agora em relação a 1994. E na atmosfera atual da clínica e da pesquisa com o autismo, ressaltamos o cuidado de preservação dessa mesma qualidade de abertura, já que estamos sob risco de constituir um campo

Maria Cristina Kupfer

Autismo: anotações sobre a complexidade diagnóstica e a psicanálise

Revelado ao mundo científico e social por L. Kanner⁷, o autismo não parou, desde então, de provocar surpresa, indignação, celeumas, incredulidade, sofrimento e até mesmo orgulho para alguns dos autistas e seus pais. No entanto, ainda não foi atingida, de forma definitiva, uma compreensão sobre sua etiologia e tampouco há um consenso sobre os métodos para seu tratamento.

Milhões de páginas já foram escritas sobre o tema, um dos mais buscados na Internet. Ali, predominam as abordagens neurológicas e genéticas, ao lado dos tratamentos ditos cognitivos, cuja ênfase está na Medicina baseada em evidências,

»»

de acordo com os CDCs americanos (Centers for Disease Control and Prevention), havia, em 2002, 1 em cada 150 crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Em 2020, a prevalência apontada foi de 1 em cada 34 crianças americanas

domesticado, no qual tudo já foi (supostamente) dito e sabido e a alteridade da criança com autismo é ameaçada. Precisamos estar atentos para garantir a abertura para o desconhecido que a psicanálise implica. E findamos com um curioso apelo que essas piruetas do tempo imprimiram: o de que sejamos menos especialistas do que nunca, apesar dos anos e anos de habitação no campo.

nas bases biológicas bem como nos estudos estatísticos e populacionais.

Nos EUA, crescem, a cada dia, os números relativos à prevalência do autismo. De acordo com os CDCs americanos (Centers for Disease Control and Prevention), havia, em 2002, 1 em cada 150 crianças com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Em 2020, a prevalência apontada foi de 1 em cada 34 crianças americanas⁸.

No Censo 2022, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez a inclusão de uma pergunta sobre autismo no seu Questionário de Amostra. Os números do censo estão previstos



*a produção psicanalítica
sobre o autismo também
comparece na Internet de modo
robusto, mas é da natureza
da psicanálise não se apresentar
no campo social com muitos números.
Ou, de maneira clara: trata-se
de prática que valoriza
o caso a caso*

para sair em 2025; enquanto isso, a revista *Autismo e Realidade*⁹ fez um cálculo com base nos números americanos e chegou a quase 6 milhões de autistas no Brasil. Sendo apenas um número aproximado – depende de autodeclarações ou declarações de familiares, além de ser um cálculo com números do censo ainda não confirmados – é ainda impreciso. Existem registros nas secretarias de saúde por todo o país e um número, também geral, divulgado pelo Ministério da Saúde. Mas a dispersão de informações é muito grande. Como reunir os dados dos diferentes Estados da União? E como ter certeza de que estamos falando dos mesmos indivíduos?

O que está acontecendo no Brasil e em outros países? O que pode explicar esse aumento

exponencial? Melhorou a capacidade diagnóstica? Há um excesso de diagnósticos? Ou houve um aumento real?

São perguntas cujas respostas exigiriam, para ser obtidas, um trabalho prévio: é preciso definir critérios diagnósticos para só depois contar quantos são os autistas, a serem distribuídos entre as diferentes categorias diagnósticas.

De fato, não há consenso sobre quando diagnosticar um autismo, e tem havido abusos nessa direção. Na pandemia, muitas crianças foram diagnosticadas como autistas, quando estavam apenas mais quietas. O número expressivo de crianças registradas como autistas no ensino municipal paulista é fidedigno? Como saber se aí não houve uma hiperdiagnose?

Para o DSM-5, publicado pela APA¹⁰, o autismo é um transtorno; portanto, uma doença.

A definição diagnóstica médica levou os pesquisadores ao passo seguinte: uma vez determinada a sua compreensão diagnóstica, os indivíduos dessa dita síndrome foram reunidos em graus: leve, moderado e acentuado.

Esta gradação não esgota, no entanto, o problema de organizar a enorme variedade de indivíduos considerados autistas a partir do diagnóstico psiquiátrico. Além disso, o campo social vê com estranheza a reunião de pessoas tão diferentes como os autistas extremamente deficientes ao lado de Aspergers de alto rendimento.

Diante desse quadro, qual a posição da psicanálise?

A produção psicanalítica sobre o autismo também comparece na Internet de modo robusto, mas é da natureza da psicanálise não se apresentar no campo social com muitos números. Ou, de maneira clara: trata-se de prática que valoriza o caso a caso, serve-se pouco das estatísticas e tem uma teorização de grande complexidade, sendo difícil, quando não banalizante, a sua difusão. Além disso, trata-se de prática que vem sofrendo ataques, o que dificulta a sua visibilidade. Isso não significa, porém, que a pesquisa psicanalítica sobre o autismo não tenha evoluído. Ao contrário; desde que Virginia Axline¹¹ apresentou

7 L. Kanner, Autistic disturbances of affective contact. *Nervous Child: Journal of Psychopathology, Psychotherapy, Mental Hygiene, and Guidance of the Child*, n. 2, p. 217-250, 1943.

8 CDCs (Centers for Disease Control and Prevention). *Identified prevalence of autism spectrum disorder*, 2010. Disponível em: <<https://www.cdc.gov/ncbddd/autism/data.html>>. Acesso em: 10 jul. 2023.

9 Autores autistas relatam em livros cotidiano com TEA. *Revista Autismo e Realidade*, 29 set. 2020. Disponível em: <<https://autismoerealidade.org.br/2020/09/29/autores-autistas-relatam-em-livros-cotidiano-com-tea/>>.

10 Associação Americana de Psiquiatria, *Diagnostic and statistical manual of mental disorders (DSM-5)*, 2013. Disponível em: <<http://www.psych.org/practice/dsm/dsm5>>.

11 V. Axline, *Dibs: em busca de si mesmo*. Rio de Janeiro, Agir, 1964/2005.



seu primeiro caso, tratado com muita delicadeza e resultados sólidos, a clínica se desenvolveu, superou erros de interpretação, expandiu-se para domínios como o educativo, dialogou com a ciência positiva e reuniu uma quantidade considerável de bons resultados.

Para alguns psicanalistas, o autismo é uma estrutura clínica, e a ideia de doença não se encontra na maioria de seus escritos. Fala-se sobretudo de um modo de ser. Mas há ainda variações em sua abordagem. Há autores que veem no autismo uma falha na construção da pulsão, conceito que articula o corpo com a linguagem, construção que não se completa e é responsável pelos traços clínicos que também são salientados pelas outras abordagens. Resumi, em outro trabalho¹², essa posição:

Quando vemos um bebê bem pequeno se oferecer à sua mãe, estendendo seu pé para ela o morder, ou levantando a barriga para a mãe fingir que a come, estaremos testemunhando a instalação de uma marca que o bebê deverá levar para o resto de sua vida: estará em seus inícios o jogo do prazer compartilhado. Ou nos termos de uma grande estudiosa do autismo, Marie Christine Laznik¹³, estará em seus inícios a instalação do terceiro tempo do circuito pulsional. [...] O autista parece ter “pulado” esta etapa; é capaz de sentir prazer, mas os outros não entram em seu universo dessa maneira, como parceiros do prazer.

Isto é diferente de ser afetivo ou gostar de carinho, coisa que os autistas gostam de fazer. Mas eles não vão ativamente em busca de provocar prazer nos outros, para poder por sua vez usufruir dele, como fazem as crianças¹⁴.

Ao lado dessa posição teórica, encontra-se ainda uma problematização psicanalítica do espectro proposto pelo DSM, principalmente porque este reúne quadros sob o nome de autismo que não partilham da mesma estrutura. A psicose infantil, por exemplo, hoje embutida no espectro do autismo, teria características marcadamente diferentes e até mesmo opostas¹⁵.

Assim, Jean-Claude Maleval¹⁶, psicanalista francês, propôs um modo psicanaliticamente

o autista parece ter “pulado” esta etapa; é capaz de sentir prazer, mas os outros não entram em seu universo dessa maneira, como parceiros do prazer. Isto é diferente de ser afetivo ou gostar de carinho, coisa que os autistas gostam de fazer

orientado de entender a dispersão dos diferentes tipos de autismo e apresentou um outro espectro, baseado na noção de borda. Nessa abordagem, os autistas se distribuem em um amplo espectro porque constroem – ou não – defesas mais ou menos sofisticadas, que lhes permitem estar no mundo de diferentes modos. A ideia de déficit dá lugar à ideia de defesa contra a angústia e à perspectiva segundo a qual uma defesa é construída e pode permitir, em certos casos, o contato com os outros.

À noção de diagnóstico generalizante, a psicanálise contrapõe a noção de singularidade. Se para a medicina importa sobretudo a classificação que deverá orientar a prescrição de uma medicação, para a psicanálise interessa o modo único e singular em que cada sujeito estará posicionado diante e dentro daquele diagnóstico que coube a ele. “Hoje estou com o meu TDAH atacado”, disse o pai de uma criança¹⁷.

A visão de Maleval permite assim que haja uma direção geral de leitura aliada ao caso a caso.

Posso dizer, apoiando-me um pouco em Marie-Jean Sauret¹⁸, que o autismo resulta de um encontro entre os avatares de uma certa organicidade e as condições ambientais advindas de um “habitat linguageiro”, um *Nebenmensch*, o Outro próximo, que não operou determinadas inscrições



*Os coletivos de autistas
têm sido politicamente ativos
e muitas vezes companheiros de lutas
na defesa de políticas públicas como
a Educação Especial na perspectiva
inclusiva, o enfrentamento
da institucionalização em suas
diferentes configurações*

sobre o corpo da criança, dadas as dificuldades
interpostas por aquela peculiar organicidade.

Ricardo Lugon Arantes

Gostaria de agradecer a possibilidade de dividir neste espaço algumas provocações que lapidei nos últimos anos, particularmente a partir de 2017. A pergunta do texto disparador parece estar respondida no penúltimo parágrafo: os autistas, afinal, têm falado, escrito, se manifestado

Esse corpo viu-se assim desarrimado da palavra e obrigado a construir outras formas de estar no mundo. Não é que ele não esteja na linguagem: por ter parado no limiar da linguagem, sofre seus efeitos, é capaz de falar, constitui uma subjetividade, mas não extrai da linguagem o que ela teria podido construir para ele se se tivesse encontrado com seu corpo: um sujeito do desejo, o sujeito do inconsciente.

A noção de diagnóstico adotada conduz à forma de tratamento proposta. Para a doença, os remédios. Para um não enraizamento da linguagem e da palavra no corpo, uma prática terapêutica que leve a palavra ao corpo. Não para curá-lo de seu modo de ser, mas para permitir que suas defesas, longe de o afastarem, aproximem-no de seus semelhantes. Isto é o que eles tanto querem, segundo seus próprios escritos¹⁹.

de diversas formas, além de compartilhar suas vivências e construção de laços de amizade. Os coletivos de autistas têm sido politicamente ativos e muitas vezes companheiros de lutas na defesa de políticas públicas como a Educação Especial na perspectiva inclusiva, o enfrentamento da institucionalização em suas diferentes configurações e a sustentação de um Sistema Único de Saúde universal, integral, gratuito, qualificado. Citaria aqui, particularmente, a Abraça²⁰, o VNDI²¹ e o Autistas Brasil²², com os quais aprendi os sentidos da palavra capacitismo, que tão pouco tem circulado pelos textos da Saúde Mental. E ainda que esses movimentos critiquem as abordagens de orientação comportamentalista, também a Psicanálise não tem sido validada como um saber relevante sobre os autismos. A disputa de método é disputa de mercado, e cabe insistentemente reafirmar os princípios ético-clínicos que devem guiar a todos neste campo.

Quanto à expansão do tema autismo, penso que não há uma relação linear de causalidade com

12 M.C. Kupfer, *Arthur: um autista no século XIX*. São Paulo, Escuta, 2020.

13 M.-C. Laznik, *Rumo à fala: três crianças autistas em psicanálise*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2011.

14 M.C. Kupfer, *op. cit.*, p. 258-259.

15 D. Marcelli; D. Cohen. *Infância e psicopatologia*. Porto Alegre, Artmed, 2009.

16 J.-C. Maleval. L'approche psychanalytique orientée par le bord autistique, in P. Landman; D. Ribas (org.), *Ce que les psychanalystes apportent aux personnes autistes*. Paris, Érès, 2021, p. 87-132. J.-C. Maleval; M. Grollier. *Extension du spectre de l'autisme: l'évolution psychiatrique*, 80, p. 764-781, 2015.

17 Relatado por Kelly Brandão, por ocasião do XV Colóquio do LEPSI, que ocorreu na FEUSP, em novembro de 2024.

18 Comunicação no XV Colóquio do LEPSI, que ocorreu na FEUSP, em novembro de 2024. Inédito.

19 M. Bialer. *Literatura de autistas: uma leitura psicanalítica*. Curitiba: CRV, 2015, 220 p.

20 <<https://www.instagram.com/abraça.autismo/>>.

21 <<https://www.instagram.com/vndi.brasil/>>.

22 <<https://www.instagram.com/autistasbrasil/>>.

as mudanças nos sistemas de classificações diagnósticas. Seria interessante situar brevemente o cenário no qual essa expansão se construiu. O autismo permaneceu marginal ou pouco visibilizado até 1990, quando Lorna Wing incorpora a noção de espectro no campo do autismo e da reabilitação do trabalho de Hans Asperger – que foi, dentre outras coisas, colaborador do regime nazista. O que estava em jogo ali seria um deslocamento da causalidade do autismo, antes ligada à forma de materno, para algo de origem biológica; e uma disputa pela primazia do conceito, ao contestar o pioneiro Leo Kanner e sua noção de “mãe geladeira”, que afastava os coletivos de mães de autistas. Lembremos que os anos 1990 foram os anos dourados do neoliberalismo, da Internet, da florescência das bioidentidades e da psicofarmacologia cosmética. Essa fórmula deu certo e fundou as bases do que Alicia Broderick hoje chama de Complexo Industrial do Autismo²³. As mudanças no DSM 4 e 5 e na CID II me parecem mais efeitos do que causa desse processo. Temos visto surgir no Brasil – ao arripio dos princípios do SUS – serviços especializados em “TEA” Brasil adentro, mobilizando parlamentares, ministérios, vereadores e agentes políticos nas três esferas do nosso Estado. Lembro-me com pesar de interlocutores próximos terem atuado em passado recente junto a parlamentares de extrema direita, para a aprovação de uma lei federal que previa a aplicação em escala nacional de um instrumento de rastreio de autismo. É bom que se lembre a frase que “se há dez pessoas numa mesa, um nazista chega e se senta, e nenhuma pessoa se levanta, então existem onze nazistas numa mesa”. Felizmente a Caderneta da Criança – com, sem ou apesar do MCHAT – continua sendo o nosso guia mor na produção de um cuidado integral às crianças no Brasil.

Quanto ao complexo industrial do autismo, vale a pena acompanhar o trabalho de Amanda Dourado, que tem pesquisado sobre o tema e deu uma aula preciosíssima a respeito²⁴. De fato, o autismo tornou-se um tema sobre dinheiro, lucro e visibilidade, uma indústria que capitaliza



*quanto às classificações,
que provocam discussões inflamadas
e apaixonadas, sua problematização
merece nossa calma e atenção.
Movimentos como “Stop DSM”
me parecem movimentos de natureza
proibicionista, porém aprendi
com os princípios que guiam
as práticas de Redução de Danos que
“da proibição nasce o tráfico”*

identidades. Um “laudo de autismo assinado pelo psiquiatra” e/ou as custosas avaliações neuropsicológicas têm sido consumidas como se pudessem ser “a revelação do que eu sou” ou a chave única para a reconstrução e ressignificação de biografias.

Quanto às classificações, que provocam discussões inflamadas e apaixonadas, sua problematização merece nossa calma e atenção. Movimentos como “Stop DSM” me parecem movimentos de natureza proibicionista, porém aprendi com os princípios que guiam as práticas de Redução de Danos que “da proibição nasce o tráfico”. Nesse sentido, posições dogmáticas em relação às classificações podem trazer mais prejuízos do que benefícios, e se nos dispusermos a olhar de forma mais pragmática para algumas funções das classificações diagnósticas, podemos evitar certos equívocos. A despeito das semelhanças dentro das categorias psiquiátricas, o DSM é bem diferente da CID, que é um amplo sistema de codificação relacionado à maneira como as pessoas interagem com os sistemas de saúde mundo afora. Apesar de sua nomenclatura, nem tudo ali é doença ou patologização, assim como seus códigos nem sempre se referem a um diagnóstico como um sinônimo de transtorno. Ao contrário, ela pode possibilitar a codificação de condições hostis de vida (vide categoria z55), assim como a codificação de sintomas



no entanto, o uso da CID não é um bom guia para o estabelecimento de condutas farmacológicas nem tampouco para a definição de prognósticos, que reproduzem o capacitismo ao situar o autismo como uma tragédia pessoal, cujo futuro é sombrio

isolados (categoria R40). É bom que se lembre também que a função fundamental da CID é ser uma ferramenta de apoio para tomada de decisões epidemiológicas e financeiras. Vejam o vídeo²⁵ em que a OMS apresenta a CID II.

No entanto, o uso da CID não é um bom guia para o estabelecimento de condutas farmacológicas nem tampouco para a definição de prognósticos, que reproduzem o capacitismo ao situar o autismo como uma tragédia pessoal, cujo futuro é sombrio. Importante lembrar que o devir, o futuro de cada um, é definido mais pelas condições socioeconômicas e pela capacidade das equipes que cuidam, do que por categoria diagnóstica A ou B.

Para debater a terceira função das classificações, gostaria de partir da pergunta “como se dá o encontro da pessoa com o diagnóstico?”, que Benilton Bezerra faz na introdução de seu livro *A criação de diagnósticos na Psiquiatria*

Contemporânea. Talvez este seja um dos pontos mais sensíveis dessa discussão. Se, por um lado, a indústria do autismo incentiva as pessoas a encontrarem na categoria autismo uma descrição de si e uma chave de produção de sentidos para seus estranhamentos, penso que tal sensação de pertencimento pode ser terapêutica, conforme aprendi nos coletivos com os quais convivi. Esses coletivos levam adiante importantes ações políticas em primeira pessoa e levam a sério o mote da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência “nada sobre nós sem nós”.

Para algumas pessoas, esse encontro com o diagnóstico não fará diferença, e para outras será devastador, ao sentirem-se condenadas a este suposto prognóstico sombrio. Vejo, ao mesmo tempo, muitos profissionais desperdiçando energia com o exaustivo enfrentamento “não, você não é autista” que pode desrespeitar e deslegitimar a chave identificatória que a própria pessoa escolheu. Parece-me ético e prudente acolher essa nova chave, ao invés de ficarmos capturados pelo incômodo de sua existência. Esse fenômeno parece-me mais um desdobramento do contexto socioeconômico do mundo ocidental no século XXI do que uma iatrogenia da expansão dos sistemas classificatórios.

A quarta e problemática função das classificações, “garantir acesso a direitos”, resulta de uma distorção da compreensão de como são concebidas as políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência no Brasil e no mundo. A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, o tratado internacional que o Brasil incorporou ao seu arcabouço legislativo na forma de Emenda Constitucional, traz um modo radical de enfrentar o modelo biomédico, afirmando que a deficiência não se reduz ao reconhecimento pelos profissionais de saúde sobre o que falha no corpo ou na mente – em qualquer de suas tantas formulações teóricas – mas que a deficiência resulta da interação de um corpo com impedimentos de um mundo deficientizante, um mundo hostil e opressor aos corpos e mentes desviantes. Ou seja, a deficiência não seria um sinônimo de um código

23 <<https://primeirainfancia.org.br/noticias/industria-do-autismo-influencia-politicas-publicas-pressiona-planos-e-se-expande-no-mercado-privado-diz-relatorio/>>.

24 A. Dourado, *A expansão do diagnóstico de autismo no contexto brasileiro atual: determinantes clínicos, sociais, políticos e econômicos*. Palestra ministrada no IPUB da UFRJ em 4 out. 2024. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Xtc7-UuHPM>>.

25 The World Needs Better Health Data ICD11, The global standard for diagnostic health information. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Eel6BvJqqb4>>.

da CID mas produzida por contextos e atitudes, seja pela ausência de rampas, por pessoas que não dominam Libras, pelas que veem o autismo como tragédia, ou as que desdenham modos de comunicação assistida ou ampliada. Todas as políticas voltadas às pessoas com deficiência – seja a Educação Inclusiva, o BPC e o acesso aos serviços voltados às pessoas com deficiência dentro das Redes de Cuidado à Pessoa com Deficiência (as RCPDs, irmãs das RAPS) – são (ou deveriam ser) apoiadas nessa nova perspectiva.

Infelizmente o campo da Saúde Mental não acompanha essa leitura importante e estratégica e acaba por reproduzir a noção de que “para cada deficiência corresponde um código da CID”. Há, no entanto, em andamento a passos largos,

a implementação de uma ferramenta preciosa chamada Instrumento de Funcionalidade Brasileiro Modificado (IFBR-M)²⁶ que pretende ser o modo oficial como o Estado Brasileiro reconhece as pessoas com deficiência. Recomendo que possamos conhecê-lo com atenção.

Por fim, para além das provocações, quero sempre poder contar com psicanalistas que possam compartilhar os princípios ético-clínicos que configuram o campo da Atenção Psicossocial no Brasil, e não somente na noção de sujeito, mas na construção permanente de redes, no imperativo da intersectorialidade, na noção de que “é preciso uma aldeia para criar uma criança”. Que possamos trazer para as nossas práticas os temas e as lutas de enfrentamento das desigualdades como o racismo, capacitismo, patriarcado e violências de gênero e etarismo.

²⁶ Brasil. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. *Relatório final do grupo de trabalho sobre a avaliação biopsicossocial unificada da deficiência*. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/pessoa-com-deficiencia/publicacoes/relatorio-final-gt-avaliacao-biopsicossocial-de-2024/relatorio_final_gt_avaliacao_biopsicossocial_unificada.pdf>.

Os destinos da raiva: o caso Stephanie

Nelson Ernesto Coelho Jr.

Comentado por:
Mauro Pergaminik Meiches e Celso Gutfreind

Nelson Ernesto Coelho Junior é psicanalista, doutor em Psicologia Clínica (PUC-SP, 1994), professor e pesquisador do Instituto de Psicologia da USP desde 1995. Idealizador e primeiro coordenador do curso de Especialização em Teoria Psicanalítica (Cogeae-PUC-SP). Autor, entre outros, dos livros *A força da realidade na clínica freudiana* (Escuta, 1995), *Adoecimentos psíquicos e estratégias de cura: matrizes e modelos em psicanálise* (Blücher, 2018) e *Ética e técnica em psicanálise* (Escuta, 2008, 2. ed.), estes dois últimos em coautoria com Luís Claudio Figueiredo, e organizador, com Adriana Barbosa, de *Sonhar: figurar o terror, sustentar o desejo* (Zagodoni, 2021).

Mauro Pergaminik Meiches é psicanalista, professor convidado do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae. Mestre em Psicologia Social e Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP.

Celso Gutfreind é psicanalista, membro titular com função didática da Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre, doutor em Psicologia pela Universidade de Paris, e escritor, com cerca de 50 livros publicados, entre psicanálise, poesia, crônicas e infanto-juvenis.

DOI: 10.70048/percurso.73.145-156

Não sei precisar quando recebi Stephanie pela primeira vez. Mas lembro que era uma época em que a comunicação fora da sessão se fazia pelo telefone fixo, pela secretária eletrônica ou pelo fax. Talvez por volta de 1995. Ela deveria ter 25 anos e tinha sido encaminhada por um ex-analisando que era amigo dela. Foi uma análise que se deu em três longos períodos, separados por alguns anos de intervalo, o último tendo terminado há mais de 10 anos. Entrou pela primeira vez na sala de análise com um ar ao mesmo tempo destemido e frágil e com muitas palavras para dizer. Começa contando que anda triste e desesperançada com o início de uma carreira que não sabe se é a certa para ela e com as difíceis experiências amorosas que tem vivido. Conta, ainda, que veio morar no Brasil quando tinha nove anos de idade. Seus pais decidiram sair com a família (ela tem uma irmã dois anos mais nova) do Canadá, da província de Quebec, porque o pai foi promovido pela empresa multinacional em que trabalhava, com a condição que aceitasse vir para São Paulo. Disse, em seguida, que teve muita raiva de ser obrigada a mudar de país. E, pior ainda, mudar para o Brasil, aprender uma nova língua, ter que construir novas amizades. O tom de voz estava mais firme e um pouco mais intenso. Com o olhar parece pedir alguma cumplicidade, como se fosse mais que evidente que eu deveria concordar com a desgraça que foi essa mudança de vida.

A história de vida de Stephanie parece ter sido a de uma menina e depois de uma adolescente muito voluntariosa, briguenta, que se imaginava uma princesa injustiçada, portanto, sempre um pouco deslocada e solitária, tanto no ambiente familiar como no ambiente social mais amplo. Nunca se sentiu reconhecida em seus esforços e

sempre se sentiu exigida. Em seu relato constrói uma infância em que mistura passagens idílicas e idealizadas (como as férias de esquí em Aspen, nos Estados Unidos da América, no hotel mais luxuoso, ano após ano, sendo tratada pelos funcionários do hotel e pelos professores de esquí como uma verdadeira princesa, dada sua aparência, mas principalmente dada a riqueza do pai), com momentos de terror, em que é violentamente repreendida pelos pais, com muito choro e raiva como resposta ao que sempre considerou exigências despropositadas deles. Sua irmã, muito mais poupada, é vista como desleixada e como alguém que sempre conseguiu gerar um outro tipo de preocupação para os pais. Segundo Stephanie, os pais acreditavam que sua irmã era uma causa perdida e entende que procuravam apenas fazer uma espécie de controle de danos. E, assim, a cacula parece ter conquistado uma longa moratória paterna: engravidou aos dezesseis anos, perdeu vários anos na escola e só terminou uma faculdade depois de muitas desistências e recomeços, sempre contando com o apoio irrestrito dos pais. Stephanie, por sua vez, se diz uma aluna exemplar, mesmo não gostando das escolas, da faculdade, dos professores e dos colegas. Se considera inteligente e talentosa, mas não brilhante. Brilhantes são algumas pessoas que ela conhece e idealiza (durante um período da análise ela fez questão de me incluir nesta lista).

Desde nossa primeira sessão diz preferir pagar por sessão, ao final de cada encontro. Naquela época, isso significava alguns minutos a mais na sala, ela fazendo o cheque e eu o recibo. Um ritual com mais de um sentido, com o qual nos habituamos. Deixava frequentemente recados na minha secretária eletrônica, entre uma sessão e outra, às vezes contando uma situação difícil e chorando, em outras apenas dando notícia de algo que havia indicado na última sessão que iria ocorrer. Mandava também textos por fax, com conteúdo semelhante, mas deixando assim uma marca um pouco mais material. Ocupava o espaço entre as sessões e sempre me perguntava se tinha ouvido ou lido o que havia mandado. Se achava especial



*apesar de muitas brigas,
Stephanie se dizia sempre muito
mais próxima do pai do que da mãe.*

*Com o falecimento do pai
veio a descoberta de que a sua
família tinha uma condição
financeira bem pior
do que a que imaginava*

para mim e queria atenção especial. Perguntava sobre outros pacientes e queria saber de quem eu gostava mais.

No primeiro período de sua análise acompanhei algumas paixões, alguns empregos, a perda do emprego do pai e, depois, sua morte. Apesar de muitas brigas, se dizia sempre muito mais próxima do pai do que da mãe. Com o falecimento do pai veio a descoberta de que a sua família tinha uma condição financeira bem pior do que a que imaginava. O que a fez se preocupar com a busca por melhor salário e por uma segurança financeira e social. Acaba por se casar com alguém que, segundo ela, nunca amou, mas que tinha boas chances de oferecer um futuro seguro. Nasceram duas filhas. Interrompe a análise.

Depois de um intervalo de sete anos, retoma a análise. O casamento estava bastante abalado, pouco encontro e muitos desencontros. Um longo e amplo silêncio dominou a relação do casal. Os barulhos ficavam por conta das filhas, que davam mais trabalho do que sua disposição permitia suportar. Conta que contratou, com dificuldade, uma funcionária para cuidar das crianças e assim poder voltar a trabalhar. Monta uma sociedade com uma colega da faculdade e consegue algum sucesso. Se agarra ao trabalho para não pensar no casamento e nas filhas. Nas sessões fala sem parar, deita-se no divã, se levanta, anda pela sala, comenta sobre os móveis, os quadros e as cores que escolhi depois de uma reforma.



*ela diz que dorme pouco
e sonha muitas vezes
com o penúltimo namorado,
em situações em que a enorme raiva e
o ódio com relação a ele aparecem
das mais diferentes formas, mas em
geral retratando o seu desejo
violento de matá-lo*

Às vezes se senta no chão, apoiada na poltrona que fica na frente da minha. Em muitas sessões só chora. Em outras, animada, conta de projetos e de conquistas que acredita que ainda fará. Ao final desse segundo período de análise, resolve se separar do marido. As filhas ficam com ela.

No início do terceiro período de análise diz que está perdida, que buscou novos amores, que não sabe mais que direção dar para a sociedade profissional e para os trabalhos, que se seguem sem muito resultado, apenas o suficiente para complementar o valor que recebe de pensão do ex-marido. Um dos pontos de preocupação e alguma angústia nesta época era a sexualidade da filha mais velha. Só aparece com amigas, não teve namorados e já está com 20 anos. Acha que ela pode ser homossexual. Insiste para que eu indique uma analista para a filha. Indico. Durante todas as sessões nos próximos três meses me pergunta se já conversei com a analista e descobrei se a filha é ou não homossexual. Digo que não sei e que não converso com minha colega sobre a filha dela ou sobre ela. Faz cara de “pidona” infantilizada e pergunta se não posso abrir uma exceção em minha ética e fazer o que ela pede. Digo que não. De “pidona” ela passa para furiosa e reclama que assim eu não a ajudo. Percebo que fica mais incomodada de ser deixada de fora, excluída da intimidade da filha (e de uma fantasiada intimidade minha com a analista da filha), do que propriamente por se certificar sobre sua vida sexual.

Acha que a filha a culpa por suas próprias dificuldades e, por alguns momentos, se sente mal por não ter conseguido (ou mesmo, não ter querido) ser a mãe perfeita que um dia sonhou que seria.

Depois de se separar do marido estabelece um primeiro e depois um segundo namoro relativamente longos. O primeiro, uma antiga paixão da adolescência, que reencontrou também separado de seu casamento inicial e que parecia ser o relacionamento que sempre esperou e desejou. Aos poucos a paixão baixa e a frustração e o ressentimento tomam conta dos relatos do cotidiano nas sessões. O mesmo movimento se repetiu com o segundo namorado. Foi abandonada pelos dois. Ou, pelo menos, pensa que foi.

Apresento a seguir duas sessões desse período que aconteceram na sequência e que indicam bem o modo como Stephanie e eu construímos nosso trabalho analítico.

Primeira sessão

Stephanie entra e se senta no chão, apoiando as costas na poltrona que está na frente da minha. Não é a primeira vez que escolhe essa posição. Em momentos mais difíceis parece precisar do chão. Começa a falar se queixando muito dos últimos dias e noites, em que a raiva dos dois namorados que teve depois da separação do casamento praticamente a impediu de trabalhar e dormir. Para dormir tem tomado Frontal, mas mesmo assim diz que dorme pouco e sonha muitas vezes com o penúltimo namorado, em situações em que a enorme raiva e o ódio com relação a ele aparecem das mais diferentes formas, mas em geral retratando o seu desejo violento de matá-lo (conta que no dia da separação, há um ano, disse para ele: não vou me matar, como a sua ex-mulher – segundo ela, dando a entender que seria mais provável matá-lo do que se matar). Sonha também com situações em que ele fracassa. E ela goza o fracasso dele.

Pergunto de onde ela acha que vem tanta raiva.

Ela diz que acaba de se lembrar de uma cena da infância ainda no Canadá (com quatro

ou cinco anos) em que a mãe queria cortar o cabelo dela. Ela não queria deixar, de forma alguma. O pai se aproxima e diz que ela tem que deixar. Ela se recusa. Ele ameaça, dizendo que vai rasgar em pedacinhos o livro que ela mais gosta, que é talvez a coisa que ela mais gosta entre as que possui. Ela diz que ele pode rasgar, mas ela não vai deixar a mãe cortar o cabelo. O pai rasga o livro em pedacinhos. Ela acha que depois, enquanto estava dormindo, eles ainda cortaram o cabelo dela.

Diz que se lembra de ter sentido algo parecido, neste dia da infância, com o que vem sentindo nas últimas semanas. Lembra também que um ano depois (com seis anos), na escola (para a qual não queria ir de jeito nenhum), todo dia espancava um menino, que atônito não conseguia se defender. Batia mesmo, com muita vontade, mas não era por raiva do menino, segundo ela era só para deixar claro para a mãe e as professoras que não queria estar ali. Conta mais algumas coisas que ocorreram no trabalho nos últimos dias, que tem às vezes ficado com raiva da sócia, mas que esta parece compreendê-la e não “aceita” a briga. Encerro a sessão dizendo que se eu não a conhecesse há tantos anos e não soubesse que ela gosta de mim, teria muito medo dela, da raiva dela. Percebo imediatamente que ela fica bastante desconcertada. Ela paga a sessão, eu faço o recibo e ela sai.

Segunda sessão

Ela entra, se senta na poltrona, me olha diretamente e pergunta: você falou a sério ou estava brincando quando falou aquilo na última sessão? Eu acho que você falou a sério. Fiquei pensando muito nisso, teve muito impacto. Na forma como você disse, quase se expondo, parece que estava falando algo de verdade, algo espontâneo, seu.

Digo que sim, que falei a sério.

Ela diz que se impressionou muito e que teve a sensação de ter se visto em um espelho. Que ela no geral se sente vítima das situações amorosas que tem vivido. Os dois últimos abandonos. Mas



*hoje consegue reconhecer
que uma das coisas que a atraiu
no ex-namorado é que ele era
um adversário à altura dela.
Stephanie percebeu que a relação
estava terminando, mas não teve
coragem de perceber plenamente.
Afinal, era tudo tão bom*

que reconheceu, quando falei, a grande força de sua própria raiva, o poder que ela tem e que tem usado tão mal nas relações afetivas. Mas que estranhamente se sentiu melhor nestes últimos dias. Que teve um sonho diferente, com menos raiva, embora antes de dormir e ao acordar, continuasse com raiva do penúltimo ex-namorado.

No sonho ela está em uma casa que não é a casa dela e também não é uma casa em que gostaria de morar, mas aceita a casa que pode ter. A casa está com as paredes descascando, meio esfoladas, com os tijolos aparecendo. Irrita-se com o empreiteiro que não consegue consertar as paredes de uma vez por todas. Ele conserta e a argamassa volta a soltar. Desiste de brigar e aceita a casa como ela é. Está em casa só com a filha menor e a sócia e uma amiga de muito tempo da filha menor, que está dormindo em uma cama de armar. Associa dizendo que sente que, mesmo recebendo críticas delas, é só com essa filha e a sócia que pode contar de verdade. Percebe também que gostaria de ter algumas das qualidades do ex-marido, com quem foi casada por 15 anos (de quem se separou há quatro anos para ficar com o penúltimo ex-namorado, grande paixão que durou três anos). Gostaria de ser capaz, como ele, de ter sido abandonado, se recuperar, não se consumir em raiva e se refazer. Fala, em seguida, que hoje consegue reconhecer que uma das coisas que a atraiu no ex-namorado é que ele era um adversário à altura dela. Stephanie percebeu que a



fico uns minutos pensando na qualidade do sonho, na forma como representa a transformação da raiva em uma construção. Construção sempre imperfeita e com dor, mas ainda assim uma construção que conta com ajuda e apoio afetivo para a compreensão de quem ela é

relação estava terminando, mas não teve coragem de perceber plenamente. Afinal, era tudo tão bom

Comentário de
Mauro Pergaminik Meiches
A parede esfolada

A língua materna é o mais potente veículo de expressão de afetos agudos, para o bem e para o mal. A raiva raramente se expressa a contento em outro idioma, a paixão amorosa também. Amar e odiar “juntam” afeto e representação da maneira mais inequívoca possível quando falamos amor e ódio em nosso idioma. Até acontece dizê-los em outra língua, mas a carga e a precisão tendem a sair prejudicadas.

No começo da Internet, fui a uma lanhouse (alguém lembra?) em uma cidade estrangeira e não conseguia acessar o servidor no Brasil. Por dias!!! Na última tentativa fracassada, soltei um PQP! (na verdade, uma sequência impublicável de palavrões), e os dois brasileiros até então desconhecidos, à direita e à esquerda, começaram a rir e confirmaram a mesma frustração. A interjeição foi sonora, senão não funcionaria, e a coincidência de três falantes de português sentados em sequência só pode ter ocorrido para completar o raciocínio de que falamos para sermos ouvidos. Falar é um apelo ao outro semelhante e um recibo

e parecia para sempre, mesmo que a filha menor sempre dissesse que o namorado era péssimo e que achava que aquilo não ia durar. Paga a sessão e sai dizendo que está bem melhor e que vai tentar diminuir o Frontal, já que a psiquiatra recomendou um fitoterápico.

Fico uns minutos pensando na qualidade do sonho, na forma como representa a transformação da raiva em uma construção. Construção sempre imperfeita e com dor, mas ainda assim uma construção que conta com ajuda e apoio afetivo para a compreensão de quem ela é e serve como um espaço para uma vida menos idealizada. Fico com a imagem da parede esfolada. Sou interrompido em minha fantasia contratransferencial de empregado/analista. É hora da próxima sessão do dia.

ao Outro que nos define. Sabemos da performatividade do ato de fala em psicanálise pelos escritos, por exemplo, de Monique Schneider e de Lacan. Falar já é a transformação, com o perdão do Conselheiro Acácio.

No belíssimo *A escrita ou a vida*, Jorge Semprún conta o reencontro com a liberdade na saída do campo de concentração ao ouvir o espanhol. Era para ele a língua primeira, secundada pelo francês que também lhe foi materno a seu tempo e que “competia” com o primeiro em sua vida de exílio político. Virou naquele instante a língua da libertação, do fim do inominável, momento histórico (literal e simbolicamente). O que não tinha nome havia sido interrompido num idioma específico, num acaso feliz, num resgate fundante onde o materno, por assim dizer, recomeçou.

Na língua materna está a nomeação do mundo, sem a qual não vamos muito longe na vida tanto psíquica como civilizada em geral. A transmissão da Lei, a sucessão de gerações, nossa história progressiva, *a nomeação do trauma*,

criam um habitat originário para o sujeito, onde ele se move e se faz representar. Lugar de repouso e de sintoma ao mesmo tempo, lugar de estar e de mal-estar.

Stephanie era uma “princesa” rica em inglês (ou será francês?) no Canadá. Aprendeu a ser pobre (remediada) e uma “princesa injustiçada” em português. Criança imigrante, acabou fazendo análise no Brasil, já adulta. O aprendizado da nova língua esteve eivado de raiva. Porém, desde criança, Sua Majestade já ouvia advertências parentais cheias de exigências e recriminações em nítida diferença com a leniência dispensada à irmã. O narcisismo já nascia esfolado, para introduzir a imagem do sonho relatado que está no título deste comentário. Fiquei curioso em saber em que língua se davam essas mensagens e em que língua se dava a análise. Para relatar momentos de lembrança da infância, com seus ditos, havia variação de idioma? O sensorial do sonoro pode entrar mais ou menos amortecido/embrutecido pelo buraco do inconsciente que nunca se fecha (Lacan). A vociferação ou a música aos ouvidos são duas possibilidades bem diferentes entre si.

Romance familiar à parte, o terror se instala a cada destituição narcísica que sofre. E não é para menos. Uma coisa é a sucessão de enunciados que impõe limites ao despotismo infantil, vulgarmente chamada de educação. Outra, no Canadá ainda, é a cena em que ela se recusa a cortar o cabelo: o pai a ameaça e acaba por rasgar seu livro preferido (Freud e o sonho da monografia botânica às avessas), e pai e mãe cortam seu cabelo enquanto ela dormia. Fantasia ou não, a voltagem da narrativa é sádica e reverbera no espancamento repetido e sem motivo aparente do coleguinha da escola, numa reedição antológica do *bate-se numa criança* freudiano.

Por essa atitude violenta (e sensorial) subsequente ao atentado corporal, deduzo que o traumático se concluiu nesse momento, ganhando a forma definitiva com esse último acontecimento/relato. As relações afetivas sofrerão as consequências dessa marca num caldeirão de infelicidade, muitas idealizações de pessoas que se refazem



*narcisismo e sua contraparte
onipresente, a agressividade.*

*A granel! Reina o modo de existir
do pai imaginário do segundo
tempo do Édipo lacaniano: aquele
que rivaliza, compete, viola,
disfarça a falta que sofre
(a bancarrota econômica)*

facilmente das adversidades, raiva e busca de “um adversário (!) à altura dela” na parceria amorosa. Ironias da vida, e isso é humano demasiado humano, o casamento, que termina mal, começou na busca de proteção ante a queda vertiginosa da posição socioeconômica da família. Parecia não se tratar de uma escolha amorosa, mas da reedição em sua vida de uma presença odiosa e potente.

Dada a pregnância da posição sintomática, a repetição de um padrão é quase automática, como se pode ler na idealização odiosa que Stephanie faz da recuperação do ex-marido quando da separação. Ele conseguiu, ela não. Ou um ou outro. Narcisismo e sua contraparte onipresente, a agressividade. A granel! Reina o modo de existir do pai imaginário do segundo tempo do Édipo lacaniano: aquele que rivaliza, compete, viola, disfarça a falta que sofre (a bancarrota econômica), mas não acalma a prole com a transmissão de uma proibição, um limite, eventualmente um norte. Como consequência, filha repetindo mundo afora a arapuca familiar e a irmã mais perdida que cachorro em dia de mudança. É notável que comportamentos, regras, restrições, quando mal falados ou mal escutados, apesar de darem notícia de uma estruturação neurótica, contam também de feridas narcísicas que não cessam de causar uma dor que já poderia ter se tornado silenciosa, daquelas muitas que carregamos pela vida. De vez em quando incomodam, mas no mais passamos batido porque é do jogo.



*no caso, a qualidade
esfolada aparece num sonho
em que o empreiteiro
não consegue completar direito
o serviço contratado.
“A casa está com as paredes
descascando, meio esfoladas,
com os tijolos aparecendo.”*

A raiva frequenta essa análise, como não poderia deixar de acontecer. E a interpretação dela em transferência suscitou-me um incômodo e muitas questões, todas atuais e velhas de guerra! Nela, o analista (ele se confessa homem no último parágrafo do relato para mim ainda anônimo com um *interrompido*. O inconsciente é muito rebelde às regras! Ou será que é uma armadilha para o comentador?) nomeia a raiva e fala do medo que sentiria da paciente se não a conhecesse. *E se não soubesse que ela gosta dele*. Ora, se estamos falando da dificuldade de amar, ela consegue gostar de alguém sem odiar? Gostar em transferência é gostar dele ou de um semblante transferencial que ela investe, sem saber bem o que está fazendo, porque precisa aprender algo diferente para viver, para se curar? Não é esse o jogo a que nos prestamos como analistas? Para ela, as filhas também são um fardo. O gostar/amar entra, a meu ver, na toada narcísica tão cheia de armadilhas nesse caso, e merece uma distinção cirúrgica de tudo o que de ódio vem junto quando se trata de encarar uma parceria de qualquer ordem. E, ressalvemos, a nomeação da raiva funciona muito bem como interpretação, dada a resposta dela na sessão seguinte. Não é obrigatório acionar o ódio para se defender do amor. O atentado já aconteceu, ela já pode, há tempos, escolher o corte de cabelo. Os dois afetos nem sempre andam juntos, embora a história da humanidade me desminta estatisticamente nessa colocação. Há gradações possíveis na escala de sons e tons.

E aí chegamos ao sonho que tem a ver com o título que escolhi para este comentário.

A imagem título antropomorfiza a parede. Esfolada é adjetivo que se usa para pele, podendo ser metáfora onírica para uma situação psíquica de afetos cujo sujeito está avariado, depois de estar à beira de um ataque de nervos. Se a parede desenha um contorno, uma morada ou proteção, esfolada ela continua em pé, cumprindo a função, ainda que com um acabamento danificado. O desconforto narcísico nem de longe ameaça a importância da estrutura, fato que não pode ser desprezado como sucesso relativo de uma análise.

No caso, a qualidade *esfolada* aparece num sonho em que o empreiteiro não consegue completar direito o serviço contratado. “A casa está com as paredes descascando, meio esfoladas, com os tijolos aparecendo.” A imagem serve para o analista sublinhar a queda ainda que parcial da idealização que orienta a posição subjetiva da analisante em questão. Ou, podemos ainda estar na situação transferencial em que um homem é convocado (o empreiteiro analista) para absorver o montante de raiva que a paciente cultiva contra o gênero, num desenho clássico de histeria. O interessante é que essa figura é incompetente (que alívio!), mas construiu algo que parou em pé. Não é ocioso lembrar que a histérica quer derrubar o mestre de seu lugar... Mas, ainda que deixando a desejar (*et pour cause*), alguém deu conta do recado, construiu um algo cujo acabamento está por ser feito. A insatisfação que mantém aceso o desejo está garantida. A falta precisa funcionar a favor de Stephanie, não contra ela como sintoma. O desejo do sonho é um desejo de falta, de poder desejar em última instância, contra o dito parental que a condena a obedecer.

Será indiferente a questão posta no lapso do autor que denuncia seu gênero? Por que ao fazer uma indicação ainda perguntamos se quem pede quer analista homem ou mulher? Ainda mais hoje com tantas questões colocadas pelo conceito de gênero?

O gênero (sexo?) do analista, a idade, a cor da pele, podem ser questões que pensamos de

diferentes formas no dia a dia dos encaminhamentos. O quanto da diferença sexual determina os trânsitos transferenciais – para este sujeito especificamente a indicação deve ser a de uma mulher (ou a de um homem) –, o que inspiraria mais confiança ou adesão – para aquele uma pessoa mais velha, para a criança alguém mais novo, para um paciente negro, um analista negro –, enfim, tudo isso traz uma mistura de imaginarização e idealização, para não dizer de preconceito, que torna a questão interminável, quando não insolúvel. A meu ver, a questão foge da discussão analítica e a indicação vem sempre, no mínimo, com um dos joelhos esfolados...

As coisas se definem em padrões muito mais múltiplos e diversos hoje. Vejam o que um simples lapso me leva a conjecturar sobre o que ouvi durante a minha já longa formação, o que os novos paradigmas podem trazer e, ponto desde sempre irreduzível e que permanece irreduzível, a importância da análise do analista para não confundir posição transferencial com qualidade pessoal, ainda que, entre tantos outros, a corporeidade (em termos amplos) do analista não tenha sido um tema freudiano, nem poderia.

Para voltar ainda ao começo deste comentário, e porque o caso clínico convida a pensar nisso, há uma situação em que seria desejável que a indicação

»»

para voltar ainda ao começo deste comentário, e porque o caso clínico convida a pensar nisso, há uma situação em que seria desejável que a indicação de análise contemplasse uma condição: que o analista pudesse acompanhar o paciente em sua língua materna.
Acompanhar, não falar.

de análise contemplasse uma condição: que o analista pudesse acompanhar o paciente em sua língua materna. Acompanhar, não falar. Conseguir escutar uma reverberação originária, onde podem ter acontecido inscrições insuspeitas, às quais o sujeito continua respondendo sem saber.

A questão permanece em aberto para inúmeras conversas, mas ela ancora sua potência quando temos uma situação clínica e um corpo real que suporta a transferência. E um analista que diz para a paciente, entre o bem-humorado (tomara) e o sincerizado, que teria medo da raiva dela!

A intervenção teve efeito analítico. Boa aposta, jogo jogado.

Comentários de Celso Gutfreind

Ao ler o caso de Stephanie, deixei primeiro impregnar-me pelas minhas sensações como se a recebesse eu mesmo, encontrando-a através daquela dupla. Horas, talvez dias depois, consultei melhor meus pensamentos, sobretudo esses que aparecem nos dois próximos parágrafos. Não que já não os tenha pensado antes, ao menos em fragmentos deles, mas aqui soam de forma que não soariam sem Stephanie e sua analista¹. E já introduzo a dualidade variante-invariante que nos acompanhará durante os meus comentários.

Nós, psicanalistas, acreditamos na importân-

cia das histórias. Para além dos genes, dos neurotransmissores, presentes em átomos e nas células, pensamos que, com suas tramas, intrigas, personagens, tempo e espaço, essas histórias nos forjam, nos formam, nos adoecem, nos fortalecem. E nos curam, dentro do que é possível curar, quando se trata do que somos, ou seja, histórias que transcendem as curas. Elas são o carro-chefe de nosso trabalho, o cenário onde, quando e como atuamos. Nelas atentamos aos fatos (e fantasias), aos fenômenos que aconteceram (e não aconteceram), antes da chegada ao encontro com o analista² e, de-



*essa psicanálise
que estudamos e praticamos
também acredita que toda história
é original, plena de variantes
que precisam ser conhecidas,
compreendidas, empatizadas
e transformadas.*

pois, no que chamamos de transferência ou reedição (da história) neste (re)encontro³, quando, por exemplo, Stephanie mostra, na relação com a sua analista, o medo de um rompimento e uma dificuldade no apego. Em nosso trabalho, não se trata de focar num diagnóstico ou oferecer um protocolo, mas embrenhar-se nela mesma, a história.

Essa psicanálise que estudamos e praticamos também acredita que toda história é original, plena de variantes que precisam ser conhecidas, compreendidas, empatizadas e transformadas. Eis parte substancial de nosso trabalho. Artesanato entre dois com suas multitudes até então inominadas. Importante dizer que o nosso conceito de história aqui é amplo, incluindo a história da captação de conteúdos

pré-verbais, pré-simbólicos⁴, o que transcende contar-ouvir histórias, ao recuperar os seus primórdios. E há também invariantes, essas que são comuns a todas as histórias, e que fizeram Freud acreditar que as manifestações histéricas (históricas) de suas pacientes valeriam para todos os outros, ou seja, para todos nós, valendo sistematizar, a partir de uma clínica parcial, um corpo de teoria que pretendesse abarcar a todos. E abarca até deparar com uma variante que precisará de uma teoria da teoria, daí também o fascínio do que fazemos como uma ciência de uma arte sempre nova e surpreendente. Convém – eu penso – jamais esquecermos que trabalhamos com a pessoa que somos, capaz de promover transformações (por ser pessoa), por mais que precise estar amparada por noções e teorias.

Na história de Stephanie, surgem pelo menos duas invariantes que parecem fundamentais para o seu sofrimento psíquico, este que a levou à análise. A primeira é essa ferida narcísica a que Freud aludiu desde o começo, bem como ao longo de toda a sua obra, e não só nos textos específicos sobre o tema, como sobre a infância de Leonardo da Vinci⁵, e na clássica introdução ao narcisismo⁶, introduzido de fato antes disso, com o próprio Leonardo.

Disso se vale a arte e para isso atentam em vida analistas com a escuta (da história) de seus analisandos. Aqui interessa como nos despegamos. Como perdemos e nos perdemos sempre⁷. Como abrimos mão dessas perdas contínuas em nosso ciclo vital. Por isso, na história de Stephanie, avulta desde o começo a história de uma princesa perdida (mais precisamente, injustiçada), pela mudança de país, pela passagem do tempo, pela perda da condição econômica da família, pelo fim da infância, pelo fim das férias maravilhosas em Aspen, pela vida como ela é, ou seja, que passa, que é transitória, que macula, que se perde, que morre como o pai morreu. Disso nem a Stephanie de Mônaco escapou. Aqui conto uma história pessoal, porque ela me ocorre no encontro com a dela, e uma análise – ou seus comentários – proporciona isso. Eu estava voltando de Paris, onde havia morado por

- 1 Figuro para o caso, desde o começo, uma analista mulher, embora, no final, haja no relato uma expressão de concordância com o masculino. Mas é que havia feito a hipótese de que, dada a presença de conflitos arcaicos nas interações precoces de Stephanie, sobrepõe-se uma função materna que remeteria ao feminino.
- 2 J.-P. Sartre, *Esboço para uma teoria das emoções*. Porto Alegre, L&PM, 2023. M. Klein, *Inveja e gratidão e outros trabalhos*. Rio de Janeiro, Imago, 1975/1991.
- 3 S. Freud. A dinâmica da transferência, in *Edição standard das obras psicológicas completas*, v. XII. Rio de Janeiro, Imago, 1912/1996.
- 4 W. Bion. *Eléments de la psychanalyse*. Paris, PUF, 1963/1979.
- 5 S. Freud. Leonardo da Vinci e uma Lembrança da sua Infância, in *Edição standard das obras psicológicas completas*, v. XI. Rio de Janeiro, Imago, 1910/1996.
- 6 S. Freud. À guisa de introdução ao narcisismo, in *Obras psicológicas de Sigmund Freud*. Trad. Luiz Alberto Hanns. Rio de Janeiro, Imago, 1914/2004.
- 7 M. Andrade. *A lição do amigo – cartas de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1982.

seis anos, e não conseguia contato telefônico com a empresa que organizava a minha mudança. Muito angustiada, mandei um e-mail avisando que queria desfazer a combinação, pois não estava sentindo confiança no contrato. A resposta imediata foi seguida, um dia depois, pela visita domiciliar de um funcionário da empresa, que chegou com um artigo psiquiátrico sugerindo que a mudança de país constava entre os maiores desencadeantes de uma depressão. A propósito, qual a sua profissão, ele me perguntou.

Quanto à Stephanie, aqui já não é suficiente que a irmã decepcione os pais com suas atitudes e ela, não: todos nos decepcionamos e decepcionamos os outros, essa é a única certeza da vida além da morte, e o ingrediente da arte. Um dia (ou todos), encontraremos a mácula (a falta, a lacuna, o rombo), e a forma como podemos lidar com ela é que decide com o quanto de saúde mental podemos contar. O poeta Mário Quintana⁸ tem aqui uma imagem precisa: a vida cobra de todos nós a sua pesada moeda, eis a invariante. Quanto às variantes de Stephanie, já se encontram citadas em nosso comentário. Ali estão bem descritas as faces de sua pesada moeda.

A história dela sugere essa falha em seu psiquismo, daí ser descrita como frágil, já no primeiro encontro com a analista, porque essas feridas inevitáveis nos tornam frágeis mesmo, no frágil aparelho da mente, como se referia Freud. A isso parece essencialmente acoplada a sua raiva pouco contida e extravasada no colega (material da primeira sessão), quando precisava ir à escola (ferida narcísica) e não queria. Lembremos que o título do material é justamente os destinos da raiva, da soltura à construção. Importante dizer aqui, sempre atento à história, que na história da raiva, essa começa (estamos ignorando eventuais lembranças encobridoras), de acordo com o relato de Stephanie, quando, aos nove anos, vê-se obrigada a mudar de país. Espancar o colega (que não se defendia), aliás, foi compreendido como a expressão deslocada dessa raiva como uma história que levasse a outra, no ritmo de uma análise interessada nelas.



*quanto à Stephanie,
aqui já não é suficiente
que a irmã decepcione os pais
com suas atitudes e ela, não:
todos nos decepcionamos
e decepcionamos os outros,
essa é a única certeza da vida
além da morte, e o ingrediente da arte*

Poder relatar tudo isso para a sua analista coincide, não ao acaso, com o primeiro momento de voz mais firme e menos frágil da analisanda, sequência que se candidata à outra invariante de uma análise, essa *talking cure* (Freud e Breuer). No jogo invariante-variante de uma história, há um outro ponto importante que passa por uma região vaga a que podemos chamar de confiabilidade, no contexto de uma verdade psíquica. Esse segundo aspecto, aliás, parece fragilizar a analisanda para o primeiro (aspecto) e não nos preocupamos com a ordem aqui trazida, pois também tentamos, como comentaristas, uma escuta de inconsciente para inconsciente, por mais que esteja mediada por dois textos, de forma que o que estamos dizendo agora pode ter sido mais decisivo do que aquilo que dissemos até então. E é.

Assim pensamos mais no contexto de um Winnicott ou no apego de um Bowlby⁹ que é esse apego tanto mais seguro (de um ambiente mais confiável), tanto quanto sejam as interações precoces mais confiáveis, com ritmos (confiáveis), desembocando, mais tarde, no momento de aquisição verbal, quando as verdades poderão continuar sendo contadas, ou não. No caso de Stephanie, não ou pouco. O fim inevitável do idílio, a perda inevitável do paraíso costuma ser omitida pela família. E, aqui, há mais e antes, mantendo em nosso relato de comentarista a desordem cronológica inconsciente: os pais aparecem descritos como muito exigentes e pouco acolhedores (da



*a oportunidade de sentar-se
ao chão, chorar e ser ouvida
parece ter sido maior do que
qualquer interpretação inteligente,
bem como surge como essencial
a presença da pessoa da analista
confessando o seu temor pela raiva
da analisanda*

raiva da filha), ao que a irmã parece ter reagido com a explosão de um comportamento rompedor e desafiador, enquanto Stephanie permanece sobreadaptada, vindo a pagar o alto preço (neurótico) disso. Falta-lhe escuta, acolhida, ser ouvida chorando sentada no chão (vide sessões que o recuperam), diante de seus sofrimentos legítimos (e quais não seriam?) – o que a analista, valendo-se da transferência, poderá oferecer. O tratamento especial que busca junto a ela, ao retardar o preenchimento do cheque ou mandar bilhetes no intervalo das sessões, parece guardar o sentido de recuperar não uma atenção especial, mas uma que possa oferecer cumplicidade de olhar e acolhida, forças motrizes da (re)construção de nossa subjetividade.

Este modo de apego é que parece replicar-se em seus relacionamentos futuros – namoros, dois casamentos – que optam pela retomada de um paraíso impossível (primeiro marido), seguida de decepção, incluindo a relação com a analista. Modelos inconfiáveis de apego não suportam desapegos ou decepções, onde se juntem os dois aspectos, de acordo com minha estética de recepção,

8 M. Quintana. *Nova antologia poética*. Rio de Janeiro, Codecri, 1981.

9 J. Bowlby. *Attachement et perte, vol.2, La séparation – angoisse et colère*. Paris, PUF, 1973/1978.

10 D.W. Winnicott. *Los procesos de maduración y el ambiente facilitador: estudios para una teoría del desarrollo emocional*. Buenos Aires, Paidós, 1965/2002.

11 Com o decorrer da análise e a transformação dos destinos iniciais da raiva, já posso dispensar a função materna do(a) analista.

na leitura dessa história, entre variantes e invariáveis, o que é sempre bom frisar. À estética da recepção tomo emprestada essa noção advinda da teoria da literatura, quando essa passa a levar em conta, em seu arcabouço, também o receptor-leitor, o que, aplicado ao “texto carnal” de uma análise, leva-nos a pensar que cada analista dispõe de elementos originais para a sua “leitura” do material analítico, de forma que duas análises seriam invariavelmente diferentes. Outra escuta geraria outros comentários; outra escuta minha em outro momento, idem, o que traz a variante de uma psicanálise como um encontro único e artesanal.

Felizmente, há essa análise como a oportunidade de contar a mesma história novamente, sem a pressa dos tempos contemporâneos (a história analítica de Stephanie é longa e conta com três fases), com um espaço aberto para a compreensão da primeira versão, abrindo espaço para uma escuta sem exigências, sem ameaças, sem explosões – como a do livro predileto da filha rasgado pelo pai porque ela não queria cortar o cabelo – para a construção de uma nova história. Sim, ainda é atual e presente, em uma clínica como essa, o quanto a neurose provém de traumas, e violências e autocracias participam deles.

Uma clínica com direito a dois “sobretudos”, entre a escuta verdadeira e o sonho. A oportunidade de sentar-se ao chão, chorar e ser ouvida parece ter sido maior do que qualquer interpretação inteligente, bem como surge como essencial a presença da pessoa da analista confessando o seu temor pela raiva¹⁰ da analisanda, de forma verdadeira e autêntica, entre a primeira e a segunda sessão, quando Stephanie havia reagido com muita raiva diante da recusa da analista em interferir no tratamento da filha, encaminhada para outro analista. Isso a surpreende, porque a reação da(o)¹¹ analista, na cena presente, não corresponde a daqueles pais borrifados pelas projeções de seus próprios pais, narcisicamente esperando uma filha sobreadaptada, exigindo performances de majestades na tentativa parental doidivana de preencher as próprias faltas. Mas, sim, uma analista em carne osso, escutando a dor do outro e nada

exigindo que não seja a possibilidade da escuta de uma história com a penca de todas as suas dores e não ditos.

E, no segundo sobretudo, a valorização do sonho, porque é através dele que Stephanie se relança, como variante e invariante de todas as histórias, quando, depois da trama cocriada com a analista, consegue sonhar com uma casa onde raiva, gratidão e satisfação já são possíveis... O sonho entra aqui como via (régia) de acesso à cura possível, mas também como a imagem do que a

casa da psicanálise oferece: a partir de um novo encontro, a transformação até mesmo e, sobretudo (o terceiro sobretudo) de nossa casa da infância, desde um castelo encantado (idealizado) a uma moradia possível.

Esse é o caso quase literal da história de Stephanie com a sua analista, mas, como previu Freud com as suas pacientes histéricas, abrindo-se espaços para a subjetividade diante dos destinos, uma nova história é capaz de ecoar, transcender e, assim, representar a todos nós.

Dolto em debate

João Rodrigo Oliveira e Silva

Resenha de Luciana Pires (org.), *Françoise Dolto: cultura, psicossomática e clínica*, São Paulo, Blucher, 2023, 221p.

Françoise Dolto, aos 8 anos, formulou que queria ser *médica da educação*, nos contam diversos autores nesse livro que reúne analistas e uma pediatra para tratar de seu legado. A ideia infantil de ser *médica da educação* reverbera na apresentação da origem da vocação de Dolto e também numa visão de psicanálise interessada nas crianças. Dolto aposta, desde os primórdios, numa medicina que considera o corpo vivo e *almado* e uma educação que sublinha o papel mediador dos adultos na formação do espírito da criança. A expressão *médica da educação*, oriunda das memórias da própria Dolto, reaparece em diversos capítulos e ilustra a experiência da leitura dessa obra: na sucessão de capítulos reaparecem chaves do pensamento da autora para cada vez trazer novos aportes ou perspectivas.

O livro derivou de um evento sobre Dolto, realizado em 2018, e traz em si algo do clima de um simpósio. Lê-lo é como adentrar o auditório em que debatedores afinados apresentam suas ideias sobre a autora, ao mesmo tempo que a prestigiam. Ele está composto por onze capítulos distribuídos em três grandes temas sobre as

contribuições do pensamento de Dolto para a cultura, a psicossomática e a clínica.

A primeira parte traz três textos que percorrem fragmentos da biografia de Dolto para exaltar certo aspecto de sua inserção na cultura como uma divulgadora do saber e ética psicanalíticos para um público mais vasto, ao menos em sua terra natal. Um quarto texto dessa parte inicial interliga a ética da psicanálise de Dolto, já apresentada nos capítulos anteriores, com a dimensão expressamente clínica dessa posição e com referências à psicanálise freudiana. Articula, de certo modo, a primeira seção desse livro com a última.

Em seguida, na segunda parte, que trata de psicanálise e psicossomática, temos três capítulos que propõem a interlocução entre esses campos a partir da clínica médica, da clínica psicossomática e das neurociências.

Por último, na parte final, vêm quatro capítulos dedicados a pensar casos clínicos de Dolto. Um deles se ocupa a considerar o caso Claudine, e os outros três são devotados a analisar sessões do caso Dominique, numa série rica e detalhada de reflexões sobre um mesmo caso. Vale dizer que, ainda que tal seção final seja nomeada de clínica, os casos, vinhetas e a sensibilidade clínica comparam no livro todo, para o deleite do leitor interessado no fazer psicanalítico.

Através dos diversos capítulos, também vale mencionar, vemos elementos que se repetem e dão a tônica da assimilação que os autores fizeram do pensamento da psicanalista. A organizadora destaca alguns desses elementos: “a relação entre corpo e psiquismo, a dialética entre verdade e o não saber, a transmissão de sua obra e a concepção de psicose” (p. 16). Eu destacaria ainda outros dois: o preceito ético e técnico de se dizer a verdade à criança e o pressuposto de que haveria um sujeito desde os primórdios da concepção.

Dolto e a psicanálise na cultura

Com seu capítulo *O fruto da Dolto*, Whately abre o livro contando que foi Dolto “a principal

responsável pela apropriação da psicanálise no dia a dia dos franceses” (p. 9), com milhões de livros vendidos, coluna em revista, programa de rádio e uma linguagem acessível que reverberava uma inclinação a partilhar o conhecimento e a comunicar. Assim, dedicar uma parte do livro a pensar e descrever o impacto de Dolto na cultura tem, de partida, o sentido de reconhecer que esse impacto se deu para além do nicho da comunidade psicanalítica.

Como introdução, Whately ainda traz uma breve apresentação biográfica de Dolto, deixando no ar possíveis ressonâncias entre certos episódios infantis vividos pela psicanalista e seu estilo clínico posterior. Sobre esse estilo, destaca a intuição como ferramenta clínica fundamental da analista e a aposta radical na criança e no bebê como sujeitos desde a concepção. Dessa aposta, desdobra-se o lugar dos adultos como mediadores da relação desse sujeito com o mundo e com a linguagem adulta. Nessa escuta da criança como sujeito, reconhecemos – junto a Pires em seu capítulo adiante – gesto análogo ao de Freud, que se dispôs a escutar as histéricas. Ambos os gestos não apenas ampliam os atores e a diversidade das falas que podem circular no campo social, mas também, por isso mesmo, as próprias possibilidades de figuração inconsciente da experiência, suportando a vocação do psiquismo a ser um universo em expansão.

Vallim escreve o segundo capítulo, que traça um panorama da psicanálise de Dolto, dando ênfase ao seu pioneirismo. Ao olhar para sua obra, o autor vê uma produção multifacetada que divide em três perspectivas, as quais nomeia de *Dolto teórica*, *Dolto clínica* e *Dolto política*. Faz considerações sobre cada uma delas, mas é acerca da terceira que se detém mais longamente. Sobre essa, destaca o caráter desbravador da psicanalista, que queria “...fazer algo por aqueles que são o futuro de uma sociedade que nunca os ouve...” (Dolto *apud* Pires, p. 36). Menciona, em conexão com esse aspecto político, os seus textos sobre religião, sobre direito da família e sua participação em instituição escolar. Mas é sobre a criação

da *Maison Verte* – instituição que Dolto fundou voltada a “promover uma entrada menos traumática no universo escolar e na vida coletiva” (p. 35) – e sobre a participação nos programas de rádio que o autor vai entrar em mais detalhes.

Os programas de rádio são ainda mais longamente discutidos no capítulo seguinte, de Kupfer. Nele, a autora se pergunta acerca do desejo de transmitir em Dolto: transmitir o quê? De que modo? O que mobilizava esse desejo nela? Que efeitos produziu no público e crítica? Kupfer centra seu olhar nas transmissões radiofônicas dos dois anos de programas diários em que a psicanalista francesa respondia às cartas de ouvintes pedindo conselhos sobre os cuidados com as crianças. Para responder às indagações mencionadas acima, Kupfer recorre à biografia de Dolto e a um episódio em particular de infância que sugere que seu desejo de transmitir falava de suas percepções como criança sobre o quanto os médicos e adultos não compreendiam as crianças como ela. Tratou-se de um episódio vivido aos oito anos junto ao seu irmão. “Tendo presenciado uma briga entre a babá e a cozinheira, o menino vomitou. Chamado o médico, seu irmão foi posto em dieta. Mas Dolto havia compreendido que o vômito era apenas uma reação ‘emocional’... e que o mais importante teria sido dar novo alimento ao irmão...” (p. 47). Assim, seu desejo de transmitir se configuraria como expressão de um desejo de comunicar aos pais e médicos algo que sabia sobre as crianças. E duas coisas que sabia era que se fazia necessário escutar a criança com atenção, respeitando seu desejo singular e reconhecendo seu direito a desejar, independente da realização do dito desejo. Igualmente sabia que a verdade deveria ser dita à criança, pois confiava que o traumático era o não enunciado, ao passo que a verdade dita não o seria (como que renovando a compreensão ferenciana sobre o poder traumático do desmentido).

Quanto aos efeitos de seus programas de rádio, um deles, a *doltomania* – a ascendência na cultura popular daquilo que Dolto transmitiu das formas de cuidar e se relacionar com as crianças – foi duramente criticada. Em seu capítulo,

Kupfer apresenta e rebate de modo contundente algumas dessas críticas.

Encerrando a primeira parte do livro, temos o capítulo da organizadora. É um capítulo que merece uma leitura detida para além do contexto do livro pois, se o texto gira em torno da clínica de Dolto, ele aponta também para questões sofisticadas de toda a clínica psicanalítica. Com ousadia, a autora se propõe a pensar “o estatuto da verdade na psicanálise e no encontro humano” (p. 62) a partir da indagação sobre o que Dolto pretende quando diz que se deve dizer a verdade às crianças. E a resposta que dá é muito interessante.

Pires inicia o capítulo com um recorte dos diálogos entre o *Pequeno Hans* e seu pai, registrado no relato freudiano do caso. Nele, ilustra o que seria uma situação típica de validação ou desvalidação do estatuto de verdade da fala da criança. Numa conversa entre os dois, o pai de Hans, desconfiado e numa posição adultocêntrica, começa tratando a fala do filho como uma mentira de um impostor para, aos poucos, reconhecer que haveria ali algo mais que uma mentira e que “tudo que a gente diz é um pouco verdade” (p. 63), dando lugar a uma compreensão mais psicanalítica da verdade. Em seguida, Pires propõe compreender que, para Dolto, dizer a verdade à criança tratava mais de aceitar e sustentar uma posição de receptividade num lugar de não saber do que de possuir um saber sobre o outro. Seria “...a sustentação ética de uma analista ‘castrada’ (em seus próprios termos), cujo bom trabalho se dá na afirmação de reconhecer haver um sentido no gesto do paciente que, no entanto, desconhece...” (p. 65). Uma analista que dizia “eu sei que o que você faz tem algum sentido, mas não consigo entender” (p. 67).

Mas o texto não para por aí, e a autora avança na articulação entre Dolto e Freud ao comparar esse modo de se posicionar frente à verdade àquilo que Freud propõe com a concepção das *construções em análise*. Concluindo seu texto à moda das considerações de Dolto sobre a família e a televisão, a autora ainda nos oferece um exercício precioso de diferenciação entre as *construções em*

análise e as *fake news* dos dias atuais. Com isso, encerra com vigor a primeira parte do livro.

Psicossomática, psicanálise e imagem inconsciente do corpo

Abrindo a parte seguinte sobre psicossomática, temos *Dolto e adoecimentos do corpo: reflexões de uma pediatra geral*, um texto de Fuks que, como pediatra, procura extrair os benefícios do diálogo da medicina com a psicanálise e, em especial, com a perspectiva de Dolto. Aborda, em seu texto, três tópicos de clínica médica. O primeiro seria o recente aumento das estatísticas dos transtornos de desenvolvimento, para o qual lança uma hipótese vincular que explicaria, ao menos em parte, esses casos. Tal hipótese seria de que haveria algo como uma “lacuna de comunicação” (p. 82) no cerne desses quadros. Tal problemática, da comunicação e suas falhas, como já pôde-se perceber nos primeiros capítulos, desempenhou um papel relevante na concepção de Dolto sobre os adoecimentos. O segundo tópico seria uma reflexão em torno da posição médica e parental frente às situações de diagnósticos sindrômicos. Congruente à perspectiva de Dolto, Fuks enfatiza o esforço de poder guardar um olhar para a potência do corpo e não apenas às suas limitações, de modo a mantê-lo “íntegro na percepção psíquica da criança” (p. 86). Por fim, o terceiro tópico abordado seria a respeito da abundância atual de suspeitas de alergia alimentar. Se pergunta se seria uma “reação ao excesso do mundo, um mundo que para muitos pode ser potencialmente indigesto” (p. 87). Nas três discussões, transparece a compreensão da autora do papel da pediatra na sensibilização dos pais para compreensões mais subjetivantes e simbólicas dos processos somáticos vividos por seus filhos.

No capítulo seguinte, *Imagem inconsciente do corpo e psicossomática*, Ranña se propõe a falar sobre três tópicos também: a relação de Dolto com a psicanálise, em especial no que diz respeito a sua formulação sobre *imagem inconsciente do corpo*;

a relação dela com a psicossomática e, por fim, com a psiquiatria infantil. Dos três, é o segundo que se destaca pelo fato de, nele, o autor apresentar um caso interessante de enurese muito grave atendido num ambulatório de nefrologia. Vemos aí o autor levantando algumas hipóteses clínicas sobre o caso que sugere poderem se articular à noção de *imagem inconsciente do corpo* e também à tese de Dolto de que “distúrbios funcionais são distúrbios relacionais” (Dolto apud Pires, p. 101).

O último capítulo dessa segunda parte sobre psicossomática resulta numa boa articulação entre neurociência, psicanálise e clínica. Fausto começa seu texto por uma introdução à problemática da relação corpo-mente apoiado tanto em Espinosa quanto no neurocientista Damásio. Assim, vai preparando o terreno para a chegada do pensamento de Dolto a partir da concepção de que a emergência de um refinamento corporal depende da experiência com um outro cuidador. E ainda mais, que o corpo como experiência de si se apoiaria originalmente na relação com um outro. Uma relação não apenas hermenêutica, de atribuição de sentido à experiência do bebê pelo cuidador, mas ontológica, de reconhecimento da própria existência do bebê com seus apelos. “O importante aqui não é tanto acertar o sentido do choro mas que a reação ou não reação a ele provoca um efeito naquele que chora que vai além da mera satisfação de uma necessidade física: ser visto ou não ser visto por um outro” (p. 111), diz o autor, em sintonia com a formulação anterior de Pires sobre a verdade para Dolto como um vetor de verdade, um sinal de busca e não palavra final e certa sobre algo. Após essa introdução ao tema do corpo, o autor se detém na noção de *imagem inconsciente do corpo* e em seu contraste e aproximação da noção de *esquema corporal*. Para tratar dessas noções apresenta dois casos: o caso Léon, atendido por Dolto, e o caso de Victor, relatado pelo neurocientista Ramachandran. Num contraste interessante, pensa a *imagem inconsciente do corpo* sendo construída na relação com o outro a partir do caso Léon, ilustrando isso tanto em sua história quanto em sua relação com a analista e,

a partir do caso de Victor, um caso de membro fantasma, procura mostrar como também o esquema corporal pode se descolar da atualidade do corpo. A partir daí, numa revisão interessante e ousada do pensamento da autora, caminha para a consideração de que “aquilo que Françoise Dolto chamou de esquema corporal e o que chamou de imagem inconsciente do corpo talvez sejam a mesma coisa, no sentido de serem parte da mesma estrutura de representação” (p. 111). Resta ainda notar que este capítulo dedica um cuidado metódico para descrever e analisar os casos clínicos, especialmente o de Dolto: caso Léon. Fazendo isso, já abre o apetite do leitor para os quatro capítulos finais do livro que se centram em considerações sobre casos clínicos da própria Dolto.

Mergulho na clínica de Dolto

Comentário sobre o caso Claudine, de Dolto é o capítulo que abre a terceira parte do livro. Nele, Molloy recupera algumas notícias do início da atividade profissional de Dolto no Hospital de Vaugirard – experiência formativa na qual Dolto conheceu a psicanalista Sophie Morgenstern, que mantinha, nesse hospital, um atendimento psicológico psicanalítico no setor de psiquiatria e neurologia. Morgenstern teria orientado Dolto a receber as crianças que necessitavam de atendimento e, fundamentalmente, escutá-las. Nesse mesmo hospital, mais tarde, Dolto viria a atender casos rejeitados por outros colegas numa modalidade de atendimento com número limitado de sessões. Claudine seria um desses casos.

Molloy faz uma apresentação agradável e ampla do caso dessa menina que chega com incontinência urinária persistente, recusa de se alimentar e irritabilidade – especialmente dirigida ao irmão. Mostra como Dolto, em cinco sessões, trabalha no sentido de apostar na menina como sujeito de desejo e escolha e não como alguém sob risco iminente. Mostrava aos pais essa faceta da filha pois a condição da menina os afligia bastante, já que reconheciam nesse estado ecos de

uma série de falecimentos familiares por tuberculose. A primeira interpretação da analista, que organiza o percurso do trabalho, era de que seria “preciso ajudá-la a crescer” (p. III).

O caso é muito rico e Molloy expõe e decompõe suas cinco sessões com atenção a filigranas do caso e das intervenções da analista. Não nos prolongaremos nesses detalhes, que são muito proveitosos e dialogam com o caso de forma respeitosa e enriquecedora.

Após acompanhar o caso Claudine, chegamos à série final de textos que se ocupam do caso Dominique. No primeiro deles, Braga apresenta o contexto do caso Dominique e algo da visão de Dolto sobre a psicose como uma posição de impossibilidade de “habitar um código que é compartilhado com um outro, e a partir disso comunicar-se” (p. 162). Inicia, então, a descrição da sessão em que Dolto recebe Dominique pela primeira vez e do histórico familiar desse jovem psicótico. As vinhetas desse atendimento que surgem são deliciosas, mas ao invés de prosseguir apenas acompanhando o caso, Braga parte dele para apresentar a compreensão de Dolto sobre o início do desenvolvimento e o importante papel do ambiente nele. Em seguida, se detém a explicar o interessante conceito de *castrações simbologênicas*, conceito que explicita a importância da simbolização no pensamento de Dolto. Seria esta que protegeria dos desastres, de modo que perdas e sofrimentos seriam possíveis se possíveis fossem suas simbolizações. Na impossibilidade delas, se tornariam catástrofes psíquicas. Daí a importância das *castrações simbologênicas* como matrizes para a possibilidade de simbolizar e exercícios mesmos de simbolização. Seriam “proibições que oferecem efeitos simbolizantes, que então ‘castram’ uma certa modalidade de gozo, para abrir espaço para novas conquistas e prazeres” (p. 170) e, ao fazer isso, junto dos efeitos simbolizantes, organizariam a imagem inconsciente do corpo. Após essa incursão conceitual, a autora retorna ao caso Dominique para ilustrar o que seriam falhas nessas castrações.

Na sequência do livro, temos o capítulo de Carrijo. A autora propõe uma revisão minuciosa

da segunda sessão da análise de Dominique, incluindo um sonho nela relatado. Antes de entrar no caso, faz uma recapitulação das noções de *imagem inconsciente do corpo*, de *castrações simbologênicas* e apresenta o conceito de *narcisismo fundamental*, o qual expressa a ideia de Dolto de que a unidade do sujeito, a seu ver, seria primordial. Só então adentra a sessão. Mas o faz para valer, se postando ao lado de Dolto e acompanhando a sessão passo a passo, construindo suas hipóteses, considerando e ponderando as interpretações de Dolto e ainda evocando os elementos teóricos necessários para subsidiar essa revisão. Vemos assim uma ampliação da sessão de análise de Dominique pelas associações atentas de Carrijo. Vemos também como nós, leitores, vamos, a cada capítulo, ganhando familiaridade com o caso e com o pensamento clínico de Dolto.

Finalmente, encerrando o livro, Al Assal traz *O caso Dominique e os pais na análise de crianças*. A autora analisa as derradeiras sessões de Dominique e seu desfecho infeliz. O encerramento do caso problematizado pela autora revela uma situação frequente na clínica infantil e de adolescentes na qual a análise é interrompida pela decisão unilateral de um dos pais ou de ambos, mesmo que contra aquilo que pareceria o melhor para a criança de um ponto de vista analítico ou da própria criança. No caso de Dominique, é o pai, inicialmente disposto a sustentar a análise do filho, quem recua. A autora desenreda as duas últimas sessões do caso: a penúltima, na qual se tem notícias da melhora do paciente e a última, na qual o encerramento do trabalho se consuma com a anuência de Dolto. Os detalhes do diálogo da analista com os pais e com Dominique e as comunicações que surgem nesse momento final da análise são instigantes e bonitos. Nota-se, pelo relato de Dolto, sua transição da posição inicial que afirmava a necessidade de prosseguir a análise para outra posição que considerava que, sendo o pai contra a continuação da psicoterapia, isso poderia ser, se não benéfico, ao menos tolerável para o jovem.

Dolto compreende os eventos à luz de sua visão teórica de que o lugar do pai deveria ser

reforçado, respeitado e preservado, e de que a decisão dele tinha o sentido de uma castração importante, um ‘desmame’...de Dominique com a analista (p. 207).

Mas Al Assal nota que “Dolto pode ter ignorado que havia na decisão do pai naquele momento mais destrutividade e mutilação do que cuidado e investimento no crescimento do filho” (p. 210) e que sua tentativa de preservar o lugar do pai referia mais a um lugar desejado que ele ocupasse do que ao que efetivamente ocupava. A partir dessa perspectiva, a autora relê os acontecimentos da sessão e as comunicações finais de Dominique como o reconhecimento pelo paciente do desinvestimento paterno nele e como o anúncio do temor de perder-se, sem o tratamento.

Ao tecer essa crítica às opções clínicas de Dolto nesse fim de caso, Al Assal faz coro à

própria Dolto que, posteriormente, “teria se arrependido profundamente da não continuidade do tratamento” (p. 215). Com isso, conclui o capítulo que tem a qualidade de encerrar o livro trazendo Dolto para um lugar menos idealizado e mais próximo dos desafios e dificuldades que todos nós, analistas, enfrentamos. Assim, num livro que reverencia essa grande analista, seu desfecho situa Dolto ao nosso lado, lembrando o quanto sua genialidade nutria-se das dificuldades da clínica.

Com o fim do livro, resgato a imagem evocada no início da resenha e, com ela, a sensação de termos assistido a um simpósio que nos oferece uma porta de entrada gratificante ao universo do pensamento de Dolto. Ideias e histórias instigantes nos convidando a revigorar a clínica e a posição do psicanalista frente aos seus pacientes, suas teorias e à comunidade à qual pertence.

A delicada trama entre a subjetividade e a cultura

Paula Regina Peron

Resenha de Sérgio Telles, *Ensaaios psicanalíticos*, São Paulo, Blucher, 2024, 279p.

Membro ativo do Departamento de Psicanálise desde 1999, Sérgio Telles destaca-se no cenário intelectual brasileiro, em especial no campo psicanalítico e literário. O livro *Ensaaios psicanalíticos* é mais um exemplo da grande envergadura intelectual de nosso autor. Nascido em Fortaleza, formou-se em Medicina e, em São Paulo, foi psiquiatra da Escola Paulista de Medicina em vários serviços de saúde. Participou da primeira equipe da Revista *Veja* e permaneceu publicando artigos em jornais de grande circulação, como *O Estado de São Paulo* e *Valor Econômico*. Foi da primeira turma do Curso de Psicanálise fundado por Roberto Azevedo e Regina Schnaiderman no Instituto Sedes Sapientiae (1975-1979), e foi também professor e supervisor naquele curso (então chamado de Curso de Psicopatologia e Psicoterapia Psicanalíticas e atualmente chamado Formação em Psicanálise) de 1980 a 1990. Atualmente, no Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, coordena o grupo Psicanálise e

Cultura e faz parte do corpo editorial da revista *Percurso*. Lançou livros literários desde 1988, e em 2002 recebeu o prêmio de melhor livro de contos do ano pela Associação Paulista de Críticos de Arte (APCA). No total, Sérgio Telles publicou 15 livros, e atualmente todos eles estão sendo reeditados pela Blucher¹. Seu último livro é *Peregrinação ao Père-Lachaise*, de 2024.

Em *Ensaaios Psicanalíticos*, Sérgio Telles apresenta-nos com uma seleção de 21 artigos de grande densidade, originalmente publicados em revistas de Psicanálise, em jornais, livros especializados, revistas de ampla divulgação, palestras e diversos tipos de comunicações feitas durante a pandemia de Covid-19. Os artigos apresentam uma linguagem clara e, ao mesmo tempo, de grande profundidade teórica, analítica e crítica.

A seguir, apresento um panorama dos artigos, que revelam, além da erudição do autor, seu interesse pelas relações entre subjetividade e cultura.

Em muitos dos capítulos, Telles analisa tanto os autores quanto suas obras, como, por exemplo, em *A segunda espada – uma história de maio*, de Peter Handke. No capítulo de mesmo nome, Telles entrelaça a queda do nazismo e a liberação da França mencionadas no livro em questão a uma discussão sobre a relevância da democracia e da liberdade. Em outro capítulo, se debruça sobre *Em busca do tempo perdido*, de Marcel Proust. O psicanalista nos conta tanto sobre a vida de Proust quanto sobre as temáticas por ele abordadas, e somos levados a pensar nas articulações entre as temáticas de Proust e Freud. Telles analisa também o conto *O desenho do tapete*, de Henry James, para discutir o ofício do escritor, a partir de um olhar psicanalítico.

As análises literárias apresentadas no livro oferecem a possibilidade de conhecer aspectos dos textos e dos autores examinados, sob um prisma psicanalítico, sempre problematizando a interface psicanálise e cultura. Não somente grandes autores literários são comentados, mas também autores do campo psicanalítico, ou interlocutores da psicanálise, como Derrida, cuja biografia é comentada. A coletânea conta também com

¹ Informações extraídas do site www.sergiotelles.com.br. Acesso em 23 ago. 2024.

Paula Regina Peron é psicóloga pela PUC-SP, psicanalista membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP, membro do Grupo Brasileiro de Pesquisas Sándor Ferenczi.

DOI: 10.70048/percurso.73.163-165

comentários sobre autores brasileiros, como no artigo acerca da obra *A mente do analista*, de Luís Cláudio Figueiredo. Nela, Figueiredo examina o *furor curandi* dos analistas, valendo-se do livro *O apanhador no campo de centeio*, de J.D. Salinger. Nesse caso, Telles aproveita a oportunidade para destrinchar considerações sobre a mente do analista, em sua articulação com o trabalho analítico propriamente dito e o que é exigido do psiquismo do analista. Aliás, o trabalho psicanalítico é pano de fundo constante dos textos, bem como ficam evidentes as bases psicanalíticas utilizadas.

Há outros artigos que abordam diretamente questões clínicas, como o capítulo 6 “Casos difíceis” – “Difíceis” como, para quem?, onde Freud é retomado conjuntamente com André Green (bastante presente como referência em outros capítulos também), para problematizar quem são os pacientes refratários, e como se apresentam suas resistências. Na obra de Freud, os limites de analisabilidade estavam ligados ao complexo de castração, enquanto Green coloca a relação primária com a mãe como elemento também central. A partir destes autores, Telles desdobra a discussão para a questão da conduta ética do psicanalista, que não se centra no sucesso terapêutico, mas sim em sua disposição de escuta. Encontramos também no livro uma importante discussão sobre a ética da psicanálise, baseada em Freud, Klein e Lacan, e o sentido do trabalho do analista: acompanhar o analisando na busca por sua própria subjetividade perdida no desejo do Outro.

Uma parte dos textos foi escrita durante ou logo após a pandemia, e o autor nos convida a uma reflexão, baseada na psicanálise, sobre a política cáustica, no tocante ao negacionismo, à ascensão mundial recente de movimentos de extrema direita e de líderes populistas e autoritários. O negacionismo, por exemplo, é examinado em seus aspectos históricos, estruturais, econômicos e inconscientes, em um capítulo que evidencia toda a experiência pessoal e grande bagagem cultural do autor. Telles recorre a Freud, Koyré, Arendt, Derrida, Green, Benjamin, entre outros, com vistas a um interessante mapeamento dessa manifestação

crescente, que precisa ser compreendida, para o que Sérgio contribui enormemente, com seu viés psicanalítico. Nas páginas do livro são recorrentes os recursos a grandes filósofos e psicanalistas. No artigo sobre “Política e melancolia”, por exemplo, o autor, em diálogo com Freud, Roudinesco, Derrida, o casal Torok, entre outros, discute as dimensões políticas do luto e as impossibilidades sociais aos processos de elaboração de determinadas perdas.

As considerações sobre as dimensões políticas da vida são trazidas em capítulos cuja publicação original foi feita antes mesmo da pandemia, como o capítulo 12 “Sobre a mentira”, mas que nos ajudam a pensar os cenários políticos atuais, pós-pandemia. Nesse capítulo, Telles comenta os efeitos sociais das mentiras políticas, recorrendo aos filósofos, e fala também da mentira e da verdade na clínica psicanalítica. Fenômenos de nossa contemporaneidade são analisados, como a internet e sua onipresença, para fazer avançar nossas contribuições. A ideologia do consumo é pensada em um dos capítulos, em suas facetas sedutoras, que no capitalismo apelam diretamente aos nossos desejos inconscientes mais regressivos. Assim, somos levados a pensar mais atentamente sobre aquilo que nos atravessa cotidianamente, em nossas vidas e nossas práticas psicanalíticas. Dimensões políticas especificamente brasileiras são igualmente incluídas, como no belíssimo capítulo “Sofridas reflexões”, no qual o autor penetra com profundidade a temática da tortura de Estado, em especial durante a ditadura militar. As dinâmicas psíquicas do torturador e do torturado são evidenciadas com grande impacto sobre o leitor, dado que o autor expõe suas próprias e dolorosas experiências vividas durante a ditadura militar brasileira.

Alguns artigos problematizam questões relativas à família, e aos gêneros (e as interpelações que as questões de gênero provocam na psicanálise), em que Telles traz sua experiência extensa, tanto institucional quanto a de terapeuta familiar. Um exemplo é o capítulo “Família atual: de que família falamos?”, no qual nosso autor descreve e problematiza as formações atuais de família,

recorrendo a Freud e examinando a história familiar do próprio pai da psicanálise, passando pela discussão do segredo familiar e do romance familiar.

Outro exemplo é o capítulo 8 “Psicanálise e ideologia do patriarcado – considerações sobre a ‘masculinidade tóxica’”, com discussões sobre os altos custos trazidos aos homens e à sociedade no geral pela forma como são educados para a competitividade, dominação e agressão. As consequências disso sobre as crianças são problematizadas em “Pensando a respeito de abusos sexuais infantis e da teoria da sedução”, alertando para problemas nas funções paterna e materna. Questões sobre a mãe aparecem em “Uma mãe vê um fantasma – considerações em torno de Laplanche”, que sintetiza ideias sobre o lugar da criança no desejo dos pais, novamente recorrendo à literatura, a novela *A volta do parafuso*, de Henry James. Telles investiga: “até que ponto predomina o mundo externo relacional com seus objetos, o desejo do Outro, que é progressivamente introjetado, fundando e estruturando o sujeito, ou até que ponto as pulsões enquanto forças internas predominam e são projetadas sobre o mundo externo, condicionando-o e distorcendo-o” (p. 226).

As diferenças entre tais postulações teóricas – de um lado a prioridade para a pulsão (Melanie Klein), de outro a força do campo de linguagem anterior à criança (Lacan, Laplanche, Françoise Dolto) – são exploradas em vários capítulos do livro, convocando os analistas a estudar e comparar as divergentes teorizações e seus reflexos em nossas práticas clínicas.

Em outro capítulo – “Reflexões sobre o matricídio” – Telles analisa a questão do poder patriarcal e seus desdobramentos machistas, como uma atualização do ódio à mãe ou como formação reativa aos medos gerados pela figura todo-poderosa aos olhos infantis. O matricídio é também apresentado através da trilogia de Ésquilo, a Oresteia – Agamenon, Coéforas e Eumênides. A presença dos mitos gregos é evidente nas contribuições do livro, e através deles Sérgio Telles explora aspectos teórico-clínicos da psicanálise, como ao comparar, novamente, as diferentes leituras presentes nas linhas teóricas psicanalíticas, descrevendo-as como “vertentes ptolomaicas e copernicanas” (p. 254). Ambas as vertentes já estariam presentes em Freud, mas também desdobraram-se em correntes pós-freudianas, o que Sérgio Telles explora através das personagens gregas.

Nosso autor apresenta suavemente a teoria psicanalítica que habita os espaços da compreensão do psiquismo humano e das formações da cultura, o que combina muito com a ideia de *Ensaaios*. Por isso, seu livro é uma mistura saborosa de polifonias, incluindo os planos singular, cultural, histórico e político. Em suas palavras, minhas impressões sobre seu criativo livro: “Talvez o transporte espiritual que a obra de arte nos proporciona, ao nos tirar da miséria do dia a dia e nos elevar para uma outra dimensão em que se desenrola a ‘verdadeira vida’, se deva ao reassuramento que ela nos proporciona ao mostrar que, na permanente luta entre as pulsões de vida e de morte, ela, em si, é uma prova incontestável da vitória da criação sobre a destruição” (p. 21).

Máscaras da alteridade

Maria Aguilera Franklin de Matos

Resenha de J.-P. Vernant, *A morte nos olhos: a figura do Outro na Grécia Antiga*, Trad. Mariana Echalar, São Paulo, Editora Unesp, 2021, 127p.

Publicado originalmente em 1986, *A morte nos olhos: a figura do Outro na Grécia Antiga* é um dos frutos da pesquisa de Jean-Pierre Vernant sobre as maneiras com que os gregos representaram o divino. Atentando-se aos deuses que eram figurados por máscaras – Ártemis, Dionísio e Gorgó (a Medusa)¹ –, o estudioso irá buscar o que essas três figuras tão diversas têm em comum. Sua hipótese é que tais divindades mascaradas relacionam-se com a ideia de “alteridade”, isto é, tratam, cada uma à sua maneira, “da experiência dos gregos com o Outro, sob as formas que estes deram a ele” (p. 12). A nova tradução de Mariana Echalar, publicada pela Editora Unesp, acrescenta ao texto do helenista uma interessante conversa do autor com o psicanalista Pierre Kahn, que não apenas ajuda o leitor a alcançar um tanto dos pressupostos de Vernant mas também aponta para as aproximações e divergências entre as ideias do helenista e as interpretações psicanalíticas clássicas do mundo grego.

Antes de nos determos no livro, porém, é necessário darmos alguns passos atrás para situá-los,

obra e autor, no momento histórico do qual participam. Assim, poderemos também pensá-los do ponto de vista de nosso tempo e das questões que se apresentam a nós hoje. Historiador e antropólogo especialista em Grécia Antiga, Jean-Pierre Vernant renovou na segunda metade do século xx a compreensão dos mitos da Antiguidade, pois, numa palavra, diferentemente de seus predecessores, buscou analisá-los à luz das múltiplas relações que teciam com as estruturas políticas, sociais, culturais etc. que lhes eram contemporâneas. Além disso, Vernant também foi militante comunista, juntou-se quando jovem à Resistência Francesa na Segunda Guerra Mundial e mais tarde fez parte do comitê de intelectuais contra a Guerra da Argélia²; é, portanto, diante dos acontecimentos que marcaram sua geração – as guerras e o colonialismo europeu – que o helenista irá se interessar pelo modo como o mundo grego lidava com a figura do outro (p. 90).

No meio psicanalítico, Vernant ficou conhecido por seu texto de 1967 “Édipo sem complexo”³, que, na época, tratava de responder a um artigo de Didier Anzieu, no qual o psicanalista interpreta a tragédia de Sófocles *Édipo Rei* advogando pela pertinência da leitura freudiana do mito de Édipo e de outros mitos gregos⁴. Adepto de uma “psicologia histórica”, que busca compreender a construção do psiquismo considerando a condição temporal dos sujeitos, Vernant discorda da leitura psicanalítica que transforma o mito de Édipo – e sua versão dramática feita por Sófocles – em uma metáfora universal da psique humana e do desejo inconsciente, pois, segundo ele, o mito na cultura grega se relacionaria com questões mais amplas, de ordem coletiva, política e religiosa. Pareceu-me importante resgatar esse debate com a psicanálise pois, além de ele reaparecer com outra feição e de forma indireta em *A morte nos olhos*, o questionamento da universalidade do complexo de Édipo é hoje assunto central para nós psicanalistas⁵.

Como antropólogo helenista, é evidente que a preocupação de Vernant era a de compreender a cultura grega em sua singularidade e complexidade,

enquanto a de Freud era a de formular um modelo capaz de explicar a sexualidade humana que ele encontrou em sua atividade clínica. A posição de Vernant, porém, não é a de um ataque à psicanálise: em sua entrevista com Pierre Kahn, ele admite os possíveis ecos da teoria psicanalítica – que, como sabemos, marcou presença na produção intelectual da França do século xx – em seu trabalho (p. 113). Seja como for, o estudioso trata de questionar o fato de que “a psicanálise possa propor um modelo de interpretação de valor geral, e que seja apenas questão de aplicá-lo” (p. 114). Ainda segundo Vernant, assim como a psicanálise, a antropologia também trabalha com modelos, mas faz parte do ofício do antropólogo desconfiar deles, posto que cada cultura, local e tempo tem características específicas que não podem simplesmente ser equiparadas às nossas (p. 113).

O texto de Vernant sobre a figura do Outro na Grécia Antiga parte, portanto, de uma preocupação com o exame das particularidades de cada aspecto do mundo grego. Ao que parece, são três as divindades representadas por máscaras ou cujos cultos incluíam máscaras – Ártemis, Dionísio e Gorgó –, e o estudioso constata que todas têm alguma relação com a maneira como os gregos pensavam a alteridade. Ora, a máscara é uma peça que cobre o rosto e oculta a própria identidade; com uma máscara tornamo-nos outro. Não

à toa uma das divindades mascaradas é Dionísio, deus do teatro, do disfarce, da dissimulação, da embriaguez, da brincadeira, do transe e do êxtase (p. 13). No entanto, apesar de se referir a Dionísio, neste estudo Vernant irá se deter sobretudo em Ártemis e na figura das Górgonas.

Filha de Zeus e Leto, irmã gêmea de Apolo, Ártemis é a deusa da caça, da vida selvagem, mas também da virgindade, do parto e dos jovens ainda não integrados à sociedade. O primeiro apontamento de Vernant a seu respeito é certo aspecto duplo que seria próprio da deusa – suas caracterizações nos textos gregos contam com significantes contrários: “doce flecha” e “terna morte” são exemplos disso. Para além das controvérsias acerca de sua origem – uns acham que a deusa é uma forasteira, outros consideram que tem raízes gregas –, Ártemis era chamada de estrangeira (*knesé*) por sua “estranheza”, pela distância que a separa dos outros deuses do panteão (p. 16). Trata-se de uma divindade que habita os montes, os bosques, as terras não cultivadas, as regiões costeiras, os pântanos e lagunas, lugares “onde os limites entre terra e água são indefinidos”. Assim, mais do que espaços que representam “uma alteridade radical em relação à cidade e às terras humanizadas”, são “confins, zonas limítrofes, fronteiras onde o Outro se manifesta no contato regular que se tem com ele, onde o selvagem e o cultivado se encontram, opondo-se, mas, sobretudo, interpenetrando-se” (p. 17).

Aqui, vale lembrar que, por motivos diversos, “o outro”, “o diferente”, na sociedade grega, que tinha por referência o modelo do cidadão adulto (sempre homem), eram os bárbaros, os estrangeiros, os escravos, os jovens e as mulheres. Dessa forma, é claro que os gregos também relegaram diversos grupos às margens da humanidade. No entanto, também se deve notar que, segundo Vernant, as práticas institucionais e as crenças desse mundo parecem sempre encontrar uma maneira de reintegrar aqueles que ele mesmo rechaça. Com isso, o antropólogo quer dizer que, em contraposição ao que se viu nos últimos séculos, na Grécia Antiga a exclusão do outro, sem

- 1 As górgonas eram representações de uma máscara frontal e monstruosa que aparecem em vasos, fachadas de templos e textos gregos. A Medusa, figura conhecida entre nós, é uma das górgonas da mitologia grega.
- 2 Comitê no qual ficou amigo de Jean-Bertrand Pontalis. In Jean-Pierre Vernant, *Rencontres avec JB Pontalis*, Paris, France Culture, 12 jul. 2012. Programa de rádio. Disponível em: <<https://www.radiofrance.fr/franceinter/podcasts/rencontres-avec-jb-pontalis/rencontres-avec-jb-pontalis-jean-pierre-vernant-1-2-9749282>>.
- 3 J.-P. Vernant, “Édipo sem complexo”, in J.-P. Vernant; P. Vidal-Naque, *Mito e tragédia na Grécia Antiga*. São Paulo, Duas Cidades, 1977, p. 63-80.
- 4 D. Anzieu, “Cédepe avant le complexe ou de l’interprétation psychanalytique des mythes”, in D. Anzieu et al., *Psychanalyse et culture grecque*. Paris, Les Belles Lettres, 1980, p. 9-52.
- 5 O debate, contudo, já tem sua história, e, não à toa, o texto de Vernant é citado por Deleuze e Guattari em *O anti-Édipo*. G. Deleuze; F. Guattari, *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*, Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo, Editora 34, 2010.

deixar de ser escravidão ou subjugação, “não tem caráter de negação apaixonada, de ódio fanático, que proíbe qualquer contato ou comércio com ele, ou processos regulares, acolhida e presença de grupo”. Isto é, parecia haver uma ideia de “tolerância” entre os gregos que se perde na Europa moderna. Noutras palavras, é como se mesmo hierarquizado, o mundo grego não se encaminhasse para uma aniquilação dos seus outros, podendo mesmo ser capaz de “um distanciamento em relação a si mesmo, uma abertura crítica”, que levou Heródoto, por exemplo, a admirar costumes dos egípcios e etíopes, quando comparados com os dos próprios gregos (p. 91).

A esse respeito, e voltando a Ártemis, a “Soberana das Margens”, veremos como a divindade parece ser justamente uma figura que desempenha um papel de trânsito e troca entre o mesmo e o outro para os gregos. Ela articula, por exemplo, o campo do selvagem, do não cultivado, com o da cidade e da cultura.

Cabe agora falar de outra divindade, que ocupa lugar ainda mais central no ensaio e que traduz um tipo de alteridade bastante diverso: a Górgona representa a alteridade extrema, a experiência do *absolutamente outro*: “não mais o humano diferente do grego, mas o que se manifesta, em relação ao ser humano, como diferença radical: em vez do outro homem, o outro do homem” (p. 31). Trata-se de uma figura que joga com as misturas entre o humano e o bestial: uma enorme cabeça com olhos arregalados, olhar fixo e penetrante, nos cabelos um emaranhado de animais ou serpentes eriçadas. Assim, “nessa subversão dos traços que compõem a figura humana, ela exprime, por um efeito de inquietante estranheza, um monstruoso que oscila entre dois polos: o horror terrífico e o risível grotesco” (p. 34). Esse outro absoluto, ainda, relaciona-se com a própria morte: a máscara da Górgona exprime “o que a morte comporta de além em relação ao que pode ser feito ou dito a respeito dela, esse ‘resto’ diante do qual só se pode ficar mudo e paralisado: fascinado, transformado em pedra” (p. 92-93).

As questões apresentadas pelo helenista envolvendo as Górgonas são muitas e não seria possível retomá-las todas aqui, pois aparecem de muitas formas nos textos e nas imagens gregas. Para citar alguns exemplos, na *Iliada*, a Górgona aparece na guerra: nos escudos de Atena e Agamêmnon e no próprio olhar do príncipe troiano Heitor, quando este “gira os cavalos, espalhando morte na multidão” (p. 43); na *Odisseia*, é a Górgona quem preserva a alteridade do mundo dos mortos, impedindo que os vivos penetrem no Hades (p. 51); a *Teogonia* conta o mito de Perseu, herói que ousou enfrentar o olhar da monstruosa Medusa e decapitá-la.

É essa história de Perseu e da Medusa que nos transporta novamente ao debate com a psicanálise, por meio do breve texto de Freud, datado de 1922, *A cabeça da Medusa*. Neste, o psicanalista interpreta de forma sucinta o tema mitológico da horripilante cabeça da Górgona fazendo uma equivalência entre “decapitar” e “castrar”. O horror à Medusa seria, portanto, o horror à castração, ligado à visão de algo: o genital feminino da mãe. Ainda segundo Freud, os cabelos de serpente também apontariam para o complexo de castração e, ao contrário do que poderíamos crer, na verdade contribuiriam para mitigar o horror, pois substituiriam o pênis, cuja falta seria a verdadeira causa do afeto terrificante. Por fim, o transformar-se em pedra daquele que cruza o olhar com a Medusa também estaria ligado à castração, já que haveria uma equivalência entre a ereção e a rigidez do espectador, que funcionaria como a garantia de ainda ter um pênis⁶.

Em *A morte nos olhos*, Vernant não menciona as interpretações freudianas do tema mitológico da górgona Medusa. No entanto, quando indagado por Pierre Kahn acerca das diferenças e possíveis aproximações de sua leitura com a de Freud, Vernant novamente trata de discordar do psicanalista, pois este operaria com categorias alheias ao mito. Em nenhum momento o tema da castração foi suscitado pelo material abordado na pesquisa do helenista e, assim, ele não acredita que decapitar seja o mesmo que castrar,

que os “cabelos longos” ou as serpentes correspondam ao falo etc. O estudioso menciona sua “extrema relutância a essa série de identificações em cadeia” e sua desconfiança com “toda forma de interpretação simbólica imediata e universal” (p. 103). De fato, a castração, a inveja do pênis etc. é outro constructo teórico que Freud tratou de universalizar, embora tal hipótese tenha sido desde sempre refutada, quanto a sua pretensão generalizante, por alguns psicanalistas e teóricos de outros campos.

Dito isso, parte da interpretação de Vernant parece-me servir muito a nós psicanalistas, não pela via do complexo de Édipo ou do complexo de castração, mas por meio da *inquietante estranheza* do monstruoso da Medusa. Sua figura é a mistura do que normalmente é separado, insere-se na categoria daquilo que para os gregos é monstruoso, o híbrido. Os efeitos da máscara da Górgona produzem uma inquietante estranheza pois dizem respeito ao olhar do outro que captura; transformamo-nos em pedra mediante um fascínio terrífico, em um jogo de identificação com a alteridade radical. Vernant retoma a concepção grega da visão, do olhar, do olho – lembra que Platão diz: “Quando olhamos no olho

de alguém que está em face de nós, nosso rosto se reflete no que chamamos de pupila como num espelho: aquele que olha vê ali a sua imagem [*eidolon*, simulacro, duplo]” (p. 110). Encarar a Medusa seria como encarar um espelho, ver-se a si mesmo, ou ver aquilo que “em mim é já o outro: o que está além de mim [...] a morte em face” (p. 111). Assim, a Górgona traduz “o horror terrífico do que é absolutamente outro, o indizível, o impensável, o puro caos”; enfim, o próprio confronto com a morte (p. 12). O psicanalista certamente ouvirá ecos profundos de tal reflexão em temas que lhe são caros.

Para concluir, digamos que, em *A morte nos olhos: a figura do Outro na Grécia Antiga*, a própria questão da alteridade, tema do livro, reflete-se no procedimento do antropólogo, que busca o mais possível se desfazer das categorias de seu tempo para tentar deixar falar o outro, o mundo grego, seguindo as pistas de seu próprio modo de ser, que não necessariamente coincide com o do pesquisador. Esta me parece ser, também, uma das atitudes mais fecundas da psicanálise: seu esforço – a ser sempre renovado – de pôr-se à escuta do outro, do que é singular e do que fica às margens.

6 S. Freud, “A cabeça da Medusa”, in *Obras completas*, v. 15, Trad. Paulo César de Souza. São Paulo, Companhia das Letras, 2011, p. 326-28.

Por uma psicanálise menos falocêntrica: as ideias de Karen Horney

Maria Claudia de Oliveira Lordello

Resenha de Patrícia Mafra de Amorim, *A recusa da vagina: Karen Horney, o feminismo e a feminilidade na psicanálise*, Porto Alegre, Artes & Ecos, 2023, 166p.

Este livro é fruto de muitos avanços no campo social, que aconteceram nos últimos anos, diz Patrícia Mafra de Amorim, autora de *A recusa da vagina – Karen Horney, o feminismo e a feminilidade na psicanálise*. O contato com o livro de Amorim veio ao encontro de uma série de questionamentos ocorridos durante a escrita de minha tese de doutorado, que aborda a sexualidade feminina. A partir dele, é possível confirmar como antigos modelos patriarcais têm sido questionados e como nunca antes estivemos em um cenário tão propício para recuperar as ideias de Karen Horney, dando-lhe a notoriedade merecida. Portanto, esta resenha é um convite para uma reflexão sobre o feminino e pela busca de uma psicanálise menos falocêntrica, ainda que embasada no legado freudiano.

Karen Horney é conhecida como a psicanalista que inseriu a pauta feminista na psicanálise, questionando o falocentrismo presente em teorizações e concepções psicanalíticas altamente contaminadas pelo machismo em relação ao psíquico feminino.

O livro pretende se aprofundar nas razões pelas quais a obra de Horney não foi suficientemente reconhecida e nas condições sócio-históricas que

influenciaram essas razões. Portanto, buscou-se a retomada da história do movimento psicanalítico, localizando as teorizações de Horney em seu contexto histórico, político e social.

Horney nasceu na Alemanha em 1885. Era psiquiatra e foi uma das primeiras mulheres atuantes no campo da psicanálise, contribuindo com um vasto conhecimento teórico sobre a constituição psíquica feminina, apresentando ideias que se distanciavam das originais. Liderando um intenso debate sobre a feminilidade na década de 1920, foi membro-fundadora do Instituto de Berlim e, ao se mudar para os EUA, em 1932, tornou-se diretora associada do Instituto Psicanalítico de Chicago. Mudou de cidade em 1935 e lá passou a integrar o corpo de analistas do Instituto Psicanalítico de Nova York, com intensa atuação profissional ministrando cursos, supervisões clínicas e análise didática. Mas as ideias divergentes de Horney levaram-na à expulsão do instituto em 1941, abrindo-se as portas para a possibilidade de fundar a Associação Americana para o Avanço da Psicanálise, que existe ainda hoje na cidade de Nova York. Sua morte aconteceu em 1952, aos 67 anos, nessa mesma cidade americana, em que viveu seus últimos anos.

Patrícia Mafra de Amorim inicia o livro demonstrando que a história da psicanálise não pode ser contada apenas como uma sucessão de fatos, pois o discurso histórico diz respeito a um lugar no tempo e no espaço onde parte tal discurso. Quais seriam os sentidos ocultos determinantes para o não reconhecimento das ideias de Karen Horney no movimento psicanalítico? Durante todo o livro, a autora dedica-se a investigar essa questão.

A historiografia da psicanálise se escreve a partir da ideia de que o movimento psicanalítico deve ser único em seus conceitos teóricos para legitimar sua política institucional. Portanto, parece que todos os teóricos que propuseram postulados diferentes foram deixados de fora da história oficial da psicanálise. Ao pensar ainda no recorte de gênero, a autora acredita que a psicanálise, em sua criação, fora centralizada em figuras masculinas, e as mulheres que eram teóricas e divergiam

Maria Claudia de Oliveira Lordello é psicóloga com formação em psicanálise, doutora em Psicologia Clínica pela PUC-SP e especialista no atendimento de mulheres com dificuldades sexuais.

DOI: 10.70048/percurso.73.170-174

dos postulados freudianos comporiam o grupo daqueles que tiveram sua voz apagada.

No livro, Patrícia Mafra de Amorim, de forma inovadora, utiliza-se da teoria da traumatogênese de Sándor Ferenczi, como um modelo útil para a compreensão das desigualdades na distribuição de poder nas instituições psicanalíticas, compreendendo que há um dispositivo de “desmentido” ou de “recusa” de discursos teóricos considerados indesejados, como foi o de Karen Horney.

O trauma para Ferenczi é composto por três tempos: o primeiro momento da violação da criança pelo adulto, que a confunde com sua sexualidade adulta, sendo esse o tempo do *indizível*; no segundo momento a criança procuraria alguém para ajudá-la a simbolizar o que aconteceu, sendo esse o tempo do *testemunho*; e no terceiro tempo, do *desmentido*, quando o adulto que escuta as queixas da criança recusa completamente a sua fala, desmentindo-a. (Kupermann, 2019)

A conduta mais desfavorável para lidar com os efeitos do trauma é recusar a sua existência, uma vez que essa recusa é o que o tornaria, de fato, patológico. O choque traumático poderia não ser patológico, se a criança fosse reconhecida e apoiada em sua queixa. Patrícia Mafra de Amorim destaca que o conceito de *reconhecimento* tão presente no pensamento ferencziano foi utilizado por outros autores contemporâneos como Judith Butler, pesquisadora das questões de gênero, para demonstrar a importância do reconhecimento dos discursos sociais não vigentes em decorrência de lutas de poder.

O trauma na concepção freudiana nos apresenta a ideia de que o excesso de excitação em um psiquismo incapaz de contê-lo resulta na repressão desse conteúdo excitatório. Como consequência, ocorre a paralisia do pensamento, e a capacidade de simbolização do sujeito torna-se prejudicada, restando apenas a angústia. De forma muito semelhante, Amorim busca demonstrar que as ideias de Horney sobre a sexualidade feminina causaram tanto impacto na psicanálise de então, que foram sentidas como um conteúdo profundamente incômodo e impossível de ser pensando e simbolizado pela sociedade da

época radicalmente machista. Sendo assim, tais ideias foram ativamente rejeitadas e apartadas da “consciência” daquela jovem ciência que ainda lutava por solidificar seus conhecimentos. Foi o primeiro tempo do trauma *ferencziano*, onde, por meio de uma invalidação de suas ideias, Karen Horney foi violada em seu pensar.

Dando sequência, a autora nos oferece um panorama histórico sobre as disputas políticas e teóricas entre os autores no início da psicanálise, que revelam uma assimetria existente no campo psicanalítico, quando apenas as ideias de Freud eram consideradas legítimas. Com o reconhecimento e a divulgação cada vez maior da psicanálise na virada do século xx, foi inevitável que novas escolas e novos pensamentos teóricos comesçassem a surgir, divergindo das ideias originais freudianas. Como forma de garantir o futuro de sua criação teórica, Freud funda a IPA – International Psychoanalytical Association em 1910, com o objetivo de traçar um delineamento mais claro sobre o que seria ou não uma psicanálise legítima. Nesse contexto histórico, surgem os primeiros confrontos no campo psicanalítico, numa luta de poder, nem sempre ligada às diferenças teóricas, mas como forma de deslegitimar o oponente e se fixar como autoridade científica. (Kupermann, 1996)

É inegável o fato de que o monopólio da autoridade científica nas mãos de Freud foi determinante para a garantia da integridade teórica e continuidade da psicanálise. Entretanto, pode-se também afirmar que tal postura afastou qualquer outra ideia que ameaçasse os conceitos vigentes, como a universalidade do Édipo ou a lógica fálica, deixando de fora o diferente e impondo uma rigidez teórica à psicanálise. Há algo de comum em todas as escolas de psicanálise: cada uma delas acredita ser a única derivação adequada da matriz freudiana, pois como dizia Mezan (2019), a dificuldade de enfrentar a diversidade faz com que haja a necessidade de contornos e fronteiras teóricas excessivamente rígidas.

Nesse contexto, temos Karen Horney, que abriu o debate sobre a feminilidade, questionando

o viés falocêntrico da teoria psicanalítica e revelando toda a dificuldade de propor modificações nas estruturas hierárquicas dos gêneros, sejam elas teóricas, políticas ou sociais.

A partir de 1922, Karen Horney iniciou seus escritos sobre feminilidade, propondo abordar o tema do desejo sexual feminino, que era algo visto com muitas ressalvas pela sociedade e por alguns psicanalistas também. Gradativamente, foi inserindo fatores culturais em suas interpretações sobre o desenvolvimento psíquico. Já morando nos EUA, a partir de 1935, a autora passou a se dedicar à revisão da teoria psicanalítica, ao lado de sociólogos, antropólogos e psicanalistas neofreudianos, em um movimento de grande visibilidade naquele país, chamado de “culturalismo”. Horney afirmava que não se pode compreender as estruturas neuróticas sem um conhecimento detalhado das influências que a cultura específica exerce sobre o indivíduo. Sofrendo duras críticas dos psicanalistas mais ortodoxos, o movimento culturalista foi visto como uma tendência à “americanização” da teoria, visando torná-la mais pragmática, como era considerada a cultura americana.

Patrícia Mafra de Amorim destaca que Horney não estava alheia às críticas quanto às suas teorias, mas que compreendia, acima de tudo, que a psicanálise não era uma obra acabada e que deveria ser sempre revisitada em seu tempo histórico. Nas palavras de Horney,

Já que muitas das minhas interpretações desviam das de Freud, alguns leitores podem se perguntar se o que proponho aqui ainda é psicanálise. A resposta depende do que se considera essencial em psicanálise. Se acredita que ela é constituída inteiramente pela soma total das teorias propostas por Freud, então o que é aqui apresentado não é psicanálise. Se, por outro lado, acredita-se que o essencial da psicanálise está em algumas tendências de pensamento que se referem ao papel dos processos inconscientes e os caminhos pelos quais eles encontram expressão, e na forma de tratamento terapêutico que traz esses processos para a consciência, então o que eu apresento aqui é psicanálise (Horney apud Amorim, p. 9).

Sofrendo muitas críticas por parte da ala mais conservadora, Horney foi destituída de vários cargos que ocupou nos institutos de psicanálise. Ela deixou três das quatro instituições das quais fez parte, em Berlim, Chicago e Nova York, sendo convidada a se retirar dos institutos americanos. Apesar disso, nunca deixou de inserir seu trabalho no universo psicanalítico.

Se aproximando novamente da teoria da traumatogênese de Ferenczi, Amorim traz o segundo tempo do trauma, para demonstrar como Horney buscou o *testemunho* de sua experiência pessoal e clínica por meio da sua teoria da feminilidade. É sabido que toda obra psicanalítica portará muito das experiências íntimas e subjetivas de seu autor. Assim como Freud, que desenvolveu boa parte de seus conceitos por meio de sua autoanálise, e não poderia deixar de ser também com Karen Horney.

Horney, entre 1927 e 1928, escreveu artigos que tratavam da relação entre os sexos, principalmente no casamento, que foram interpretados como autobiográficos, pois revelavam a experiência pouco satisfatória que tinha com seu marido. Abordava questões como a tendência à poligamia, o ideal monogâmico e os conflitos na aceitação do papel feminino na sociedade. Além das explicações metapsicológicas que apresentava em seus escritos, Horney introduziu os fatores culturais ligados ao patriarcado, que conferem à mulher o lugar subalterno na sociedade, e que contribuem para a alta frequência de frigidez e insatisfação sexual.

Patrícia Mafra de Amorim destaca que Horney figura no cenário psicanalítico durante a primeira onda feminista e demonstra que os dois campos do saber, a psicanálise e o feminismo, pertenceram à mesma época histórica e dividiram interesses em comum. As descobertas freudianas encaixavam-se perfeitamente nas demandas feministas, uma vez que a ideia de libido indicaria que essa energia estaria presente em todos os seres humanos e poderia estar muito mais vinculada ao prazer do que aos imperativos da procriação.

Horney se diferencia teoricamente de Freud em diversos pontos, mas a maior divergência está na ideia de que o órgão genital feminino não

poderia ser definido como a mera ausência de um pênis, como dizia o pai da psicanálise. Ela defendia que o órgão masculino era supervalorizado na cultura patriarcal como símbolo de poder, enquanto a capacidade de gerar bebês não recebia a mesma atenção dos psicanalistas. Afirmava que a depreciação do lugar da mulher na sociedade justificava-se por uma ação compensatória, e possivelmente invejosa, dos homens que não possuíam a capacidade de gerar vidas.

Foi nas pesquisas em parceria com ginecologistas, que Horney demonstrou que, desde muito cedo, as meninas possuem consciência da vagina, e que se houver um desconhecimento dela é, na verdade, sua recusa. Julga que não apenas as pacientes permaneciam ignorando o seu órgão genital, mas também os próprios psicanalistas não atentavam a esse mecanismo de defesa social perverso.

Horney também menciona a fantasia da menina de ser penetrada pelo pênis do pai, desproporcionalmente maior que a sua pequena genitália, como a origem das angústias de castração. Cabe aqui uma opinião pessoal, pois atendendo mulheres há muitos anos, tal afirmação me parece muito apropriada para aquelas com dificuldades sexuais de penetração, como o vaginismo, que não só desenvolvem uma relação altamente fóbica com o pênis, mas também possuem fantasias inconscientes de uma vagina destruída por dentro. Horney diz que as dificuldades sexuais femininas em decorrência das fantasias incestuosas inconscientes são dirigidas à vagina, muito mais do que ao clitóris. De fato, temos no vaginismo mulheres que possuem contato prazeroso com o seu clitóris, mas repudiam completamente a sua vagina. No texto “A fuga da feminilidade”, de 1926, Horney reforça a intensidade dessa ansiedade genital presente nas meninas, decorrente das fantasias de serem lesadas pela penetração, e afirma que seria essa ansiedade mais determinante para o refúgio da menina em um papel masculino, do que a inveja do pênis.

Quanto ao superego, Freud afirmava que as meninas teriam menos senso de moralidade, pois não vivenciam o medo da castração como os

meninos. Mas, como afirma Amorim, se considerarmos a intensidade da ansiedade genital da menina que é baseada na desproporção entre o pênis do pai e a vagina da criança, e também o fato de que não é possível verificar a integridade de seus genitais após a masturbação (por serem órgãos internos), podemos considerar que o medo e a culpa pela realização de seus desejos seriam muito maiores na menina, o que resultaria em um superego mais rígido.

De forma interessante e inovadora, Patrícia Mafra de Amorim chega ao terceiro tempo do trauma *ferencziano* para apresentar a resposta institucional da comunidade psicanalítica às teorizações de Karen Horney, que conduziram suas ideias a parecerem não psicanalíticas, assemelhando-se ao processo do *desmentido*. Esse termo revela a dimensão enganosa, a mentira, que rouba o lugar da experiência real, algo que foi identificado nas pesquisas de Amorim quanto à obra de Horney.

Segundo a autora desse livro, alguns artigos freudianos foram escritos como resposta ao debate que Horney BUSCAVA travar com suas novas ideias teóricas. Acredita-se que a forma como Freud endereçou o artigo de 1925 “Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, e o de 1931 “Sexualidade feminina”, desmentiram as contribuições fundamentais que Horney trouxe em sua apresentação de 1922 no 7º Congresso Psicanalítico, na qual Freud era o presidente da mesa. Nesses textos de Freud, a teoria se tornava ainda mais opressiva à mulher, em que se afirmava que o clitóris era como um pênis pouco desenvolvido, e a vagina uma ferida decorrente da ausência do órgão masculino. Sem entrar no debate com Horney, Freud teria executado o apagamento das diferenças teóricas entre eles, com o objetivo de reafirmar a sua própria teoria.

A rejeição mais definitiva de Freud fora, de fato, à tentativa de Horney de discutir o papel da inveja do pênis no desenvolvimento psíquico da menina, demonstrando que os aspectos culturais também possuíam relevância na compreensão teórica que se tinha na época. Mas Freud não

estava disposto a admitir. Não reconhecendo a importância da libido mobilizada pela vagina, Freud nunca deixou de lado a conclusão de que o que afastaria a menina da mãe em direção ao pai seria o complexo de castração, num movimento de culpabilizar a mãe pela falta de pênis em si mesma. Patrícia Mafra de Amorim, em seu livro, demonstra claramente como Freud considerava a falta de pênis tão importante na vida psíquica das meninas e mulheres, tornando esse aspecto fator causal para diversas conclusões teóricas.

Apesar de não entrar nas discussões teóricas de Horney, Freud demonstrava ter conhecimento acerca de seus trabalhos e refutava-os veementemente. Sob a visão de Patrícia Mafra de Amorim, devemos ir além da ideia de que Freud era apenas “um homem de seu tempo”, para perceber o desmentido em suas ações.

Ele (Freud) o fez sob uma perspectiva que desmente os achados e observações da autora (Horney), tecendo considerações admitidamente teológicas, sem preocupar-se com o rigor teórico-clínico, como nos casos do viés masculino na cultura e na teoria psicanalítica, de o interesse pelo pai ser contíguo à identificação com a mãe, da presença de sensações vaginais precoces, entre tantas outras. O desmentido, aqui, apresenta-se de uma forma estranhamente familiar; tão familiar a ponto de não o reconhecermos como tal, justificando-o como se fosse apenas um aspecto datado da teoria, sem perceber que ele ainda está presente no âmago dela – e que, muitas vezes, ela ainda é transmitida sem a preocupação de que se critiquem seus aspectos problemáticos e as consequências que deles advêm (p. 123).

Karen Horney também vivenciou um desmentido nas instituições psicanalíticas de que fez parte. Amorim faz uma análise apurada e detalhada de toda a trajetória de Horney dentro das instituições psicanalíticas, compreendendo que seu lugar nesse contexto fora marginalizado e excluído. Sempre envolvida em grandes controvérsias sobre a sua teoria ser ou não parte da psicanálise, Horney enfrentou sérias problemáticas em todas as instituições por que passou.

Não apenas Horney, mas outros autores e autoras, que muito contribuíram para o desenvolvimento da psicanálise, foram vítimas de desmentidos nas disputas teóricas e institucionais, o que faz da psicanálise um campo clivado e dividido, segundo Patrícia de Mafra Amorim. Psicanalistas como Sándor Ferenczi, Otto Rank, Sabina Spielrein, por exemplo, foram vistos como loucos, “mal analisados” e relegados a segundo plano, para dar lugar a protagonistas mais bem relacionados e que falavam a mesma língua do pai da psicanálise.

A importância desse livro está em demonstrar como se torna fundamental atribuir à psicanálise uma história, a fim de construir um saber acerca de suas origens e desenvolvimento, para melhor compreender a teoria e fazê-la caminhar. Os percalços, conflitos e diferenças teóricas são, antes de tudo, parte fundamental da história da psicanálise e não podem ser excluídos.

Patrícia Mafra de Amorim deixa claro que o objetivo de seu livro não foi o de elevar a teoria de Horney ao estatuto de verdadeira psicanálise, mas de refletir acerca das diversas tentativas de discriminação das diferentes escolas de psicanálise, que visam muito mais à exclusão do que à inclusão das diferenças teóricas.

A psicanálise contribuiu para a desvinculação do sexo à reprodução, mas cometeu excessos naturalizando aspectos problemáticos acerca da feminilidade da época, repetindo os desmentidos sociais que temos ainda hoje. Horney parece ter buscado ativamente por espaços em que pudesse exercer sua liberdade de pensamento, sem encontrá-los. Como é possível ver de forma clara e convincente no livro de Amorim, as disputas dentro da comunidade psicanalítica parecem ter dificultado o reconhecimento da sua teoria, configurando mais um grande desmentido na história da psicanálise.

Esse livro, por meio da voz de Patrícia Mafra de Amorim, visa reconhecer, honrar e integrar as contribuições de Horney ao arcabouço teórico da psicanálise. Merece a leitura!

Milagre e magia no mundo das impressões e expressões

Maria Elisa Pessoa Labaki

Resenha de Flávio Ferraz, *Corpo, sonho, palavra: ensaios psicanalíticos II*, São Paulo, Blucher, 2024, 144p.

O presente livro se mostrou uma oportunidade de estudo profícuo e prazeroso. Flávio Ferraz é um craque da escrita e da transmissão em Psicanálise, o que faz de *Corpo, sonho, palavra* uma composição de ensaios bem escritos e cuidados, do ponto de vista formal, e rigorosos na divulgação de uma psicanálise contemporânea atrelada com o melhor da tradição freudiana. Sabemos que só é possível criar a partir do consagrado. Que a invenção precisa da tradição para não resultar em ingenuidade. Na obra, Flávio Ferraz exercita essa dialética pondo à mostra generosamente ao leitor os alicerces de suas formulações, algumas inovadoras.

Para quem ainda não leu os ensaios incluídos neste volume, anteriormente publicados em revistas e coletâneas, o livro pode ser visto como uma extraordinária introdução ao pensamento e escrita do autor. Primeiro, porque tem a capacidade

de ser ao mesmo tempo teoricamente sólido e de fácil comunicação. Depois, porque funciona como uma espécie de historiografia de temas e problemas de pesquisa caros a ele, desenvolvidos ao longo de seu percurso como psicanalista clínico, pesquisador e professor. Os ensaios aqui reunidos foram escritos entre 1997 e 2017. Vinte anos, portanto, de perlaboração clínico/teórica representados em seu percurso por inúmeros artigos e vários livros.

Flávio Ferraz é um freudiano estrutural. Os sete trabalhos aqui reunidos mostram uma Psicanálise ampliada e preocupada em identificar, nas ideias dos autores contemporâneos referidos, continuidades, descontinuidades e releituras do pensamento de Freud. Naturalmente, esse exercício de especificação acaba pondo em destaque a originalidade de alguns deles como Christophe Dejours, Pierre Marty, Joyce McDougall, Christopher Bollas, Wilfred Bion, M. Dayan, Robert Stoller, Jean Laplanche e outros. Ao mesmo tempo que procede ao escrutínio de alguns conceitos e noções seminais formulados por Freud, mas por ele esquecidos ou abandonados em razão dos rumos que os desenvolvimentos teóricos privilegiaram seguir.

Há autores cuja embocadura é mais intrapsíquica, pensam consigo próprios, e o texto reflete a projeção do trabalho da introspecção. Noutros, é a relação com o leitor que define o tom, e sua embocadura é mais relacional. Flávio Ferraz se encaixa nesta segunda categoria, pois conversa com o leitor e o seu texto mostra “a boca” o tempo todo. Assim, ao escrever, ele abandona a posição solitária, introduzindo na trama discursiva um espaço ao interlocutor oculto e receptivo, transformando o texto num jogo dialógico. Nesse sentido, é possível ver, em seus livros, o professor no autor. E não é apenas na forma de prosa boa que desponta sua comunicação fluente e didática. Ela surge também na força da variedade da bibliografia escolhida e das referências aportadas, ora como apoio para suas hipóteses, ora como inspiração nas formulações forjadas por ele de noções e figuras metapsicológicas e clínicas. Por estas, entre

Maria Elisa Pessoa Labaki é membro do Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae, onde é professora do curso de Psicanálise. Membro do Departamento de Psicossomática Psicanalítica do Instituto Sedes Sapientiae, onde coordena o módulo sobre Sándor Ferenczi no curso de especialização Psicossomática Psicanalítica: corpo e clínica. Autora de *Morte* (Casa do Psicólogo) e co-organizadora de *Psicanálise e Psicossomática. Casos clínicos, construção* (Escuta, 2015) e *Psicossoma V. Integração, desintegração e limites* (Casa do Psicólogo, 2014).

DOI: 10.70048/percurso.73.175-177

outras razões, sua larga cultura psicanalítica resulta numa escrita generosa e potente, bonita até sem querer ser, que revela seu desejo de sentir-se compreendido e seu compromisso com a comunicação. Em cada artigo, não deixa de situar o campo e seu objeto de estudo, explicitar suas hipóteses, desenvolver suas argumentações e formular as conclusões. E com clareza, mostrando que criatividade e suor combinam-se aí para um feliz resultado. Não à toa, Ferraz é um professor querido e requisitado no curso de Psicanálise do Instituto Sedes, onde está vinculado à atividade docente desde 1997.

Flávio Ferraz começou cedo no ofício de professor. Perto de seus 29 ou 30 anos ingressou no curso de Psicossomática Psicanalítica do Sedes – a convite de Wilson Campos que, em 1993, organizava sua fundação –, tendo por lá ficado durante os oito anos seguintes. Pois bem. *Corpo, sonho, palavra* é um retrato fiel da herança da Psicossomática Psicanalítica em sua formação. Em todos os artigos sem exceção há, no mínimo, alguma menção ou lembrança, senão reflexões estruturadas e indagações instigantes postas em diálogo com autores da Psicossomática. Para mim, aliás, este livro pode ser lido como homenagem aos alicerces de sua carreira, aos velhos e bons amigos daquele tempo que com ele participaram da construção e da consolidação de uma Psicanálise mais voltada aos problemas do corpo psicossomático em face dos efeitos nele produzidos pela privação de Eros. Uma psicanálise mais voltada às manifestações disruptivas das pulsões sem representação, portanto, mais focada no estudo do campo das regressões e da destruição das operações de pensamento. A esse respeito, aliás, temos notícias dos estudos que Flávio Ferraz desenvolveu no campo das perversões e da normopatía através de outros livros e artigos de sua autoria.

A inclusão dos dois primeiros ensaios que abrem o livro, “Das neuroses atuais à psicossomática” e “A tortuosa trajetória do corpo em psicanálise” são exemplo eloquente dessa marca. Neles, Ferraz recupera o conceito de neurose atual relativo à tópica do corpo somático e à desconexão da

libido no campo das representações, que foi assunto um tanto esquecido por Freud e que figura como ponto de partida para o desenvolvimento da psicossomática psicanalítica, especialmente na França com a Escola Psicossomática de Paris, que tem nas figuras de Pierre Marty e Michel D’Muzan seus principais expoentes. Um outro recorte de pesquisa presente em alguns artigos, e que também é parte do DNA da Psicossomática, surge nas inquietações relacionadas à aplicação clínica do critério de ser analisável ou não diante das problemáticas do ato – sejam as voltadas para dentro na forma de somatização, sejam as voltadas para fora, via motricidade nas neuroses de comportamento, nas compulsões e perversões. E que foram nomeadas por Maria Helena Fernandes em seu livro *Corpo* como “manifestações do transbordamento”. Aliás, no que tange à possibilidade de análise, Sándor Ferenczi, lá nos idos de década de 20 do século passado, já apontava o desatino que Flávio Ferraz formulou tão bem: se os pacientes não suportam ou não respondem às interpretações, a psicanálise está certa e eles estão errados. Evidente que aqui apresento uma caricatura um pouco exagerada que não se esquece do texto *Construções em análise* (1938), no qual Freud oferece uma alternativa técnica para o tratamento dos vazios representacionais.

Nessa esteira, há um ensaio muito interessante sobre o valor e a utilidade das entrevistas iniciais, conquanto possam determinar certa eleição da técnica do enquadramento e dos instrumentos a serem empregados no processo analítico. Assunto bastante abordado pelos analistas da Escola de Paris, especialmente P. Marty, as entrevistas iniciais encontram nas reflexões de Flávio Ferraz um tratamento original a partir de um conceito de M. Dayan chamado singularidade idiopática. Avaliar “o contato do paciente ao seu mundo interno naquilo que este comporta de singularidade” (p. 95). Eis o cerne do que opera o conceito. Especificamente, discernir que fração do real pertencente apenas àquele que fala se manifesta pelas palavras com as quais ele se representa e se apresenta para um outro em transferência – zona

compartilhada que pode ser também objeto de esperança e de devir. Assim, o dispositivo em questão pode oferecer as condições para a construção de uma demanda em nome próprio.

O tema da linguagem está contemplado no livro. Linguagem onírica, linguagem verbal, do afeto e representacional, linguagem do corpo, linguagem ideológica, linguagem do pensamento analítico, do raciocínio clínico. Em “Por uma metapsicologia dos restos diurnos”, por exemplo, Flávio Ferraz apresenta o que chamou por “via aferente do sonho” (p. 74), desenvolvendo o conceito na companhia inspirada de C. Dejours e da noção por ele criada de “perlaboração pelo sonho” (p. 74). Trata-se da vocação recaladora do sonho nos processos de inscrição psíquica e na constituição das representações mentais. Função esta que se contrapõe a outra, a via eferente, que expressa e revela o inconsciente por dar acesso exatamente ao material recalçado. A novidade está aqui em conceber o sonho como um método para o recalçamento.

O último ensaio do livro e que fora escrito mais recentemente, intitulado “A morte das palavras”, é especialmente comovente. Nele, o autor nos presenteia com uma imagem em que a palavra “desbota até a morte” (p. 120) quando atingida por uma ação violenta, intrusiva e colonizadora, extractiva e abusadora. Se a palavra é obra do milagre, como define Flávio Ferraz, eu diria que também é obra da magia. A palavra um pouco morta e desafetada, como quer Joyce McDougall, ou operatória, de acordo com a teoria de Pierre Marty, dificilmente é capaz de transportar o eu para o mundo e, ao contrário, de incluir as coisas no eu. Falta a ela um tanto do afeto para fazer as ligações e as pontes; falta também um tanto da faísca que transforma o factual em poesia, o sensorial em

pensado. Mas sua reanimação é possível, escreve Flávio Ferraz, pela “escuta interessada emoldurada por funções analíticas” (p. 135). Receita clínica esta que eu apenas incrementaria com o ingrediente que vem do campo da estética: a sensibilidade contratransferencial, através da qual o analista se dispõe a afetar e ser afetado, proporcionando assim que se dê, no encontro com seu paciente, a transição da experiência sensorial para a construção de sentidos.

Tenho especial interesse no ensaio intitulado “O primado do masculino em xeque”, escrito em 2008, para o seminário que venho coordenando no curso de Psicanálise em torno da sexualidade infantil e do complexo de Édipo. Nele, Flávio Ferraz não só se junta a outros autores que, como sabemos, apontam para a relatividade histórica de algumas construções teóricas psicanalíticas, como demonstra, desde o interior da teoria, que as elaboradas em torno do feminino e do masculino estão de fato assentadas em determinantes culturais e ideológicos da época. E as coteja com propostas teóricas interessantes de Stoller sobre a teoria da sexuação e dos gêneros, que de saída discorda do fundamento do falo, porque não privilegia, como Freud, o investimento sexual, primário da criança, mas sim os mecanismos primordiais de identificação. No fundo, o que parece operar na concepção de Stoller teria como base a redefinição que ele faz sobre a ordem do que considera primário, trocando então a primazia do sexual pela primazia do narcísico; o regime do desejo pelo da necessidade; e a presença ou ausência da representação construída a partir do pênis, mais conhecida por falo, pela presença ou ausência do seio. O artigo instiga e é esclarecedor. Assim como todo o livro.

Uma psicanalista pioneira

Susan Markuszower

Resenha de Alexandre Socha (org.), *Ruth Mack Brunswick: escritos reunidos*, São Paulo, Quina, 2023, 259p.

Ruth Mack Brunswick: escritos reunidos é um livro valioso por ser inédito em qualquer idioma, é a primeira vez que se publica a obra completa da psicanalista. A coletânea resgata do esquecimento essa autora pioneira, cuja colaboração estreita com Freud teve importância na construção do pensamento psicanalítico – seja no tratamento psicanalítico das psicoses, como no estudo do desenvolvimento emocional de crianças pequenas e suas mães.

O livro apresenta os seis artigos publicados pela psicanalista e o “Anexo”, que se refere ao debate entre Ruth Mack Brunswick e Jenő Hárnik, psicanalista húngaro, sobre o texto “Um suplemento à *História de uma neurose infantil*, de Freud”. O primoroso prefácio de Renata Udler Cromberg e o excelente posfácio de Alexandre Socha, organizador do livro, contextualizam os artigos e oferecem ao leitor a oportunidade de tomar conhecimento das circunstâncias de vida dessa psicanalista que nasceu em 1897, em Chicago, EUA. Brunswick era:

Filha única de um rico casal da burguesia judaica que, após ser rejeitada em Harvard, por ser mulher, terminou

seus estudos de medicina na *Tufts University* em *Medford, Massachusetts*, especializando-se em psiquiatria. Em 1922, aos 25 anos, mudou-se sozinha para Viena para começar sua análise com Freud, com a intenção de curar-se de uma grave hipocondria (p. 20).

A análise com Freud se estendeu até 1938, entre idas e vindas, quando retorna definitivamente para os Estados Unidos devido ao início da Segunda Guerra Mundial, onde continuou sua atividade como psicanalista até seu falecimento, em 1946.

A foto da psicanalista, nas primeiras páginas do livro, nos mostra uma mulher com sua bebê, de aproximadamente 18 meses, num abraço carinhoso em que ambas estão sorridentes e contentes. Essa imagem me pareceu interessante, pois é possível notar que essa mulher irradia uma contemporaneidade diferente da estranheza que as pessoas das fotos do século passado costumam nos evocar. Tal imagem vai ao encontro da liberdade de expressão que aparece em seus manejos clínicos, como no caso descrito no artigo “Análise de um caso de paranoia (delírio de ciúme)”, de 1929. Cito algumas passagens:

Explico que todas as crianças se masturbam, às vezes por conta própria, às vezes depois de terem sido ensinadas a fazê-lo por pessoas mais velhas ou por outras crianças. Acrescento que em geral uma criança é encontrada se masturbando e é punida ou amedrontada ou ao menos impedida de se masturbar de novo por alguma pessoa mais velha, de modo que, se a criança continuar a fazer o que foi proibido, ela normalmente o faz com um sentimento de má conduta e culpa e medo das consequências. Asseguro então, à paciente, que não há fundamento para o medo de que a masturbação faça a pessoa adoecer (p. 103).

E um pouco adiante:

Pergunto se está familiarizada com as várias partes da genitália feminina e descubro que não. Ao descrevê-las para ela, pergunto se já notou o pequeno órgão “na frente” semelhante ao maior do homem. Sim, ela está familiarizada com isso (ainda que não pelo nome); ele só está

mutilado, não é? Ela manteve a ideia infantil da castração da fêmea em sua forma original (p. 107).

Na descrição desse tratamento, que teve duração de apenas dois meses e meio, é possível notar sua profundidade clínica e, ao mesmo tempo, ele nos revela sua conduta para estabelecer uma relação transferencial – mesmo tendo essa paciente sido diagnosticada com psicose paranoica de ciúmes. Dessa forma, Brunswick amplia a concepção inicialmente formulada por Freud de que o tratamento psicanalítico não seria acessível às psicoses.

A ampliação dos conceitos psicanalíticos se dá também quando Brunswick e Freud formulam conjuntamente o conceito de fase pré-ediapiana. Até então desconsiderada, essa fase anterior ao complexo de Édipo ganha importância fundamental. O termo pré-ediapiano foi cunhado pela primeira vez por Brunswick, no artigo de 1929 supracitado, e por Freud nos artigos “Sobre a sexualidade feminina” (1931) e “A feminilidade” (1933).

Contudo, é curioso observar que o artigo de Brunswick dedicado a esse conceito, intitulado “A fase pré-ediapiana do desenvolvimento da libido”, foi apenas publicado em 1940, um ano após a morte de Freud. O fato de o artigo apresentar formulações que se opõem à perspectiva clássica freudiana nos indica, provavelmente, que o lapso de dez anos entre a formulação do conceito e sua publicação, em 1940, não se deva apenas a motivos circunstanciais. Socha afirma a respeito dessa questão que

O cuidado para manter a originalidade sem se opor frontalmente à teoria freudiana não passa despercebido nos textos de Brunswick, cuidado bastante compreensível se considerarmos a suscetibilidade de Freud às eventuais discordâncias de seus seguidores (p. 240).

Cromberg, em seu prefácio, também aponta a possível necessidade desse cuidado em relação ao termo pré-ediapiano:

Ela deveria estar muito alerta a respeito da cisão entre Freud e Rank por causa da formulação deste (termo) em 1924 de que havia fatores etiológicos da doença psíquica

que não estavam relacionados com o complexo de Édipo (p. 14).

De maneira bastante elegante, Brunswick faz alusão a esse cuidado quando diz no artigo citado anteriormente, “A fase pré-ediapiana do desenvolvimento da libido”, que “às vezes, a nova formulação difere da antiga apenas por uma nuance, mas com frequência, é exatamente essa nuance que é significativa” (p. 169).

É por essa sua capacidade intelectual, que durante sua estadia em Viena Brunswick se torna uma das discípulas mais fervorosas de Freud. Ao lado de Marie Bonaparte, Jeanne Lampl-de Groot e outras, pertencia ao círculo das mulheres que estavam em torno dele na década de 1920. É curioso notar que, nessa década, Freud prefere se associar às mulheres que são independentes, inteligentes e produtivas dentro do âmbito psicanalítico. Socha, no posfácio, comenta que:

Com a ruptura definitiva de Otto Rank e o estremecimento na relação com Sándor Ferenczi a partir da segunda metade dos anos 1920, Sigmund Freud não voltou a adotar nenhum potencial “herdeiro” ao seu legado científico. Cansado daquilo que considerava ser uma recorrente rivalidade masculina com a figura paterna, começou a cercar-se sobretudo por mulheres, na sua maioria jovens e talentosas (p. 229).

Desse modo, ao longo dos anos 1920, Brunswick se converte na colaboradora favorita de Freud – conforme relatos obtidos por Paul Roazen. Ao reconhecer seu talento e sua habilidade, Freud lhe encaminha muitos pacientes, entre eles Sergei Konstantinovitch Pankejeff, conhecido também como o homem dos lobos.

No artigo “Um suplemento à história de uma neurose infantil, de Freud”, de 1928, Brunswick descreve a análise do homem dos lobos que, num primeiro momento, teve duração de cinco meses (outubro de 1926 a fevereiro de 1927). Após dois anos o homem dos lobos retomou sua análise e, nesse segundo momento, entre idas e vindas, a análise se estendeu ao longo de quase uma década.

Brunswick aceita o paciente russo, anteriormente milionário, sem lhe cobrar honorários, pois Pankejeff havia perdido toda sua fortuna durante a Revolução Russa e o regime bolchevique. Percebe-se que o paciente logo cria uma relação transferencial com a analista, principalmente, por pressupor que ela discutiria seu caso com Freud, “a figura de Freud pairava como uma nuvem sobre aquela análise” (p. 236).

Nessa coletânea, há um outro artigo intitulado “Uma nota sobre a teoria infantil do *coitus a tergo*”, de 1929, no qual a psicanalista observa que quando a cena primária é lembrada durante uma análise, geralmente, a criança relata ter visto o *coitus a tergo* dos pais. Para Brunswick, a frequência da presença dessa lembrança nos leva a crer que pode se tratar tanto de uma fantasia, como de uma falsificação de fatos. Entretanto, ao se perguntar se a diferença entre fato ou fantasia teria alguma importância nesse caso. Ela diz o seguinte:

Terapeuticamente, a questão é de pouca importância; sabemos que em seus resultados, pouca diferença é notada entre fato e fantasia. Entretanto a cena primária e suas consequências formam uma pedra angular da estrutura psíquica da infância e, como tal, devem ser conhecidas por nós em todos os detalhes (p. 94).

Num outro artigo, nomeado como “A mentira aceita”, de 1943, Brunswick investiga a alegação de que as mulheres mentiriam com mais facilidade e frequência do que os homens. A partir da análise de um paciente homem, que a acusa de ser uma pessoa mentirosa, Brunswick aprofunda os vários aspectos dessa questão e a relaciona com as inúmeras dimensões do complexo de castração do menino e da menina, ou seja, a mentira em função da negação da castração.

Ainda nesse artigo, Brunswick se refere a duas mentiras tradicionais das mulheres, a saber, a mentira sobre a idade e a mentira sobre o orgasmo. No caso da mentira sobre o orgasmo, a autora afirma o seguinte: “Assim a mentira sobre o orgasmo é essencialmente uma declaração

daquela sexualidade fálica que as mulheres não possuem. Constitui uma segurança para ambos, homens e mulheres” (p. 206). Em relação à mentira sobre a idade, ela diz: “Enquanto elas são jovens, mantém-se a possibilidade, como na infância, de adquirirem, de algum modo, um pênis. O fascínio dos homens pela juventude feminina é, fundamentalmente, da mesma natureza que o pavor da velhice nas mulheres” (p. 206).

Já no artigo “Um sonho de um romance japonês do século II”, de 1927, primeiro artigo publicado pela autora no *International Journal of Psychoanalysis* (em 1928), a psicanalista explora, brevemente, as descobertas científicas da psicanálise a partir da análise de um sonho presente nesse romance do Japão antigo. A autora demonstra que os resultados obtidos pela psicanálise, no que diz respeito ao inconsciente, sua aparição nos sonhos e, também, aos próprios sonhos como expressão de desejos ou emoções, já estavam sendo considerados no Japão antigo, em oposição às crenças ocidentais predominantes.

Em suma, depois da leitura dessa coletânea de Brunswick, é possível dizer que seguimos com a mesma indagação que Paul Roazen após suas descobertas feitas através das entrevistas com antigos pacientes de Freud. Roazen deparou com uma questão enigmática em relação a Brunswick em sua investigação: se ela foi uma presença tão marcante como paciente, discípula “favorita” e participante ativa nas reuniões familiares de Freud, conforme relatado pelos entrevistados, a que se deve seu desaparecimento dos arquivos psicanalíticos? Como se pergunta Cromberg logo no prefácio:

A história era no mínimo surpreendente: como uma das psicanalistas mais lembrada pelos contemporâneos e mais reconhecida pelas suas qualidades clínicas e teóricas havia subitamente desaparecido do mapa psicanalítico e se transformado em mera nota de rodapé de um caso emblemático freudiano? (p. 12).

Socha, por sua vez, se debruça sobre o motivo que pode ter levado ao apagamento nos arquivos

psicanalíticos da colaboradora de Freud, diz ele: “O número reduzido de publicações, quando comparado aos seus contemporâneos, pode ter contribuído para o esquecimento de sua obra. Mas há também outros fatores que possivelmente influenciaram seu destino” (p. 231).

Entre os outros fatores, havia um que se referia às relações pouco usuais de Freud com os Brunswicks. Roazen constatou por meio das entrevistas com Mark e David Brunswick que Freud havia analisado os três membros da família Brunswick. Ou seja, tanto Ruth Mack Brunswick como seu marido, Mark Brunswick, e seu cunhado, David Brunswick, eram analisantes de Freud no mesmo período:

Segundo Roazen:

A análise de Ruth contrastava por completo com os ensaios freudianos, nos quais recomendava uma técnica apropriada para os analistas adotarem. (David) Brunswick resumiu a atitude de Freud como do tipo “façam o que eu digo, mas não façam o que eu faço”. Freud foi capaz de se permitir uma liberdade especial com Ruth, assim como ele fizera uma exceção ao aceitá-lo e a Ruth e Mark simultaneamente (p. 232).

Um outro fator que, provavelmente, contribuiu fortemente para o apagamento da analista dos arquivos freudianos se refere ao fim trágico da vida de Brunswick em decorrência do agravamento do seu estado de saúde. Socha afirma a esse respeito que:

Brunswick era acometida por doenças misteriosas que a faziam circular por vários médicos, sem obter um diagnóstico claro. Sentia fortes dores, que atribuía a cálculos

biliares, embora esse diagnóstico não fosse sempre corroborado pelos colegas consultados. Max Schur discordava do autodiagnóstico de Brunswick, o que, contudo, não a impedia de realizar intervenções cirúrgicas, sem obter melhora alguma. Suas dores eram tão intensas que ela passou a fazer uso contínuo de morfina, barbitúricos e outras substâncias que prescrevia a si mesma, avançando para um grave estado de toxicomania a partir de 1933-1934 (p. 251).

E na sequência, acrescenta:

Após se automedicar de dores agudas no globo ocular, Brunswick perdeu a visão de um dos olhos. O divórcio definitivo com Mark ocorreu em 1945 e, no ano seguinte, ela sofre uma queda fatal no chão do banheiro, em um episódio um tanto obscuro (p. 252).

Apesar de existir uma suspeita de suicídio, acredita-se que a causa mais provável de sua queda acidental se deva ao uso excessivo de soníferos.

Por fim, o livro *Ruth Mack Brunswick: escritos reunidos* dá a oportunidade ao leitor de conhecer a trajetória fascinante dessa psicanalista, nascida no século dezenove, que se tornou colaboradora importante de Freud, entre 1920 e 1930. Seu apagamento da história da psicanálise, provavelmente, se deve aos fatores supracitados, como também às questões históricas e políticas institucionais de uma época em que se acreditava que dogmas, ortodoxias e *purezas* dariam maior credibilidade para a nova ciência. Conforme afirma Cromberg, mais de cem anos de psicanálise permitem-nos encontrar verdadeiros achados arqueológicos, como aconteceu também no caso de Sándor Ferenczi e Sabina Spielrein, que enriquecem e reavivam a psicanálise.

Autores deste número

Ana Elizabeth Cavalcanti

Rua João Ramos, 231/601
52011-080 Recife PE
anae@cppl.com.br

Ana Maria Sigal

Rua Tatuí, 89 ap. 201
01409-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3667.7469 / 996.597.771
anasigal@terra.com.br

Celso Gutfreind

Rua Miguel Tostes, 533 sala 302
90430-060 Porto Alegre RS
Tel.: (51) 999.134.571
celso.gut@terra.com.br

Daniel Kupermann

Rua Sebastião Velho, 185 ap. 3
05418-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 985.568.815
danielkupermann@gmail.com

Endre Koritar

530-999 West Broadway
Vancouver, BC, V5Z 1K5, Canada
elkoritar@gmail.com

Eugenio Canesin Dal Molin

Rua Oscar Freire, 1513/92
05409-010 São Paulo SP
Tel.: (43) 999.941.227
eugeniocdm@gmail.com

Gustavo Dean-Gomes

Al. Rio Claro, 95 ap. 203
01332-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.651.960
gustavo.dean@gmail.com

Isildinha Nogueira Baptista

Rua Cayowaá, 580 cj. 32
05018-000 São Paulo SP
Isildinha_nogueira@hotmail.com

Jô Gondar

Rua Gal. Cristovão Barcelos, 24 ap. 701
22245-110 Rio de Janeiro RJ
Tel.: (21) 997.825.791
joogondar@gmail.com

João Rodrigo Oliveira e Silva

Rua Mateus Grou, 566
05415-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 997.331.996
jorodrigo@gmx.com

José Jiménez Avello

Rua Valdearnés, 35
28039 Madri, Espanha
Tel.: (34) 678.735.451
jjimenez.avello.psi@gmail.com

Luciana Pires

Rua Cordeiro Galvão, 378
05450-020 São Paulo SP
luciana.pires@uol.com.br

Marcus Góes

Rua Natingui, 113 ap. 32
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 981.878.549
marcusrgoes@gmail.com

Maria Aguilera Franklin de Matos

Rua Joaquim Antunes, 490 cj. 22
05415-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 989.611.988
maria.aguilerafm@gmail.com

Maria Carolina Accioly
de Carvalho e Silva
Rua Leão Coroado 209 ap. 72
05445-050 São Paulo SP
Tel.: (11) 999.814.904
mcarolinaaccioly@gmail.com

Maria Claudia de Oliveira Lordello
Rua Alves Guimarães, 462 cj. 113
05410-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.4622
mclaudialordello@gmail.com

Maria Cristina Kupfer
Rua Aramaná, 335
05450-030 São Paulo SP
mckupfer@uol.com.br

Maria Elisa Pessoa Labaki
Rua Simão Álvares, 936
05417-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3031.9764
mpessoa@uol.com.br

Marisa Correa da Silva
Rua Joaquim Antunes, 727 cj 34
05415-012 São Paulo SP
Tel.: (11) 984.334.244
cariocasilva@hotmail.com

Marleide Soares Pereira
Rua Comendador Antonio Perez, 33
04269-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 985.282.581
marleidespo@gmail.com

Mauro Pergaminik Meiches
Rua Maranhão, 598 cj. 94
01240-000 São Paulo SP
-mmeiches@uol.com.br

Nelson Ernesto Coelho Jr.
Alameda Lorena, 1359 cj. 52
01424-005 São Paulo SP
Tel.: (11) 3085.6464
ncoelho@usp.br

Paula Regina Peron
Rua Silvio Portugal, 61
01247-060 São Paulo SP
Tel.: (11) 991.071.276
prperon@uol.com.br

Pedro Robles (Peu)
Rua Jericó, 255 cj 32
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 982.156.410
Peurobles@gmail.com

Ricardo Lugon Arantes
Rua Leopoldo Buhler, 105
93900-000 Farroupilha Ivoti RS
ricardolugon@gmail.com

Susan Markuszower
Rua Luis Anhaia, 59
05433-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062.5224
susanmark@uol.com.br

Equipe da revista

Conselho Editorial

Cleusa Pavan

Rua Padre Machado 246 casa 01
04127-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 5572.8632
cleusapavan@gmail.com

Carolina Kimie Moriyama

Rua Hermes Fontes, 80
05418-050 São Paulo SP
Tel.: (11) 98147-2863
ckmoriyama@gmail.com

Cláudia Monti Schoberger

Rua Haddock Lobo, 846 cj. 604 Alfa
01414-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3061-1747
claudiajustimonti@gmail.com

Eugenio Canesin Dal Molin

Rua Oscar Freire, 1513/ 92
05409-010 São Paulo SP
eugenioedm@gmail.com

Marcia R. Bozon de Campos

Rua Joaquim Antunes, 727 cj. 122
05415-012 São Paulo SP
Tel.: (11) 3085.1592
marciarbozon@gmail.com

Maria Aparecida Kfourir Aidar

Rua Jericó, 255 sala 86
05434-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3814-010
cidaidar@terra.com.br

Maria de Lourdes Caleiro Costa

Av. Paulista, 509 cj. 05
01311-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 992.712.485
lourdescosta@uol.com.br

Maria do Carmo Vidigal M. Dittmar (Lila)

Rua Jericó, 255 sala 93
05434-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032-2108
lilavidigal@terra.com.br

Marina Bialer

Rua João Ramalho, 257 cj. 54
05008-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 98279-7951
mbialer@hotmail.com

Grupo de Entrevistas

Ana Claudia Patitucci

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
anapatitucci@hotmail.com

Bela M. Sister

Rua Maranhão, 584/ 42
01240-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 993.187.898
belasister@terra.com.br

Cristina Parada Franch

Rua João Moura, 647/103
05412-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 3081.4386
crisfranch@uol.com.br

Danielle Melanie Breyton

Rua Prof. João Arruda, 53
05016-110 São Paulo SP
Tel.: (11) 3873.3457
danibreyton@gmail.com

Deborah Joan Cardoso

Rua Inácio Pereira da Rocha, 142, cj. 305
005432-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 3032.1385
deborah@santacruz.g12.br

Jorge Broide

Rua Ministro Godoy, 1276
05015-001 São Paulo SP
Tel.: (11) 992.944.395
jorgebro@uol.com.br

Silvio Hotimsky

Rua Ilhéus, 135
01251-030 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862.7743
silviohotimsky@hotmail.com

Tatiana Inglez-Mazzarella

Rua João Moura, 1096
05412-002 São Paulo SP
Tel.: (11) 3891.0837
timazza@uol.com.br

Grupo de Debates

Bruno Esposito

Rua Sergipe, 401 cj. 304
01243-906 São Paulo SP
Tel.: (11) 992.639.376
brunoespo@gmail.com

Gisela Haddad (coordenadora)

Rua Honduras, 587
01428-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 4329.7304
giselahad@gmail.com

Ivy Semiguem

Av. dos Autonomistas, 896 torre 02 cj. 2701
06020-010 São Paulo SP
Tel.: (11) 94820-8635
ivy.souza@gmail.com

Lucas Sessa

lucas.sessa@gmail.com

Tânia Corghi Veríssimo

Rua Manoel da Nóbrega, 76 cj. 903
04001-000 São Paulo SP
Tel.: 994.081.518
tan.verissimo@gmail.com

Grupo de Debates Clínicos

Beatriz Teixeira Mendes Corôa

Rua Amália de Noronha, 114
05410-010 São Paulo SP
TEL.: (11) 9 9972-5970
biatmendes@uol.com.br

Paula Peron

prperon@uol.com.br

Sérgio Telles

Rua Maestro Cardim, 560, cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253-5767
setelles@uol.com.br

Conselho Editorial de Resenhas

Camila Salles Gonçalves

Rua Dr. Alceu de Campos Rodrigues,
46, cj. 38
04544-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3739-4464
camila_salles@uol.com.br

Elisabeth Antonelli

Rua Monte Alegre, 428, cj. 53
05014-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3862-1703
bethantonelli@uol.com.br

Janaina Namba (coordenadora)

jnambapimenta@gmail.com

Lia Novaes Serra

Rua Jericó, 193, cj. 26
05435-040 São Paulo SP
Tel.: (11) 9 9440-1475
lianovaesserra@gmail.com

Sérgio Telles

Rua Maestro Cardim, 560, cj. 194
01323-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3253 5767
setelles@uol.com.br

Susan Markuszwover

Rua Luis Anhaia 59
05433-020 São Paulo SP
Tel.: (11) 3062.5224
susanmark@uol.com.br

Normas para envio de artigos e resenhas

A apresentação de trabalhos para publicação na revista *Percurso* pressupõe o conhecimento prévio e a aceitação, por parte do articulista, das seguintes normas:

1. Os artigos deverão ser encaminhados ao Conselho Editorial através do e-mail do Departamento de Psicanálise: <depto depsicanalise@sedes.org.br>.

1.1. Os artigos enviados para publicação, sempre originais e inéditos, deverão ser antecedidos por duas páginas contendo, separadamente, os seguintes dados:

♦ **PÁGINA 1:**

Título e nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail. A página de rosto é destacada quando o artigo é remetido para avaliação, de modo a preservar, durante todo o processo, o sigilo quanto à identidade do autor.

♦ **PÁGINA 2:**

Resumo do artigo enviado, com até cinco linhas, em português, e traduzido para o inglês, com redação ou revisão feita por um profissional da área. Enviar igualmente até seis palavras-chave, em português e inglês. Nesta segunda página também devem figurar o número exato de caracteres do texto, inclusive espaços, e a data de envio do artigo para a revista.

Em todas as páginas devem constar o número da página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

1.2. Os artigos enviados devem ter até 35 mil caracteres (com espaços), incluídas as notas de rodapé e não incluídas as referências bibliográficas do final. Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

1.3. Artigos enviados fora das normas da revista serão devolvidos sem serem avaliados, podendo ser reencaminhados mediante adequação às mesmas.

2. As resenhas devem ser encaminhadas, via email, ao Conselho Editorial de Resenhas:

Camila Salles – camila_salles@uol.com.br;
Sérgio Telles – setelles@uol.com.br;
Janaina Namba – janaina.namba@yahoo.com.br;
Susan Markuszower – susanmark@uol.com.br;
Lia Novaes Serra – lianovaesserra@gmail.com
Elisabeth Antonelli – bethantonelli@uol.com.br

2.1. As resenhas enviadas para publicação, sempre originais e inéditas, deverão observar as seguintes especificações:

♦ **PÁGINA 1:**

Deverá conter o título da resenha, seguido da expressão “Resenha de”, nome do autor, título da obra em itálico, cidade, editora, ano de publicação e número de páginas. Exemplo:

Freud, o fio e o pavio – Resenha de Chaim Samuel Katz, *Freud e as psicoses: primeiros estudos*, Rio de Janeiro, Xenon, 1994, 274 p.

Incluir também o número de caracteres e até seis palavras-chave da resenha (não é necessário apresentar resumo ou abstract).

Em todas as páginas devem constar o número de página no canto superior direito, e, no cabeçalho, o título do trabalho.

Na última página deve constar o nome do autor, sua qualificação (como deseja ser apresentado ao leitor), endereço (incluir CEP), telefones (incluir DDD) e e-mail.

2.2 As resenhas devem ter até 20 mil caracteres (com espaços). Trabalhos que excedam esses limites poderão ser devolvidos aos autores para que possam adequá-los às normas de publicação, antes de qualquer avaliação.

3. Todos os artigos serão analisados em detalhe pelo plenário do Conselho Editorial de Artigos, que poderá, eventualmente, solicitar ao Conselho Científico Externo um ou mais pareceres.

Todas as resenhas serão analisadas pelo Conselho Editorial de Resenhas.

Uma vez aceito o trabalho, um membro destes Conselhos Editoriais transmitirá ao autor do artigo ou resenha eventuais recomendações para mudanças na forma ou no conteúdo, a fim de adequá-lo aos padrões da revista.

4. É indispensável seguir os padrões gráficos utilizados por Percurso:

- ♦ **DESTAQUES:** O que merecer destaque deve vir em itálico; não utilizar sublinhado nem negrito.
- ♦ **INTERTÍTULOS:** Colocar intertítulos para facilitar a leitura.
- ♦ **PALAVRAS ESTRANGEIRAS E TÍTULOS DE LIVROS:** Devem vir em itálico, sem aspas, quando mencionados no texto.
- ♦ **TÍTULOS DE ARTIGOS:** Devem vir entre aspas, em estilo normal, sem destaque.
- ♦ **CITAÇÕES:** Devem vir entre aspas, com chamada de nota de rodapé contendo a respectiva referência bibliográfica (ver tópico 5 para mais detalhe sobre as notas). As citações de até três linhas devem ser incluídas no corpo do texto; citações de quatro linhas ou mais devem ser destacadas do texto, em parágrafo escrito em fonte menor.

5. As notas deverão vir no rodapé da página em que figura a respectiva chamada, e ser numeradas consecutivamente em algarismos arábicos. Podem ser explicativas ou bibliográficas; neste caso, seguir o formato europeu, como indicado abaixo:

♦ **NOME DO AUTOR:**

Em ordem direta, com maiúsculas somente nas iniciais do nome e do sobrenome. Exemplos: S. Freud; M. Klein; D. W. Winnicott.

♦ **CAPÍTULOS DE LIVROS:**

Título entre aspas, seguido do nome do livro em que aparecem e página citada precedida apenas da letra “p.” Exemplo: N. Bleich-

mar e C. Bleichmar, "Os pós-kleinianos: discussão e comentário", in *A Psicanálise depois de Freud*, p. 286. Para livros sem menção a capítulo, apenas o título do livro em itálico e página.

♦ ARTIGOS DE REVISTAS OU PERIÓDICOS:

Título entre aspas, seguido do nome da revista em itálico, indicando número ou volume, e página citada. Exemplo: R. Zygouris, "O olhar selvagem", *Percurso* n. 11, p. 12. (Não se usa *in* antes do nome de um periódico).

♦ TEXTOS CITADOS MAIS DE UMA VEZ:

A partir da segunda vez inclusive, colocar apenas nome do autor, a expressão *op. cit.* em itálico, e a página citada. Exemplos: R. Zygouris, *op. cit.*, p. 73; Bleichmar e Bleichmar, *op. cit.*, p. 289. Se entre a primeira e a segunda citação for citada OUTRA obra do mesmo autor, escolher uma forma simples de distinguir entre ambas. Exemplo: primeira citação, Marcia Neder, *A arte de formar*, p. 45; segunda citação, Marcia Neder, *Psicanálise e educação: laços refeitos*, p. 70; terceira citação, Neder, *Laços...*, p. 90; quarta citação, Neder, *A arte...*, p. 134; e assim sucessivamente.

♦ REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Ao final do trabalho, deverão constar as referências bibliográficas em ordem de sobrenome dos autores, seguidas pelos dados da obra. Exemplos: **Levisky D.** (2007). *Um monge no divã*. São Paulo: Casa do Psicólogo; **Mezan R.** (2002). *Interfaces da Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.

6. Uma vez publicado, cada autor receberá um exemplar do número em que o trabalho figura. Também receberá por e-mail o arquivo do seu texto no formato em que é apresentado na revista, e o arquivo da capa do número. Isto lhe permitirá imprimir separatas e a capa do respectivo número.

7. O *copyright* dos textos publicados em *Percurso* pertence aos seus autores. Caso venham a ser publicados em coletâneas ou outros periódicos, inclusive eletrônicos, solicita-se mencionar que a primeira publicação se deu na revista *Percurso*, número tal, ano tal, páginas x-y. Os autores declaram aceitar a divulgação de seus trabalhos no *site* da revista: <<http://revistapercurso.uol.com.br>>.

Para assinar *Percurso*

- **Assinatura anual:** R\$ 220,00* (dois números).
- Por telefone:** ligue para (011) 3081-4851, das 9:00 às 16:30, de segunda a sexta-feira. Você receberá uma ficha de compensação, que poderá ser paga em qualquer agência bancária.
- Por cartão:** ligue para (011) 3081-4851, nos mesmos horários. Tenha em mãos o número de seu cartão. Aceitamos Mastercard, Visa e American Express.
- Por cheque:** envie seus dados pessoais e cheque nominal para
Sociedade Civil Percurso
a/c Setor de Assinaturas
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP

Autorização para assinar *Percurso* por cartão de crédito

NOME: _____	DATA: ____/____/____
ENDEREÇO: _____	
CEP: _____	CIDADE: _____ ESTADO: _____
TELEFONE RES.: () _____	COM.: () _____
CIC: _____	RG: _____
E-MAIL: _____	
Mastercard: nº <input type="text"/>	val.: /
Visa: nº <input type="text"/>	val.: /
AmEx: nº <input type="text"/>	val.: /
Quantidade de Parcelas:	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 5

Remeta este cupom por fax ou ligue, informando seus dados, para:

REVISTA PERCURSO – SETOR DE ASSINATURAS
R. Amália de Noronha, 198
05410-010 São Paulo SP
Tel/Fax: (11) 3081-4851

Você também pode nos enviar um e-mail (percurso@uol.com.br) autorizando-nos a debitar em seu cartão o valor da assinatura. Neste caso, seu cadastro será feito pelo telefone. Por favor, tenha em mãos os documentos necessários.

Impresso em São Bernardo do Campo SP, em janeiro de 2025,
no parque gráfico da Paym Gráfica e Editora,
para o Departamento de Psicanálise do Instituto Sedes Sapientiae